REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE

TIMOR- LESTE

Orçamento Geral do Estado

Ano Civil 2008

Documento Orçamental N^{o} 1

Preparado pelo Ministério das Finanças

Índice

Parte 1 Discurso de Apresentação do OGE 2008 10

Parte 2 Sintese do OGE 2008 25

Orçamento de Fontes Combinadas 25
A Economia 26
Receitas, Rendimento Sustentável e Fundo Petrolífero 27
Orçamento Geral do Estado de Timor-Leste 28

Parte 3 – 2008 Ano da Reforma e da Estabilidade 32

Parte 4 – Declaração sobre a Igualdade do Género 37

Parte 5 – Panorama Económico 38

Economia Regional e Internacional 38
Panorama da Economia Doméstica 39

Parte 6 – Receitas 42

O Sector Petrolífero 42
Fundo Petrolífero 44
Receitas Petrolíferas, Riqueza Petrolífera e Rendimento Sustentável 46
Revisão da Metodologia 48
Análise de Sensibilidade 50
Receitas Domésticas 50

Parte 7 Fundo Petrolífero 53

Estratégia de Investimento do Fundo Petrolífero 53

Parte 8 – Despesa 55

Capital de Desenvolvimento 69
Presidente da República 79
Parlamento Nacional 85
Gabinete do Primeiro-ministro 90
Secretaria de Estado do Conselho de Ministros 99
Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto 103
Secretaria de Estado dos Recursos Naturais 109
Secretaria de Estado de Política Energética; 117
Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego 121
Secretaria de Estado para Promoção da Igualdade e do Género 126
Ministério da Defesa e Segurança 133
Secretário de Estado de Defesa 135
FALINTIL-FDTL 140
Secretaria de Estado da Segurança 145
POLÍCIA NACIONAL DE TIMOR-LESTE 155
Ministério dos Negócios Estrangeiros 158
Ministério das Finanças 164
Ministério de Finanças – Todo o Governo 172
Ministério da Justiça 174
Ministério da Saúde 187
Ministério da Educação 195
Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território 213
Ministério da Economia e Desenvolvimento 220
Ministério da Solidariedade Social 232
Ministério das Infra-estruturas 241
Ministério do Turismo, Comércio e Indústria 256

Ministério da Agricultura e Pescas 263
Rádio e Televisão de Timor-Leste 286
Tribunais 292
Provedor dos Direitos Humanos 297
Procuradoria-Geral da República 302
Comissão Nacional para Eleições 308
ANATL 312
Administração dos Portos de Timor-Leste (APORTIL) 315
Electricidade de Timor-Leste (EDTL) 318
Instituto de Gestão de Equipamentos (IGE) 324

Anexo 1 Despesa Incluindo Agências Autónomas 328

Anexo 2 Despesa Excluindo Agências Autónomas 329

Anexo 3 Dotações do Orçamento Geral do Estado para 2008 330

Anexo 4 Plano de Capital e Desenvolvimento para 2008 até 2011 346

Anexo 5 Perfil de Funcionários 365

Funcionários Públicos 365
Funcionários Fora do Quadro da Função Pública 378
Funcionários Fora do Quadro da Função Pública 378
Funcionários das Agências Autónomas 380
Anexo 6 Lei do Orçamento 2008 381

Anexo 7 Guia do Utilizador 392

Quadro 2.1 Orçamento de Fontes Combinadas 2006-07 to 20011 ($m) 25
Quadro 2.2 Financiamento Orçamento de Fontes Combinadas 2006-07 to 2011 ($m) 25
Quadro 2.3 Receitas Petrolíferas e Rendimento Sustentável 27
Quadro 2.4 27
Saldos Estimados do Fundo Petrolífero 2006-07 até 2011 ($m) 27
Quadro 2.5 Despeas do Orçamento Geral do Estado de Timor-Leste Todo o Estado 2006-07 até 2011 ($m) 28
Quadro 2.6 Orçamento Geral do Estado Timor-Leste 2006-07 to 2011 ($m) 31
Quadro 3.1 Programa do IV Governo Constitucional 34
Quadro 5.1 PIB não petrolífero (Excluíndo as Nações Unidas em preços constantes) 41
Quadro 6.1 Receitas totais – Orçamento transitório de 2007 a 2011 ($m) 42
Gráfico 6.1 Estimativa de Produção Petrolífera 2006-07, Orçamento Transitório, e OGE 08 (equivalente mil barris petróleo) 43
Quadro 6.2 Poupança estimada do Fundo Petrolífero – Orçamento transitório 2007 a 2011 ($m) 44
Gráfico 6.2 Alterações no preço do petróleo – Base WTI ($ por barril) 44
Gráfico 6.3 Curva de rendimento a 0-5 anos dos títulos do Governo dos EUA 45
Quadro 6.3. Receitas Petrolíferas Estimadas 2006/07 até 2011 46
Gráfico 6.4 Receitas Petrolíferas e Rendimento Sustentável de Timor-Leste 2002 a 2023 47
Gráfico 6.5 Preços do Petróleo Históricos e Projectados em Preços Constantes (Preços de 2007) 48
Quadro 6.4 Cálculos dos Rendimentos Sustentáveis – Pressupostos do Preço do Petróleo ($ por barril), Produção e Receitas 2002 a 2023 49
Quadro 6.5 Análise da Sensibilidade dos Cálculos do Rendimento Sustentável ($m) 50
Quadro 6.6 Receitas Domésticas – Transitório 2007 a 2011 ($m) 51
Quadro 6.7 Impostos Domésticas 2006-07 to 2011 ($m) 52
Quadro 6.8 Cargas, Taxas de Utilização e outras Receitas 2006-07 até 2011 ($m) 52
Quadro 6.9 Receitas Próprias das Agências Autónomas 2006-07 to 2011 ($m) 52
Quadro 8.1 Orçamento do Estado Valores Agregados 2006-07 até 2011 ($m) 56
Quadro 8.2 Orçamento do Estado Valores para as Agências Autónomas 2006-07 até 2011 ($m) 56
Quadro 8.3 Orçamento do Estado Valores Excluindo as Agências Autónomas 2006-07 até 2011 ($m) 56
Quadro 8.4 Despesas dos Parceiros de Desenvolvimento 2007 até 2011 ($m) 56
Quadro 8.5 - 2008 Orçamento de Fontes Combinadas por Ministério ($000) 57
..... 57
Quadro 8.7 Orçamento Geral do Estado Dotações por Ministério 2008 ($000) 58
Quadro 8.7 Quadro das Transferências Públicas por Ministério 2008 60
Quadro 8.8 Transitório 2007 a 2011 Presidente da República Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 80
Quadro 8.9 Transitório 2007 a 2011 Presidente da República Financiamento Confirmado de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 81
Quadro 8.10 Transitório 2007 a 2011 Presidente da República Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 81
Quadro 8.11 2008 Perfil de Funcionários Presidente da República 81
Quadro 8.12 Transitório 2007 a 2011 Presidente da República Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000) 81
Quadro 8.13 e Quadro 8.14 Presidente da República Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000) 82
Quadro 8.15 Transitório 2007 a 2011 Parlamento Nacional Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 86
Quadro 8.16 Transitório 2007 a 2011 Parlamento Nacional Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 86
Quadro 8.17 Transitório 2007 a 2011 Parlamento Nacional Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($m) 87
Quadro 8.18 2008 Perfil de Funcionários Parlamento Nacional 87
Quadro 8.19 Transitório 2007 a 2011 Parlamento Nacional Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($m) 87
Quadro 8.20 e Quadro 21 Transitório 2007 a 2011 Parlamento Nacional Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000) 88
Quadro 8.22 Transitório 2007 a 2011 Gabinete do Primeiro-Ministro Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 93
Quadro 8.23 Transitório 2007 a 2011 Gabinete do Primeiro-ministro Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 93

Quadro 8.24 Transitório 2007 a 2011 Gabinete do Primeiro-ministro Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 94
Quadro 8.25 2008 Perfil de Funcionários Gabinete do Primeiro-ministro 94
Quadro 8.26 Transitório 2007 a 2011 Gabinete do Primeiro-Ministro Orçamento para Actividades de Doadores ($000) 94
Quadro 8.27 e Quadro 8.28 Transitório 2007 a 2011 Gabinete do Primeiro-Ministro Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000) 94
Quadro 8.29 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 100
Quadro 8.30 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 100
Quadro 8.31 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 100
Quadro 8.32 2008 Perfil de Funcionários Secretaria de Estado do Conselho de Ministros 101
Quadro 8.33 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000) 101
Quadro 8.34 e Quadro 8.35 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000) 101
Quadro 8.36 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Juventude e Desporto Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 104
Quadro 8.37 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Juventude e Desporto Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 104
Quadro 8.38 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Juventude e Desporto Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 104
Quadro 8.39 2008 Perfil de Funcionários Secretaria de Estado da Juventude e Desporto 105
Quadro 8.40 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Juventude e Desporto Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000) 105
Quadro 8.41 e Quadro 8.42 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Juventude e Desporto Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000) 105
Quadro 8.43 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado dos Recursos Naturais Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 111
Quadro 8.44 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado dos Recursos Naturais Financiamento de Doadores no Orçamento do Estado ($000) 111
Quadro 8.45 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado dos Recursos Naturais Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 111
Quadro 8.46 2008 Perfil de Funcionários Secretaria de Estado dos Recursos Naturais 112
Quadro 8.47 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado dos Recursos Naturais Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000) 112
Quadro 8.48 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Política Energética Financiamento ($000) 118
Quadro 8.49 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Política Energética Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) .. 118
Quadro 8.50 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Política Energética Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 119
Quadro 8.51 2008 Perfil de Funcionários Secretaria de Estado da Política Energética 119
Quadro 8.52 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Política Energética Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000) 119
Quadro 8.53 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego, Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 122
Quadro 8.54 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego, Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 122
Quadro 8.55 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego, Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 122
Quadro 8.56 2008 Perfil de Funcionários of Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego 123
Quadro 8.57 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego, Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000) 123
Quadro 8.58 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado para Promoção da Igualdade Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 127
Quadro 8.59 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado para Promoção da Igualdade, Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 128
Quadro 8.61 2008 Perfil de Funcionários Secretaria de Estado para Promoção da Igualdade 128
Quadro 8.62 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado para Promoção da Igualdade Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000) .. 129
Quadro 8.63 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Defesa Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 133
Quadro 8.64 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Defesa Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 133

Quadro 8.65 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Defesa Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 133
Quadro 8.66 2008 Perfil de Funcionários Secretaria de Estado da Defesa 134
Quadro 8.67 e Quadro 8.68 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Juventude e Desporto Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000) 134
Quadro 8.69 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Defesa Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 136
Quadro 8.70 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Defesa Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 137
Quadro 8.71 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Defesa Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 137
Quadro 8.72 2008 Perfil de Funcionários Secretaria de Estado da Defesa 137
Quadro 8.73 Transitório 2007 a 2011 FALINTIL-FDTL Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 140
Quadro 8.74 Transitório 2007 a 2011 FALINTIL-FDTL Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 142
Quadro 8.75 Transitório 2007 a 2011 FALINTIL-FDTL Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 142
Quadro 8.76 2008 Perfil de Funcionários FALINTIL-FDTL 142
Quadro 8.77 Transitório 2007 a 2011 FALINTIL-FDTL Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000) 142
Quadro 8.78 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Segurança Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 146
Quadro 8.79 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Segurança Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 147
Quadro 8.80 Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Segurança Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 147
Quadro 8.81 2008 Perfil de Funcionários Secretaria de Estado da Segurança 147
Quadro 8.81 Transitório 2007 a 2011 PNTL Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 155
Quadro 8.82 Transitório 2007 a 2011 PNTL Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 156
Quadro 8.83 Transitório 2007 a 2011 PNTL Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 156
Quadro 8.85 Transitório 2007 a 2011 PNTL Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000) 157
Quadro 8.86 Transitório 2007 a 2011 Ministério dos Negócios Estrangeiros Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 159
Quadro 8.87 Cooperação Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 160
Quadro 8.88 Transitório 2007 a 2011 Ministério dos Negócios Estrangeiros Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 160
Quadro 8.89 2008 Perfil de Funcionários Ministério dos Negócios Estrangeiros 160
Quadro 8.90 Transitório 2007 a 2011 Ministério dos Negócios Estrangeiros Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000) 161
Quadro 8.91 Transitório 2007 a 2011 Ministério dos Negócios Estrangeiros Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000) 161
Quadro 8.93 Transitório 2007 a 2011 Ministério das Finanças Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 165
Quadro 8.94 Transição 2007 a 2011 Ministério das Finanças Orçamento de Estado (m) 166
Quadro 8.96 2008 Perfil de Funcionários Ministério das Finanças 166
Quadro 8.98 e Quadro 8.99 Ministério das Finanças Orçamento de Estado Verbas Transitadas ($000) 168
Quadro 8.100 Transição 2007- 2011 Todo o Governo Financiamento do OGE ($000) 172
Quadro 8.101 Transição 2007- 2011 Todo o Governo Financiamento dos Doadores ($000) 172
Quadro 8.102 Transição 2007- 2011 Todo o Governo – Fontes Combinadas($000) 173
Quadro 8.103 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Justiça Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 175
Quadro 8.104 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Justiça Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 177
Quadro 8.105 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Justiça Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 178
Quadro 8.106 2008 Perfil de Funcionários Ministério da Justiça 178
Quadro 8.107 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Justiça Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000) 179
Quadro 8.109 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Justiça Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000) 179
Quadro 8.110 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Saúde Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 188
Quadro 8.111 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Saúde Financiamento 189
de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 189
Quadro 8.112 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Saúde Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 189
Quadro 8.113 2008 Perfil de Funcionários Ministério da Saúde 189
Quadro 8.114 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Saúde Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000) 190

Quadro 8.115 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Saúde Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000) 191
Quadro 8.116 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Educação Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 196
Quadro 8.117 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Educação Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 198
Quadro 8.118 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Educação Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 198
Quadro 8.119 2008 Perfil de Funcionários Ministério da Educação 198
Quadro 8.119 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Educação Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000) 199
Quadro 8.120 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Educação Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000) 200
Quadro 8.123 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 214
Quadro 8.124 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 215
Quadro 8.125 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 215
Quadro 8.126 2008 Perfil de Funcionários Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território 215
Quadro 8.127 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000) 216
Quadro 8.128 e Quadro 8.129 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000) 216
Quadro 8.130 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Economia e Desenvolvimento Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 222
Quadro 8.131 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Economia e Desenvolvimento Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 222
Quadro 8.132 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Economia e Desenvolvimento Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 222
Quadro 8.133 2008 Perfil de Funcionários Ministério da Economia e Desenvolvimento 223
Quadro 8.134 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Economia e Desenvolvimento Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000) 223
Quadro 8.135 e Quadro 8.136 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Economia e Desenvolvimento Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000) 224
Quadro 8.137 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Solidariedade Social Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 233
Quadro 8.138 Transitório 2007 a 2011 * Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 233
Quadro 8.139 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Solidariedade Social Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 233
Quadro 8.140 2008 Perfil de Funcionários Ministério da Solidariedade Social 234
Quadro 8.141 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Solidariedade Social Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000) 234
Quadro 8.142 e Quadro 8.143 Transitório 2007 a 2011 * Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000) 235
Quadro 8.144 Transitório 2007 a 2011 Ministério das Infra-estruturas Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 243
Quadro 8.145 Transitório 2007 a 2011 Ministério das Infra-estruturas Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 244
Quadro 8.146 Transitório 2007 a 2011 Ministério das Infra-estruturas Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 245
Quadro 8.147 2008 Perfil de Funcionários Ministério das Infra-estruturas 245
Quadro 8.148 Transitório 2007 a 2011 Ministério das Infra-estruturas Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000) 245
Quadro 8.149 e Quadro 8. 150 Transitório 2007 a 2011 Ministério das Infra-estruturas Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000) 246
Quadro 8.151 Transitório 2007 a 2011 Ministério do Turismo, Comércio e Indústria Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 258
Quadro 8.152 Transitório 2007 a 2011 Ministério do Turismo, Comércio e Indústria Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 258
Quadro 8.153 Transitório 2007 a 2011 Ministério do Turismo, Comércio e Indústria Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 258
Qaudro 8.154 2008 Perfil de Funcionários Ministério do Turismo, Comércio e Indústria 259
Quadro 8.155 Transitório 2007 a 2011 Ministério do Turismo, Comércio e Indústria Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000) 259
Os projectos acima mencionados financiados por fontes externas apoiam essencialmente comunidades rurais com o objectivo de melhorar a sua qualidade de vida através de iniciativas de criação de rendimento como o desenvolvimento de indústria de pequena escala, formação de novas competências e conhecimentos, melhorar rede social e actividades complementares. 259

Quadro 8.156 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Agricultura e Pescas Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 265
Quadro 8.157 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Agricultura e Pescas Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 265
Quadro 8.158 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Agricultura e Pescas Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 265
Quadro 8.159 2008 Perfil de Funcionários Ministério da Agricultura e Pescas 265
Os projectos acima mencionados financiados por fontes externas apoiam o Ministério da Agricultura e Pescas bem como organizações da sociedade civil. 267
Quadro 8.161 e Quadro 8.162 Transitório 2007 a 2011 Ministério da Agricultura e Pescas Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000) 267
Quadro 8.163 Transitório 2007 a 2011 Radiodifusão de Timor-Leste Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 288
Quadro 8.164 Transitório 2007 a 2011 Radiodifusão de Timor-Leste Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 288
Quadro 8.165 Transitório 2007 a 2011 Radiodifusão de Timor-Leste Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 288
Quadro 8.166 2008 Perfil de Funcionários Radiodifusão de Timor-Leste 289
Quadro 8.166 e Quadro 8.167 Transitório 2007 a 2011 Radiodifusão de Timor-Leste Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000) 289
Quadro 8.168 Transitório 2007 a 2011 Tribunais Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 293
Quadro 8.169 Transitório 2007 a 2011 Tribunais Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 293
Quadro 8.170 2008 Perfil de Funcionários Tribunais 294
Quadro 8.171 Transitório 2007 a 2011 Tribunais Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000) 294
Quadro 8.172 Transitório 2007 a 2011 Provedor dos Direitos Humanos Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 299
Quadro 8.173 Transitório 2007 a 2011 Provedor dos Direitos Humanos Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 299
Quadro 8.174 Transitório 2007 a 2011 Provedor dos Direitos Humanos Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 300
Quadro 8.175 2008 Perfil de Funcionários Provedor dos Direitos Humanos 300
Os actuais funcionários da Justiça e do Gabinete do Provedor dos Direitos Humanos são 46, dos quais 12 permanentes e 34 temporários. Este número não inclui o Provedor e os seus dois assistentes. 300
Quadro 8.176 Transitório 2007 a 2011 Provedor dos Direitos Humanos Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000) 300
Quadro 8.177 Transitório 2007 a 2011 Procuradoria-Geral da República Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 303
Quadro 8.178 Transitório 2007 a 2011 Procuradoria-Geral da República Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 305
Quadro 8.179 Transitório 2007 a 2011 Procuradoria-Geral da República Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 305
Quadro 8.180 2008 Perfil de Funcionários Procuradoria-Geral da República 305
Quadro 8.181 Transitório 2007 a 2011 Procuradoria-Geral da República Actividades de Doadores Confirmadas no Orçamento do Estado ($000) 306
Quadro 8.182 Transitório 2007 a 2011 Procuradoria-Geral da República Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000) 306
Quadro 8.184 Transitório 2007 a 2011 Comissão Nacional para Eleições Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 309
Quadro 8.185 Transitório 2007 a 2011 Comissão Nacional para Eleições Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 310
Quadro 8.186 Transitório 2007 a 2011 Comissão Nacional para Eleições Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 310
Quadro 8.187 2008 Perfil de Funcionários Comissão Nacional para Eleições 310
Quadro 8.188 Transitório 2007 a 2011 Comissão Nacional para Eleições Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000) 310
Quadro 8.189 Transitório 2007 a 2011 ANATL Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 312
Quadro 8.190 Transitório 2007 a 2011 ANATL Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 313
Quadro 8.191 Transitório 2007 a 2011 ANATL Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 313
Quadro 8.192 2008 Perfil de Funcionários ANATL 313
Quadro 8.193 Transitório 2007 a 2011 APORTIL Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 315
Quadro 8.195 Transitório 2007 a 2011 * Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 316
Quadro 8.196 2008 Perfil de Funcionários APORTIL 316
Quadro 8.197 Transitório 2007 a 2011 APORTIL Actividades de Doadores Confirmadas no Orçamento do Estado ($000) 316
Quadro 8.198 Transitório 2007 a 2011 Electricidade de Timor-Leste (EDTL) Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 320
Quadro 8.199 Transitório 2007 a 2011 Electricidade de Timor-Leste (EDTL) Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 320

Quadro 8.200 Transitório 2007 a 2011 Electricidade de Timor-Leste (EDTL) Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000) 321
Quadro 8.201 2008 Perfil de Funcionários Electricidade de Timor-Leste (EDTL) 321
Quadro 8.202 Transitório 2007 a 2011 Electricidade de Timor-Leste (EDTL) Actividades de Doadores Confirmadas no Orçamento do Estado ($000). 321
Quadro 8.203 Transitório 2007 a 2011 Instituto de Gestão de Equipamentos (IGE) Financiamento do Orçamento do Estado ($000) 324
Quadro 8.204 Transitório 2007 a 2011 Instituto de Gestão de Equipamentos (IGE) Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000) 325
Quadro 8.205 Transitório 2007 a 2011 Instituto de Gestão de Equipamentos (IGE) Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)..... 325
Quadro 8.206 2008 Perfil de Funcionários Instituto de Gestão de Equipamentos (IGE)..... 325

Parte 1 Discurso de Apresentação do OGE 2008

Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Senhoras e Senhores Deputados

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Senhoras e Senhores,

O Orçamento Geral do Estado para 2008 que hoje tenho a honra de submeter à apreciação dos distintos deputados do Parlamento Nacional, inscreve-se nos objectivos principais que o IV Governo Constitucional delineou na elaboração do seu Programa e reflecte as principais orientações políticas a seguir no domínio da actividade governamental.

Conscientes de que as prioridades do País são muitas e que a criação de condições para uma melhoria substancial da qualidade de vida de todos os timorenses não depende exclusivamente da vontade política mas também de um conjunto de factores económicos, sociais e culturais, que têm que ser perfeitamente compreendidos e transformados, este Governo – o Governo da AMP – elegeu o ano de 2008, como o Ano da Reforma.

O Orçamento Geral do Estado que o Governo apresenta para 2008 pretende contribuir para uma mudança estrutural e equilibrada da Gestão do Estado, de forma a garantir uma Administração Pública mais eficiente e funcional, suportada por mecanismos anti-corrupção. Este Governo acredita que um serviço público forte e independente é capaz de lidar profissionalmente com o Governo, o actual ou qualquer outro no futuro e, eficientemente, contribuir para a criação de infra-estruturas e serviços essenciais para o povo de Timor-Leste.

Esta importante reforma, aliada à consolidação da segurança e estabilidade nacional, irá alicerçar um sistema produtivo que conduza ao desenvolvimento sustentável, resolvendo a prazo os principais problemas do País, sobretudo o desemprego e a pobreza.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados,

Antes de passar à apresentação da nossa estratégia orçamental para o próximo ano, gostaria de demonstrar a falta de credibilidade dos argumentos daqueles que acusam o actual Governo Constitucional de Timor-Leste de pouca “actividade”, o que considero um derrotismo infundado.

Quero começar por reavivar a memória de todos os timorenses que, para além da crise de 2006 ter abalado profundamente os pilares das instituições democráticas, por outro lado e ao contrário da percepção de alguns segmentos da sociedade, este Governo não herdou um Estado sólido. A única coisa que este Governo tem de facto, é o facto de ter herdado um Estado praticamente paralisado por um ano de “Governos de Gestão”, por terem sido de

prazo limitado, e de ter herdado a responsabilidade por um Povo que perdeu a confiança nas instituições do Estado, porque este nos cinco anos anteriores não foi capaz de responder às suas aspirações.

Não se pode exigir que o Governo resolva em 4 meses o que outros não resolveram em 5 anos, sobretudo porque este Governo tem como horizonte o período de uma legislatura e não um ou dois anos de governação. Mas ainda assim, em apenas quatro meses este Governo apresentou ao Parlamento Nacional: um Programa de Governo reformador, um Orçamento de Estado para um período de transição de seis meses e um Orçamento de Estado para um ano fiscal que pela primeira vez corresponde ao ano civil – projectos estes que para além de serem já por si inovadores, enfrentam pela primeira vez em Timor-Leste um debate verdadeiramente democrático.

Mas, naturalmente, não foram só estas as actividades do Governo nestes primeiros dias de governação. Em primeiro lugar, alguns dos membros do Governo que tomaram posse a 8 de Agosto deste ano, encontraram uma instituição sem memória, sem um arquivo organizado, sem equipamento e sem recursos financeiros para a adequada implementação de medidas urgentes. Para agravar esta situação, alguns dos nossos antecessores estiveram demasiado ocupados a encontrar argumentos para condenar o IV Governo Constitucional de inconstitucional e talvez por isso, não tiveram tempo de fazer a passagem adequada de pastas fundamentais.

Assim, para além da estruturação física, legislativa e organizacional do novo Governo, fundamental para proceder às mudanças que nos propomos concretizar, da manutenção dos compromissos assumidos no passado e da prestação dos serviços básicos da população, este Governo já marcou a diferença.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados,

O Governo não esteve parado! Devo dizer que:

- O reconhecimento e a protecção especial aos Veteranos e Combatentes da Libertação Nacional, que embora constitua um princípio fundamental da nossa Constituição, só com este Governo foi objectivamente assumido, através do pagamento do tributo de 2 milhões de dólares a 205 ex-guerrilheiros, homens e mulheres, que combateram no mato durante mais de 15 anos pela conquista da independência;
- As acções de coordenação institucional para permitir o atendimento de antigos combatentes doentes e carenciados nos Serviços Nacionais de Saúde e Assistência Social, avançaram agora com o Governo da AMP;
- Concretizámos o acto constitucional e legal de atribuição, pelo Presidente da República, de títulos honoríficos a CLN, tendo sido condecorados cerca de 400 combatentes nas Ordens Lorico Aswain e Guerrilha. E, tendo ainda tido lugar em Baucau, a cerimónia de atribuição de medalhas a cerca de 1.500 Mártires da Libertação Nacional;
- Iniciámos o processamento do “cartão especial de identificação” aos Combatentes da Libertação Nacional que permite aos seus portadores a acessibilidade a outros direitos legais promotores da dignificação da resistência, constitucionalmente prevista;

- Demos início à recolha de dados para garantir o pagamento de pensões e subsídios a idosos, viúvas e deficientes;

Excelências,

O Governo da Aliança de Maioria Parlamentar:

- Garantiu o apoio aos campos de deslocados e vítimas de desastres naturais em Díli e nos Distritos, possibilitando:
  - O regresso de 69 famílias, que representam 458 pessoas, do campo do "Aeroporto Meteorologia" para casas em Betó;
  - O regresso de 24 famílias, ou seja 158 pessoas, do campo "Canossa Has Laram" para os seus bairros em Díli;
  - 11 pessoas, de Baucau para Díli, correspondente a 2 famílias;
  - Até ao final do ano, irão ainda sair do campo "Jardim Borga da Costa" 37 famílias o que corresponde a 190 pessoas; e do campo "Farmácia Central" 25 famílias, ou seja, 156 pessoas, que voltarão a Ermera;
- Garantiu ainda, o apoio a 114 famílias pobres através do projecto-piloto de "Transferência de Dinheiro Condicional" para a "bolsa de mães", assim como apoio a 150 famílias de vítimas civis e gravemente feridos e apoio a mais de 4 mil famílias que perderam os pequenos negócios devido à crise;
- Aprovou em Conselho de Ministros a "Estratégia de Recuperação Nacional", para combater os efeitos da crise de 2006 nomeadamente no que respeita ao retorno ou reinstalação dos Deslocados Internos;
- E ainda, uma resolução que aprova o apoio a conceder às vitimas da crise, que prevê manter a pensão, em regime especial, às famílias daqueles, membros das F-FDTL e da PNTL que morreram ou ficaram incapacitados em consequência directa da crise, promover ajuda financeira às famílias das vítimas civis e promover a criação de um sistema de subsídio escolar aos vulneráveis, em idade escolar;
- Aproximou e induziu o patrulhamento conjunto da PNTL e F-FDTL;
- Apesar dos Peticionários não terem aparecido em Aileu, para onde me desloquei pessoalmente, os esforços vão-se redobrar para uma última oportunidade de discussão sobre um pacote de soluções;
- Esteve e continuará empenhado na resolução, com base no diálogo e no prevalecimento da justiça, do caso do Alfredo Reinado, a quem também o Governo entendeu dar uma última oportunidade;
- Aprovou em Conselho de Ministros a proposta de Lei do Sistema de Informações da RDTL, à qual incube assegurar a produção de informações necessárias à salvaguarda da independência nacional e à garantia da segurança interna. Esta Lei é fundamental para que, após a sua promulgação, o Governo possa aprovar a Lei Orgânica do Serviço de Informações do Estado;
- A empresa internacional Deloitte, de idoneidade inquestionável, ganhou o concurso para a realização de auditorias a áreas sensíveis do ponto de vista administrativo e áreas sensíveis do ponto de vista de gestão financeira, aos organismos dos Governos anteriores;

- Solicitou ainda a uma equipa independente, constituída por especialistas do Banco Mundial, da UN e da Nova Zelândia, um estudo de avaliação sobre as Alfândegas para detectar irregularidades e, de futuro, tornar as Alfandegas de Timor-Leste numa instituição mais eficiente e moderna;
- Implementou o programa de apoio à lavoura em 10 distritos;
- Efectuou operações conjuntas entre técnicos do Ministério da Agricultura e Pescas e agentes da PNTL das quais resultaram a captura de indivíduos que procediam ao corte ilegal de árvores;
- Reabilitou os estabelecimentos prisionais de Becora e Gleno e transferiu os prisioneiros de Baucau para Becora;
- Aprovou em Conselho de Ministros um pacote legislativo fundamental: i) proposta de autorização legislativa para a elaboração do Código Penal, e ii) uma proposta de Lei das Artes Marciais. Finalizou os trabalhos da Comissão para a elaboração do Código Civil;

O Governo da AMP, minhas senhoras e meus senhores:

- Efectuou a manutenção adequada e reparação dos geradores da EDTL de modo a promover o seu funcionamento sem interrupção de fornecimento de energia eléctrica, assim como a aquisição dos 4 geradores previstos no orçamento transitório, que aliado à resolução do problema das ligações ilegais (cerca de 60%) e à melhoria da qualidade do combustível agora adquirido, irão assegurar o fornecimento de energia eléctrica constante a partir do final do ano;

Aproveito para explicar, Senhores Deputados, que dos quatro geradores previstos no OE transitório, dois deles são de 1. 5 mw e já estão em Díli e os outros dois de 1.25 mw chegam esta semana. Tendo em conta a necessidade urgente de resolver o problema da electricidade e uma boa gestão financeira, foi possível adquirir dois outros geradores de 6.4 kwa cada, perfazendo um total de 18.3 mw.

Este Governo,

- Reduziu o tempo de emissão de certificados de registo e licenciamento de actividades empresariais, que passou de 30 dias para 3 a 5 no máximo;
- Estabilizou o mercado de produtos alimentícios básicos, com incidência na normalização e correcção da intervenção do Governo na venda directa aos consumidores. O efeito duplo da acção é poupar no Orçamento de Estado uma média de 5 a 6 dólares por cada saca de arroz e, simultaneamente, continuar a dar espaço aos agentes económicos, evitando práticas especulativas de mercado, retomando assim o mecanismo normal da concorrência do mercado pelo encorajamento do sector privado em reaver o papel de agente económico principal na importação e venda do arroz no mercado nacional;

Os investidores estrangeiros têm agora confiança no País! Foi com o Governo da AMP que se:

- Iniciou a construção de um terminal de combustíveis em Liquiça, em parceria com um investidor estrangeiro, no valor de 20 milhões;

- Emitiram certificados de investidor a três entidades estrangeiras com projectos avaliados em 2,9 milhões. Outros cinco projectos - um dos quais de 2,7 milhões - estão actualmente em avaliação e deverão ser aprovados em breve. Os investidores são oriundos da Austrália, Coreia e Malásia;
- Iniciou um Programa de Desenvolvimento Rural, incluindo i) a formação de técnicos para o desenvolvimento rural nas comunidades, ii) o desenvolvimento de um plano estratégico para a criação de uma rede de desenvolvimento rural nos treze distritos a implementar em 2008, iii) a formação em técnicas de empreendimento e como começar um novo negócio a mais de 74 pessoas através dos cincos centros regionais de desenvolvimento empresarial do IADE, iv) a transferência de cinco novos mercados rurais para comunidades locais (Liquiça, Falumeo, Maubisse, Hatudo e Zumalai), v) a negociação de um Acordo com o PNUD, UNDESA e o Banco Mundial para a produção de uma estratégia de crescimento rural e um mapa de desenvolvimento rural; e vi) o envio de técnicos de desenvolvimento rural timorenses para receber formação no estrangeiro;
- Desenvolveu um programa de apoio alargado ao Instituto de micro-finanças, para o desenvolvimento de novos programas de micro-crédito em áreas rurais do País, assim como o desenho de um novo programa que possibilitará a oferta de micro-finanças em todo o País (em parceria com os doadores internacionais);
- Efectuou uma melhoria significativa na comunicação e coordenação das actividades programadas entre os Serviços Centrais de Saúde, os Serviços Personalizados e os Serviços Distritais de Saúde e pela primeira vez os Directores Nacionais e chefes de departamento reuniram-se com os directores dos Centros de Saúde Comunitários;

Minhas senhoras e meus senhores,

- Aumentámos o nível de participação comunitária nos programas de sensibilização para a educação e promoção da saúde, através de um novo Sistema Integrado de Saúde Comunitária, no âmbito de uma mudança estratégica para solucionar a problemática da acessibilidade dos serviços de saúde junto das populações;
- Melhorámos a aquisição e distribuição de medicamentos e material médico, através da nomeação de uma nova equipa de aprovisionamento, no seio do Ministério da Saúde, com competência e flexibilidade para compra rápida de medicamentos;
- Formámos um grupo técnico de trabalho para estudar a opção de colocar o Pipeline em Timor-Leste, ao mesmo tempo que estão a ser capacitados recursos humanos e se têm efectuado discussões públicas e consultas, com vista à utilização dos recursos naturais do País de forma controlada, eficiente e transparente;
- Iniciámos o Plano de Reforma da Educação - com a introdução de 9 anos de escolaridade obrigatória e gratuita; a elaboração de um novo plano curricular para o ensino primário e pré-secundário, incluindo a formação de professores sobre a aplicação dos novos currículos; e ainda, o pagamento de subsídios escolares às escolas privadas acreditadas (no âmbito de um projecto-piloto de cooperação entre o sector privado, por exemplo a Igreja Católica, e o Governo);

- Estamos a comprar material escolar, mesas e cadeiras, sendo este um dos desafios para o próximo ano: que em nenhuma escola se assista a meninas e meninos a aprender, sentados no chão;
- Continuámos o programa de mão-de-obra intensiva “cash for work”, serviços de curta duração no período de dois meses para homens, mulheres e jovens no total de mais de 12 mil pessoas em 115 actividades em todo o País;

Senhoras e Senhores,

O Conselho de Ministros que tenho a honra de presidir:

- Aprovou um documento de trabalho para a Política da Juventude, que contém os princípios orientadores para a Lei de Bases da Juventude, com o objectivo de: mobilizar a juventude no contexto comunitário, estabelecer a ligação entre a educação e a realidade pós-escolar, proporcionar oportunidades de emprego, alfabetizar, apoiar os mais desfavorecidos e promover a participação cívica da juventude;
- Aprovou a adesão ao Protocolo de Quioto à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e criou uma nova Direcção para os Assuntos Ambientais Internacionais, para gerir os trabalhos de responsabilidade internacional;
- Aprovou o Regime das Carreiras da Função Pública, que na perspectiva de uma Administração Pública mais eficaz, qualificada e motivada, cria agora as condições para a valorização das carreiras, a organização do sistema retributivo e a qualificação da Administração Pública de acordo com o mérito dos seus funcionários. Este é já um passo significativo para a reforma da Administração Pública, no sentido de combater a politização nos recrutamentos e promoções, apostando antes na equidade do sistema, dando a capacidade necessária aos agentes do Estado e assim modernizar a função pública;
- Aprovou uma proposta de resolução a apresentar ao Parlamento Nacional relativa ao Acordo entre os Governos de Timor-Leste e da Indonésia sobre mercados de fronteira, para permitir o acesso das populações fronteiriças de ambos os países aos mercados tradicionais;
- Criou a Direcção Nacional de Disseminação de Informação, para uma mais efectiva comunicação com a sociedade civil, garantindo a transparência do processo de governação e permitindo o acesso à informação de modo a desenvolver uma massa crítica e responsável, tolerante e inclusiva na sociedade;
- Realizou uma campanha activa contra a violência baseada no género e restabeleceu os “pontos focais de Género inter-ministeriais”, ou seja foi criado um ponto focal em cada Ministério e Secretaria de Estado, para participação em reuniões regulares e preparação de eventos, para que a promoção da igualdade do género seja transversal a toda a sociedade.

Execução Orçamental do Período de Transição

Senhor Presidente do Parlamento

Senhoras e Senhores deputados,

Para melhor ilustrar a actuação do Governo não basta descrever algumas das actividades realizadas e que não foram poucas! Temos que falar também na execução orçamental. O orçamento para o próximo ano só pode ser consistente e credível, se a execução orçamental do período anterior tiver alcançado resultados positivos e convincentes.

Sobre a execução orçamental, proponho o seguinte exercício comparativo:

O Orçamento do ano financeiro 2006-2007:

- Foi de 328.56 milhões de dólares, dos quais foram pagos 160.44 milhões, o que revela uma taxa de execução, em termos de caixa, de 49%;
- Das verbas transitadas de anos anteriores no montante de 46.32 milhões, foram pagos 20.07 milhões, ou seja 43%;
- Assim, de uma forma global, o total dos pagamentos foi de 180.51 milhões de dólares, ou seja, uma execução global de 48% - isto equivale a dizer que por semana foram pagos uma média de 3.47 milhões de dólares.

Sobre o Orçamento Transitório, de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2007, recordo que:

- O Relatório de Execução Orçamental referente ao período de 1 de Julho a 30 de Setembro revela que foram criadas dotações temporárias ao abrigo do regime duodecimal previsto no Regulamento 13/2001, no montante global de 42.24 milhões, relativos às categorias de salários e vencimentos e bens e serviços;
- Neste período foram pagos 18.32 milhões – o que dá uma média de 1.53 milhões por semana (12 semanas);
- O Orçamento para o período de transição, de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2007, que foi aprovado pela Lei n.º 9/2007 de 10 de Outubro, estimou um montante global de 116.41 milhões, dos quais foram pagos 45.59 milhões até dia 11 de Dezembro, o que equivale a 39%;
- De verbas relativas a anos anteriores num montante de 118.81 milhões de dólares foram pagos, em igual período, 35.40 milhões de dólares.

Senhoras e Senhores Deputados,

Desde o momento em que foi aprovado o Orçamento transitório e que o sistema financeiro ficou operacional, se do montante total pago de 80.99 milhões deduzirmos o que foi pago até 30 de Setembro (18.32 milhões), resulta que 62.67 milhões foram executados em pouco mais de sete semanas, ou seja, uma média de 8.95 milhões de dólares por semana.

Se abandonarmos a perspectiva de caixa e verificarmos a taxa de execução orçamental em termos de compromissos, tendo em conta o último relatório datado a 14 de Dezembro, esta é de 84,4 %!

Podemos concluir que este Governo obteve resultados positivos e que a boa execução do período de transição, de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2007, comprovados pelos números, são um indício promissor e um sinal de confiança para o desempenho orçamental do ano de 2008.

Apresentação do Orçamento Geral do Estado para 2008

Distintos Deputados

Senhoras e Senhores,

O Orçamento de Estado é um retrato das despesas e das receitas públicas que se prevêem para o próximo ano, sendo um importante instrumento de política económica. O Orçamento para 2008 é fruto de um exercício exaustivo para não aumentar demasiado a despesa pública (comparando com o ano financeiro 2006/07 houve um aumento de 19.5 milhões de dólares) e no entanto incutir reformas estruturais e fazer face às principais carências do País.

Isto só é possível através de uma canalização eficiente do orçamento para que este se reflicta em aspectos determinantes para a melhoria das condições de vida do povo timorense: a melhoria de infra-estruturas, a prestação de serviços fundamentais na área da saúde e educação e assistência social e na criação de emprego – estimulando um maior investimento estrangeiro, que conduzirá a uma recuperação sustentada e à redução de pobreza.

Os critérios que estiveram na base da preparação do Orçamento Geral do Estado, são os seguintes:

- Um Orçamento de Ponderação: na medida em que o montante atribuído a cada Órgão obedece a princípios de racionalização, razoabilidade e contenção – inquestionavelmente demonstrado através da política de gestão dos veículos do Estado, dos funcionários públicos e da não duplicação/sobreposição de projectos e despesas;
- Um Orçamento de Prioridades: na medida em que foram seleccionadas, do Programa do IV Governo Constitucional, as medidas mais urgentes de actuação para o ano de 2008 – nomeadamente a reforma administrativa e a consolidação da estabilidade e coesão nacional – de forma a criar condições para que nos próximos anos seja possível a redução de pobreza, através do crescimento sustentado da economia e do emprego;
- Um Orçamento de Transversalidade: na medida em que o Governo é uma máquina única constituída por várias peças que devidamente entrosadas actuam para o bem comum da Nação. É nesta óptica que projectos para a juventude, para a criação de emprego, para a formação e capacitação profissional, para a promoção da igualdade do género e para a unidade nacional, são transversais a todos os órgãos do Governo.

Receitas e Despesas

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados,

O total estimado das receitas para o ano de 2008 é de $1,385.6 milhões de dólares, deste montante 1,358.6 milhões provêem das receitas do petróleo e 27 milhões de fontes não-petrolíferas, incluindo os órgãos autónomos.

O rendimento sustentável do Fundo Petrolífero para o ano de 2008 é de 294 milhões, ou seja 3% da riqueza petrolífera estimada para o próximo ano.

O défice fiscal que é a diferença entre as despesas e as receitas não-petroliferas estima-se que seja de 321.1 milhões. O Governo irá financiar 294 milhões desse défice através do levantamento do Fundo Petrolífero, sendo os restantes 27.1 milhões da Conta do Tesouro do Estado.

Relativamente à utilização do montante retirado ao Fundo Petrolífero que tem provocado tanto ruído na opinião pública e especialmente entre alguns dos senhores deputados, gostaria de esclarecer o seguinte: o Governo não vai efectuar uma transferência do Fundo do Petróleo que exceda o Rendimento Sustentável Estimado para o próximo ano fiscal.

A Lei permite o levantamento de 294 milhões, para ser utilizado de acordo com o interesse nacional. Tendo em conta que este montante vai ser utilizado em áreas de infra-estruturas, saúde, educação, formação e desenvolvimento rural, sem as quais é impossível combater a pobreza generalizada, parece-nos evidente o interesse público!

Este Governo reconhece que o Fundo tem sido gerido de forma prudente, responsável e transparente, de acordo com o previsto na Lei, e congratula-se por saber que este ficou em 3º lugar, como um dos melhores a nível mundial. Este Governo está consciente que o Fundo Petrolífero deverá contribuir para uma gestão sensata dos recursos petrolíferos para benefício da geração actual e das gerações vindouras mas também acredita ser possível uma gestão ainda mais eficaz.

Aprendemos com a experiência norueguesa, que serviu de modelo ao fundo timorense, que uma gestão prudente e responsável poderá criar uma riqueza incontestável para o benefício das futuras gerações. Estes, que têm biliões de coroas norueguesas no banco, adoptaram correr o menor risco possível, não procurando ganhos a curto prazo. Mesmo assim, actualmente as receitas provenientes do sector petrolífero norueguês são investidas em 42 mercados diferentes e 31 moedas diferentes.

Senhoras e senhores deputados,

Concordarão certamente comigo, que não é possível comparar o nível de vida da população norueguesa com a de Timor-Leste! A pobreza continua a ser uma realidade no País, onde cerca de 41% da população vive abaixo do limiar da pobreza, com 0.55 dólares por dia. Esta realidade sugere que demasiada prudência é uma contradição.

- O que será das futuras gerações se não se investir já na geração actual?

- O que será das futuras gerações, cujos antepassados morreram na sua maioria na miséria: vitimas de fome, doença e abandono? Os mesmos heróis que contribuíram para a independência nacional.

- O que será das futuras gerações se não se começarem já a criar as condições essenciais ao desenvolvimento do País?

- O que será das futuras gerações se não houver recursos humanos qualificados?

Queremos manter o fundo com um alto padrão de qualidade mas também dar qualidade de vida ao povo e fazer com que este usufrua dos bens que são da Nação. Utilizar o fundo de forma sustentável é usar esse dinheiro de forma a criar um crescimento sustentável e isso implica investir desde já na actual geração e potenciar ainda mais as receitas do sector petrolífero.

Assim, a transferência do Fundo para o Orçamento de Estado será feita ao mesmo tempo que se criam mecanismos para uma boa execução orçamental, senão não vale a pena. Só porque os Governos anteriores não foram capazes de executar todo o seu orçamento não podem agora antecipar que o actual Governo não o vai fazer. Se não estivéssemos empenhados em reformar e melhorar o sistema, os quatro partidos que constituem a AMP, não tinham formado Governo.

Tem sido importante para Timor-Leste aumentar gradualmente a sua capacidade interna para poder estabelecer uma gestão sólida e sustentável do Fundo Petrolífero. Até aqui esta estratégia tem sido bem sucedida. Contudo, o valor do Fundo Petrolífero está a aumentar gradualmente, havendo potencial para um maior aumento no retorno dos investimentos. Assim sendo, estamos a considerar a actual estratégia de investimento e a gestão do Fundo com vista a explorar ao máximo as possibilidades dentro da Lei do Fundo Petrolífero, no sentido de maximizar o valor total das receitas provenientes do sector petrolífero.

De acordo com o N.º 3 do Artigo 14.º da Lei do Fundo Petrolífero, os instrumentos considerados como instrumentos qualificados na Lei serão revistos pelo Governo e aprovados pelo Parlamento no final dos primeiros 5 anos da existência do Fundo Petrolífero, tendo atenção à dimensão do Fundo Petrolífero e ao nível de capacidade institucional. O Governo irá dar início a este processo de revisão no ano de 2008.

Portanto, senhoras e senhoras deputados, não vamos fazer do Fundo do Petróleo uma bandeira política. Os recursos naturais são propriedade do Povo e devem ser usados de forma justa e de acordo com o bem da Nação. As mudanças que queremos implementar, serão consensuais, porque o Fundo do Petróleo só será bem gerido, se houver um equilíbrio entre a gestão dos recursos e a melhoria de condições de vida da população timorense.

Senhor Presidente

Distintos Deputados,

Na sequência da crise do ano passado, houve uma contracção do PIB não petrolífero em cerca de 6%, o que veio interromper a melhoria gradual que se vinha a registar desde 2002. No entanto, este ano houve já uma recuperação da economia na ordem dos 8% (excluindo as actividades das Nações Unidas), pois houve gastos governamentais mais elevados e uma maior presença internacional o que de certa forma compensou o impacto negativo na agricultura causado pelas secas e pelas pragas de gafanhotos. Crê-se que estes gastos tenham impulsionado o investimento para 25% do PIB não-petrolifero em 2007, com o investimento público a constituir 80% do investimento total.

A inflação anual atingiu o seu pico em Fevereiro de 2007, quando chegou aos cerca de 17% devido à escassez de arroz a nível regional e de perturbações no fornecimento local provocadas por distúrbios. Já em Setembro deste ano

desceu para os 7,2%, sendo espectável que continue a descer à medida que os impactos dos choques vá sendo ultrapassado.

A nossa estratégia é evitar novas perturbações ou gastos públicos excessivos para conseguir evitar a subida de preços domésticos, só assim se pode garantir que não baixem os rendimentos reais, que seria muito prejudicial aos pobres, e que não haja redução da competitividade do sector privado não-petrolífero.

A agenda deste Governo pode impulsionar o crescimento económico que é o factor mais importante para a redução da pobreza, ambicionando assim uma taxa de crescimento do PIB não petrolífero real de 7 a 8% por ano. Esta estratégia assenta num aumento substancial do investimento público, possibilitado pelas receitas petrolíferas, bem como em esforços para fortalecer o ambiente empresarial geral, de modo a que o sector privado se venha a tornar a principal fonte de crescimento e criação de emprego a longo prazo.

Senhoras e senhores,

O Orçamento Geral do Estado para 2008 é de 348.1 milhões de dólares, apenas 3% superior ao orçamento para o ano fiscal de 2006/07, porém como são esperados passos concretos com vista à melhoria da execução orçamental, acreditamos em melhorias significativas nos gastos concretos. Caso sejam executados na totalidade, os gastos globais monetários em 2008 deverão aumentar em cerca de 80% em comparação com os verificados no ano fiscal de 2006/07.

O Orçamento para 2008 foi desenhado com o objectivo de concretizar reformas estruturais para enfrentar problemas que não podem ser mais adiados. Três grandes iniciativas irão definir as bases de uma boa governação e profissionalismo e verdadeiramente marcar 2008 como o Ano da Reforma Administrativa:

O Governo da AMP está determinado a criar uma função pública devidamente qualificada, eficaz e independente, livre de corrupção ou influência externa. Uma função pública que serve verdadeiramente o povo e que seja capaz de efectivamente cumprir o Programa do Governo para melhorar a prestação de serviços.

Para cumprir estes objectivos, o orçamento prevê um financiamento no valor de 154 mil dólares para estabelecer uma Comissão da Função Pública, cuja legislação será proposta ao Parlamento Nacional já no primeiro trimestre de 2008. Esta Comissão irá assessorar o Governo em assuntos relacionados com a eficiência e eficácia da administração pública e na gestão do desenvolvimento dos recursos humanos.

A Comissão da Função Pública irá garantir a nomeação e promoção dos funcionários com base no mérito e coordenar e dar formação e oportunidade de desenvolvimento. Será ainda responsável pela resolução de litígios, aplicação de sanções disciplinares e proceder à classificação de cargos, subsídios e outros direitos dos trabalhadores. Esta medida insere-se na política já anunciada do Governo de manter os actuais funcionários públicos mas recolocando-os de acordo com as áreas prioritárias do Governo.

Pela primeira vez, temos um Governo verdadeiramente empenhado em minimizar o risco de corrupção no nosso País. Para reforçar estes esforços iremos também começar a preparar a criação de um novo órgão, a Comissão Anti-

Corrupção de Timor-Leste, que irá desenvolver uma Estratégia Nacional de Anti-Corrupção que prevê mecanismos concretos e coercivos para um mais eficaz combate à corrupção.

Por outro lado, o orçamento também irá dar um impulso significativo ao Gabinete do Inspector-Geral, para que este se torne o órgão responsável pela realização de auditorias aos departamentos e agências do Governo, o que permitirá a eliminação gradual do actual regime em que o Ministério das Finanças contrata agências privadas para levar a cabo auditorias aos departamentos governamentais.

A par da reforma da administração pública, serão introduzidas outras reformas como é o caso da reforma do Ministério das Finanças, que passa por optimizar a gestão do aprovisionamento e permitir a descentralização destes serviços de forma a garantir a maximização das aquisições e um bom serviço público. Esta iniciativa juntamente com o desenvolvimento de uma nova política macroeconómica e tributária irá facilitar a transparência, responsabilização e eficiência da gestão das finanças públicas.

Distintos deputados,

Uma das grandes prioridades deste Governo para o ano de 2008 é a Consolidação da Segurança e Estabilidade Nacional, para o que estamos a desenvolver os seguintes projectos:

- Estabelecimento de politicas tendentes a apoiar a resolução pacífica do problema dos peticionários, em diálogo com todos os parceiros da sociedade. A verba orçamentada, no valor de 5 milhões, será disponibilizada para actividades de reconciliação e para apoiar a sua reinserção social;
- Estabelecimento de um mecanismo para tornar a sociedade civil consciente do seu papel no desenvolvimento e contribuir para a estabilidade da Nação;
- Reforma do sector da defesa e segurança e capacitação institucional da PNTL e das F-FDTL;
- Reestruturação do Serviço Nacional de Segurança do Estado;
- Apoio a indivíduos e famílias que foram deslocados dos seus lares através de um fundo de 15 milhões de dólares para:
    - A reconstrução de casas para aqueles que perderam os seus lares na crise recente;
    - O fornecimento de bens e materiais para apoiar os deslocados e suas famílias a reconstruírem as suas casas nos distritos;
    - Em complemento dos fundos destinados a apoiar a reconstrução de casas, estabelecer um fundo adicional para fornecer ajuda financeira e apoio social aos deslocados para regressar às suas vidas e lares.

O tema dos deslocados é um tema muito sensível à nossa sociedade e quem não conseguiu resolver o problema no passado, vem agora exigir uma solução rápida e popular. Todos sabemos a complexidade subjacente a este tema e os seus contornos políticos, sociais e económicos. É imperativo acabar com os campos de deslocados mas também é dever do Estado o respeito pelos direitos humanos e a sua obrigação de protecção aos mais vulneráveis.

O Governo vai oferecer várias opções aos deslocados, para que estes tenham o poder de decisão em áreas chave que afectarão os seus futuros, assegurando os seus direitos e dignidade mas não irá fechar os olhos a certos oportunismos. Refiro-me àqueles que são recém-chegados e que agora pretendem o mesmo estatuto na expectativa de receber assistência. Estes estão a atrasar ainda mais o processo e a criar uma situação de injustiça para com as verdadeiras vítimas da crise.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores deputados,

O ano de 2008 será um ano para preparar e executar as políticas de base e implementar as reformas que permitam um combate eficaz contra a pobreza, a implementar durante o mandato do Governo da AMP, através do incremento do crescimento económico gerado pelos investimentos públicos, pelo aumento dos investimentos do sector privado e por uma maior segurança alimentar, consequente do aumento da produtividade e diversidade agrícola.

A mudança fundamental que este Governo aponta é no uso de recursos públicos em função de políticas dirigidas aos pobres e à criação de apoios sociais aos grupos mais vulneráveis. Por isso, através de transferências públicas, iremos financiar directamente as camadas da população que necessitam de apoio urgente. Destinámos 63.9 milhões de dólares para nomeadamente:

- Disponibilizar fundos na ordem dos 5 milhões para organizações religiosas em todo o País, incluindo a Igrejas Católica e outras confissões religiosas, assim como outras organizações da Sociedade Civil, para que estas prestem serviços sociais essenciais à população;
- Disponibilizar subsídios às iniciativas das associações e grupos juvenis, para actividades culturais e artísticas, e iniciativas para o desenvolvimento de capacidades desportivas, incluindo subsídios às federações e associações desportivas, apoiando-as na organização de actividades desportivas em todo o País, com um investimento total de 800 mil dólares, de acordo com os objectivos definidos na Política Nacional da Juventude;
- Apoiar iniciativas de formação profissional para assegurar o fornecimento de serviços de qualidade às comunidades e atribuição de bolsas a formadores profissionais em áreas prioritárias, no valor de 250 mil dólares;
- Atribuir fundos para a implementação de projectos-piloto na área da reflorestação com enfoque na criação de emprego e no envolvimento das comunidades, no valor de 1 milhão de dólares.
- Disponibilizar um fundo de 251 mil dólares, para apoiar a pesquisa de fontes alternativas de energia para fornecer energia ao povo. Este fundo financiará os projectos de bio gás e bio diesel em sucos a seleccionar e a aquisição de equipamentos para o projecto da Mini-hidroeléctrica em Maununo e energia solar para os centros comunitários;
- Continuar o programa de alimentação escolar, para fornecer uma refeição por dia às crianças nas escolas de todos os distritos, de modo a encorajar a assiduidade e a melhorar a capacidade dos jovens para a aprendizagem e apoio a cada escola em Timor-Leste com financiamento directo calculado com base no

número de alunos, com prioridade para as comunidades locais, num montante total de 2.5 milhões para todas as iniciativas;

- Continuar a apoiar a administrações do território em cada distrito de Timor-Leste, atribuindo para isso uma verba de 2.29 milhões;
- Disponibilizar um fundo de 1 milhão para apoiar a formação no estabelecimento, organização e gestão, incluindo financeira, das cooperativas e pequenas empresas, em particular nas áreas rurais e sector agrícola;
- Apoiar, com um transferência de 1.55 milhões, as comunidades locais, no desenho, desenvolvimento e implementação de pequenos projectos com benefício imediato nas comunidades rurais em coordenação com outros ministérios e autoridades locais;
- Atribuir um fundo de 2 milhões para o desenvolvimento comunitário, que consiste no financiamento de comunidades rurais, para desenvolverem actividades que criem benefícios económicos e melhoria da produtividade agrícola ou infra-estruturas agrícolas locais;

Senhor Presidente

Distintos deputados,

O Orçamento de 2008, pela primeira vez, tem uma forte componente dirigida a políticas sociais, garantindo apoios a quem mais precisa deles:

- Iniciaremos o pagamento de pensões aos idosos, num total de 6.2 milhões, tendo em consideração que os idosos estão sobretudo no interior do País. Mais de metade dos subdistritos de Baucau, Viqueque e Lautem tem uma elevada percentagem de pessoas com mais de 65 anos e nada é mais justo do que combater a pobreza dos nossos catuas;
- Atribuiremos fundos para providenciar assistência financeira a crianças em risco pelo facto de serem órfãs ou que estão em circunstâncias em que a mãe não pode providenciar o cuidado que estas necessitam e àqueles que estão gravemente doentes e necessitam de ajuda, num total de 1.2 milhões;
- Assistiremos os mais vulneráveis da nossa comunidade: deslocados, vítimas de guerra e incapacitados para que estes possam reintegrar-se na sociedade em que vivem. Está ainda previsto apoiar organizações que ajudam as pessoas mais necessitadas e portadoras de deficiência, num total de 1.3 milhões;
- Iniciaremos o pagamento de pensões aos antigos combatentes da Libertação Nacional, no valor de 16 milhões, a pagar através de três tipos de categorias diferentes: i) Pensão Especial de Subsistência para aqueles que têm agora mais de 55 anos e que participaram entre 8 a 14 anos na luta, ou para aqueles que ficaram incapacitados; ii) Pensão Especial de Reforma, consoante o posto ocupado e período de tempo como combatente, desde que tenham mais de 15 anos de militância; e iii) Pensão Especial de Sobrevivência, para viúvas, órfãos, pais idosos, ou irmãos de mártires da Libertação Nacional.

Distintos deputados,

Este Governo vai iniciar, no próximo ano, uma série de projectos de desenvolvimento com vista à reabilitação e construção de infra-estruturas essenciais, como estradas, pontes e outras vias de comunicação e um sistema integrado de comunicações. Está ainda orçamentado a reabilitação e construção de infra-estruturas na área da justiça (incluindo prisões), hospitais e centros de saúde em todo o território, escolas e armazéns que constituirão uma importante reserva para a segurança alimentar.

Não me podendo alargar mais na descrição de todas as iniciativas que iremos implementar, gostaria de sublinhar que o Governo da AMP irá, durante o ano de 2008, mobilizar investimento estrangeiro e convencer investidores credíveis a apostar em Timor-Leste, parte integrante da estratégia do Governo em acelerar o crescimento económico, em articulação com o desenvolvimento humano e a criação de emprego, como principais meios para redução de pobreza.

Esta estratégia inclui a criação de uma Unidade de Planeamento Estratégico e Investimento que irá desenvolver planos concretos e consertados, de acordo com as principais prioridades para o desenvolvimento sustentável nacional. Esta Unidade estará em estreita articulação com a equipa responsável pela produção de um segundo Plano de Desenvolvimento Nacional, que fará o trabalho de levantamento e consulta alargada para averiguar as necessidades reais do País.

Senhor Presidente

Distintos deputados

Senhoras e senhores,

Um ano é um período demasiado longo para quem anseia ver as suas necessidades mais elementares satisfeitas mas demasiado curto para implementar todos os programas necessários à modernização e desenvolvimento socio-económico de um País. O Orçamento que acabo de apresentar pauta-se por uma escolha responsável das prioridades, que são exequíveis de implementar no período de um ano e abrir o caminho para a verdadeira mudança rumo ao desenvolvimento sustentável.

O Programa do IV Governo Constitucional será testado em 2008. A magnitude da implementação dos programas previstos para 2008 será o teste da habilidade de governar nos próximos quatro anos, até 2012. Com reformas, com trabalho e responsabilidade vamos fazer de Timor-Leste um País melhor para os nossos filhos.

Confiantes de que este é o Orçamento de Estado que Timor-Leste precisa e que nos coloca na direcção de um futuro melhor, ligando o curto-prazo com o longo-prazo, estamos receptivos às valiosas contribuições que os senhores deputados irão dar para o futuro do País.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão

18 de Dezembro de 2007

Parte 2 Sintese do OGE 2008

Orçamento de Fontes Combinadas

O orçamento de fontes combinadas está estimado em $529 milhões, de dólares, dos quais $348.1 é financiamento Nacional e 180.5 financamento dos parceiros de desenvolvimento. No financiamento externo não estão incluídos os encargos com os serviços de segurança fornecidos pela Força de Estabilização Internacional e pela Polícia das Nações Unidas. Os Quadros 2.1 e 2.2 contêm o resumo do orçamento combinado e respectivas fontes de financiamento desde 2006-07 até 2011.

Quadro 2.1

Orçamento de Fontes Combinadas 2006-07 to 20011 ($m)[1]

	06-07 (m)	2007 (m)	2008 (m)	2009 (m)	2010 (m)	2011 (m)	Total 4 year (m)
Total das Receitas	1,063.8	714.3	1,385.6	1,185.1	1,257.5	1,250.4	5,078.6
Total das Despesas	161.9	114.9	347.8	282.9	272.3	278.8	1,181.8
Saldo Fiscal	901.9	599.3	1,037.9	902.2	985.2	971.6	3,896.8
Saldo Fiscal Não Petrolífero	(102.5)	(98.0)	(320.8)	(256.3)	(244.9)	(214.7)	(919.9)
Financiamento dos Parceiros Confirmado	-	98.5	154.7	114.2	74.5	46.3	389.7
Total Fontes Combinadas	161.9	213.4	502.5	397.2	346.8	325.1	1,571.5

Quadro 2.2

Financiamento Orçamento de Fontes Combinadas 2006-07 to 2011 ($m)

	2006-07 Actual	2007 Estimativa	2008 Estimativa	2009 Estimativa	2010 Estimativa	2011 Estimativa	Total Anos
Receitas	**59.3**	**115.5**	**181.7**	**140.8**	**102.0**	**540.0**	**964.4**
Receitas Domésticas	40.9	14.4	20.7	20.1	20.8	76.0	137.6
Apoio Directo ao Orçamento	11.4	-	-	-	-	-	-
Receitas Agências Autónomas	7.0	2.5	6.3	6.5	6.7	22.0	41.6
Financiamento Confirmado dos Parceiros	-	98.5	154.7	114.2	74.5	46.3	389.7
Despesas	**161.9**	**213.4**	**502.5**	**397.2**	**346.8**	**325.1**	**1,571.5**
Recorrente	150.2	201.9	428.5	347.7	314.9	294.2	1,385.3
Fundos Orçamento do Estado	*150.2*	*110.5*	*280.1*	*235.4*	*240.8*	*248.3*	*1,004.6*
Fundos dos Parceiros de Desenvolvimento	*-*	*91.4*	*148.4*	*112.3*	*74.1*	*46.0*	*380.7*
Capital	11.6	11.5	73.9	49.4	32.0	30.9	186.2
Fundos Orçamento do Estado	*11.6*	*4.4*	*67.6*	*47.5*	*31.6*	*30.6*	*177.3*
Fundos dos Parceiros de Desenvolvimento	*-*	*7.1*	*6.3*	*1.9*	*0.4*	*0.3*	*9.0*
Fianciamento							
Transferências do Fundo Petrolífero	102.5	40.0	294.0	256.3	244.9	214.7	1,009.9
Conta do Tesouro	-	(58.0)	(26.8)	-	-	-	(26.8)

[1] Devido à insuficiência de dados o financiamento dos doadores para 06/07 não foi incluído. Informação sobre o financiamento das actividades dos doadores são estimativas e podem variar. Os valores de fundos externos serão confirmados após terminar o processo de negociação com os doadores.

A Economia

Pensa-se que a economia não petrolífera tenha recuperado em 2007, crescendo na ordem dos 8% (excluindo as actividades da ONU). Observou-se que em 2007 houve gastos governamentais mais elevados e uma maior presença internacional, o que de certa forma compensou o impacto negativo causado pela seca e por pragas de gafanhotos que condicionaram o sector agrícola.

A recuperação da economia constata-se facilmente por um aumento significativo no comércio. O total das importações nos primeiros sete meses de 2007 foi de $91 milhões, o que significa um aumento de 80% em relação à média mensal em 2006. Este aumento deriva de um grande crescimento nas compras de bens capitais, tais como maquinaria e equipamento de transporte, entre outros. As exportações, na sua maioria café, são muito inferiores e totalizaram menos de $1 milhão entre Janeiro e Julho de 2007.

A inflação anual atingiu o seu pico em Fevereiro de 2007, tendo chegado a cerca de 17%, devido à escassez de arroz a nível regional e de perturbações no fornecimento local provocadas pelos distúrbios. Subsequentemente a inflação desceu para os 7,2% em Setembro de 2007, sendo esperado que continue a descer à medida que o impacto dos choques no fornecimento vá sendo ultrapassado.

O orçamento do Governo para 2008 dará um estímulo adicional à economia e apoiará o desenvolvimento a longo prazo. Situando-se acima dos 348.1 milhões, o total dos gastos orçamentais é apenas 3% superior ao orçamento para o ano fiscal de 2006/07, porém são esperados passos com vista à melhoria da execução orçamental, os quais deverão resultar em melhorias significativas nos gastos concretos. Caso sejam executados na totalidade, os gastos globais de dinheiro em 2008 deverão aumentar cerca de 80% em comparação com os verificados no ano fiscal de 2006/07. Para além disto, uma série de projectos de infra-estruturas de grande dimensão, actualmente em fase de planeamento, darão um apoio essencial ao desenvolvimento do País, visto que irão sendo concretizados ao longo de vários anos. De modo a contrariar as pressões inflacionárias associadas com a expansão da actividade do sector público, o Governo está empenhado em manter controlos apertados sobre as despesas e a atacar os engarrafamentos emergentes no lado da oferta da economia à medida que estes surjam. Isto irá ajudar a garantir que os gastos acrescidos tenham reflexo em resultados de qualidade.

No cômputo geral, está previsto que a economia não petrolífera cresça 6.5% em 2008. Este crescimento é motivado sobretudo por um aumento nos gastos públicos, reflectindo-se num maior orçamento do Governo e na melhoria da sua implementação. É esperado que o sector agrícola continue relativamente baixo, de acordo com as tendências recentes. O resto do sector privado beneficia de menos perturbações de segurança e dos efeitos indirectos de uma maior presença internacional. Não obstante as melhorias nas áreas da construção e dos serviços, o sector privado é relativamente pequeno e o Governo continua a ser o motor do crescimento, com o investimento privado a representar apenas uma pequena fracção do total.

Receitas, Rendimento Sustentável e Fundo Petrolífero

O rendimento actualizado do petróleo no ano fiscal 2006-07, excluindo os rendimentos dos fundos de investimento, foi de 956.2 milhões de dólares. Para 2008, esse mesmo rendimento estima-se em 1,249.9 milhões de dólares.

O Rendimento Sustentável Estimado (RSE) para o orçamento de 2008 é de 294 milhões de dólares, que representa um aumento de 23 milhões de dólares comparado com o mesmo período do orçamento transitório de 2007.

Quadro 2.3

Receitas Petrolíferas e Rendimento Sustentável[2]

	06-07	2007	2008	2009	2010	2011
Rendimento Sustentavel	283.3	133.0	294.0	298.0	301.7	305.4
Levantamentos Estimadas/Actua	260.1	40.0	294.0	298.0	301.7	305.4

As receitas domésticas para o período de transição de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2007 estimam-se em 17 milhões e para 2008 estimam-se em 27 milhões de dólares. Esta estimativa inclui as reformas planeadas para o sistema fiscal de Timor-Leste que reduzirá as receitas domésticas em aproximadamente 50%.

Em 2008, o Governo propõe-se reformar o sistema fiscal tendo em vista melhorar a competitividade de Timor-Leste na região em que o País se insere. Mais adiante, são fornecidos alguns elementos desta reforma.

No que respeita ao Fundo Petrolífero, o Governo pretende diversificar e contratar gestores externos para gerir parte substancial do portfólio do fundo, tendo já autorizado a Autoridade Bancária e de Pagamentos (ABP) a iniciar negociações com o Banco Mundial e o Banco Internacional de Pagamentos (*Bank for International Settlements*), dois dos investidores externos não comerciais de maior renome.

O Governo considera também alargar o universo dos investimentos e incluir outros activos fixos no portfólio. Existem outros rendimentos de activos fixos com maior retorno que os títulos do Governo americano.

Estima-se que o Fundo Petrolífero atinja em Dezembro de 2008 os 3,116 milhões de dólares e em Dezembro de 2011 aumente para 5,785.9 milhões.

Quadro 2.4

Saldos Estimados do Fundo Petrolífero 2006-07 até 2011 ($m)

	06-07	2007	2008	2009	2010	2011
Saldo de Abertura	649.8	1,394.2	2,051.5	3,116.1	3,976.7	4,905.0
Receitas Petrolíferas	956.2	634.1	1,249.9	1,009.2	1,043.1	961.3
Juros	48.3	63.2	108.7	149.3	186.9	225.0
Transfarencia	260.1	40.0	294.0	298.0	301.7	305.4
Saldo ao Fim do Ano Fiscal	1,394.2	2,051.5	3,116.1	3,976.7	4,905.0	5,785.9

[2]O orçamento supor que a despesas futura do Governo vão chegar aos níveis de rendimento sustentávls. As estimativas de despesas para os anos depois de 2008 são mostram despesas concretizadas.

Orçamento Geral do Estado de Timor-Leste

O orçamento de 2008 é o primeiro orçamento anual do IV Governo Constitucional, desenhado para fornecer um contributo mais substancial para a resolução dos problemas ligados à pobreza nacional, ao mesmo tempo que introduz um processo de reforma na administração dos serviços públicos e um novo Plano Nacional de Desenvolvimento. O Governo permanece empenhado em assegurar um forte crescimento económico como uma das políticas chave para reduzir a pobreza nacional. O Governo manterá níveis altos de despesa pública e assegurará a melhoria da execução orçamental de modo a criar um ambiente favorável ao crescimento do sector privado e do investimento, suportes do emprego e da criação de postos de trabalho. O Orçamento do Estado para 2008 mantém a prioridade de melhorar a prestação de serviços essenciais e o apoio aos veteranos e grupos vulneráveis. Promoverá também o restabelecimento da segurança em todo o País e o aumento da prestação de serviços à comunidade nas áreas de:

- - Saúde;
- - Educação;
- - Agricultura;
- - Bem-estar social;
- - Desenvolvimento de recursos humanos.

O Orçamento Geral do Estado para 2008 é de 347.7 milhões de dólares, que representa um aumento de 8,0% quando comparado com o orçamento anual do período transitório. A projecção da despesa constante do Quadro 2.5 mostra um decréscimo na despesa, contudo estas estimativas só consideram as actividades concretas planeadas pelo Governo e não incluem despesa prevista ainda não justificada.

Quadro 2.5

Despeas do Orçamento Geral do Estado de Timor-Leste Todo o Estado 2006-07 até 2011 ($m)

	06-07	2007	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Total das Despesas	**160.4**	**116.4**	**347.8**	**280.1**	**269.0**	**1,013.3**	**1910.1**
Salários e Vencimentos	33.8	19.5	48.0	52.2	**53.2**	54.2	**207.6**
Bens e Serviços	93.9	73.1	143.7	138.8	**143.0**	148.3	**573.8**
Capital Menor	9.3	3.0	24.5	0.0	**0.0**	-	**24.5**
Capital Desenvolvimento	11.7	8.7	67.6	47.5	**31.6**	30.6	**177.3**
Transfarências	11.8	12.1	63.9	41.6	**41.2**	41.3	**187.9**

Salários e Vencimentos

O total dos salários em 2008 inclui o subsídio dos funcionários públicos criado depois da crise de 2006 e mantido no orçamento transitório de 2007. Anteriormente o subsídio foi incluído na categoria de "bens e serviços". A introdução do subsídio na categoria dos salários é a principal causa do crescimento da despesa nesta categoria. No número de funcionários registam-se apenas pequenos aumentos.

Como parte do processo de reforma administrativa o Governo vai continuar a desenvolver o Regime das Carreiras da Função Pública para implementação em 2008, que irá promover a eficiência na Administração Pública e desenvolver oportunidades de progressão na carreira.

Bens e Serviços

Como parte do compromisso de transparência e responsabilização do Governo no dispêndio dos dinheiros públicos, todos os órgãos e serviços do Estado terão de assegurar que a despesa é efectuada de acordo com as prioridades definidas e de forma transparente e eficaz. Os órgãos e serviços do Estado serão auditados regularmente e será disponibilizada informação financeira com carácter regular.

No seguimento da abordagem adoptada no orçamento transitório, onde houver possibilidade de aumentar a eficiência da despesa, e das funções administrativas como por exemplo: pagamento de rendas, encargos das instalações e despesas de deslocação, serão centralizadas em cada Ministério. Dotações substanciais para todo o Governo, como por exemplo, para combustível, quotas de organismos internacionais e encargos com deslocações ao estrangeiro, permanecem centralizadas no Ministério das Finanças. O subsídio dos funcionários públicos deixou de estar incluído na categoria de bens e serviços.

Transferências Públicas

As transferências públicas são um excelente método de financiar directamente camadas da população a necessitar de apoio urgente. Em 2008, O Governo assegurará a gestão de programas de transferências até ao montante de 63.9 milhões de dólares para efectuar os pagamentos aos veteranos e benefícios aos idosos e grupos mais desfavorecidos nas comunidades. O Governo também providenciará programas destinados a subsidiar a Igreja e outras confissões religiosas, as ONG's e grupos da sociedade civil para implementarem programas de prestação de serviços à população em áreas como a educação, o desporto, a formação e a investigação.

Algumas das principais actividades são:

- Assistência a grupos religiosos e da sociedade civil;
- Apoio aos Deslocados;
- Resolução da situação dos Peticionários;
- Actividades no âmbito da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto;
- Fundo de Desenvolvimento das Artes e Juventude;
- Fundo de Desenvolvimento do Desporto e Juventude;
- Actividades no âmbito da Secretaria de Estado para a Política Energética;
- Fundo para as Energias Alternativas;
- Apoio a outras actividades de formação profissional;

- Projecto-piloto de Emprego Comunitário;

- Pensões para os veteranos;

- Pensões aos ex-titulares e ex-membros dos órgãos de soberania;

- Programa de Subsídios Escolares;

- Transferência na área da Administração do Território;

- Fundo para apoiar as cooperativas;

- Fundo para apoiar o desenvolvimento rural;

- Apoio para os Idosos;

- Apoio durante os desastres nacionais;

- Fundo de Desenvolvimento das comunidades agrícolas;

Capital de Desenvolvimento

O Governo esta consciente das dificuldades em gastar nesta categoria de despesas. Por isso o programa para capital de desenvolvimento para 2008 é modesto mas realístico e irá melhorar as infra-estruturas e criar oportunidades de trabalho. As despesas de capital em 2006/07 foram $11.6 milhões, o Governo espera executar a maior parte dos $68 milhões orçamentados, assim como executar os valores transitados de 2006/07 e dos anos anteriores.

Quadro 2.6

Orçamento Geral do Estado Timor-Leste 2006-07 to 2011 ($m)[3]

	2006-07 Actual	2007 Estimativa	2008 Estimativa	2009 Estimativa	2010 Estimativa	2011 Estimativa	Total 4
Estado							
Receitas	**1,056.8**	**711.7**	**1,379.3**	**1,178.6**	**1,250.8**	**1,243.5**	**5,052.3**
Receitas Petrolíferas	1,004.5	697.3	1,358.6	1,158.5	1,230.0	1,186.3	961.3
Impostos e Direitos	954.1	634.1	1,249.7	1,009.0	1,042.9	961.1	953.9
Juros do Fundo Petrolífero	48.3	63.2	108.7	149.3	186.9	225.0	7.2
Outras Receitas Petrolíferas	2.1	-	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2
Receitas Domésticas	40.9	14.4	20.7	20.1	20.8	57.2	76.0
Imnpostos Directos	11.8	4.1	3.2	3.3	3.4	13.5	14.0
Impostos Indirectos	19.3	5.0	8.3	8.5	8.9	35.0	30.7
Taxas e Outros	4.7	2.3	5.1	5.2	5.4	5.6	18.0
Juros	5.1	3.0	4.1	3.0	3.1	3.1	13.3
Apoio Direito ao Orçamento	11.4	-	-	-	-	-	-
Despesas	**138.7**	**91.8**	**319.2**	**262.4**	**251.8**	**258.2**	**1,091.6**
Salários e Vencimentos	33.1	19.2	46.7	50.9	51.9	52.9	202.3
Bens e Serviços	73.2	57.5	124.4	122.5	127.2	133.5	507.6
Capital Menor	9.1	3.0	23.8	-	-	-	23.8
Capital Desenvolvimento	11.6	0.1	60.5	47.4	31.6	30.6	170.0
Transfarências	11.8	12.1	63.9	41.6	41.2	41.3	187.9
Subsídios	**16.1**	**20.6**	**22.2**	**14.1**	**12.9**	**9.2**	**58.4**
Subsidios Operacionais	16.1	16.3	15.0	13.9	12.9	9.2	51.1
Investimento nas Agências Autónomas	0.1	4.3	7.2	0.1	-	-	7.3
Saldo Orçamental Estado	**901.9**	**599.3**	**1,037.9**	**902.2**	**986.2**	**976.1**	**3,902.3**
Agências Autónomas							
Receitas	**23.1**	**23.1**	**28.5**	**20.5**	**19.5**	**16.1**	**84.7**
Subsídios do Governo	16.1	20.6	22.2	14.1	12.9	9.2	58.4
Receitas Proprias	7.0	2.5	6.3	6.5	6.7	6.8	26.3
Despesas	**23.1**	**23.1**	**28.5**	**20.5**	**20.5**	**20.6**	**90.3**
Salários e Vencimentos	0.7	0.5	1.4	1.3	1.3	1.3	5.4
Bens e Serviços	22.1	16.3	19.3	19.1	19.2	19.3	76.9
Capital Menor	0.2	2.1	0.7	-	-	-	0.7
Capital Desenvolvimento	0.1	4.3	7.2	0.1	-	-	7.3
Subvenções e Pagamentos Públicos	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Orçamental Agências Autónomas	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.0)**	**(4.6)**	**(5.6)**
Receitas do Estado Total	**1,063.8**	**714.3**	**1,385.6**	**1,185.1**	**1,257.5**	**1,250.4**	**5,078.6**
Receitas Nao Petrolíferas Total	**47.9**	**17.0**	**27.0**	**26.6**	**27.5**	**64.1**	**102.3**
Despesas Total - Todo o Estado	**160.4**	**116.5**	**347.8**	**282.9**	**272.3**	**278.8**	**1,181.8**
Saldos Fiscais							
Saldos Fiscal	901.9	599.3	1,037.9	902.2	985.2	971.6	3,524.5
Saldo Fiscal para Todo o Estado	(102.5)	(98.0)	(320.8)	(256.3)	(244.9)	(214.7)	(919.9)
Saldo Fiscal para Todo o Estado (não petrol	-	-	-	-	-	-	-
Financiamento Atraves Fundo Petrolífero	102.5	40.0	294.0	256.3	244.9	214.7	835.2
Financiament atraves a Conta do Tesouro	-	58.0	26.8	-	-	-	84.7

[3] Esta classificação do orçamento é baseado nas classificações de despesas públicas do sistema GFS públicado pelo FMI.

Parte 3 – 2008 Ano da Reforma e da Estabilidade

O ano de 2008 será o ano da reforma para garantir a eficiência na Administração Pública, assegurar a estabilidade e segurança do País, a redução da pobreza, de forma a colocar Timor-Leste no caminho do desenvolvimento sustentável e desta forma atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Os distúrbios ocorridos em 2006 representaram um enorme retrocesso em termos políticos, sociais e económicos, encontrando-se o País em fase de recuperação.

Um número significativo de infra-estruturas públicas e privadas foram danificadas na crise de 2006 e continuam inutilizáveis. Por todo o País, muitas pessoas continuam deslocadas e incapazes de regressarem aos seus lares ou retomarem os seus trabalhos, desagregando assim as comunidades e a economia local.

Muitas pessoas continuam a viver em campos internos de deslocados. Adicionalmente, os problemas de segurança ocorridos na primeira metade de 2007 provocaram danos em edifícios públicos e residências privadas em Díli e nos distritos.

A natureza também provocou alguns retrocessos, nos distritos, os agricultores tiveram de lidar também com inundações, secas, más colheitas e pragas, o que teve impacto na segurança alimentar e na subsistência rural. Estes casos criaram novos desafios a ultrapassar, para além do já conhecido problema da pobreza nacional generalizada.

O ano de 2007 foi um ano de transição e de mudança para Timor-Leste. As eleições Presidenciais e Legislativas desde a Independência vieram alterar significativamente a conjuntura política permitindo o regresso a uma situação de estabilidade política desde os distúrbios ocorridos em 2006 de que resultaram vários retrocessos a nível social, político e económico.

Enquanto persistem significativos problemas, no ano de 2007 tem sido também um ano de expressivas mudanças.

Registaram-se melhorias na capacidade e volume dos serviços públicos prestados. O inquérito interno ao nível de vida em Timor-Leste (LPVTL, Setembro de 2007) demonstrou avanços significativos desde 2001 no que diz respeito ao acesso aos serviços públicos essenciais tais como: escolas, clínicas, electricidade, água, estradas e outros bens essenciais. Em particular, os serviços de saúde e de educação cresceram quer em quantidade quer em diversidade de serviços, especialmente no acesso ao ensino primário. Em vários distritos, estão em curso projectos de controlo de cheias, de água e de saneamento.

A expansão dos serviços de electricidade nos distritos e a reparação e desenvolvimento do fornecimento de electricidade em Díli está em curso. A introdução do serviço de barco Nakroma veio melhorar as opções de navegação e transporte de pessoas e mercadorias. Encontram-se em curso outros programas de melhoria, reparação e manutenção de infra-estruturas, designadamente estradas e pontes, tendo em vista assegurar melhores opções em termos de transportes terrestres.

Todavia, o nível da pobreza em Timor-Leste é tal que estes ganhos são apenas os primeiros pequenos passos no longo caminho rumo ao desenvolvimento. O rápido crescimento populacional de Timor-Leste obriga a que os serviços públicos essenciais como: a educação, a saúde e a agricultura, continuem a expandir-se a uma taxa elevada. A pobreza e a vulnerabilidade à pobreza continuam a ser uma preocupação generalizada, como resultou claro no impacto que os problemas de segurança e os desastres naturais de 2006 e 2007 tiveram na população.

O IV Governo Constitucional delineou um plano de mudança e reforma para combater a pobreza.

O Governo comprometeu-se também a resolver os problemas subjacentes à recente crise de segurança e a responder às necessidades do povo de Timor-Leste.

Estas prioridades encontram-se descritas de forma detalhada no “Programa do IV Governo Constitucional, 2007-2012”, e resumidas no Quadro 3.1. da página seguinte:

Quadro 3.1

Programa do IV Governo Constitucional

I. Crescimento económico 1. Agricultura 2. Pescas e aquacultura 3. Pecuária 4. Recursos naturais 5. Política energética 6. Comércio, indústria, sector privado e cooperativas e serviços 7. Turismo	**V. Infra-estruturas e melhoria das condições de vida** 1. Habitação 2. Obras públicas 3. Electricidade, água e saneamento 4. Telecomunicações 5. Transportes 6. Ambiente, reflorestação e prevenção de desastres naturais
II. Reforma da gestão do Estado 1. Função pública 2. Organização administrativa do território 3. Finanças públicas 4. Combate à corrupção	**VI. Promoção da igualdade e da tolerância, segurança interna e fortalecimento da democracia** 1. Paz e segurança 2. Justiça 3. Comunicação social
III. Desenvolvimento das qualificações dos jovens e dos recursos humanos nacionais 1. Educação 2. Formação profissional e emprego 3. Arte e cultura 4. Desporto	**VII. Defesa nacional e política externa** 1. Defesa nacional 2. Negócios estrangeiros 3. Cooperação internacional
IV. Solidariedade, saúde e protecção social 1. Saúde 2. Combatentes da Libertação Nacional 3. Idosos e mulheres	

A situação em Timor-Leste é complicada e urgente.

O que criou um conflito entre a necessidade de acção imediata para combater a pobreza e as privações e a necessidade de um adequado processo de planeamento e consulta de forma a garantir que a resposta do Governo é apropriada, bem direccionada e garante soluções sustentáveis e a longo prazo.

O IV Governo Constitucional desenvolveu assim uma abordagem faseada para dar resposta imediata às necessidades urgentes, ao mesmo tempo que estabelece uma base sólida de planeamento e consulta para uma estratégia a longo prazo de combate à pobreza nacional.

O orçamento transitório de Julho-Dezembro de 2007 incidiu nas necessidades imediatas a curto prazo de melhoria da segurança e da estabilidade, apoio aos deslocados e implementação da nova estrutura do Governo.

O orçamento para 2008 foi desenhado de forma a fornecer uma contribuição mais substancial para as questões da pobreza nacional, ao mesmo tempo que introduz um processo de reforma e planeamento. As políticas do Governo encontram-se descritas no Capítulo 8 – Despesa.

O Governo irá também assegurar que os fundos são gastos de forma estratégica, transparente e eficaz. Os Ministérios e serviços do Governo serão auditados regularmente e serão desenvolvidas políticas administrativas claras de gestão e manutenção dos activos do Estado. O enfoque continuará a ser o da prestação de serviços públicos – desenvolver a capacidade do Governo para prestar serviços ao povo ou financiar outras entidades para prestarem os serviços, onde exista capacidade para o efeito, ao invés de meramente aumentar o património do Estado.

No início do ano de 2008 o Governo irá desenvolver um segundo Plano de Desenvolvimento Nacional, suportado por um projecto de planeamento económico adequado às reais necessidades do País e que irá contribuir para o desenvolvimento do mesmo a longo-prazo. Neste sentido, o ano de 2008 é considerado o ano da reforma porque irá restruturar a gestão do Estado com o objectivo de desenvolver e modernizar o País, de forma a alcançar significativos progressos na melhoria da qualidade de vida dos timorenses.

O desenvolvimento do plano do Governo a longo prazo terá início em 2009. Em princípios de 2008, o Governo irá receber os relatórios consolidados e análise do Inquérito ao Nível de Vida em Timor-Leste, 2007 (LPVTL). Este relatório conterá uma análise aprofundada da actual situação e das questões com que a população de Timor Leste se depara – população rural, urbana e em zonas remotas – em áreas como a saúde, a educação, a habitação, o emprego, o acesso aos serviços, as estradas, instalações e bens e acesso ao apoio social.

Este relatório foi preparado pela última vez em 2001, o novo relatório irá permitir a comparação do crescimento e das melhorias registadas desde essa data. É importante salientar e tem um grande significado o facto de este relatório estar a ser preparado inteiramente por peritos timorenses em estatística da Direcção de Estatística de Timor-Leste. Trata-se de uma análise gerida e conduzida localmente sobre as questões com que o País se depara, informação que será utilizada no planeamento e prestação de serviços a nível sectorial. Os Grupos de Trabalho Sectoriais irão utilizar esta informação para destacar áreas de mudança positiva onde o trabalho deve continuar ou ser alargado, bem como identificar prioridades e áreas onde seja necessário redefinir ou redireccionar políticas. Os Grupos de Trabalho Sectoriais irão igualmente consultar com os parceiros de desenvolvimento de Timor-Leste, com a sociedade civil e o sector privado a fim de obterem um entendimento consistente e desenvolverem um plano estratégico nacional de desenvolvimento consolidado.

O Orçamento para 2009 será alimentado por este processo de desenvolvimento das políticas. O Orçamento para 2009 irá também implementar e utilizar os processos e reformas concebidos durante 2008. Por exemplo, em 2008 será desenvolvido um quadro legal e organizacional tendo em vista remover os obstáculos ao desenvolvimento em áreas tais como o comércio, investimento, terras e propriedades e meios de comunicação social independentes. Serão também desenvolvidos processos e critérios para a concessão de bolsas de estudo, pequenos subsídios e serviços de apoio ao bem-estar.

Parte 4 – Declaração sobre a Igualdade do Género

Paralelamente à sua estratégia faseada de desenvolvimento das políticas, o Governo focar-se-á em 2008 no desenvolvimento de uma política integrada para as mulheres que inclua, entre outras, as questões do género, o desenvolvimento cultural, o estabelecimento de pontos focais nos distritos e o combate à iliteracia entre as mulheres. As mulheres são uma prioridade para as políticas sociais devendo as questões do género ser consideradas como parte das políticas que visam a criação de emprego, a educação, o desporto, a formação profissional e o desenvolvimento do espírito empresarial. O Governo promoverá também a criação de mecanismos que encorajem as mulheres a participar nas actividades políticas e que apoiem as questões ligadas à violência doméstica.

O processo será iniciado através do programa da Secretaria de Estado para a Igualdade do Género. Em particular, a Abordagem Integrada do Género *(GIA-Gender Integrated Approach)* que procurará promover a igualdade e a mudança de mentalidades sobre as questões do género, em todo o Governo e na sociedade, de forma mais abrangente. Isto envolverá o desenvolvimento de formação e educação dos funcionários públicos. Mais informação acerca destas actividades está incluída no Sumário da Secretaria de Estado para a Igualdade do Género no Capítulo 8.

Como resultado deste enfoque, o Governo tenciona introduzir a abordagem do género na formulação do segundo Plano de Desenvolvimento Nacional e no Orçamento para 2009. Os grupos de trabalho sectoriais serão chamados a considerar o impacto das questões do género no desenvolvimento das políticas, prestação de serviços e programas comunitários abrangentes. Como forma de contribuir para a formação e consciencialização nesta área, fará parte da documentação do orçamento uma Declaração sobre as questões do Género. A Igualdade do Género será também integrada nos Planos de Acção Anuais dos Ministérios e indicadores de desempenho.

Parte 5 – Panorama Económico

Economia Regional e Internacional

Prevê-se que o crescimento económico mundial seja moderado, descendo de um pique de 5,4% em 2006 para 5,2% em 2007, de acordo com o Panorama Económico Mundial do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Outubro de 2007. É esperado que o crescimento abrande em 2008, embora permanecendo num valor sólido de 4,75%, apoiado por bases no geral sólidas e pelo forte ímpeto que apresentam as economias dos mercados emergentes.

O recente crescimento na Ásia emergente tem sido excepcionalmente rápido, liderado por desenvolvimentos na China e na Índia. O que contribuiu para a subida dos preços das matérias-primas. O preço médio ”spot” do petróleo permaneceu elevado em 2007, não obstante o aumento de quotas por parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em Novembro e alguma descida em Agosto durante o período de tumulto nos mercados financeiros. Os preços de cotação à vista atingiram valores recorde nas últimas semanas. Olhando em frente, as estimativas revistas da Agência Internacional de Energia apontam para um mercado mais apertado do que o previsto, com o condicionamento do crescimento do fornecimento e a continuação do crescimento robusto do consumo, impulsionado por economias de mercados emergentes, em particular a China, a Índia e o Médio Oriente, bem como pelos Estados Unidos da América.

A inflação continua bem controlada nas economias avançadas, embora a subida dos preços dos alimentos tenha contribuído para o aumento das pressões sobre os preços noutros pontos. O aumento da inflação em muitos mercados emergentes e Países em vias de desenvolvimento reflecte o forte crescimento da procura doméstica e um maior peso dos alimentos no cabaz de consumo. A aceleração dos preços dos alimentos foi impulsionada pelo uso do milho e outros produtos alimentares na produção de bio combustível, bem como por más condições climatéricas e perturbações no fornecimento em vários Países.

As condições nos mercados globais de crédito deterioraram-se de forma acentuada em meados de 2007, com a crise no mercado obrigacionista de menor qualidade dos EUA a causar uma reformulação do risco de crédito e conduzindo a uma maior volatilidade e perda de liquidez. Embora a emissão de aplicações de maior risco tenha diminuído e a diferença entre o custo de fabrico e o preço de venda tenha aumentado, os rendimentos de títulos do Governo dos EUA caíram acentuadamente, dado que os investidores procuraram portos seguros e as expectativas referentes à política monetária futura foram revistas. O que provocou a reversão da tendência em alta das taxas de juro dos títulos do Tesouro dos EUA, que haviam subido o rendimento anual de um título a 90 dias desde 1% em princípios de 2004 para 5% no início de 2007. O rendimento de um título a 90 dias está actualmente próximo dos 3%.

O panorama macroeconómico para a Ásia permanece amplamente favorável, sendo esperado que o crescimento estabilize em 2008, em resposta à redução na procura externa e à medida que a China aperta efectivamente a sua política. Investimentos e exportações menores e um consumo relativamente em alta têm grande influência na região. Todavia é esperado que os investimentos subam de forma clara na Indonésia, ao mesmo tempo que as exportações

devem aumentar e que a procura doméstica abranda na Austrália, dado que ambos estes Países continuam a desfrutar de taxas de crescimento robustas.

Os riscos ao panorama global estão firmemente do lado das desvantagens, havendo a preocupação de que a tensão primeiramente verificada nos mercados financeiros em meados de 2007 possa levar a um abrandamento mais pronunciado. Riscos adicionais ao panorama incluem potenciais pressões inflacionárias, a volatilidade dos mercados petrolíferos e a continuação dos grandes desequilíbrios a nível global.

O valor internacional do dólar americano tem vindo a descer desde princípios de 2006, embora tenha temporariamente recuperado algum terreno em Agosto, no contexto da turbulência nos mercados financeiros.

Panorama da Economia Doméstica

As perturbações civis em 2006 deram um golpe na recuperação emergente. No auge da crise a actividade do Governo e do sector privado estava severamente afectada, o que resultou numa contracção do PIB não petrolífero em cerca de 6%, conforme medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) não petrolífero real, excluindo as Nações Unidas. Isto veio interromper a melhoria gradual que se vinha a verificar desde a redução das operações de manutenção da paz da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2002-03.

Pensa-se que a economia não petrolífera tenha recuperado em 2007, crescendo na ordem dos 8% (excluindo actividades da ONU). Isto reflecte gastos governamentais mais elevados e uma maior presença internacional, o que mais do que compensa o impacto negativo na agricultura causado pela seca e por pragas de gafanhotos. Apesar do aumento nas poupanças nacionais desde 2004, derivado do aumento dos rendimentos petrolíferos, o baixo nível de investimento tem sido um grande obstáculo à aceleração do crescimento. Estima-se que o investimento doméstico tenha atingido o seu ponto mais elevado em 2002, quando representava pouco mais de 30% do PIB não petrolífero (o equivalente a $150 milhões), antes de descer para cerca de 20% do PIB não petrolífero entre 2004 e 2006. Crê-se que os gastos do Governo tenham impulsionado o investimento para 25% do PIB não petrolífero em 2007, com o investimento público a constituir actualmente mais de 80% do investimento total.

A recuperação da economia constata-se facilmente por um aumento significativo no comércio. O total das importações nos primeiros sete meses de 2007 foi de $91 milhões, um aumento de 80% em relação à média mensal em 2006. Este aumento deriva de um grande crescimento nas compras de bens capitais, tais como maquinaria e equipamento de transporte, entre outros. As exportações, na sua maioria café, são muito inferiores e totalizaram menos de $1 milhão entre Janeiro e Julho de 2007. O acesso a serviços financeiros continua a constituir uma preocupação significativa, não obstante o rápido crescimento no crédito antes de 2006 e os recentes sinais de melhorias. De acordo com uma avaliação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), menos de 20% das pessoas fora de Díli têm acesso a serviços financeiros. Ao mesmo tempo, empresas e indivíduos têm sentido dificuldades para pagar os seus empréstimos, sendo que uma cultura de crédito débil e a fraca aplicação dos direitos dos credores, agravadas pelos recentes distúrbios civis, conduziram a um aumento acentuado nos empréstimos malparados. Estes subiram para 33% do total dos empréstimos bancários em finais de Junho de 2007, tendo sido acompanhados por

uma forte desaceleração no crescimento do crédito. Embora os mercados de crédito dêem alguns sinais de recuperação no último trimestre, dada a importância das finanças para o investimento e o crescimento é possível que as dificuldades continuadas na intermediação financeira possam prejudicar a recuperação económica.

A inflação anual atingiu o seu pico em Fevereiro de 2007, quando chegou aos cerca de 17%, em face de uma escassez de arroz a nível regional e de perturbações no fornecimento local provocadas pelos distúrbios. Subsequentemente a inflação desceu para os 7,2% em Setembro de 2007, sendo esperado que continue a descer à medida que o impacto dos choques no fornecimento vai sendo ultrapassado. Não obstante isto, o Governo tem consciência que novas perturbações ou gastos públicos excessivos ou mal direccionados podem fazer subir os preços domésticos, o que seria prejudicial para os rendimentos reais, em especial dos pobres, e iria também reduzir a competitividade do sector privado não petrolífero. Contudo, devido a uma inflação moderada não relativa a alimentos em Timor-Leste, bem como a um dólar americano mais fraco, a taxa de câmbio real efectiva, que é um dos indicadores de competitividade entre Timor-Leste e os seus vizinhos, tem permanecido relativamente estável durante o último ano.

A sustentação de um crescimento rápido irá requerer a restauração da estabilidade política e o acelerar do investimento público, bem como um esforço continuado no que diz respeito à reforma estrutural da economia. A fim de promover o desenvolvimento humano e reduzir a pobreza, a taxa de crescimento da economia de Timor-Leste terá de acelerar de forma acentuada, em especial relativamente aos valores registados desde 2002. A estratégia do Governo reconhece que o crescimento económico é o factor individual mais importante para a redução da pobreza, almejando assim uma taxa de crescimento do PIB não petrolífero real de 7 a 8% por ano. Esta estratégia assenta num aumento substancial do investimento público, possibilitado pelas grandes receitas petrolíferas, bem como em esforços para fortalecer o ambiente empresarial geral, de modo a que o sector privado se venha a tornar a principal fonte de crescimento e criação de emprego ao longo do tempo.

O orçamento do Governo para 2008 dará um estímulo adicional à economia e apoiará o desenvolvimento a longo prazo. Situando-se acima dos 348.1 milhões, o total dos gastos orçamentais é apenas 3% superior ao orçamento para o ano fiscal de 2006/07, porém são esperados passos com vista à melhoria da execução orçamental, os quais deverão resultar em melhorias significativas nos gastos concretos. Caso sejam executados na totalidade, os gastos globais monetários em 2008 deverão aumentar cerca de 80% em comparação com os verificados no ano fiscal de 2006/07. Adicionalmente, uma série de projectos de infra-estruturas de grande dimensão, actualmente em fase de planeamento, dará um apoio essencial ao desenvolvimento do País, visto que irá sendo concretizada ao longo de vários anos. De modo a contrariar as pressões inflacionárias associadas com a expansão da actividade do sector público, o Governo está empenhado em manter controlos apertados sobre as despesas e a combater os problemas emergentes no lado da oferta da economia à medida que estes surjam. Isto irá ajudar a garantir que os gastos acrescidos têm reflexos qualitativos acrescidos.

No cômputo geral, está previsto que a economia não petrolífera cresça 6.5% em 2008. Este crescimento é motivado sobretudo por um aumento nos gastos públicos, reflectindo o grande orçamento do Governo e a melhoria da

implementação. É esperado que o sector agrícola continue relativamente em baixo, de acordo com as tendências recentes. O resto do sector privado está a beneficiar de menos perturbações relativas a segurança e dos efeitos indirectos de uma maior presença internacional. Ainda assim, não obstante as melhorias nas áreas da construção e dos serviços, o sector privado é relativamente pequeno e o Governo continua a ser o motor do crescimento, com o investimento privado a representar apenas uma pequena fracção do total.

A estimativa de crescimento do PIB a médio prazo apresenta um crescimento anual na ordem dos 5 a 8%. Todavia, as medidas já implementadas com vista a aumentar a execução orçamental e a reforma fiscal do Governo irão contribuir para um crescimento económico ainda maior.

Quadro 5.1

PIB não petrolífero (Excluíndo as Nações Unidas em preços constantes)

2007	2008	2009	2010	2011
7.8	6.5	4.9	6.0	7.3

Parte 6 – Receitas

As receitas totais para o orçamento de 2008 estão estimadas em $ 1.385,6 conforme detalhado no Quadro 6.1. Estas receitas são compostas por:

- Receitas do petróleo (incluindo juros do fundo petrolífero);
- Impostos domésticos;
- Taxas e preços de utilização;
- Juros recebidos no saldo de caixa do Estado;
- Receitas próprias das Agências Autónomas.

Quadro 6.1

Receitas totais – Orçamento transitório de 2007 a 2011 ($m)

	06-07	2007	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Receitas Total	**1,063.8**	**714.3**	**1,385.6**	**1,185.1**	**1,257.5**	**1,214.7**	**5,042.9**
Receitas Petrolíferas	1,004.5	697.3	1,358.6	1,158.5	1,230.0	1,186.3	**4,933.4**
Receitas Domésticas	31.1	9.1	11.5	11.8	12.3	12.8	**48.5**
Taxas de Utilização	4.7	2.3	5.1	5.2	5.4	5.6	**21.3**
Juros	5.1	3.0	4.1	3.0	3.1	3.1	**13.4**
Agências Autónomas	7.0	2.5	6.3	6.5	6.7	6.8	**26.3**
Apoio Directo ao Orçamento	11.4	-	-	-	-	-	**-**

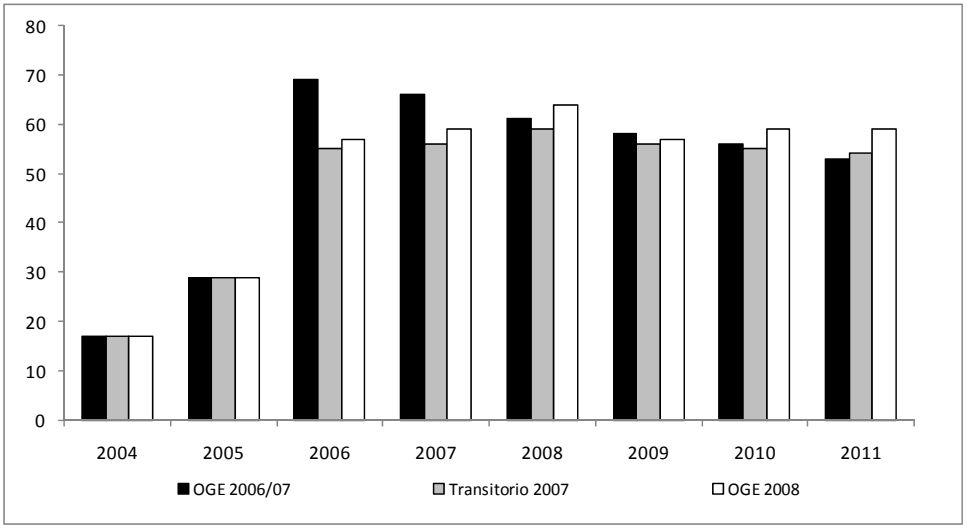
O Sector Petrolífero

Presentemente existe apenas um campo em funcionamento na Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero. O campo do Bayu Undan está ainda numa fase inicial, sendo esperado que continue a gerar receitas para o Estado de Timor-Leste até 2023.

Espera-se que em 2008 a produção seja mais elevada. As estimativas de produção mais recentes são fornecidas no Quadro 6.5, os dados sobre a produção são actualizados anualmente. As estimativas da produção são ilustradas no Gráfico 6.1.

Gráfico 6.1

Estimativa de Produção Petrolífera 2006-07, Orçamento Transitório, e OGE 08 (equivalente mil barris petróleo)



A última projecção actualizada mostra um aumento na produção de condensado, enquanto a produção de Gás de Petróleo Liquefeito (GPL) deverá descer ligeiramente. Prevê-se que a produção de Gás Natural Liquefeito (GNL) aumente. São agora esperadas mais receitas na fase inicial de produção do campo de Bayu-Undan.

Durante 2007 houve um encerramento planeado de seis semanas, durante Setembro e Outubro, a fim de se procederem a acções regulares de manutenção.

À data desta publicação os preços do petróleo eram geralmente mais elevados do que os preços pressupostos no cálculo de receitas petrolíferas em 2007.

A média actual do preço do petróleo em 2007 no período Janeiro até Outubro 2007 foi $69 por barril em comparação com as estimativas de $65 por barril em 2007, que foi pressuposto no orçamento do estado de 2006/07. O Ministério das Finanças tem alterado este preço pressuposto para $73 por barril, devido aos preços mais elevados no último trimestre que vão ultrapassar a media até Outubro 2007.

Fundo Petrolífero

As receitas petrolíferas para o ano fiscal de 2006/07, excluindo os rendimentos dos investimentos do fundo petrolífero, foram de $956,2m. A previsão de receitas para o ano de calendário de 2007 é de $1,253m. A estimativa baseia-se na combinação das receitas actuais recebidas no Fundo Petrolífero até ao final do terceiro trimestre com uma previsão para o quarto trimestre.

Quadro 6.2

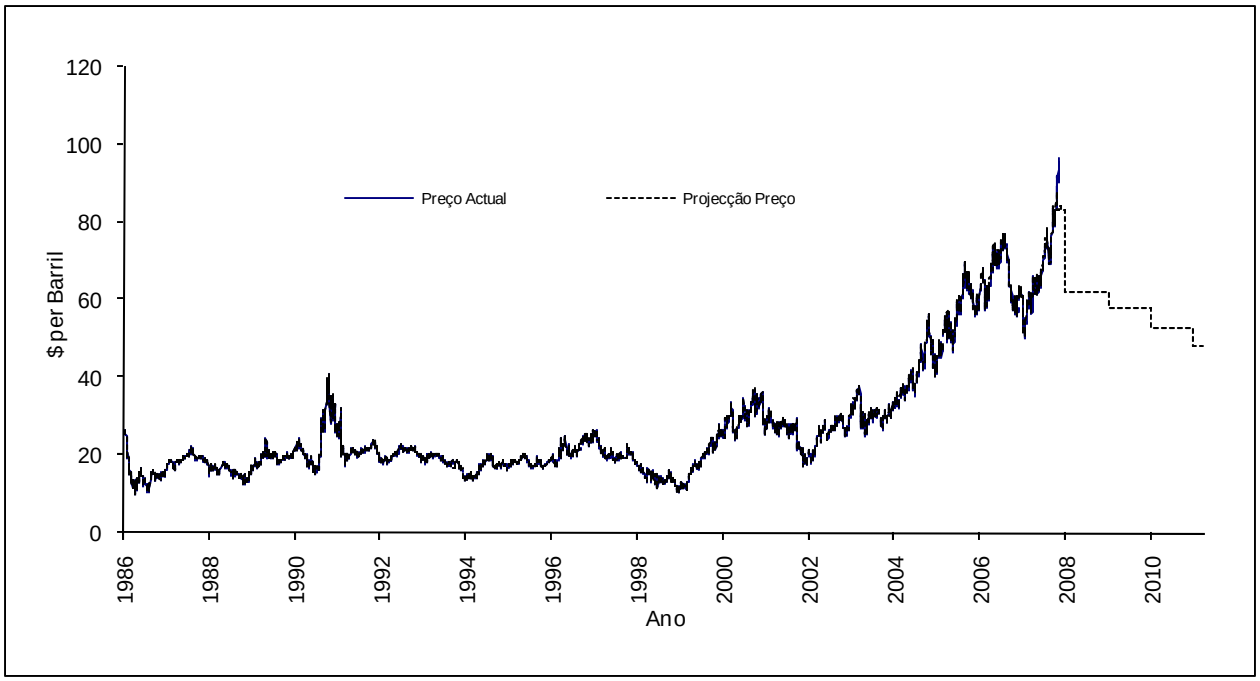
Poupança estimada do Fundo Petrolífero – 2006/07 a 2011 ($m)

	06-07	2007	2008	2009	2010	2011
Saldo de Abertura	649.8	1,394.2	2,051.5	3,116.1	3,976.7	4,905.0
Receitas Petrolíferas	956.2	634.1	1,249.9	1,009.2	1,043.1	961.3
Juros	48.3	63.2	108.7	149.3	186.9	225.0
Transfarencia	260.1	40.0	294.0	298.0	301.7	305.4
Saldo ao Fim do Ano Fiscal	1,394.2	2,051.5	3,116.1	3,976.7	4,905.0	5,785.9

Correspondentemente, o total das receitas petrolíferas para 2008, excluindo os rendimentos dos investimentos do fundo, está estimado em $1,249.9m, partindo do princípio que os preços do petróleo (West Texas Intermediate) serão em média de $73 por barril e $62 por barril durante 2007 e 2008, respectivamente. O Gráfico 6.2 ilustra as alterações nominais no preço do petróleo e as previsões usadas no cálculo das receitas futuras.

Gráfico 6.2

Alterações no preço do petróleo – Base WTI ($ por barril)

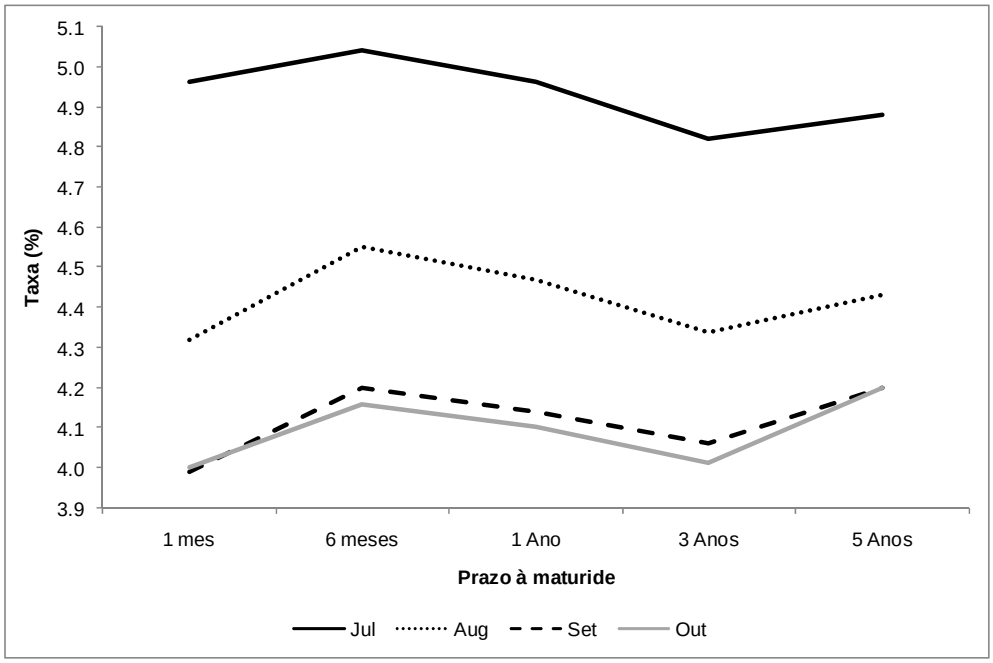


O retorno actual dos investimentos do fundo petrolífero em 2006-07 foi de $48.3m. O retorno para o período transitório de 1 Julho a 31 Dezembro de 2007 foi de $63.2m. Com base na estratégia actual de investimento e no bond yield do Governo Americano de 4,3%, o retorno do investimento em 2008 estima-se em $108.7m.

O gráfico 6.3 mostra as alterações recentes na curva de yield 0-5 nos activos do Governo Americano.

Gráfico 6.3[4]

Curva de rendimento a 0-5 anos dos títulos do Governo dos EUA



[4] Fonte: *Federal Reserve www.federalreserve.gov*

Quadro 6.3.

Receitas Petrolíferas Estimadas 2006/07 até 2011

	06-07	2007	2008	2009	2010	2011	Total 3 ½ years
Total das Receitas Petrolíferas	**1,004.5**	**697.3**	**1,358.6**	**1,158.5**	**1,230.0**	**1,186.3**	**4,933.4**
Direitos	114.0	63.0	104.0	83.5	81.3	72.1	340.9
Impostos sobre Lucros	343.6	397.0	624.2	557.0	559.2	525.6	2,266.1
Impostos Sobre o Rendimento	437.9	116.5	165.5	121.1	182.9	150.7	620.2
Impostos Sobre Lucros Adicionais	38.3	53.1	338.4	228.5	202.4	195.4	964.6
Impostos Sobre Valor Acrescentado	6.4	2.4	5.5	6.7	4.8	4.8	21.8
Impostos sobre Vencimentos	7.5	2.1	5.0	5.0	5.1	5.3	20.4
Pagamentos do Oleoduto	6.3	-	7.2	7.2	7.2	7.2	28.8
Outros Pagamentos	-	-	0.2	0.2	0.2	0.2	0.8
Retenções na Fonte de Impostos	2.1	-	-	-	-	-	-
Juros do Fundo Petrolífero	48.3	63.2	108.7	149.3	186.9	225.0	669.9

O saldo do Fundo petrolífero a 30 de Setembro de 2007 é de $ 1,818m. No final de 2007 espera-se que o saldo seja de $2,05 m. Espera-se que o fundo cresça de um modo sustentado a médio prazo. A evolução actual mostra que o valor total do fundo no final de 2008 será de $ 3,116 m e no final de 2011 $5,786 m.

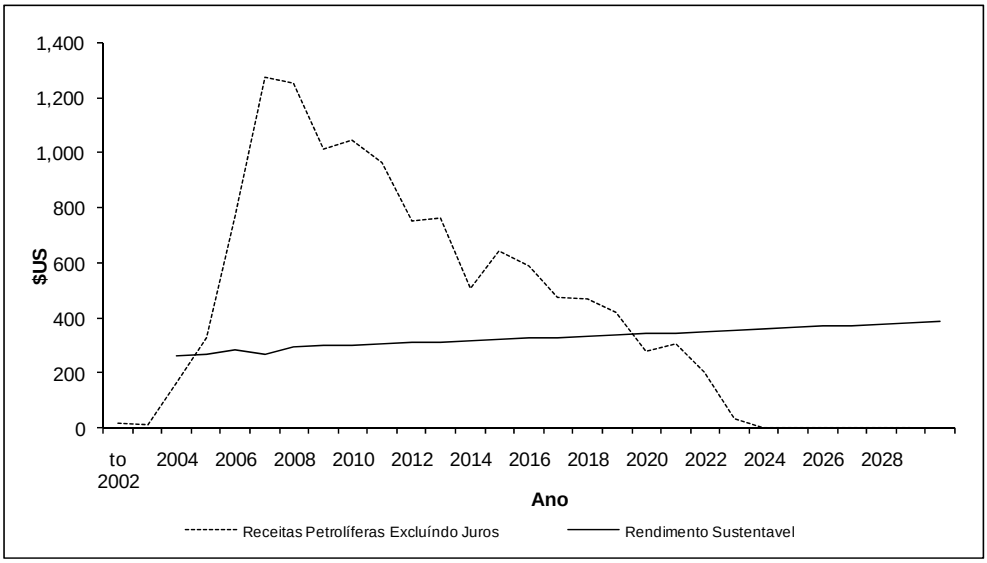
Receitas Petrolíferas, Riqueza Petrolífera e Rendimento Sustentável

O total da riqueza gerada pelo petróleo estima-se em $9.811 m a 1 de Janeiro de 2007. Além do valor total do Fundo Petrolífero, a riqueza petrolífera também consiste no Valor Actual Líquido (VAL) das receitas petrolíferas futuras de $7.759 m. A riqueza petrolífera estimada aumentou cerca de $943 m em comparação com os cálculos efectuados aquando do orçamento transitório de 2007.

De acordo com a Lei do Fundo Petrolífero os Rendimentos Sustentáveis Estimados (RSE) serão cerca de 3% da Riqueza Petrolífera. Deste modo, os Rendimentos Sustentáveis Estimados para o ano orçamental de 2008 são $294m. Isto representa um aumento de $23m comparativamente ao cálculo para o mesmo período no Orçamento Transitório de 2007, onde os Rendimentos Sustentáveis Estimados para o Ano Fiscal de 2008 eram de $271m. Este aumento nos Rendimentos Sustentáveis Estimados deve-se a uma menor taxa de desconto, ao aumento da produção esperada e aos preços do petróleo superiores ao esperado em 2007. Por outro lado, o aumento dos custos de produção veio anular parte destes ganhos, resultando num aumento líquido de $23 milhões.

Gráfico 6.4

Receitas Petrolíferas e Rendimento Sustentável de Timor-Leste 2002 a 2023

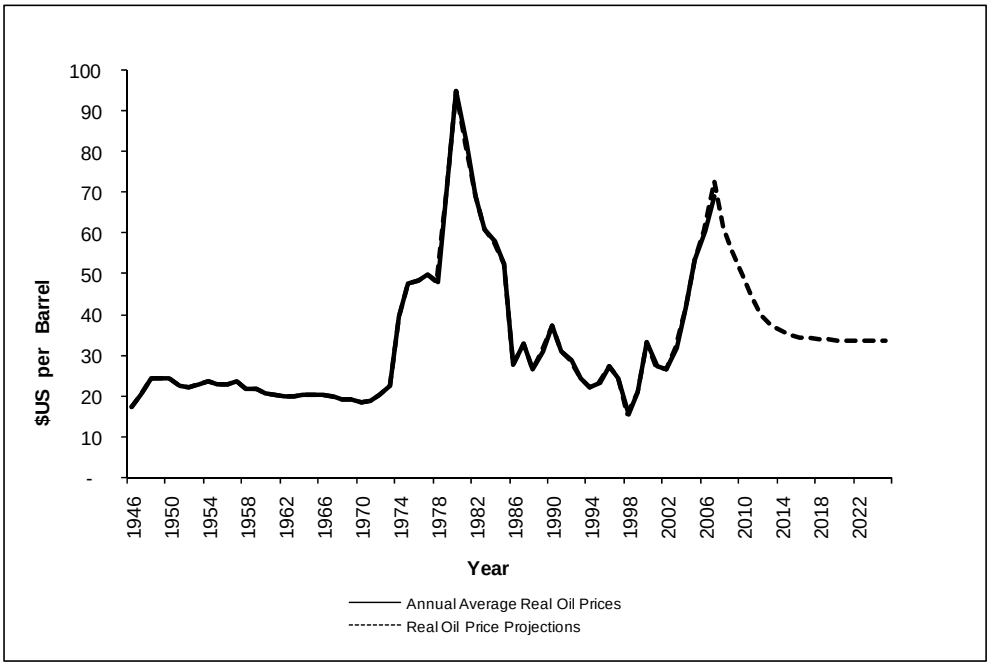


O gráfico 6.4 ilustra o nível, a longo prazo, dos rendimentos sustentáveis estimados e as receitas petrolíferas a receber até 2023.

Os preços utilizados neste cálculo são mais baixos do que os preços do Mercado presentemente. Deve ser notado que estes cálculos são baseadas em preços significativamente mais elevados do que aqueles de dois anos atrás, e estes preços têm demonstrado volatilidade durante um longo período de tempo. Em termos reais, o preço do petróleo nos anos 70 foram mais elevados do que os preços que estamos a ver hoje no Mercado. O preço estimado em preços constantes de 2007, como foi pressuposto nas cálculos do rendimento sustentável para 2008 e mais alto do que o preço histórico.

Gráfico 6.5

Preços do Petróleo Históricos e Projectados em Preços Constantes (Preços de 2007)



Revisão da Metodologia

A Lei do Fundo Petrolífero pressupõe que o rendimento nominal médio dos títulos do Governo dos EUA seja usado no cálculo do valor actual do fluxo financeiro futuro do sector petrolífero. Em Outubro de 2007 esta taxa era de cerca de 4,3%, tendo sido escolhida como taxa de desconto para os cálculos.

A utilização de uma taxa de juros livre de riscos no cálculo do valor actual das receitas futuras tem implicações nos pressupostos utilizados na estimativa do fluxo financeiro. Deve verificar-se uma forte probabilidade de materialização do fluxo financeiro. Deste modo, baseámos os cálculos do orçamento na chamada estimativa “baixa” do operador, o que significa que há uma probabilidade de 90% da produção ser alcançada. Não existem estimativas de preços semelhantes disponíveis. Assim, usa-se o cenário de preço baixo de um autor de prognósticos fiável e respeitado como base dos pressupostos de preços. Desta forma, os preços baseiam-se no Panorama Anual de Energia 2007 publicado pelo Departamento de Informação Energética da Administração norte-americana. O mesmo critério foi utilizado no Orçamento Transitório de 2007.

Timor-Leste não dispõe de um vasto leque de campos petrolíferos de onde possa obter receitas petrolíferas, o que faz com que existam riscos às receitas. O risco, embora diminuto, não deixa de existir e, caso ocorra, no campo de Bayu Undan, causará o diferimento das receitas para o Estado de Timor-Leste. Este diferimento pode durar meses, anos ou mesmo um período indefinido, dependendo da amplitude do evento. Para além disto, os preços do petróleo são

altamente voláteis e não deve ser posta de lado a hipótese de os preços caírem para o nível ou mesmo abaixo dos valores dos pressupostos utilizados nos cálculos do Fundo Petrolífero.

No cálculo da riqueza petrolífera incluem-se apenas os campos actualmente em produção. Dado que ainda não existe qualquer plano de desenvolvimento para o campo Greater Sunrise, as receitas potenciais daí decorrentes não estão incluídas, assim como não estão as receitas potenciais dos acres abertos para exploração.

Quadro 6.4[5]

Cálculos dos Rendimentos Sustentáveis – Pressupostos do Preço do Petróleo ($ por barril), Produção e Receitas 2002 a 2023

	Preço médio de Óleo WTI $/Barril	Produção de Óleo Milhões de Barris	Total de Recitas Petrolíferas $milhões
Total		**914**	**12,232**
Total desde 1 Janeiro 2		**751**	**9,676**
to 2002	0	0	16
2003	0	0	13
2004	44	17	163
2005	54	29	326
2006	65	57	767
2007	73	59	1,271
2008	62	64	1,250
2009	58	57	1,009
2010	53	59	1,043
2011	48	59	961
2012	44	56	749
2013	43	56	759
2014	42	52	503
2015	42	52	643
2016	42	50	588
2017	43	47	472
2018	43	45	467
2019	44	43	416
2020	45	40	280
2021	46	38	303
2022	47	35	201
2023	48	0	32

[5] Estes valores representam receitas não descontadas, enquanto que a riqueza petrolífera representa NPV das receitas no futuro e o saldo do Fundo Petrolífero.

Análise de Sensibilidade

Existem ainda vários riscos e incertezas em qualquer estimativa de receitas petrolíferas. A estimativa mais sensível é a que diz respeito ao preço do petróleo, o que significa que a previsão das receitas petrolíferas muda substancialmente mesmo com uma alteração relativamente pequena nos preços esperados para o petróleo.

Outras incertezas incluem o volume de contrato e os termos de preços referentes ao GNL, os preços de venda "spot" de condensado e GLP relativamente aos preços do petróleo, os custos operacionais e a inflação. O Ministério das Finanças tem procurado adoptar pressupostos prudentes em todos os casos.

A Tabela 6.5 mostra a sensibilidade das receitas petrolíferas, da riqueza petrolífera e dos Rendimentos Sustentáveis Estimados a alterações na produção e nos preços.

Quadro 6.5[6]

Análise da Sensibilidade dos Cálculos do Rendimento Sustentável ($m)

	Low Price	MoF Case	High Price	Expected Production
Receitas Petroliferas 1 Jan 2008 ate 31 Dez 2024	6,918	9,676	12,432	11,221
Riqueza Petrolifera a 31 Dez 2007	7,674	9,811	11,946	10,784
Rendimento Sustentavel Estimado 2008	230	294	358	324

Receitas Domésticas

As receitas domésticas consistem em:

- Impostos directos e indirectos;

- Outros Rendimentos (incluindo dividendos e juros);

- Receitas próprias das agências autónomas.

As receitas domésticas para o período transitório de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2007 estimam-se em $16.8m. As receitas domésticas para 2008 estimam-se em $27.5m. Este valor inclui as reformas previstas para o sistema fiscal de Timor-Leste que pretende reduzir as taxas de impostos domésticos em cerca de 50%.

[6] O Orçamento do Estado de 2008 é baseado no cenário do Ministério das Finanças. O cenário baixo é baseado em preços de $10 por barril mais baixo do que aquele pressuposto pelos técnicos do MdF. O preço alto é baseado em preços de $10 mais elevado do que pressuposto pelos técnicos do MdF. A produção esperada é baseada na produção esperado pelos operadores em vez da estimativa de produção baixa p90.

Quadro 6.6

Receitas Domésticas – 2006/07 a 2011 ($m)

	06-07	2007	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Receitas Domésticas	**59.3**	**17.0**	**27.0**	**26.6**	**27.5**	**28.4**	**109.5**
Impostos Domésticas	31.1	9.1	11.5	11.8	12.3	12.8	**48.5**
Taxas de Utilização	4.7	2.3	5.1	5.2	5.4	5.6	**21.3**
Juros	5.1	3.0	4.1	3.0	3.1	3.1	**13.4**
Agências Autónomas	7.0	2.5	6.3	6.5	6.7	6.8	**26.3**
Apoio Directo ao Orçamento	11.4	-	-	-	-	-	**-**

O Governo espera introduzir reformas no sistema fiscal que acredita poder levar à melhoria da competitividade de Timor-Leste na região em que se insere. Alguns aspectos destas reformas são:

Imposto sobre os salários

Isenção de imposto para salários dos residentes até $500, a partir de $500 a taxa a aplicar será de 10%; os não residentes pagarão 10% sobre o total dos salários recebidos.

Retenção de Impostos na fonte

Os dividendos e juros deixarão de estar sujeitos à retenção na fonte de imposto, sem prejuízo do seu englobamento no rendimento bruto para efeitos de cálculo da taxa aplicável aos rendimentos tributáveis.

Os titulares de certos tipos de rendimentos actualmente sujeitos a retenção na fonte a título definitivo, poderão optar pelo englobamento e, assim, a retenção deixa de ser definitiva. Estes contribuintes terão de submeter as suas declarações fiscais, ficando sujeitos às taxas normais de imposto e ao reembolso de importâncias retidas na fonte.

Imposto sobre os serviços

A taxa de imposto sobre serviços descerá de 12% para 5% e os serviços de aluguer de veículos deixarão de estar sujeitos a imposto.

Imposto sobre o Rendimento

A taxa de imposto sobre os rendimentos dos contribuintes singulares, residentes e não-residentes com estabelecimento permanente em Timor-Leste, será de 0% até $6,000 de rendimento tributável e, 10% sobre o montante que exceda esse valor. Para os outros contribuintes colectivos a taxa será de 10% sobre todos os rendimentos tributáveis. A colecta mínima de 1% deixará de ser paga.

Existências

Dedução do custo total das compras independentemente de existir ou não no final do ano saldo de existências.

Amortizações e depreciações

A taxa de depreciação para todos os activos sujeitos a depreciação e edifícios comerciais será de 100%. A taxa de amortização para todos os bens intangíveis será de 100%.

Juros

A dedução de despesas relativas a juros só será permitida para as instituições financeiras.

Detalhes sobre outras receitas domésticas constam dos Quadros 6.6, 6.7 e 6.8.

Quadro 6.7

Impostos Domésticas 2006-07 to 2011 ($m)

	06-07	2007	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Impostos	**31.1**	**9.1**	**11.5**	**11.8**	**12.3**	**12.8**	**48.5**
Impostos Directos	**11.8**	**4.1**	**3.2**	**3.3**	**3.4**	**3.6**	**13.5**
Imposto sobre Rendimento e Lucros	8.7	2.3	3.0	3.1	3.2	3.3	12.6
Impostos sobre Rendimento das Pessoas Singulares	3.1	1.8	0.2	0.2	0.2	0.2	0.8
Impostos Indirectos	19.3	5.0	8.3	8.5	8.9	9.2	35.0
Impostos sobre Vendas	**4.0**	**0.8**	**1.8**	**1.9**	**2.0**	**2.0**	**7.8**
Impostos Especiais de Consumo	7.3	1.6	3.3	3.4	3.5	3.7	13.9
Direitos de Importação	4.3	0.7	1.5	1.5	1.6	1.6	6.2
Imposto sobre Serviços	3.6	1.9	1.7	1.8	1.8	1.9	7.2

Quadro 6.8

Cargas, Taxas de Utilização e outras Receitas 2006-07 até 2011 ($m)

	06-07	2007	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anc
Total	**4.7**	**2.3**	**5.1**	**5.2**	**5.4**	**5.6**	**21.3**
Registo de Empresas	0.2	0.1	0.2	0.2	0.3	0.3	1.0
Correios	0.1	0.0	0.1	0.1	0.1	0.1	0.3
Taxas de Terrenos e Propriedades	1.4	0.5	1.5	1.5	1.6	1.6	6.1
Taxas de Água e Saneamento	0.0	0.1	0.0	0.0	0.1	0.1	0.2
Propinas da Universidade Nacional	0.0	0.0	0.2	0.2	0.2	0.2	0.8
Taxas Sobre Registo de Veiculos	0.2	0.1	0.2	0.2	0.2	0.2	0.8
Taxas Sobre Inspecção de Veiculos	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.2
Taxas de Carta ce Conduçao	0.0	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.2
Outras Taxas Transportais	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Passaportes e Identidade	0.2	0.1	0.2	0.2	0.3	0.3	1.0
Vistos	0.6	0.3	0.6	0.6	0.7	0.7	2.6
Receitas Hospitalares	0.1	0.0	0.1	0.1	0.1	0.1	0.3
Dividendos, Lucros e Ganhos	1.6	0.8	1.6	1.7	1.8	1.8	6.9
Taxas Extracção de Minerais	0.0	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1
Receitas de Documentos sobre Concursos	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1
Outros	0.2	0.1	0.2	0.2	0.2	0.2	0.7

Quadro 6.9

Receitas Próprias das Agências Autónomas 2006-07 to 2011 ($m)

	06-07	2007	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Total	**7.0**	**2.5**	**6.3**	**6.5**	**6.7**	**6.8**	**26.3**
ANATL	0.6	0.3	0.6	0.7	0.7	**0.7**	**2.7**
APORTIL	0.9	0.4	1.4	1.5	1.5	**1.6**	**6.1**
EDTL	5.5	1.8	4.2	4.3	4.4	**4.5**	**17.3**
IGE	0.0	0.0	0.1	0.1	0.1	**0.1**	**0.2**

Parte 7 Fundo Petrolífero

Estratégia de Investimento do Fundo Petrolífero

De acordo com os Artigos 14.º e 15.º da Lei Petrolífera, pelo menos 90 por cento dos montantes no Fundo Petrolífero serão investidos em instrumentos de rendimento fixo (títulos do tesouro) denominados em dólares americanos, com uma determinada classificação de crédito e / ou emitidos por determinados bancos e instituições. Podem ser investidos até 10 por cento noutros instrumentos financeiros, desde que estes sejam emitidos no estrangeiro, sejam líquidos e transparentes, e sejam comercializados num mercado financeiro com os padrões reguladores mais elevados. De acordo com o Artigo 11.º da Lei do Fundo Petrolífero, o Banco Central (a Autoridade Bancária e de Pagamentos (ABP)) será responsável pela gestão operacional do Fundo, e o Fundo será gerido de forma prudente e em conformidade com o princípio da boa governação para benefício da presente e futuras gerações.

O universo de investimento estabelecido na Lei do Fundo Petrolífero é ainda mais limitado pelo Acordo de Gestão Operacional entre o Ministério das Finanças e a Autoridade Bancária e de Pagamentos (ABP), datado de 12 de Outubro de 2005. Segundo este Acordo, os activos do Fundo só podem ser investidos em instrumentos de dívida emitidos pelos Estados Unidos e outros Governos soberanos qualificados, usando-se o índice de títulos de Governo a 0-5 anos da Merrill Lynch para medir o desempenho do Fundo. O mandato de investimento da ABP consiste na gestão passiva do Fundo, próxima do parâmetro de referência.

A ABP tem gerido o Fundo de acordo com o seu mandato de investimento. Actualmente, o Fundo está investido em dez títulos do Governo dos EUA diferentes, sendo que o retorno de investimento desde a criação do Fundo (Setembro de 2005 – Setembro de 2007) tem sido de 4,4 por cento. Isto está em conformidade com o parâmetro de referência, ou seja, em modos gerais o desempenho do Fundo está de acordo com o mercado de rendimentos fixos. No mesmo período o retorno do mercado financeiro (S&P 500) foi de 12,7 por cento. Todavia a volatilidade no mercado financeiro foi mais elevada durante este período. No geral, o retorno esperado do mercado de rendimentos fixos é inferior ao do mercado de equidades, em virtude de os riscos serem menores.

A actual estratégia de investimento assenta numa abordagem prudente e em lições aprendidas com outros Países. Muitos Países enfrentaram desafios na gestão de receitas provenientes da riqueza de recursos naturais. Gestões inadequadas e insustentáveis resultaram frequentemente na chamada maldição dos recursos, onde os rendimentos provenientes dos recursos naturais não trouxeram qualquer contribuição significativa para o crescimento económico e para o bem-estar da população do País. Deste modo tem sido importante para Timor-Leste aumentar gradualmente a sua capacidade interna para poder estabelecer uma gestão sólida e sustentável para o Fundo Petrolífero. Até aqui esta estratégia tem sido bem-sucedida.

Contudo, o valor do Fundo Petrolífero está a aumentar gradualmente, havendo potencial para um maior aumento no retorno dos investimentos. Assim sendo, o Governo está a considerar a actual estratégia de investimento e a gestão do Fundo com vista a explorar ao máximo as possibilidades dentro da Lei do Fundo Petrolífero no sentido de maximizar o valor total das receitas provenientes do sector petrolífero.

O Comité de Assessoria para o Investimento recomendou autorizar a ABP a estabelecer negociações contratuais com gestores de investimentos externos não comerciais, por via da adjudicação de parte da gestão do Fundo Petrolífero a gestores de investimentos externos, o que permitirá a redução dos riscos operacionais e o aumento das actividades de formação interna e de transferência de conhecimentos. Esta estratégia pode igualmente aumentar o retorno de investimentos, caso seja combinada com um mandato de investimento mais alargado. O Governo deseja adjudicar uma parte substancial da carteira a gestores externos, tendo autorizado a ABP a iniciar negociações contratuais com o Banco Mundial e com o Banco Internacional de Pagamentos (*International Settlement Bank*), os dois gestores de investimentos externos não comerciais mais importantes.

Adicionalmente, o Governo está a considerar a possibilidade de aumentar o universo de investimento e de incluir outras aplicações de activos fixos na carteira. Os instrumentos de qualificação na Lei do Fundo Petrolífero incluem outras aplicações de activos fixos com retornos esperados superiores aos dos activos de rendimentos fixos do Governo dos EUA, tendo por exemplo um risco de crédito e / ou risco de juros mais elevados.

O Governo pretende explorar ao máximo a gama de instrumentos de qualificação regulada na actual Lei do Fundo Petrolífero, incluindo investimento até 10 por cento em títulos de capital. O Governo iniciou um processo para considerar esta questão. Uma tal estratégia pode aumentar o retorno ao mesmo tempo que diminui os riscos, em virtude da correlação entre o mercado de aplicações de activos fixos e de títulos de capital.

De acordo com o N.º 3 do Artigo 14.º da Lei do Fundo Petrolífero, os instrumentos incluídos como instrumentos qualificados na Lei serão revistos pelo Governo e aprovados pelo Parlamento no final dos primeiros cinco (5) anos da existência do Fundo Petrolífero, tendo atenção à dimensão do Fundo Petrolífero e ao nível de capacidade institucional. O Governo irá dar início a este processo de revisão no ano de 2008.

Parte 8 – Despesas

Introdução

O orçamento para 2008 é o primeiro orçamento anual do IV Governo Constitucional, que surge no seguimento do orçamento do período transitório de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2007 e estabelece a nova estrutura do Governo. O orçamento transitório incluiu verbas para a continuação dos serviços públicos essenciais e para o desenvolvimento de novas iniciativas em áreas críticas tais como apoio aos deslocados, segurança, redução da pobreza e acções específicas de promoção do desenvolvimento nos distritos.

O orçamento para 2008 foi desenhado no sentido de fornecer uma contribuição mais substancial para a resolução das questões ligadas à Pobreza Nacional, ao mesmo tempo que introduz um processo de reforma da Administração Pública e desenvolvimento do novo plano nacional. O Governo continuará apostado em assegurar um forte crescimento económico como uma das políticas-chave para reduzir a pobreza nacional. O Governo manterá níveis altos de despesa pública e melhorará a execução orçamental de forma a criar um ambiente favorável ao crescimento do sector privado e ao investimento, ao emprego e à criação de postos de trabalho. O orçamento para 2008 também promove melhorias na prestação de serviços públicos críticos, bem como o apoio aos veteranos e grupos vulneráveis. Suportará o restabelecimento da segurança em todo o País e o aumento da disponibilização de serviços às populações nas áreas de:

- Saúde;
- Educação;
- Agricultura e áreas conexas;
- Bem-estar social;
- Desenvolvimento de recursos humanos.

O montante total para 2008 é de 347.7 milhões de dólares. Informação detalhada é dada nos Quadros 8.1, 8.2 e 8.3.

Quadro 8.1

Orçamento do Estado Valores Agregados 2006-07 até 2011 ($m)

	06-07	2007	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Total das Despesas	**160.4**	**116.5**	**347.8**	**280.1**	**269.0**	**1,013.3**	**1910.1**
Salários e Vencimentos	33.8	19.5	48.0	52.2	**53.2**	54.2	**207.6**
Bens e Serviços	93.9	73.1	143.7	138.8	**143.0**	148.3	**573.8**
Capital Menor	9.3	3.0	24.5	0.0	**0.0**	-	**24.5**
Capital Desenvolvimento	11.7	8.7	67.6	47.5	**31.6**	30.6	**177.3**
Transfarências	11.8	12.1	63.9	41.6	**41.2**	41.3	**187.9**

Quadro 8.2

Orçamento do Estado Valores para as Agências Autónomas 2006-07 até 2011 ($m)

	06-07	2007	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Total das Despesas	**5.8**	**6.1**	**14.3**	**3.4**	**3.3**	**3.3**	**24.3**
Salários e Vencimentos	0.7	0.4	1.4	1.3	**1.3**	1.3	**5.4**
Bens e Serviços	4.8	1.4	5.1	1.9	**1.9**	2.0	**10.9**
Capital Menor	0.2	0.0	0.7	0.0	**0.0**	0.0	**0.7**
Capital Desenvolvimento	0.1	4.3	7.2	0.1	**0.0**	0	**7.3**
Transfarências	0.0	0.0	0.0	0.0	**0.0**	0	**-**

Quadro 8.3

Orçamento do Estado Valores Excluindo as Agências Autónomas 2006-07 até 2011 ($m)

	06-07	2,007.0	2008	2,009.0	2,010.0	2011	Total 4 Anos
Total das Despesas	**148.7**	**110.3**	**333.4**	**276.7**	**265.7**	**271.0**	**1,146.9**
Salários e Vencimentos	33.8	19.2	46.7	50.9	51.9	52.9	**202.3**
Bens e Serviços	93.9	71.7	138.6	136.9	141.1	146.3	**562.9**
Capital Menor	9.3	3.0	23.8	-	-	-	**23.8**
Capital Desenvolvimento	11.7	4.4	60.5	47.4	31.6	30.6	**170.0**
Transfarências	11.8	12.1	63.9	41.6	41.2	41.3	**187.9**

Quadro 8.4

Despesas dos Parceiros de Desenvolvimento 2007 até 2011 ($m)

	2007 Estimativa	2008 Estimativa	2009 Estimativa	2010 Estimativa	2011 Estimativa	Total 4 Anos
Fundos dos Parceiros de Desenvolvimento	**98.5**	**154.7**	**114.2**	**74.5**	**46.3**	**389.7**
Fundos Correntes	91.4	148.4	112.3	74.1	46.0	380.7
Fundos Capital	7.1	6.3	1.9	0.4	0.3	9.0

Quadro 8.5 - 2008 Orçamento de Fontes Combinadas por Ministério ($000)

	Orçamento do Estado			Financiamento dos Parceiros			Total		
	Corrente	Capital	Total	Corrente	Capital	Total	Corrente	Capital	Total
Estado									
Presidente da República	4,217	-	4,217	7	-	7	4,224	-	4,224
Parlamento Nacional	6,284	501	6,785	2,114	-	2,114	8,398	501	8,899
Gabinete do Primeiro Ministro	27,638	74	27,712	7	-	7	27,645	74	27,719
Secretário do Estado para Recursos Naturais	3,206	1,249	4,455	688	-	688	3,894	1,249	5,143
Secretário do Estado para Política Energética	509	-	509	2,810	-	2,810	3,319	-	3,319
Secretaria de Estado de Juventude e Desporto	1,446	300	1,746	582	-	582	2,028	300	2,328
Secretário do Estado para Formação Profissional e Emprego	2,153	-	2,153	8,721	-	8,721	10,874	-	10,874
Secretaria do Estado para o Conshelho de Ministros	1,563	-	1,563	19	-	19	1,582	-	1,582
Secretariat of State for the Promotion of Gender Equality	292	-	292	1,392	-	1,392	1,684	-	1,684
Ministério da Defesa e Segurança	100	-	100	-	-	-	100	-	100
Secretary of State for Defence	312	-	312	-	-	-	312	-	312
FALINTIL - FDTL	11,570	2,342	13,912	782	-	782	12,352	2,342	14,694
Secretary of State for Security	15,094	2,251	17,345	-	-	-	15,094	2,251	17,345
PNTL	5,900	-	5,900	2,407	-	2,407	8,307	-	8,307
Ministério de Administração Estataal	11,033	958	11,991	2,389	136	2,525	13,422	1,094	14,516
Ministério da Economia e Desenvolvimento	6,580	-	6,580	6,165	47	6,212	12,745	47	12,792
Ministério da Justiça	4,956	2,255	7,211	7,160	-	7,160	12,116	2,255	14,371
Ministério da Agricultura e Pescas	13,419	3,249	16,668	12,117	1,117	13,235	25,536	4,366	29,903
Ministério da Educação e Cultura	36,832	8,448	45,280	13,298	-	13,298	50,130	8,448	58,578
Ministério da Saúde	21,515	2,468	23,983	14,805	2,381	17,186	36,320	4,849	41,169
Ministério da Solidaridade Social	14,543	250	14,793	10,977	-	10,977	25,520	250	25,770
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	6,650	350	7,000	308	-	308	6,958	350	7,308
Ministério das Finanças	8,152	-	8,152	31,461	-	31,461	39,613	-	39,613
Ministério das Finanças - Todo o Governo	40,661	3,500	44,161	-	-	-	40,661	3,500	44,161
Ministërio das Infra Estraturas	14,008	30,528	44,536	21,713	290	22,003	35,721	30,818	66,539
Ministry of Tourism, Commerce and Industry	6,970	930	7,900	398	98	496	7,368	1,028	8,396
Tribunais	2,021	-	2,021	-	-	-	2,021	-	2,021
Procadororia Geral da República	1,339	797	2,136	14	-	14	1,353	797	2,150
Provedor dos Direitos Humanos e Justiça	483	-	483	90	-	90	573	-	573
Serviço de Radiodifusão de Timor Timor-Leste	1,904	-	1,904	-	-	-	1,904	-	1,904
Commissão Nacional para Eleições	1,604	-	1,604	601	-	601	2,205	-	2,205
Total	**272,954**	**60,450**	**333,404**	**141,025**	**4,070**	**145,094**	**413,979**	**64,520**	**478,498**
Agências Autónomas									
Electridade de Timor – Leste (EDTL)	3,155	3,876	7,031	2,723	1,600	4,323	5,878	5,476	11,354
Autoridade de Portos de Timor-Leste	849	100	949	4,641	659	5,300	5,490	759	6,249
Aviacao civil	860	3,189	4,049	-	-	-	860	3,189	4,049
Instituto de Gestão de Equipamentos e Materiais	2,320	-	2,320	-	-	-	2,320	-	2,320
Total	**7,184**	**7,165**	**14,349**	**7,364**	**2,259**	**9,623**	**14,548**	**9,424**	**23,972**
Total	**280,138**	**67,615**	**347,753**	**148,389**	**6,329**	**154,717**	**428,527**	**73,944**	**502,470**

Quadro 8.7 Orçamento Geral do Estado Dotações por Ministério 2008 ($000)

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Capital Menor	Transfarências	Recorrente Total	Capital e Desenvolvimento	Total das Despesas
Estado							
Presidente da República	217	3,116	884	-	4,217	-	4,217
Parlamento Nacional	611	4,061	1,612	-	6,284	501	6,785
Gabinete do Primeiro Ministro	405	2,022	211	25,000	27,638	74	27,712
Secretario do Estado para Recursos Naturais	124	2,948	134	-	3,206	1,249	4,455
Secretário do Estado para Politica Energética	73	185	-	251	509	-	509
Secretaria de Estado de Juventude e Desporto	164	479	3	800	1,446	300	1,746
Secretario do Estado para Formação Profissional e Emprego	212	576	115	1,250	2,153	-	2,153
Secretaria do Estado para o Conshelho de Ministros	127	1,310	126	-	1,563	-	1,563
Secretaria do Estado para a Promocao de Igualidade	64	154	74	-	292	-	292
Ministerio da Defesa e Segurança	-	100	-	-	100	-	100
Secretaria do Estado de Defesa	130						
FALINTIL - FDTL	1,982	9,450	138	-	11,570	2,342	13,912
Secretaria do Estado de Seguranca	1,445						
PNTL	5,900	-	-	-	5,900	-	5,900
Ministerio de Administração Estataal	1,799	6,161	787	2,286	11,033	958	11,991
Ministério da Economia e Desenvolvimento	513	2,969	548	2,550	6,580	-	6,580
Ministério da Justiça	1,262	3,286	408	-	4,956	2,255	7,211
Ministério da Agricultura e Pescas	1,688	8,029	1,702	2,000	13,419	3,249	16,668
Ministério da Educação e Cultura	19,482	12,250	2,600	2,500	36,832	8,448	45,280
Ministerio da Saude	4,696	14,218	2,601	-	21,515	2,468	23,983
Ministerio da Solidaridade Social	489	4,219	135	9,700	14,543	250	14,793
Ministerio dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	401	5,447	802	-	6,650	350	7,000
Ministerio das Finanças	1,589	5,670	893	-	8,152	-	8,152
Ministerio das Finanças - Todo o Governo	-	20,487	3,633	16,541	40,661	3,500	44,161
Ministério das Infra Estraturas	2,028	10,667	1,313	-	14,008	30,528	44,536
Ministerio Turismo, Commercio e Industria	291						
Tribunais	262	1,423	336	-	2,021	-	2,021
Procadororia Geral da República	148	890	301	-	1,339	797	2,136
Provedor dos Direitos Humanos e Justiça	128	258	97	-	483	-	483
Serviço de Radiodifusão de Timor Timor-Leste	404	1,000	500	-	1,904	-	1,904
Commissão Nacional para Eleições	35	471	98	1,000	1,604	-	1,604
Total	**46,669**	**138,573**	**23,834**	**63,878**	**272,954**	**60,450**	**333,404**
Agências Autonomas							
Electridade de Timor – Leste (EDTL)	759	1,845	551	-	3,155	3,876	7,031
Autoridade de Portos de Timor-Leste	129	610	110	-	849	100	949
Aviacao civil	243	601	16	-	860	3,189	4,049
Instituto de Gestão de Equipamentos e Materiais	228	2,067	25	-	2,320	-	2,320
Total	**1,359**	**5,123**	**702**	**-**	**7,184**	**7,165**	**14,349**
Total do Sector Publico	**48,028**	**143,696**	**24,536**	**63,878**	**280,138**	**67,615**	**347,753**

Estas políticas encontram-se detalhadas no presente Capítulo, Ministério a Ministério. O objectivo do Governo de apoiar directamente a comunidade através de transferências está melhor detalhado abaixo. O Governo também desenvolveu um programa substancial de infra-estruturas necessárias para assegurar a disponibilização de serviços públicos essenciais como a construção de clínicas, escolas e postos de fronteira. Ver lista abaixo que contém o sumário dos projectos.

Salários

O montante orçamentado em 2008 para salários inclui o subsídio dos funcionários públicos criado depois da crise de 2006 e mantido no orçamento transitório de 2007. Anteriormente, este subsídio encontrava-se incluído na categoria de bens e serviços. A sua integração na categoria de salários é o principal factor responsável pelo crescimento da despesa nesta categoria.

Como parte do processo da reforma administrativa, o Governo desenvolverá o Regime das Carreiras dos funcionários públicos para implementar em 2008 que promoverá a eficiência e as oportunidades de desenvolvimento e progressão na carreira.

Bens e Serviços

Como parte do seu compromisso de transparência e responsabilização do Governo no dispêndio dos dinheiros públicos, a todos os órgãos e serviços do Estado será exigido que os fundos sejam gastos de acordo com as opções estratégicas, garantindo a transparência e a eficácia e eficiência da despesa pública. Os órgãos e serviços públicos serão auditados regularmente e será disponibilizada informação financeira.

No seguimento da opção adoptada no orçamento transitório, quando haja possibilidade de ganhos de eficiência, as tarefas administrativas, como por exemplo: pagamento de rendas, encargos das instalações e custos de viagens, foram centralizadas dentro de cada Ministério. A gestão das dotações para todo o Governo, como por exemplo para combustíveis, quotas para organismos internacionais e viagens ao estrangeiro, permanece centralizada no Ministério das Finanças. O subsídio dos funcionários públicos deixou de estar incluído nesta categoria.

Em 2008, a par da reforma administrativa, o Governo continuará a procurar oportunidades de ganhos de eficiência na gestão centralizada em áreas como serviços de manutenção e fornecimentos por grosso. O Governo continuará apostado em melhorar a prestação de serviços públicos, melhorando a capacidade do Governo em disponibilizar serviços às populações mais do que aumentar o património do Estado.

Capital menor

É importante encontrar um equilíbrio entre a dotação de verbas destinadas a financiar o funcionamento dos serviços e a equipar os mesmos, de modo a garantir uma prestação de serviços eficiente e eficaz. O orçamento para 2008 contém fundos para a instalação e apetrechamento dos serviços, como por exemplo: computadores para a análise da política nacional de energia, novos carros de bombeiros para a brigada de combate aos incêndios de Oe-cusse.

O Governo desenvolverá igualmente em 2008 políticas de melhoria da gestão, manutenção e utilização dos bens do Estado. Uma política de uso dos veículos oficiais foi já definida. Outras serão desenvolvidas para os bens utilizados regularmente em todo a Administração Pública, como é o caso dos computadores e dos telefones, bem como de equipamento específico necessário em alguns Ministérios. Serão definidas normas de atribuição e de utilização apropriada dos equipamentos, bem como critérios de manutenção e gestão de forma a assegurar que estes recursos sejam fornecidos para as áreas mais prioritárias.

Transferências públicas

O Governo acredita que o mecanismo das transferências é um excelente método de financiar directamente as franjas da população mais necessitadas. Em 2008, o Governo promoverá programas de transferências de pagamentos aos Veteranos, aos idosos e grupos mais desfavorecidos. O Governo promoverá igualmente a concessão de subsídios à igreja outras confissões religiosas, ONG's e outros grupos da sociedade civil para o desenvolvimento de programas e prestação de serviços à população nas áreas da educação, desporto, formação e investigação.

O montante total para o financiamento dos programas de transferências em 2008 consta do Quadro abaixo.

Quadro 8.7

Quadro das Transferências Públicas por Ministério 2008

	Transferências ($, 000)
Gabinete do Primeiro-ministro	25,000
Secretária de Estado para Juventude e Desporto	800
Secretária de Estado para Política Energética	251
Secretária de Estado para Formação Professional e Emprego	1250
Ministério das Finanças – Todo O Governo	16,541
Ministério da Educação	2,500
Ministério de Administração Estatal e Ordenamento do Terr.	2,286
Ministério de Economia e Desenvolvimento	2,550
Ministério da Solidariedade Social	9,700
Ministério da Agricultura e Pescas	2,000
Comissão Nacional de Eleições	1,000
Total	63,878

Estes programas encontram-se detalhados da seguinte forma:

Gabinete do Primeiro-Ministro

O Gabinete do Primeiro-Ministro promoverá em 2008 a administração de 5 programas de transferências, a seguir descritos.

Assistência a Confissões Religiosas e à Sociedade Civil

Muitos serviços sociais são disponibilizados por organizações religiosas em todo o País, incluindo as igrejas Católica e Anglicana e a comunidade Muçulmana e assim outros grupos da sociedade civil. Manter-se-á o programa iniciado no orçamento transitório que tem disponibilizado fundos para estas organizações para apoiar a sua prestação de serviços sociais essenciais como educação, saúde e cuidados de emergência.

2008 $m	2009 $m	2010 $m	2011 $m	Total $m
5.000	0	0	0	5.000

Neste fundo estão alocados $0.238 milhões para o Arquivo e Museu da Resistencia Nacional.

Apoio aos Deslocados

Apoiar os indivíduos e as famílias que foram deslocados das suas casas e lares é uma das prioridades do Governo. O Governo afectou 15 milhões de dólares.

- Reconstrução de casas para aqueles que perderam os seus lares na crise recente de segurança e durante os distúrbios ocorridos.
- O Governo fornecerá bens e materiais para apoiar os deslocados e suas famílias a reconstruírem as suas casas nos distritos.
- Em complemento dos fundos destinados a apoiar a reconstrução de casas, o Governo estabelecerá um fundo adicional para fornecer ajuda material e apoio social aos deslocados para regressar às suas vidas e lares.

2008 $m	2009 $m	2010 $m	2011 $m	Total $m
15.000	0	0	0	15.000

Resolução da situação dos Peticionários

O Governo estabelecerá um fundo para apoiar a resolução pacífica do problema dos peticionários. As verbas serão disponibilizadas para actividades de reconciliação e para apoiar a transição para as suas novas vidas, logo que alcançada a reconciliação.

2008 $m	2009 $m	2010 $m	2011 $m	Total $m
5.000	0.000	0.000	0.000	5.000

Secretaria de Estado da Juventude e Desporto

A Secretaria de Estado da Juventude e Desporto terá a seu cargo a gestão de 2 programas em 2008. O Governo disponibilizará subsídios às iniciativas das associações e grupos juvenis e iniciativas para o desenvolvimento do desporto, com um investimento total de 0.8 milhões de dólares em dois anos. O dinheiro será canalizado para alcançar os objectivos específicos definidos na Política Nacional da Juventude.

Fundo para o Desenvolvimento das Iniciativas da Juventude

Timor-Leste tem um extraordinário número de jovens comparando com a população adulta. Apoiar o desenvolvimento das iniciativas da juventude em vários aspectos é um factor de enriquecimento na sociedade, num valor de 0.3 milhões em 2008.

2008 $m	2009 $m	2010 $m	2011 $m	Total $m
0.300	0.300	0.300	0.300	1.200

Fundo para o Desenvolvimento do Desporto e Juventude

O Desporto tem um papel importante na vida dos jovens em Timor-Leste. A participação em actividades desportivas promove a boa condição física, o divertimento, a amizade e o sentido de pertença. O desporto potencia igualmente o desenvolvimento das capacidades desportivas dos jovens e a melhoria da sua capacidade de obedecer às regras do desporto.

O Fundo para o desenvolvimento do desporto e juventude disponibilizará subsídios às federações e associações desportivas, apoiando-as na organização de actividades desportivas em todo o País. Este fundo que vigorará por 2 anos, tem uma dotação de meio milhão de dólares em 2008 e 2009.

2008 $m	2009 $m	2010 $m	2011 $m	Total $m
0.500	0.500	0.000	0.000	1.000

Secretaria de Estado da Política Energética

A Secretaria de Estado da Política Energética administrará um programa de transferências em 2008.

Fundo para as Energias Alternativas

O Governo estabeleceu um fundo para apoiar a pesquisa de fontes alternativas de energia para fornecer energia ao povo de Timor-Leste. Este fundo financiará os projectos de bio gás e bio diesel (nos sucos a seleccionar), a aquisição de equipamentos para o projecto da Mini-hidroeléctrica em Maununo (um projecto em parceria com o PNUD) e energia solar para os centros comunitários.

2008 $m	2009 $m	2010 $m	2011 $m	Total $m
0.251	0.000	0.000	0.000	0.251

Secretaria de Estado para a Formação Profissional

A Secretaria de Estado para a Formação Profissional suportará três programas de transferências em 2008.

Apoio ao Centro de Formação Profissional de Tíbar.

O Governo continuará a apoiar financeiramente o funcionamento do Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional de Tíbar.

2008 $m	2009 $m	2010 $m	2011 $m	Total $m
0.150	0.000	0.000	0.000	0.150

Apoio a outras iniciativas de Formação Profissional

O Governo apoiará os formadores e instituições de formação profissional para assegurar o fornecimento de serviços de qualidade às comunidades. Poderão ser atribuídas bolsas aos formadores profissionais em áreas prioritárias.

2008 $m	2009 $m	2010 $m	2011 $m	Total $m
0.100	0.000	0.000	0.000	0.100

Projecto-piloto para o Emprego nas Comunidades

O Governo irá disponibilzar fundos para a implementação de projectos-piloto na área da reflorestação com enfoque na criação de emprego e no envolvimento das comunidades.

2008 $m	2009 $m	2010 $m	2011 $m	Total $m
1.000	0.000	0.000	0.000	1.000

Ministério das Finanças – Dotações para Todo o Governo

O Ministério das Finanças administrará dois programas de transferências em 2008.

Pensões dos Veteranos

Tal como foi estabelecido na Lei n.º 3/2006 de 12 de Abril 2006 que aprova o Estatuto dos Combatentes da Libertação Nacional, o Governo vai iniciar o pagamento de pensões aos antigos combatentes da Libertação Nacional. Os pagamentos serão efectuados através de quatro categorias de beneficiários:

- Pensão Especial de Subsistência no montante de $65.00 a $150.00 dólares americanos por mês, consoante as condições de vida actual (incapacitados para o trabalho quer fisicamente quer mentalmente devido a lesões sofridas durante o período da luta e aqueles que têm mais de 55 anos e que participaram entre 8 a 14 anos na luta).
- Pensão Especial de Reforma de $170.00 a $340.00 dólares americanos por mês consoante o posto ocupado e período de tempo como combatente (com mais de 15 anos de serviço à luta). O direito a esta pensão começa no dia 1 de Janeiro de 2008.
- Pensão de Sobrevivência (viúvas que não voltaram a casar, órfãos, pais idosos maiores de 55 anos), ou irmãos e outros herdeiros do beneficiário da PERCVLN). O direito a esta pensão começa no dia 1 de Janeiro de 2008).

- Subvenção por Dedicação Exclusiva aplica-se a:

1. CLN com mais de 3 e menos de 8 anos de participação a tempo inteiro
2. CLN com mais de 8 e menos de 15 anos e com idade inferior a 55 anos.

Estas subvenções serão pagas no ano de 2009.

2008 $m	2009 $m	2010 $m	2011 $m	Total $m
16.0	16.0	16.0	16.0	64.0

Pensões para ex-titulares de cargos políticos

O Governo continuará os pagamentos das pensões aos ex-titulares de cargos políticos, incluindo o Primeiro Presidente de Timor-Leste, ex-deputados e ex-ministros. Estas pensões foram fixadas pelo Estatuto dos Titulares de Órgãos de Soberania aprovado pela Lei nº 7/2007 de 25 de Julho, regulamentada pelo Decreto do Governo n.º 2/2007 de 1 de Agosto, que Regulamenta o Estatuto dos Titulares dos Órgãos de Soberania.

2008 $m	2009 $m	2010 $m	2011 $m	Total $m
0.541	0.541	0.541	0.541	2.164

Ministério da Educação

O Ministério da Educação administrará em 2008 um programa de transferências.

O Governo continuará também o programa de alimentação escolar, mas este programa será em 2008 gerido pela Direcção de Acreditação e Administração Escolar. Continuará a ser fornecida uma refeição por dia às crianças nas escolas de todos os distritos em conjunto com o Programa Mundial de Alimentação, de modo a encorajar a assiduidade e a melhorar a c**apac**idade dos jovens para a aprendizagem.

Programa de Subsídios Escolares

O Governo apoiará cada escola em Timor-Leste com financiamento directo calculado com base no número de alunos. Estes fundos são destinados, em primeiro plano, para as comunidades locais escolares para pequenas reparações nas escolas, como janelas partidas, ou pequenos fornecimentos de materiais e equipamentos, como giz e papel. Honorários extraordinários dos professores não são suportados por este Fundo. O financiamento será disponibilizado para a escola e a comunidade local será informada da verba disponível e em que tipo de despesas pode ser gasta.

2008 $m	2009 $m	2010 $m	2011 $m	Total $m
2.500	0.000	0.000	0.000	2.500

Ministério da Administração estatal

O Ministério da Administração Estatal terá a seu cargo a gestão de um programa em 2008.

Transferência para a Administração do Território

O Governo continuará a apoiar financeiramente as administrações do território em cada distrito de TL.

2008 $m	2009 $m	2010 $m	2011 $m	Total $m
2.286	0.000	0.000	0.000	2.286

Ministério da Economia e Desenvolvimento

O Ministério da Economia e Desenvolvimento tem a administração de 2 programas de transferências em 2008.

Fundo para apoio às Cooperativas

O Governo disponibilizará fundos para apoiar a formação no estabelecimento, organização e gestão, incluindo financeira, das cooperativas e pequenas empresas, em particular nas áreas rurais e sector agrícola.

2008 $m	2009 $m	2010 $m	2011 $m	Total $m
1.000	0.000	0.000	0.000	1.000

Fundo de apoio ao Desenvolvimento Rural

O Governo disponibilizará fundos para apoiar as autoridades locais no desenho, desenvolvimento e implementação de pequenos projectos com benefício imediato nas comunidades rurais em coordenação com outros ministérios e autoridades locais.

2008 $m	2009 $m	2010 $m	2011 $m	Total $m
1.550	0.000	0.000	0.000	1.550

Ministério da Solidariedade Social

O Ministério da Solidariedade Social gerira seis programas de transferência em 2008.

Assistência aos idosos

O Governo vai iniciar pagamento de pensões aos idosos.

2008 $m	2009 $m	2010 $m	2011 $m	Total $m
6.150	6.150	6.150	6.150	24.600

Assistência as crianças (bolsa de mãe) e grupos vulneráveis

Estes fundos destinam-se a providenciar assistência financeira a crianças expostas a riscos. Estas são crianças que estão expostas a riscos pelo facto de serem órfãs ou que estão em circunstâncias em que a mãe não pode providenciar o cuidado que estas merecem. Uma parte destes fundosé também para serem usufruídos por aqueles que estão gravemente doentes e necessitam de ajuda.

2008 $m	2009 $m	2010 $m	2011 $m	Total $m
1.250	1.250	1.250	1.250	5,000

Reintegração Social dos Grupos Vulneráveis

O Governo vai providenciar assistência aos membros mais vulneráveis da nossa comunidade – deslocados, vítimas de guerra, idosos e incapacitados para que estes possam reintegrar-se na sociedade em que vivem. Está ainda previsto apoiar organizações que ajudam as pessoas mais necessitadas e portadoras de deficiência.

2008 $m	2009 $m	2010 $m	2011 $m	Total $m
1.300	1.300	1.300	1.000	4.900

Assistência – Desastres Naturais

O Governo vai estabelecer um fundo especial para que haja verbas financeiras para ajuda as comunidades vulneráveis e vítimas de desastres naturais tais como: cheias, tremores de terra ou tsunamis.

2008 $m	2009 $m	2010 $m	2011 $m	Total $m
1.000	1.000	1.000	1.000	4.000

Ministério da Agricultura e Pescas

O Ministério da Agricultura e Pescas administrará em 2008 um programa de transferências.

Fundo para o Desenvolvimento Comunitário

O Fundo para o desenvolvimento comunitário é um programa que disponibilizará financiamento a grupos das comunidades locais em áreas rurais, para desenvolverem actividades que criem benefícios na economia local.

A maior parte das pessoas nas comunidades locais desenvolve actividades agrícolas como meio de subsistência. Estes fundos destinam-se a apoiar as comunidades a melhorar a sua produtividade agrícola ou infra-estruturas agrícolas locais. Os fundos serão destinados a objectivos específicos, por exemplo: compra de matérias-primas como tubagem para permitir às comunidades melhorar a rega das colheitas.

O fundo para o desenvolvimento comunitário é de 8 milhões a 4 anos.

2008 $m	2009 $m	2010 $m	2011 $m	Total $m
2.000	2.000	2.000	2.000	8.000

Comissão Nacional de Eleições

A Comissão Nacional de Eleições è responsável pela gestão de um programa.

2008 $m	2009 $m	2010 $m	2011 $m	Total $m
1.000	0	2.000	2.000	8.000

Capital de Desenvolvimento

A estratégia do Governo é a de melhorar as infra-estruturas físicas e, simultaneamente, obter benefícios económicos do plano de capital e desenvolvimento. Níveis altos de investimento público potenciam o crescimento económico e a criação de emprego. Os projectos, tendo por objectivo as infra-estruturas essenciais necessárias ao desenvolvimento, gerarão ganhos adicionais para a população na área da saúde, educação, transporte, comunicações, prestação de serviços e criação de um ambiente favorável ao crescimento.

O investimento total em projectos de capital e desenvolvimento em 2008 consta do Quadro abaixo.

Estes projectos encontram-se descritos de seguida, em detalhe.

	2008	2009	2010	2011	Total
Parlamento Nacional	501	-	-	-	501
Gabinete do Primeiro-Ministro	74	-	-	-	74
Secretaria de Estado de Recursos Naturais	1,249	-	-	-	1,249
Secretaria de Estado da Juventude e Desporto	300	-	-	-	300
FALINTIL - FDTL	2,342	50	-	-	2,392
Secretaria de Estado da Segurança	2,251	-	-	-	2,251
Ministério da Administração Estatal e OT	958	0	0	0	958
Ministério da Justiça	2,255	1,442	450	150	4,297
Ministério da Agricultura e Pescas	3,249	-	-	-	3,249
Ministério da Educação	8,448	12,587	-	-	21,035
Ministério da Saúde	2,468	100	-	-	2,568
Ministério da Solidariedade Social	250	-	-	-	250
Ministério dos Negócios Estrangeiros	350	-	-	-	350
Todo o Governo	3,500	-	-	-	3,500
Ministério das Infra-estruturas	30,528	30,379	31,100	30,400	122,307
Ministério do Turismo, Comércio e Industria	930	330	30	-	1,290
Procuradoria-Geral	797	-	-	-	797
Electricidade de Timor-Leste	3,876	132	-	-	4,008
Autoridade Portuária de Timor-Leste	100	-	-	-	100
Aviação Civil	3,189	-	-	-	3,189
Total	67,615	45,020	31,580	30,550	175,765

Parlamento Nacional

O Parlamento Nacional tem três projectos de capital de desenvolvimento onde se inclui um estudo de viabilidade do projecto do complexo do novo Parlamento (a sua construção começou por estar prevista em Hera e agora mudou para Taci Tolu). Também incluídas verbas para ampliação do gabinete do Presidente do Parlamento e da Cafetaria para os deputados e visitas oficiais. Escritórios adicionais para o Vice-Presidente serão também construídos.

	2008	2009	2010	2011	Total
Construção do novo Parlamento Nacional	400	0	0	0	400
Obras de restauração do Parlamento Nacional	101	0	0	0	101
Parlamento Nacional	501	-	-	-	501

Gabinete do Primeiro-Ministro

O Gabinete do Primeiro-Ministro tem um projecto de capital que se destina ao pagamento dos trabalhos de melhoria do Palácio do Governo, que estão em curso, e que necessitam de verba adicional.

	2008	2009	2010	2011	Total
Obras de reabilitação do Palácio do Governo	74	0	0	0	74

Secretaria de Estado dos Recursos Naturais

A Secretaria de Estado dos Recursos Naturais tem dois projectos de capital de desenvolvimento: um para injectar capital quando a Autoridade Nacional do Petróleo seja a funcionar; e o outro para injectar capital no consórcio que irá desenvolver estudos de viabilidade da *pipeline* e GNL em Timor-Leste.

	2008	2009	2010	2011	Total
Injecção de capital num consórcio para a pipeline	1,000	0	0	0	1,000
Estabelecimento da Autoridade Nacional do Petróleo	249	0	0	0	249
Secretaria de Estado dos Recursos Naturais	1,249	0	0	0	1,249

Secretaria de Estado da Juventude e Desporto

A Secretaria de Estado da Juventude e Desporto tem um projecto de capital de construção de instalações desportivas comunitárias.

	2008	2009	2010	2011	Total
Construção de instalações comunitárias de desporto	300	0	0	0	300

FALINTIL-FDTL

As F-FDTL têm um programa substancial de investimento com 14 projectos de capital e desenvolvimento. Informação detalhada destes projectos é fornecida no Anexo 5. Estas actividades incluem:

- Projecto de melhoria das instalações da Base de Metinaro, incluindo melhoria das instalações de treino militar, construção de duas novas estradas e melhoria do sistema de drenagem, tendo em vista facilitar o treino militar a ser ministrado pelos portugueses;
- Melhoria das instalações administrativas e de trabalho (e dos armazéns) da Componente Naval, responsável pelo patrulhamento da costa e pesca ilegal, tendo em vista a utilização dos navios-patrulha reabilitados por Portugal (que estão presentemente em *Surabaya*);
- Implantação de dois armazéns prefabricados fornecidos pelo Governo da China em Hera e Metinaro;
- Reabilitação do edifício de alojamento em Caicoli, destruído em 2006. Este projecto destina-se a reabilitar um edifício para alojamento de 60 soldados treinados pelos brasileiros em 2006, alojados temporariamente em Tasi Tolu;
- Melhoria do abastecimento de água na base militar das F-FDTL em Baucau. O fornecimento actual situa-se a 5 km da base e é partilhado com a comunidade local. A procura está a criar problemas de cortes do fornecimento a todos os utentes. O projecto inclui estudo de viabilidade de fontes alternativas de fornecimento de água;
- Construção de dois depósitos de armas em cada uma das bases das F-FDTL (em Metinaro e em Baucau), para garantir a segurança das mesmas. O projecto é baseado no modelo existente no Pacífico adequado às condições locais. O Governo Australiano suporta 50% dos custos;
- Reabilitação da Residência do Chefe de Estado-Maior das F-FDTL que foi seriamente danificada durante os distúrbios ocorridos em 2006. O projecto inclui a ampliação da Residência e a construção de novas instalações para uso oficial como escritórios e salas de reunião;

- Melhoria das Tecnologias de Informação das FDTL que serão geridas centralmente. Inclui a instalação das frequências HF e VHF, telefones e base de dados em todas as bases, incluindo o proposto novo quartel-general. Este projecto será integrado na nova Rede Integrada de Comunicações do Governo.

	2008	2009	2010	2011	Total
FALINTIL-FDTL Total	2,342	50	0	0	2.392

Secretaria de Estado da Segurança

A Secretaria de Estado da Segurança tem 18 projectos de capital, dos quais 17 são para a PNTL. Este programa inclui a construção de Postos de Patrulha de Fronteira, um novo posto de imigração e Postos Nacionais de Polícia nos Distritos. As instalações da Academia da Polícia também serão melhoradas. Os detalhes e localização destes projectos constam do anexo 5.

	2008	2009	2010	2011	Total
Secretaria de Estado para a Segurança	2,251	0	0	0	2,251

Ministério da Administração Estatal

O Ministério da Administração Estatal tem 164 projectos de capital no orçamento para 2008. Incluem-se fundos para a reabilitação de 118 escritórios dos Sucos e a construção de mais 45. Os detalhes e localização dos projectos constam do anexo 5. Os fundos também incluiem a construção de um cemitério em Becusse.

	2008	2009	2010	2011	Total
Ministério da Administração Estatal	958	0	0	0	958

Ministério da Justiça

O Ministério da Justiça tem 10 projectos de capital que incluem actividades prioritárias como:

- A reabilitação dos Edifícios da Defensoria pública em Baucau, Suai e Oecusse;
- A conclusão do edifício sede da Direcção Nacional de Terras e Propriedades;
- A reabilitação urgente das prisões de Gleno e Becora, incluindo reabilitação de celas e muralhas e torres de segurança.

	2008	2009	2010	2011	Total
Implementação de um Sistema de Gestão de Registo de Cidadãos	536	792	0	0	1328
Construção de um edifício para a Direcção Nacional de Terras e Propriedades	73	0	0	0	73
Reabilitação da Prisão de Becora	242	500	300	0	1042
Centro de Formação Judiciária – Aumento da Livraria e das Salas	100	0	0	0	100
Reabilitação do Gabinete dos Defensores Públicos em Oecusse	60	0	0	0	60
Reabilitação do Gabinete dos Defensores Públicos em Baucau	100	0	0	0	100
Reabilitação do Gabinete dos Defensores Públicos em Suai	80	0	0	0	80
Reabilitação das Prisões em Gleno	826	0	0	0	826
Construção de uma nova Prisão em Baucau	100	0	0	0	100
Intranet para o Sector da Justiça	138	150	150	150	588
Ministério da Justiça	2,255	1,442	450	150	4,297

O Ministério da Agricultura e Pescas

O Ministério da Agricultura e Pescas tem 44 projectos de capital. Estes projectos destinam-se a áreas críticas como:

- Quarentena;
- Irrigação;
- Pescas;
- Laboratórios;
- Clínicas veterinárias;
- Estufas de plantas;
- Escolas agrícolas;
- Aquacultura.

Os detalhes destes projectos constam do anexo 8.

	2008	2009	2010	2011	Total
Ministério da Agricultura e Pescas	3,249	-	-	-	3,249

Ministério da Educação

O Ministério da Educação tem 62 projectos de capital. Estes projectos destinam-se a continuar o Programa de Construção de Escolas Primárias e Pré-secundárias em Timor-Leste previsto até 2011. No âmbito deste projecto, por todo o País, escolas primárias têm sido construídas, reabilitadas ou reparadas. O programa é executado pelo Projecto de Apoio ao Ensino Primário – Unidade de Infra-estruturas (PESP-IFU), com fundos do orçamento do Estado e utilizando um modelo geral de escolas, utilizando as matérias-primas locais. Serão ainda alocadas verbas para uma Biblioteca Nacional, edifícios do Ministério incluindo as delegações territoriais, o apoio para as faculdades da Universidade e dois novos complexos de ensino politécnico, um no este e o outro na parte oeaste do País.

	2008	2009	2010	2011	Total
Ministério da Educação	8,448	12,587	-	-	21,535

Ministério da Saúde

O Ministério da Saúde tem 32 projectos de capital. Inclui-se um número significativo de projectos de construção ou reabilitação de postos de saúde nos distritos. Existem também verbas destinados a melhorar os serviços de patologia e de laboratório, bem como para fornecer alojamento apropriado para os médicos e enfermeiras nos hospitais em todo o País.

	2008	2009	2010	2011	Total
Ministério da Saúde	2,468	100	-	-	2,568

Informação detalhada destes projectos conta do anexo 5.

Ministério da Solidariedade Social

O Ministério da Solidariedade Social tem dois projectos de capital.

	2008	2009	2010	2011	Total
Paredes circundantes do Jardim Memorial dos Veteranos em Metinaro	100				100
Financiamento adicional para reconstruir o Gabinete distrital de Baucau	150				150
Total	250				250

Ministério dos Negócios Estrangeiros

O Ministério dos Negócios Estrangeiros tem dois projectos de capital.

	2008	2009	2010	2011	Total
Obras paisagísticas no novo Ministério dos Negócios Estrangeiros	100	0	0	0	100
Fundo de contraparte para a Embaixada em Camberra	250	0	0	0	250
Total	350				350

Dotações para Todo o Governo

Estão previstos dois projectos de capital ao nível de todo o Governo.

	2008	2009	2010	2011	Total
Fundos de Contrapartida para o Banco Asiático para o Desenvolvimento	2.500	0	0	0	2.500
Notas Promissórias para o Banco Mundial	1.000				1.000
Total	3.500				3.500

Ministério das Infra-estruturas

O Ministério das Infra-estruturas tem 69 projectos de capital para melhoria de estradas, pontes, controlo de cheias e fornecimento de água. Também existe um fundo para concluir a residência oficial do Presidente da República.

	2008	2009	2010	2011	Total
Ministério das Infra-estruturas	30,528	30.379	31.100	30.400	122.407

Ministério do Turismo, Comércio e Indústria.

O Ministério do Turismo, Comércio e Indústria tem 5 projectos de capital.

	2008	2009	2010	2011	Total
Reabilitação do Mercado Central no Distrito de Baucau	150	0	0	0	150
Reabilitação das Casas da Praia em Liquiçá	30	30	30	0	90
Reabilitação do Armazém em Becora – Díli	250	0	0	0	250
Reabilitação do Armazém em Boboro – Díli	200	0	0	0	200
Reabilitação de Propriedade Pública na Areia Branca	300	300	0	0	300
Total	930	330	30	0	1,290

Procuradoria-Geral da República

A Procuradoria-Geral da República tem 3 projectos de capital

	2008	2009	2010	2011	Total
Construção do Gabinete do Procurador-Geral em OeCusse	130	0	0	0	130
Reabilitação do Gabinete do Procurador-Geral no Suai	130	0	0	0	130
Reabilitação do Gabinete do Procurador-Geral em Baucau	150	0	0	0	150
Gabinete do Procurador-Geral em Díli	387	0	0	0	387
Total	797	0	0	0	797

Electricidade de Timor-Leste

A EDTL tem 19 projectos que se destinam à revisão, manutenção e reparação dos geradores, bem como melhorar o sistema de distribuição e produção de energia.

	2008	2009	2010	2011	Total
Electricidade de Timor-Leste	3,876	132	-	-	4,008

Autoridade Portuária de Timor-Leste

A Autoridade Portuária de Timor-Leste tem 2 projectos.

	2008	2009	2010	2011	Total
Construção de uma parede de protecção no Porto de Díli	50	0	0	0	50
Reabilitação do Telhado no Terminal de Passageiros em Díli	50	0	0	0	50
Total	100	-	-	-	100

Aviação Civil

A Administração de Aeroportos e Navegação Aérea deTimor-Leste (ANATL) tem 3 projectos de capital que constam do Quadro abaixo.

	2008	2009	2010	2011	Total
Reabilitar as Salas VIP no Aeroporto Internacional Nicolau Lobato	75	0	0	0	75
Melhorias de escoamento no Aeroporto Internacional Nicolau Lobato	114	0	0	0	114
Reparos na pista do Aeroporto Internacional Nicolau Lobato	3000	0	0	0	3000
Total	3,189	-	-	-	3,189

Presidente da República

Competências

O papel e competências do Presidente da República estão delineados nos Artigos 85, 86 e 87 da Constituição da República Democrática de Timor-Leste

Quadros 8.8 a 8.14 fornecem detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis na Presidência da República.

Prioridades de Curto e Médio Prazo no Orçamento de Estado de 2008

O programa do Presidente da República para 2008 inclui as seguintes prioridades:

1. Presidência Aberta, através de visitas de trabalho e deslocações aos distritos para a recolha e disseminação de informação e apoio social à população
2. Reconciliação Nacional, promover o diálogo com a população e as actividades entre os jovens para garantir a estabilidade e o desenvolvimento da Nação;
3. Assessoria Geral, apoio técnico especializado ao PR nas diferentes áreas de actuação;
4. Promoção de boas de relações diplomáticas e cooperação internacional;
5. Apoio administrativo ao Conselho de Estado e Conselho Superior de Defesa e Segurança;
6. Apoio técnico administrativo, financeiro, de recursos humanos, patrimonial e documental à PR;
7. Secretariado técnico Pós-CAVR;
8. Grupo para a Reforma e Desenvolvimento do Sector Segurança;
9. Iniciativas de sensibilização e apoio para a adesão à ASEAN.

Quadro 8.8

Transitório 2007 a 2011 Presidente da República Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	90	217	448	483	491	1,639
Bens e Serviços	810	3,116	3,989	4,272	4,483	15,860
Capital Menor	-	884	-	-	-	884
Transferencia	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	900	4,217	4,437	4,755	4,974	18,383
Crescimento ao Ano Anterior		*134.3%*	*5.2%*	*7.2%*	*4.6%*	*176.3%*
Total Capital e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior						
Total Orçamento Geral do Estado	**900**	**4,217**	**4,437**	**4,755**	**4,974**	**18,383**
Crescimento ao Ano Anterior		*134.3%*	*5.2%*	*7.2%*	*4.6%*	*176.3%*

O aumento do orçamento afecto à Presidência da República é significativo quando comparado com o ano anterior, pois visa disponibilizar os serviços adequados à representação no exterior, bem como garantir as actividades inerentes à sua função em assuntos de interesse nacional, como por exemplo promover a reconciliação Nacional as relações internacionais.

Salários e Vencimentos

A variação em salários e vencimentos refere-se apenas à inclusão do subsídio de pessoal.

Bens e Serviços

Neste agrupamento de despesa incluem-se os encargos com a Presidência Aberta e assistência técnica às diversas áreas de actuação do Presidente da República.

Capital Menor

A dotação de capital menor visa o apetrechamento da residência oficial do Presidente da República.

Quadro 8.9

Transitório 2007 a 2011 Presidente da República Financiamento Confirmado de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	12	7				7
Despesas Capital	969					-
Total Fundos Confirmados Outros Fontes	**980**	**7**	**-**	**-**	**-**	**7**
Crescimento ao Ano Anterior		*-99.6%*				

Despesas de capital relativos a construção de novo edifício da Presidência da República, projecto financiado pelo China no orçamento de 2008 e anos seguintes, cujos dados não estão disponíveis a data de publicação deste orçamento.

Quadro 8.10

Transitório 2007 a 2011 Presidente da República Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	912	4,224	4,437	4,755	4,974	18,390
Crescimento ao Ano Anterior		*131.7%*	*5.0%*	*7.2%*	*4.6%*	*172.8%*
Despesas Capital	969	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior						
Total Fontes Combinadas	**1,880**	**4,224**	**4,437**	**4,755**	**4,974**	**18,390**
Crescimento ao Ano Anterior		*12.3%*	*5.0%*	*7.2%*	*4.6%*	*32.3%*

Quadro 8.11

2008 Perfil de Funcionários Presidente da República

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	15	10	11	13	10	7	1	67
Temporário	8	1	2	1	2	3	3	20
Total	23	11	13	14	12	10	4	87

Quadro 8.12

Transitório 2007 a 2011 Presidente da República Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000)

Projecto ou Programa	Doador	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
President's office (geological survey and construction)	China	969	-	-	-		-
Youth Adviser	Norway	12	7	-	-		7
							-
			-	-	-	-	-
Total		980	7	-	-	-	7

O Presidente da Republica recebeu financiamento para os seguintes actividades:

- Construção do novo edifício da Presidência daRepública financiado pela China
- Assessoria para a juventude financiada pela cooperação Norueguesa

Fundos Transitados dos Orçamentos de Anos Anteriores

Quadro 8.13 e Quadro 8.14

Presidente da República Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000)

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição	Total $'000
Presidente of RDTL	2005/06	Activos Infraestruturais	20
	2006/07	Manutenção de Equipamentos e Edifícios	1
	2006/07	Aquisição de Edifícios	1,153
	2006/07	Aquisição de Veículos	45
	2006/07	Mobília e Acessórios	73
		Total	1,292

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição do Projecto	Localização do Projecto	Orçamento $'000
Presidente of RDTL	2005/06	Projecto de Parque de Caros	Dili	20
	2006/07	Reabilitação do Palácio do Presidente em Lahane	Díli	1,153
		Total		**1,173**

Presidente da República - Plano de Acção

• **A. Programa**	• **B. Metas**	• **C. Objectivos**	• **D. Resultado Esperado /** • **Indicador de Desempenho**
Presidência aberta Visita de trabalho / deslocação aos distritos Recolha e disseminação de informação e apoio social	• Encontros do PR com a população em geral, juventude e etc., nos distritos, sub-distritos com prioridade nas áreas mais remotas • Em concertação efectiva com o Governo contribuir para a redução da pobreza.	• PR informado directamente sobre o modo de vida da população e as suas expectativas • Atenuar as necessidades prementes da população com prioridade nas áreas remotas em que o Governo não pode responder de forma imediata imediata.	• 75% de visitas de trabalho aos distritos no território • 5% de necessidades da população atendida
Assessoria Geral	• Assegurar apoio técnico, serviços de consulta e análise de informação ao PR e apoiar o PR na qualidade de Comdt. Supremo das Forças Armadas.	• Prestar apoio técnico especializada ao PR em várias áreas	• 100% realizável
Reconciliação Nacional	• Promover diálogos em todo o território e regresso dos deslocados aos seus lugares • Promover jogos/actividades de amizade entre os jovens no território	• Manter a sociedade num ambiente de paz no intuito de assegurar a estabilidade para o desenvolvimento da Nação • Manter a população numa democracia eficaz que permite a sua participação activa no desenvolvimento	• 100% dos deslocados regressados aos seus lugares e responder as necessidades urgentes de suplantar a crise política e social encarada pelo País.
Estabelecimento de relações diplomáticas e cooperação internacional	• Promover boas relações diplomáticas com Nações Internacionais	• Manter boas relações diplomáticas e cooperação internacional	• 75% realizável
Apoio administrativo ao Conselho de Estado e Conselho Superior de Defesa e Segurança	• Secretariar as reuniões dos 2 Conselhos.	• Ter as actas de reuniões elaboradas e arquivadas	• 85% realizável
Apoio técnico administrativo-financeiro, recursos humanos, patrimonial e documental à PR	• Gestão financeira, planeamento e preparação do orçamento do Presidência da República • Secretariar as reuniões do CA da Presidência • Apetrechamento de equipamentos e materiais relacionadas com as necessidades da Presidência	• Garantir o bom funcionamento de actividades da Presidência em conformidade com o plano orçamental; e ter as actas registadas e arquivadas • Garantir o bom funcionamento as funções da PR • Preencher vagas previstas na lei orgânica e elevar a capacidade dos	• 80% realizável • 75% realizável • 75% realizável • 75% realizável

	• Recrutamento e formação dos funcionários • Organizar e catalogação dos documentos pertencentes à PR • Receber e distribuir /enviar todas as correspondências da PR e responsabiliza pelas entradas e saídas das mesmas.	funcionários e promover conhecimentos sobre leis vigentes • Conservação, tratamento e segurança dos documentos da PR • Assegurar toda a correspondência externa e interna da PR	• 100% realizável
Secretariado técnico pós-CAVR: Justiça transitória	• Conclusão dos trabalhos técnicos da CAVR	• Assegurar a Manutenção e a segurança dos arquivos e do edifício da CAVR, publicar os documentos inacabados da CAVR e contribuir para uma cultura de paz, não violência e direitos humanos em Timor-Leste através da difusão do relatório da CAVR e de outro material relacionado.	• Acesso ao relatório da CAVR. • Educação das comunidades do distrito de Díli para a não-violência e direitos humanos • Documentação dada à Comissão A. • Arquivos limpos e seguros contra problemas de climatização, insectos e da segurança das pessoas.
Secretariado ASEAN, Timor-Leste	• Estabelecer e dotar de pessoal o Secretariado • Fazer a análise de necessidades • Estudo diagnóstico de integração de comércio	• Recrutar funcionários, adquirir material de escritório e veículos, estabelecer sede no edifício do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação • Produzir um Relatório Final de Avaliação de Necessidades • Estudo de fundo e âmbito	• 23 Funcionários até ao fim de 2008 e gabinete pronto passados dois meses da promulgação do orçamento • Finalização da Avaliação das Necessidades até fim de 2008 • Começar o estudo em Junho de 2008

Parlamento Nacional

Competências

O Parlamento Nacional conforme definido na Constituição da República, e o órgão de soberania, representativo de todos os cidadãos timorenses com poderes legislativos, de fiscalização e de decisão política, estando as suas competências definidas nos artigo 95.º, a autorização legislativa no artigo 96.º, e a iniciativa da lei definida no artigo 97.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste.

Quadros 8.15 e 8.21 fornecem, detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis no Parlamento Nacional.

Prioridades de Curto e Médio Prazo no Orçamento de Estado de 2008

A médio prazo, o Parlamento, depois de dotar os serviços do Secretariado e as Comissões Parlamentares das necessárias condições de operacionalidade, pretende alcançar os seguintes valores:

- Representação: O Parlamento é um representante tanto a nível social como político e compromete-se a assegurar iguais oportunidades para que todos os Deputados possam desempenhar de forma digna e cabal os seus mandatos;
- Transparência: O Parlamento está aberto ao Povo e é transparente na condução das suas actividades;
- Acessibilidade: O Parlamento é acessível ao público, divulgando os trabalhos parlamentares entre a sociedade civil;
- Responsabilidade: Os membros do Parlamento são responsáveis perante o eleitorado no que respeita ao desempenho das suas actividades e pela integridade das mesmas;
- Eficácia: O Parlamento é eficaz devendo dotar as Comissões parlamentares dos necessários recursos humanos e materiais, facultando meios de pesquisa e de informação aos Deputados, estabelecendo procedimentos e mecanismos que possibilitem a sua actividade de fiscalização da acção governativa, disponibilizando serviços profissionais independentes, assim como de mecanismos que assegurem um verdadeiro empenho do Parlamento no processo de acompanhamento do orçamento, em todas as suas fases, incluindo a subsequente auditoria das contas, devendo ter ainda capacidade para abordar de forma eficaz todas as questões de interesse nacional.

Sumário dos Recursos Humanos e Financeiros do Parlamento Nacional

Quadro 8.15

Transitório 2007 a 2011 Parlamento Nacional Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	320	611	611	611	611	2,444
Bens e Serviços	946	4,061	4,283	4,549	4,804	17,697
Capital Menor	50	1,612	-	-	-	1,612
Transferencia	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	1,316	6,284	4,894	5,160	5,415	21,753
Crescimento ao Ano Anterior		*138.8%*	*-22.1%*	*5.4%*	*4.9%*	*105.7%*
Total Capital e Desenvolvimento	180	501	-	-	-	501
Crescimento ao Ano Anterior		*39.2%*	*-100.0%*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*-100.0%*
Total Orçamento Geral do Estado	**1,496**	**6,785**	**4,894**	**5,160**	**5,415**	**22,254**
Crescimento ao Ano Anterior		*126.8%*	*-27.9%*	*5.4%*	*4.9%*	*81.0%*

A categoria de Bens e Serviços sofreu um acréscimo significativo dado que para equipar o Parlamento com as condições necessárias para o pleno exercício das suas funções foi necessário aumentar o orçamento das seguintes rubricas: viagens locais e ao estrangeiro, formação profissional e seminários, encargos de instalação e manutenção de equipamentos e edifícios (melhoramentos ao edifício do Parlamento), combustível para veículos, outras despesas, assistência técnica e transferências correntes (subsídios aos deputados).

Capital Menor inclui a aquisição de nova frota de veículos para os deputados e melhoramentos na área de informática e comunicação.

O orçamento para Capital e Desenvolvimento destina-se à finalização de estudos e desenho de arquitectura do novo Parlamento a ser instalado em Taci Tolu.

Quadro 8.16

Transitório 2007 a 2011 Parlamento Nacional Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	2,243	2,114	-	-	-	2,114
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confimardos Outros Fontes	**2,243**	**2,114**	**-**	**-**	**-**	**2,114**
Crescimento ao Ano Anterior		*-52.9%*				

Quadro 8.17

Transitório 2007 a 2011 Parlamento Nacional Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($m)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	3,559	8,424	4,894	5,160	5,415	23,893
Crescimento ao Ano Anterior		*18.3%*	*-41.9%*	*5.4%*	*4.9%*	*-23.9%*
Despesas Capital	180	501	-	-	-	501
Crescimento ao Ano Anterior		*39.2%*	*-100.0%*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*-100.0%*
Total Fontes Combinadas	**3,739**	**8,925**	**4,894**	**5,160**	**5,415**	**24,394**
Crescimento ao Ano Anterior		*19.3%*	*-45.2%*	*5.4%*	*4.9%*	*-27.6%*

Quadro 8.18

2008 Perfil de Funcionários Parlamento Nacional

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	13	10	27	12	24	5	0	91
Temporário	0	3	2	0	0	2	1	8
Total	13	13	29	12	24	7	1	99

Quadro 8.19

Transitório 2007 a 2011 Parlamento Nacional Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($m)

Projecto ou Programa	Doador	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
UNDP Parliament	Australia	660	-	-			-
Parliament UNDP	Sweden	951	1,249				1,249
Strengthening Parliamentary Democracy	Norway	166	-	-	-		-
Continued support/Parliament	Norway	466	865				865
Total		2,243	2,114	-	-	-	2,114

Os projectos mencionados financiados por fontes externas incluem acções de fortalecimento institucional sob a forma de serviços de assessoria e cursos de formação.

Fundos Transitados dos Orçamentos de Anos Anteriores

Quadro 8.20 e Quadro 21

Transitório 2007 a 2011 Parlamento Nacional Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000)

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição	Total $'000
Parlamento Nacional	2006/07	Manutenção do Edifício e Equipamento	4
	2006/07	Equipamento Electrónico	28
	2006/07	Mobílias e Acessórios	6
	2006/07	Activos Infraestruturais	100
		Total	137

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição do Projecto	Localização do Projecto	Orçamento $'000
Parlamento Nacional	2006/07	Reabilitação do Edifício do Parlamento Nacional	Díli	100
		Total		**100**

Parlamento Nacional - Plano Anual de Acção

A. Programa	B. Metas	C. Objectivos	D. Resultado Esperado / Indicador de Desempenho
Parlamento Nacional	• O Parlamento Nacional assegurará o cumprimento efectivo e adequado da sua função legislativa, de representação e fiscalização politica da acção do Governo, contribuindo para o bom funcionamento da democracia e estabilidade social do País • O Parlamento viabilizará o sistema multipartidário e o diálogo político sobre as ideias e projectos de sociedade. • O Parlamento interpretará de modo fiel o papel de instância de representação do povo e dos seus interesses	• Aprovar legislação relevante, bem elaborada e em tempo oportuno • Estabelecer um sistema multipartidário e democrático através de um diálogo produtivo • Servir de contra-poder à Presidência e ao Governo • Estabelecer e manter uma comunicação e diálogo adequado, útil e eficaz entre as várias alas do Governo a fim de assegurar o respeito pela Constituição e pelas leis, a transparência na administração pública e a independência e imparcialidade do poder judiciário • Manter-se aberto à sociedade e às suas organizações • Prover o PN com os necessários recursos financeiros e humanos e de meios técnicos • Aumentar o número de salas de trabalho, reunião e formação Instalações • Melhorar a estética e a higiene dos espaços circundantes e do estacionamento	• Excelente interacção entre os deputados e o povo • O Parlamento tem instalações e infra-estruturas apropriadas para funcionar efectivamente • Os Deputados, as Comissões e os funcionários têm plena capacidade e competência para desenvolver as suas funções • O Parlamento terá orçamento e os recursos financeiros suficientes e gerir de forma autónoma e prudente • O Parlamento é acessível ao povo e reflecte as suas aspirações • Parlamento com capacidade para elaborar e aprovar legislação da sua própria competência e que reflicta a busca de soluções para as aspirações nacionais, de acordo com a as metas do desenvolvimento nacional • O Parlamento fiscaliza efectivamente o Governo • O Parlamento tem melhores relações a cooperação com o Governo e outros órgãos do Estado

Gabinete do Primeiro-ministro

Competências

O Primeiro-Ministro tem as suas próprias competências e outras que lhe são delegadas pela Constituição e pela Lei. O principal papel do Primeiro-Ministro é:

- Liderar o Governo e presidir ao Conselho de Ministros;
- Dirigir e guiar a política do Governo assim como a sua acção Governativa; e
- Representar o Governo e o Conselho de Ministros nas suas relações com o Presidente da República e Parlamento Nacional;

Enquanto chefe do Governo, o Primeiro-Ministro tem o poder de emitir instruções destinadas a qualquer membro do Governo e o de tomar decisões sobre matérias incluídas nas áreas de tutela de qualquer ministério ou secretaria de Estado, assim como de criar comissões ou grupos de trabalho eventuais ou permanentes para assuntos que sejam da competência do Governo.

O Primeiro-Ministro exerce ainda os poderes relativos aos serviços, organismos e actividades compreendidos na Presidência do Conselho de Ministros que não resultem atribuídos aos demais membros do Governo que a integram.

Ficam na dependência directa do Primeiro-Ministro os seguintes serviços e organismos:

- Serviço Nacional de Segurança do Estado;
- Inspecção-Geral;

Está igualmente na dependência do Primeiro-Ministro a Autoridade Bancária e de Pagamentos, nos termos definidos no seu estatuto.

A Presidência do Conselho de Ministros compreende, além do Primeiro-Ministro e do Vice Primeiro-Ministro, os seguintes Secretários de Estado:

- O Secretário de Estado do Conselho de Ministros;
- O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto;
- O Secretário de Estado dos Recursos Naturais;
- O Secretário de Estado da Política Energética;
- O Secretário de Estado da Formação Profissional e Emprego;
- O Secretário de Estado da Promoção da Igualdade.

O Vice Primeiro-Ministro coordena, por delegação do Primeiro-Ministro, outros membros do Governo, de acordo com áreas determinadas da actividade governativa.

São delegadas no Vice Primeiro-Ministro as seguintes competências:

- Responsabilizar-se pela área dos Assuntos Sociais sempre em articulação com o Ministro da Solidariedade Social;
- Sempre que haja desastres naturais, responsabilizar-se pela coordenação interministerial;
- Responsabilizar-se pela área da sociedade civil, em coordenação com o Primeiro-Ministro sobre as políticas a serem estabelecidas;
- Responsabilizar-se pelas comissões ou grupos de trabalho que vierem a ser criados, em coordenação com Primeiro-Ministro sobre as políticas a serem estabelecidas;
- Velar pela fiscalização das actividades nos Distritos e Sub-distritos, assim como estabelecer contactos com as comunidades mais isoladas e/ou necessitadas, de acordo com os programas estabelecidos pelo Ministro da Administração Estatal;
- Acompanhar e ser o elo de ligação nos contactos com Parlamento Nacional e as respectivas bancadas, em coordenação com a Secretaria de Estado do Conselho de Ministros;

O Vice-Primeiro-Ministro é responsável pela supervisão das actividades nos Distritos e sub-Distritos, assim como pelo estabelecimento de contactos com áreas mais isoladas e comunidades desfavorecidas, de acordo com os programas definidos pelo Ministro da Administração Estatal.

Quadros 8.22 a 8.28 fornecem, detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis no Gabinete do Primeiro-ministro.

Prioridades de Curto e Médio Prazo no Orçamento de Estado de 2008

A Curto prazo (Janeiro a Junho de 2008):

1. Promover a estabilidade da Nação (através de mecanismos de diálogo com todos parceiros da sociedade e de resolução de questões sócio-políticas prementes):
    a. Casos peticionários e Major Alfredo Reinado;
    b. Resolução situação dos deslocados;

2. Estabelecer uma Unidade de Planeamento Estratégico e Investimento.

3. Estabelecer o Conselho Consultivo para o Sector Privado e Pequenas e Médias Empresas.

4. Desenvolver e implementar mecanismos que facilitem o diálogo entre o Gabinete do Primeiro-Ministro e os seguintes sectores:

    a. Sector privado;

    b. Sociedade civil (igreja e confissões religiosas, ONG, etc.)

    c. Imprensa/Comunicação social.

5. Estabelecer uma Comissão da Função Pública.

6. Implementar uma nova estrutura para o Gabinete do Primeiro-Ministro.

7. Apresentar o relatório final da Comissão de Verdade e Amizade (Março 2008).

A Médio prazo (Janeiro a Dezembro 2008):

1. Acompanhar o processo relativo aos Combatentes da Libertação Nacional:

    a. processamento de pensões;

    b. alojamento dos veteranos;

2. Acompanhar o desenvolvimento e implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento Estratégico.

3. Promover reuniões regulares com os parceiros do sector privado, sociedade civil e comunicação social, na qualidade de parceiros desejáveis no processo de desenvolvimento nacional.

4. Reforma do sector da defesa.

Sumário dos Recursos Humanos e Financeiros do Gabinete do Primeiro-ministro

Quadro 8.22

Transitório 2007 a 2011 Gabinete do Primeiro-Ministro Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	265	405	409	413	417	1,644
Bens e Serviços	2,239	2,022	2,042	2,063	2,083	8,210
Capital Menor	-	211	-	-	-	211
Transferencia	900	25,000	5,000	5,000	5,000	40,000
Total Despesas Recorrentes	3,404	27,638	7,451	7,476	7,501	50,066
Crescimento ao Ano Anterior		*306.0%*	*-73.0%*	*0.3%*	*0.3%*	*10.2%*
Total Capital e Desenvolvimento	-	74	-	-	-	74
Crescimento ao Ano Anterior		*#DIV/0!*	*-100.0%*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*
Total Orçamento Geral do Estado	**3,404**	**27,712**	**7,451**	**7,476**	**7,501**	**50,140**
Crescimento ao Ano Anterior		*307.1%*	*-73.1%*	*0.3%*	*0.3%*	*10.2%*

De acordo com o Programa do IV Governo Constitucional e nas exigências colocadas ao Gabinete do Primeiro-Ministro, as necessidades em termos de recursos humanos e nível da capacidade irão aumentar.

O orçamento em bens e serviços aumentou devido ao estabelecimento de infra-estruturas técnicas e operacionais de forma a alcançar os objectivos propostos.

A categoria de transferências inclui 5 milhões em subsídios públicos e 20 milhões destinados à resolução das questões dos campos de deslocados.

Quadro 8.23

Transitório 2007 a 2011 Gabinete do Primeiro-ministro Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	656	1,361	302	34	-	1,697
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confimardos Outros Fontes	**656**	**1,361**	**302**	**34**	**-**	**1,697**
Crescimento ao Ano Anterior		*3.6%*	*-77.8%*	*-88.9%*		

Quadro 8.24

Transitório 2007 a 2011 Gabinete do Primeiro-ministro Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	4,060	28,799	7,653	7,407	7,398	51,256
Crescimento ao Ano Anterior		*254.6%*	*-73.4%*	*-3.2%*	*-0.1%*	*-8.9%*
Despesas Capital	-	74	-	-	-	74
Crescimento ao Ano Anterior		*#DIV/0!*	*-100.0%*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*
Total Fontes Combinadas	**4,060**	**28,873**	**7,653**	**7,407**	**7,398**	**51,330**
Crescimento ao Ano Anterior		*255.5%*	*-73.5%*	*-3.2%*	*-0.1%*	*-8.9%*

Quadro 8.25

2008 Perfil de Funcionários Gabinete do Primeiro-ministro

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	3	6	26	38	39	14	5	131
Temporário	1	3	3	10	0	0	0	17
Total	4	9	29	48	39	14	5	148

Quadro 8.26

Transitório 2007 a 2011 Gabinete do Primeiro-Ministro Orçamento para Actividades de Doadores ($000)

Projecto ou Programa	Doador	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Assessores Gabinete do PM	Norway	77	-	-	-		-
Institutional support to Prime-Minister and PR cabinet	Potugal	17	34	34	34		101
Institutional Building of the Inspector General	WorldBank	10	190	-	-	-	190
Journalist Visit Program for Sw PD and PIF countries	Indonesia	2	-	-	-	-	-
Timor Radio Connect	CE	-	97	49			146
MEDIA	Australia	220	440	220	-	-	660
PWYP Workshop	Norway	31	-	-	-		-
Strengthening Independent Media Program in Timor-Leste	USA	300	600				600
Total		656	1,361	302	34	-	1,697

Fundos Transitados dos Orçamentos de Anos Anteriores

Quadro 8.27 e Quadro 8.28

Transitório 2007 a 2011 Gabinete do Primeiro-Ministro Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000)

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição	Total $'000
Gabinete do Primeiro-ministro	2006/07	Manutenção de Veículos	1
	2006/07	Manutenção de Equipamento e Edifícios	1
	2006/07	Serviços Profissionais	27
	2006/07	Aquisição de Edifícios	688
	2006/07	Equipamento de Comunicação	19
		Total	737

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição do Projecto	Localização do Projecto	Orçamento $'000
Gabinete do Primeiro-ministro	2006/07	Reabilitação da Vedação do Palácio do Governo	Díli	7
	2006/07	Reabilitação do Gabinete dos Pontos Focais	Ainaro	20
	2006/07	Reabilitação do Gabinete dos Pontos Focais	Díli	19
	2006/07	Reabilitação do Gabinete dos Pontos Focais	Viqueque	20
	2006/07	Reabilitação do Gabinete dos Pontos Focais	Lautem	17
	2006/07	FCP Adicional nº 703004/0947 construção da Estátua Papa João Paulo II	Díli	179
	2006/07	Reabilitação do Jardim do Palácio do Governo	Díli	30
	2006/07	Reabilitação do Palácio do Governo	Díli	395
		Total		**688**

Gabinete do Primeiro-Ministro - Plano Anual de Acção

A. Programa	B. Metas	C. Objectivos	Resultado Esperado / Indicador Desempenho
Assessoria Sector Privado, Pequenasd e Médias Empresas	• Estabelecer um mecanismo para tornar o Sector Privado consciente do seu papel no devenvolvimento da naçao.	• Incutir uma maior responsabilidade e encorajar o Sector Privado para que contribua activamente no devenvolvimento da Naçao.	• Estabelecimento de um mecanismo capaz de proporcionar o dialogo entre o Gabinete do Primeiro Ministro e o Sector Privado até Marco 2008; • Reunioes mensais com divulgacao publica dos assuntos tratados.
Assessoria Sociedade Civil	• Estabelecer um mecanismo para tornar a sociedade civil consciente do seu papel no devenvolvimento da naçao.	• Incutir uma maior responsabilidade e encorajar a Sociedade Civil a contribuir activamente no devenvolvimento da Naçao.	• Estabelecimento de um mecanismo capaz de proporcionar o dialogo entre o Gabinete do Primeiro Ministro e o Sector Privado até Marco 2008; • Reunioes mensais com divulgacao publica dos assuntos tratados.
Assessoria Comunicaçao Social	• Estabelecer um mecanismo para tornar a sociedade civil consciente do seu papel no devenvolvimento da naçao.	• Incutir uma maior responsabilidade e encorajar a Sociedade Civil a contribuir activamente no devenvolvimento da Naçao.	• Estabelecimento de um mecanismo capaz de proporcionar o dialogo entre o Gabinete do Primeiro Ministro e o Sector Privado até Marco 2008; • Reunioes mensais com divulgacao publica dos assuntos tratados.
Gabinete do Primeiro Ministro	• Melhorar a estabilização do Pais	• Resolver os casos pendentes que minam a estabilidade.	• Casos dos Peticionarios e Alfredo Reinado resolvidos em Dezembro 2008.
Gabinete do Primeiro Ministro	• Reestruturar o Servico National de Seguranca do Estado	• Melhorar a gestao das operaçoes do dia a dia e a capacidade dos serviços responderem rapida e eficazmente.	• Proposta da nova estrutura finalizada em Fevereiro 2008; • Plano Estrategico para os services desenvolvido em

A. Programa	B. Metas	C. Objectivos	Resultado Esperado / Indicador Desempenho
			Marco 2008; • Recrutamento para tdas as posicoes da nova estrutura finalizada em Julho 2008; • Implementação do plano estrategico a partir de Julho 2008; • Sessoes regulares de "feede-back" entre o Primeiro Ministro e os directores com vista a serem avaliados os resultados.
Gabinete do Primeiro Ministro	• Implementacao da nova estrutura do Gabinete do Primeiro Ministro	• Gestao efectiva das operacoes dfo do dia a dia e aumentar a capacidade dos serviços responderem rapida e eficazmente.	• Recrutamento para tdas as posicoes da nova estrutura finalizada ate Abril 2008; • Novos funcionarios formados e treinados pelo INAP ate Agosto 2008; • Sessoes regulares de "feed-back" entre o Primeiro Ministro e os directores com vista a serem avaliados os resultados.
Gabinete do Primeiro Ministro	• Comissao Verdade e Amizade	• Fortelecer a amizade entre o povo indonesio e o povo timorense.	• Apresentação o relatorio final de actividades da Comissao em Fevereiro 2008.
Gabinete do Primeiro Ministro	• Estabelecer a Comissao do Servico Publico	• Orgao independente e apartidario para monitorizar e desenvolver a Administracao Publica	• Devenvolver e aprovar a lei da Comissao de Servico Publico ate Marco 2008; • Nomeacao dos membros dfa Comissao em Maio 2008; • Rever o estatuto do servico publico e rugalamentos complementares em Julho 2008; • Sessoes regulares de "feed-back" entre o Primeiro

A. Programa	B. Metas	C. Objectivos	Resultado Esperado / Indicador Desempenho
			Ministro e os directores com vista a serem avaliados os resultados.
Programa de Resolucao do problema dos deslocados (Vice Primeiro-Ministro)	• Realojamento de todas as pessoas deslocadas	• Criar condicoes e encontrar mecanismos para se efectuar o realojamento dos deslocados no mais breve espaco de tempo	• Condicoes definidas e mecanismos desenvolvidos e aprovados ate finais de Fevereiro de 2008 com implementacao apatir de Marco de 2008; • Pelo menos 75% dos deslocados reslojados ate final de 2008.
Adequacao dos serviços de inspeccao geral as prioridades do governo (Gabinete de Inspeccao Geral)	• Supervisionar toda a actividade financeira dos orgaos do estado e da administracao publica	• Combater a corrupcao, a ineficiencia e o desperdicio nos serviços	• Estabelecimento de serviços descentralizados de auditoria em todos os ministerios ate Junho de 2008 com recrutamento adequado; • 40% dos ministerios auditados ate finais de 2008.

Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

Competências

O Secretário de Estado do Conselho de Ministros tem as competências necessárias ao cumprimento das atribuições da Secretaria de Estado do Conselho de Ministros.

A Secretaria de Estado do Conselho de Ministros é o órgão central do Governo de apoio e consulta jurídica do Conselho de Ministros e do Primeiro-Ministro, cabendo-lhe, nomeadamente:

- Coordenar o procedimento legislativo no seio do Governo, assegurando a coerência e a harmonia jurídica interna dos actos legislativos aprovados em Conselho de Ministros;
- Analisar e preparar os projectos de diplomas legais e regulamentares do Governo, em coordenação com os ministérios proponentes;
- Prestar apoio técnico-administrativo ao Conselho de Ministros;
- Assegurar os serviços de contencioso da Presidência do Conselho de Ministros;
- Responder, em colaboração com o ministério da tutela, aos processos de fiscalização da constitucionalidade e da ilegalidade;
- Coordenar a implementação das decisões do Conselho de Ministros;
- Assegurar a publicação da legislação do Governo no Jornal da República;
- Representar o Conselho de Ministros e o Primeiro-Ministro, quando este assim decida, nas comissões especialmente criadas;
- Garantir o cumprimento das regras e procedimentos do Conselho de Ministros;
- Traduzir ou acompanhar a tradução de diplomas legais ou outros documentos necessários à acção do Conselho de Ministros ou do Primeiro-Ministro;
- Porta-voz do Conselho de Ministros;
- Exercer a tutela sobre os órgãos de comunicação social do Estado.

Quadros 8.29 e 8.35 fornecem, detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis na Secretaria de Estado do Conselho de Ministros.

Sumário dos Recursos Humanos e Financeiros da Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

Quadro 8.29

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	55	127	128	130	131	516
Bens e Serviços	505	1,310	1,323	1,336	1,350	5,319
Capital Menor	850	126	-	-	-	126
Transferencia	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	1,410	1,563	1,451	1,466	1,481	5,961
Crescimento ao Ano Anterior		*-44.6%*	*-7.1%*	*1.0%*	*1.0%*	*-47.5%*
Total Capital e Desenvolvimento	200	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*na*	*na*	*na*	*na*
Total Orçamento Geral do Estado	**1,610**	**1,563**	**1,451**	**1,466**	**1,481**	**5,961**
Crescimento ao Ano Anterior		*-51.5%*	*-7.1%*	*1.0%*	*1.0%*	*-54.0%*

Quadro 8.30

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	9	19	19	19	-	56
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confimardos Outros Fontes	**9**	**19**	**19**	**19**	**-**	**56**
Crescimento ao Ano Anterior		*0.0%*	*0.0%*	*0.0%*	*-100.0%*	*-100.0%*

Quadro 8.31

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	1,419	1,582	1,470	1,484	1,481	6,016
Crescimento ao Ano Anterior		*11.4%*	*-7.1%*	*1.0%*	*-0.3%*	*-6.4%*
Despesas Capital	200	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior						
Total Fontes Combinadas	**1,619**	**1,582**	**1,470**	**1,484**	**1,481**	**6,016**
Crescimento ao Ano Anterior		*-51.2%*	*-7.1%*	*1.0%*	*-0.3%*	*-54.3%*

Quadro 8.32

2008 Perfil de Funcionários Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	0	3	4	7	10	3	1	28
Temporário	3	2	0	0	6	0	0	11
Total	3	5	4	7	16	3	1	39

Quadro 8.33

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000)

Projecto ou Programa	Doador	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Apoio institucional ao Conselho de Ministros	Portugal	9	19	19	19		56
Total		9	19	19	19	-	56

Fundos Transitados dos Orçamentos de Anos Anteriores

Quadro 8.34 e Quadro 8.35

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000)

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição	Total $'000
Secretaria de Estado do Conselho de Ministros	2006/07	Manutenção de Veículos	1
	2006/07	Activos Infraestruturais	149
		Total	150

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição do Projecto	Localização do Projecto	Orçamento $'000
Secretaria de Estado do Conselho de Ministros	2006/07	Reabilitação do edifício para o Secretário de Estado para a coordenação das reg. II	Same	74
	2006/07	Reabilitação do edifício para o Secretário de Estado para a coordenação das reg. I	Baucau	75
		Total		**149**

Secretaria de Estado do Conselho de Ministros - Plano Anual de Acção

A. Programa	B. Metas	C. Objectivos	D. Resultado Esperado / Indicador de Desempenho
Apoio ao CdM e assistência administrativa à SECM	• Garantir a eficiência no apoio às reuniões do CdM e nas actividades administrativas da Secretaria de Estado do Conselho de Ministros	• Criar as condições para as reuniões do CdM e a eficiência na execução das funções da SECM.	• 85 % das actividades da SECM bem sucedidas.
Tradução / Interpretação	• Compreensão dos documentos pelos diferentes intervenientes no processo, membros do Governo, sociedade civil, ONG's e comunidade religiosa.	• Traduzir os documentos e programas do Governo para as línguas oficiais em conformidade com a Constituição da RDTL.	• 95% dos documentos traduzidos e facilitadas a interpretação dos programas do Governo. • Assistência administrativa previsão e manutenção dos materiais da direcção de tradução 85% bem realizadas.
Disseminação de informações	• Veiculo de transmissão de informação mas, também como receptor de sugestões e opiniões da sociedade civil.	• Recolher e disseminar informações do programa Governo.	• 85% informações diseminadas.
Unidade de Apoio Jurídico	• Apresentar apoio directo à Presidência do Conselho de Ministros e ao Governo no seu todo.	• Estimular uma maior coordenação e interacção entre todos os juristas que trabalham sobre a tutela do Governo, resultando num leque de leis harmonizadas, mais simples e mais facilmente aplicáveis.	• 85% das informações recolhidas. • 85% das informações disseminadas.

Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto

Competências

A Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto é o órgão central do Governo responsável para as áreas da promoção do bem-estar e desenvolvimento da juventude. As principais actividades da Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto vão envolver:

- propor a políticas e elaborar os projectos de regulamentação necessários para as áreas da juventude e do desporto;
- assegurar a implementação e execução do Quadro legal e regulamentador das actividades relacionadas com a Juventude e o Desporto; e
- promover as actividades destinadas aos jovens, especialmente nos campos do desporto, da arte e da cultura.

Quadros 8.36 a 8.42 fornecem, detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis na Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto.

Prioridades de Curto e Médio Prazo no Orçamento de Estado de 2008

As prioridades de curto e médio prazo da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto são:

- Desenvolvimento das políticas e projectos para as áreas da juventude e desporto;
- Promover actividades específicas para os jovens;
- Promover valores culturais, fortalecer a paz e o desenvolvimento nacional de Timor-Leste.

Sumário dos Recursos Humanos e Financeiros da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto

Quadro 8.36

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Juventude e Desporto Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	90	164	178	183	187	712
Bens e Serviços	414	479	571	585	600	2,235
Capital Menor	-	3	-	-	-	3
Transferencia	-	800	800	-	-	1,600
Total Despesas Recorrentes	504	1,446	1,549	768	787	4,550
Crescimento ao Ano Anterior		*43.5%*	*7.1%*	*-50.4%*	*2.5%*	*-21.9%*
Total Capital e Desenvolvimento	-	300	-	-	-	300
Crescimento ao Ano Anterior		*#DIV/0!*	*-100.0%*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*
Total Orçamento Geral do Estado	**504**	**1,746**	**1,549**	**768**	**787**	**4,850**
Crescimento ao Ano Anterior		*73.2%*	*-11.3%*	*-50.4%*	*2.5%*	*-21.9%*

Salários e vencimentos

O montante de 164 mil dólares afectos aos salários do gabinete do Secretário de Estado da Juventude e Desporto inclui 35 funcionários permanentes e 23 temporários.

Quadro 8.37

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Juventude e Desporto Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	-	582	-	-	-	582
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confimardos Outros Fontes	**-**	**582**	**-**	**-**	**-**	**582**
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*na*	*na*	*na*	*na*

Quadro 8.38

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Juventude e Desporto Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	504	2,028	1,549	768	787	5,132
Crescimento ao Ano Anterior		*101.2%*	*-23.6%*	*-50.4%*	*2.5%*	*-21.9%*
Despesas Capital	-	300	-	-	-	300
Crescimento ao Ano Anterior		*#DIV/0!*	*-100.0%*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*
Total Fontes Combinadas	**504**	**2,328**	**1,549**	**768**	**787**	**5,432**
Crescimento ao Ano Anterior		*131.0%*	*-33.5%*	*-50.4%*	*2.5%*	*-21.9%*

Quadro 8.39

2008 Perfil de Funcionários Secretaria de Estado da Juventude e Desporto

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	0	0	5	22	4	4	0	35
Temporário	3	6	7	6	3	4	1	30
Total	3	6	12	28	7	8	1	65

Quadro 8.40

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Juventude e Desporto Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000)

Projecto ou Programa	Doador	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Transitional Programme for Facilitating Dialogue	Norway		582	-			582
			-	-	-		-
				-	-		-
			-	-	-	-	-
Total		-	582	-	-	-	582

Fundos Transitados dos Orçamentos de Anos Anteriores

Quadro 8.41 e Quadro 8.42

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Juventude e Desporto Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000)

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição	Total $'000
Secretaria de Estado de Juventude e Desporto	2006/07	Equipamento de Escritório	6
	2006/07	Activos Infraestruturais	456
		Total	462

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição do Projecto	Localização do Projecto	Orçamento $'000
Secretaria de Estado de Juventude e Desporto	2006/07	Construção do Pavilhão Desportivo	Maliana	89
	2006/07	Construção do Pavilhão Desportivo Pante Makasar	Oe-cussi	79
	2006/07	Construção do Pavilhão Desportivo Gleno	Ermera	91
	2006/07	Rehab. Gymnasium	Baucau	107
	2006/07	Construção Centro de Juventude	Same	90
		Total		**456**

Secretaria de Estado da Juventude e Desporto – Plano de Acção Anual

A. Programa	B. Metas	C. Objectivos	D. Resultado Esperado / Indicador de Desempenho
Bem-estar e desenvolvimento da juventude	Ter uma sociedade onde rapazes e raparigas tenham acesso à educação, saúde e capacitação, de forma a virem a ser cidadãos conhecedores dos seus direitos e obrigações, e com bons valores moral.	1. Promover uma participação activa dos jovens no processo de desenvolvimento nacional • Melhorar a capacidade dos jovens através de formação • Fortalecer os aspectos sociais, culturais, económicos e religiosos, preservando o ambiente e a solidariedade humana • Melhorar a saúde dos jovens • Desenvolver a acção social sobre os jovens 2. Promover estabilidade e unidade nacional.	• Coordenação entre instituições prestadoras de formação vocacional e profissional • 200 jovens participam em acções de formação profissional e 100 pessoas participam em acções de formação vocacional • 130 pessoas recebem bolsas de estudo • Dormitórios em Díli, Baucau e Oe-cusse construídos • 4 sessões de trabalho de reintegração regional e 13 sessões de trabalho distritais • Facilitar o diálogo entre jovens de aldeias pertencentes aos distritos em conflito
Política e Planeamento	Autonomizar a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto para prestar serviços à juventude e desenvolver o desporto. Desenvolver leis sobre juventude e desporto	• Função efectiva da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto • Plano de Acção Anual com bons resultados • Implementação de política para jovens com cooperação e coordenação institucionais produtivas • Promover desenvolvimento social e económico dos jovens e da economia local	• Preenchimento da estrutura a 60% com indivíduos competentes. • Prestação de serviços de acordo com o plano anual. • Todo o pessoal formado a nível interno. • Acordo entre departamentos a respeito da implementação dos programas intersectoriais. • Execução de 50% do programa

A. Programa	B. Metas	C. Objectivos	D. Resultado Esperado / Indicador de Desempenho
		• Leis orgânicas sobre política de desporto formuladas • Publicação regular da *Lian Foinsa'e* e produção de filmes por jovens	acordado. • Estabelecimento de órgão e critérios de administração para utilização dos fundos. • Números positivos e melhores resultados do apoio. • Maior número de jovens a beneficiar do programa. • Proposta de lei e política sobre juventude e desporto aprovadas pelo Conselho de Ministros e Parlamento. • Aumento do número de jovens leitores que prestam opiniões sobre as notícias da *Lian Foinsa'e*. • Movie *Foinsa'e ba Dame, Unidade no Dezenvolvimentu* distribuídos em todos os distritos.
Desporto	• Capacidade e tolerância dos formadores relativamente ao desporto. • Instalações suficientes para a prática de desporto a nível comunitário e escolar. • Associações fortes capazes de participarem em eventos a nível nacional e internacional • Desenvolver o desporto e promovê-lo a nível formal e informal • Manter relacionamento forte e amistoso com a CPLP e países da região	• Formação para aumentar o valor da educação e do desporto • Instalações desportivas de qualidade • Construção de recintos desportivos de qualidade em todos os distritos • Estabelecimento de associações desportivas em todos os distritos • Actividades desportivas extracurriculares a nível comunitário e a nível institucional • Aumento das relações desportivas com países da CPLP e países de outras regiões	• Formação para 300 pessoas em 4 regiões • 6 debates na rádio e televisão • 13 clubes de distrito • Reconstrução em Maliana, Ermera e Lospalos, construção a nível escolar em Manufahi, Manatuto e Oe-cusse. • Proposta de lei para submissão ao CdM sobre programas de desenvolvimento do desporto • Juventude de 13 distritos vistada pelo Secretariado da CPLP

A. Programa	B. Metas	C. Objectivos	D. Resultado Esperado / Indicador de Desempenho
	• Todos os desportos regulados por legislação • Formação profissional pronta a participar em todos os desportos	• Ter normas políticas para todos os desportos • Formação / ensino formal, como sejam licenciatura em Educação Física e Desporto	

Secretaria de Estado dos Recursos Naturais

Competências

A Secretaria de Estado dos Recursos Naturais é o órgão central do Governo responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas dos recursos minerais e naturais, incluindo o petróleo e o gás, bem como as actividades das indústrias mineira, petrolífera e química, cabendo-lhe, nomeadamente:

- Elaborar e propor a política e elaborar os projectos de regulamentação necessários nas respectivas áreas de tutela;
- Estabelecer contactos com investidores internacionais no sentido de atrair o investimento em território nacional, nas áreas sob a sua tutela;
- Elaborar propostas de legislação e regulamentação sobre a matéria relativa à sua área de actuação;
- Acompanhar a implementação dos tratados internacionais na sua área de tutela;
- Determinar, tendo em conta as tendências de mercado, as condições para a exploração dos recursos;
- Assegurar uma gestão transparente dos recursos, em conformidade com as práticas internacionais;
- Gerir os recursos de petróleo e actividades da indústria petrolífera de acordo com a legislação sobre petróleo;
- Autorizar e supervisionar os contratos de partilha de produção, autorizações e aprovações;
- Promover novas explorações dos recursos petrolíferos e o desenvolvimento das já existentes;
- Manter um arquivo de informação sobre operações e recursos petrolíferos;
- Medir e verificar a produção e reservas de petróleo;
- Estabelecer um programa de monitorização e inspecções para assegurar que os operadores actuam de acordo com os termos das suas licenças e de acordo com a lei e regulamentações;
- Licenciar operadores de exploração mineira;

Prioridades de Curto e Médio Prazo no Orçamento de Estado de 2008

De forma a implementar as políticas acima mencionadas, os principais programas da Secretaria de Estado dos Recursos Naturais para 2008 são:

1. Continuar a monitorizar e supervisionar as actividades correntes de petróleo e minerais contratadas;
2. Recrutar funcionários nacionais para preencher as vagas existentes na estrutura actual e posteriormente desenvolver as suas capacidades e profissionalismo através da formação e programas de desenvolvimento profissional.
3. Realizar os estudos de viabilidade dos oleodutos e linhas de gás natural para Timor-Leste *(Timor Leste Energy Hub Option)*.
4. Participar no consórcio de fornecimento.
5. Regular as actividades existentes de forma a potenciar o aumento das oportunidades de emprego para timorenses.
6. Elaborar projectos de diploma para a criação da Autoridade Nacional do Petróleo e do Instituto do Petróleo e Geologia.
7. Realizar o primeiro levantamento geológico de Díli e arredores pelo Instituto do Petróleo e Geologia.
8. Elaborar projectos de diploma para criação da Companhia Nacional de Petróleo.
9. Estabelecer o Secretariado para a Comissão Nacional de Recursos não-renováveis.
10. Promover a transparência e a responsabilização através da criação da iniciativa da transparência do IV Governo Constitucional chamada modelo de transparência de TL e apoiar a criação do Secretariado EITI em Timor-Leste.
11. Formular, em conjunto com a Secretaria de Estado da Política Energética, a criação de uma política sobre segurança nacional de energia.
12. Estabelecer mecanismos de colaboração e de coordenação com outros órgãos do Governo com tutela sobre áreas conexas.

Quadros 8.43 a 8.47 fornecem detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis na Secretaria de Estado dos Recursos Naturais.

Sumário dos Recursos Humanos e Financeiros da Secretaria de Estado dos Recursos Naturais

Quadro 8.43

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado dos Recursos Naturais Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	40	124	124	124	124	496
Bens e Serviços	416	2,948	4,000	4,500	6,000	17,448
Capital Menor	11	134	-	-	-	134
Transferencia	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	467	3,206	4,124	4,624	6,124	18,078
Crescimento ao Ano Anterior		*243.3%*	*28.6%*	*12.1%*	*32.4%*	*555.7%*
Total Capital e Desenvolvimento	50	1,249	-	-	-	1,249
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*na*	*na*	*na*	*na*
Total Orçamento Geral do Estado	**517**	**4,455**	**4,124**	**4,624**	**6,124**	**19,327**
Crescimento ao Ano Anterior		*330.9%*	*-7.4%*	*12.1%*	*32.4%*	*492.3%*

O aumento em bens e serviços deve-se principalmente à criação de um fundo para bolsa de estudos no valor de 1 milhão de dólares. A Secretaria de Estado pretende também recrutar uma equipa de consultores para levaram a cabo estudos geológicos.

Quadro 8.44

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado dos Recursos Naturais Financiamento de Doadores no Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	2,176	688	-	-	-	688
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confimardos Outros Fontes	**2,176**	**688**	**-**	**-**	**-**	**688**
Crescimento ao Ano Anterior		*-84.2%*	*-100.0%*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*-100.0%*

Quadro 8.45

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado dos Recursos Naturais Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	2,643	3,894	4,124	4,624	6,124	18,766
Crescimento ao Ano Anterior		*-26.3%*	*5.9%*	*12.1%*	*32.4%*	*15.8%*
Despesas Capital	50	1,249	-	-	-	1,249
Crescimento ao Ano Anterior		*1149.0%*	*-100.0%*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*-100.0%*
Total Fontes Combinadas	**2,693**	**5,143**	**4,124**	**4,624**	**6,124**	**20,015**
Crescimento ao Ano Anterior		*-4.5%*	*-19.8%*	*12.1%*	*32.4%*	*13.7%*

Quadro 8.46

2008 Perfil de Funcionários Secretaria de Estado dos Recursos Naturais

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	0	1	3	7	2	3	0	16
Temporário	3	3	8	8	2	2	0	26
Total	3	4	11	15	4	5	0	42

No orçamento 2008, o número de funcionários aumenta em 6 funcionários para permitir à Secretaria de Estado responder às solicitações operacionais e programas de trabalho.

Quadro 8.47

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado dos Recursos Naturais Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000)

Projecto ou Programa	Doador	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Petroleum Sector Co-operation	Norway	915	223	-	-		223
Petroleum advisors	Norway	-	465	-	-		465
Petroleum Advisors 2006	Norway	1,239	-	-	-		-
Consultancy to the Secretariat for Natural Resources	Norway	23	-	-	-		-
Total		2,176	688	-	-	-	688

Secretaria de Estado dos Recursos Naturais – Plano Anual de Acção

Programa		Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
I. Desenvolvimento de Recursos Humanos				
	a. Oferecer bolsas de estudo para cursos superiores no estrangeiro	Para preparar uma camada de técnicos timorenses, com boa base académica e susceptiveis para transferencia tecnica, que podem participar activamente na boa gestão e desenvolvimento dos recursos petroliferos e minerais em 2012/13.	Ter pelo menos 100 graduados até 2012/2013 em universidades estrangeiras para poder receber/atender as necessidades de professionais de qualidade nas áreas de engenharia petrolifera, geologia, mineralogia, economistas e advogados especializados em petroleo até 2012/13.	Primeira fase – Bolsas de estudo oferecidas a 24 estudantes em Junhu para iniciar os estudod no estrangeiro em Julho (Australia, UK, Malaysia, Indonesia). Alvo do Governo: Continuos esforços e negociação para encontrar fundos para financiar bolsas de estudo para cerca de 100 timorenses . 100 timorenses formados ate 2012/13 para responder a algumas necessidades de cerca de 600 profissionais que serão precisos ate la.
	b. Continuação das iniciativas de desenvolvimento profissional tais como, cursos de formação (curto e medio prazo) treinos e seminários.	Funcionários do Secretariado de Recursos Humanos expostos a formação adequada e desenvolvimento continuo das suas abilidades profissionais, conhecimentos e capacidade (especialmente em ingles e conhecimentos tecnicos)	Para melhorar as capacidades dos funcionarios de todas as direccoes do secretariado para poderem desempenhar as suas funcoes diarias e poderem comunicar efectivamente e eficientemente. Todos os funcionarios aduirirao bons conhecimentos da lingua inglesa.	Os Funcionarios participarao em varios cursos de formação oferecidos em Timor-Leste e tomarao parte em seminarios e curtos de curto prazo no estrangeiro. Muitos dos funcionarios serao enviados para participar em cursos de ingles. 80% destes programas serao oferecidos antes do fim de 2008.
II. Aconpanhamento continuo e supervisão das actividades Petroliferas e Minerais e apoiar as iniciativas do EITI				
	a. Acompanhar e supervisonar a exploração petrolífera e de gas na area	As actividades de exploração e	Para assegurar que o interese nacional de Timor-Leste esta	No minimu aumentar as oportunidades de criacao de trabalho, aumento do uso de

Programa		Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
	jurisdicional de Timor-leste no mar de Timor, e acompanhar o desenvolvimento no JPDA	desenvolvimento que as varias companhias estao a conduzir no mar de Timor, na area de Hurisdiçao de Timor-Leste e o JPDA serao efectuadas de acordo com os termos e condicoes assinados no "Contrato de Partilha de Producao".	salvaguardado atraves das operacoes prestadas pelas companhias no mar de Timor, e esta operacoes serao conduzidas de modo efectivo e eficiente de acordo com as practicas "good oil and gas fields practice".	sub-contractores locais para oferecer serviços necessarios nesta industria. Em 2009, espera-se que "local content" na area do campo de trabalho aumente de 1% (40 pessoas em 4000 postos) para 5% (200 timorenses); e o numero de sub-contratores aumente de 0% agora para aproximadamente 1 ou 2%.
	c. Acompanhar e supervisonar a extracao em escala menor de areia e pedras.	Assegurar que a extracao em escala menor de areia e pedras, que esta a ter lugar presentemente, seja feita de acordo com padroes ambientais e de modo sustentavel.	Para que estas actividades de extracao sejam efectuadas de forma efectiva e eficiente de acordo com boas praticas de extracao de minerais.	Todas as actividades conduzidas de acordo com boas practicas que sejam "ramah lingkungan" e sustentavel.
	c. Acompanhar e supervisonar a iniciativa de transparencia atraves das actividades do secretariado de EITI em Timor-Leste	Estabelecer o secretariado de EITI e todas as suas actividades serao apoiadas pelo Governo.	Timor-Leste continuara a aderir a inciativa de transparencia e a apoiar a inicitiva de extensao atraves da iniciativa "Timor-Leste Transparancy Model"	80% do secretariado de EITI sera estabelecido em emados de 2008 e actividades do secretariado serao apoiados
III. Estabelecimento da Autoridade Nacional de Petroleo (ANP) e o Instituto de petroleo e Geologia (IPG)				
	a. Preparar, consultar e introduzir legislacao sobre o estabelecimento do ANP e IPG	Preparar leis, regulamentos e planos estrategicos adequados	Preparacao de leis, regulamentos e planos estrategicos sera finalizado a tempo de ser apresentado ao Conselho de ministros em Fevereiro de 2008.	80% das propostas de legislacao serao finalizados em Fevereiro de 2008 e consultas com as entidades competentes tera lugar e sera introduzido em Marco de 2008.

Programa		Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
	b. Operacionalizar ANP	Estabelecer ANP e definir a sua funcao e papel de acordo com a nova lei aprovada e os planos estrategicos definidos	Gabinete do ANP operacional	Escritorio ANP estabelecido e comecara a funcionar em meados de 2008 – 80% das actividade operacionais a acontecer. E ANP desempenhara tambem o papel e a funcao de Autoridade Designada de Mar de Timor e Direcção de Petroleo e Gas de modo eficiente e efectivo.
IV. Estudo Geologico em Dili e outros locais estrategicos sobre potensial minerologico		Novo quadro geologico preparado para Dili e outras areas relevantes com uma escala de 1:25,000	Iniciar um programa de 5 anos do governo, para produzir um novo Quadro geologico para todo o territorio e fazer uma inventariacao de minerais. Este trabalho sera executado por consultores sob a lideranca de um timorense com experiencia em geologia.	80% da area estudada e Quadros digital produzidos e impressos. Professionais timorenses treinados atraves de on-the-job training
V. Participacao activa de Timor-Leste no Desenvolvimento de Recursos				
	a. Estudos das opcoes para um "***Timor-Leste Pipeline and Gas Hub"***	Para conduzir um estudo de viabilidade da economia, tecnica e comercial e socio-ambiental para o Pipeline e a planta LNG e a opcao EnergyHub para poderem funcionar bem.	Para Timor-Leste saber concretamente sobre a viabilidade da Planta LNG e Pipeline em Timor-Leste atraves da participacao directa em estudos independentes que serao executados atraves de um Consortium de Companhias com experiencia nessa area.	90% do estudo apresentado para consideração pelo Governo em meados de 2008. Se a planta LNG e Pipeline sao direccionados para Timor-Leste criar-se-a no minimo 10,600 postos de trabalho.
	b. Estudo sobre "***Timor-Leste Supply Base"***	Para investigar locais para servir de base de fornecimento na costa	Timor-Leste informado sobre os locais adequados para construcao da base de fornecimento e	Local identificado e aprovado para o estabelecimento da Base de Fornecimento na costa sul para responder as actividades

Programa		Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
		sul.	viabilidade para financiamento do Consortium para a Base de Fornecimento.	de perfuracao que terao lugar em 2009, 2010 ate 2013. Quando finalizado a construcao da base de Fornecimento, cria-se cerca de 200 postos de trabalho directos e 500 indirectos todos os anos.

Secretaria de Estado de Política Energética

Competências

A Secretaria de Estado da Política Energética é o órgão central do Governo responsável para as áreas dos recursos energéticos.

As principais actividades do Secretário da Política Energética são:

- Elaborar e propor ao Governo as linhas da política energética;
- Executar e assegurar a implementação da política aprovada pelo Governo nos termos da alínea anterior;
- Desenvolver o quadro legal e regulamentar das actividades relacionadas com os recursos energéticos;
- Promover contactos com investidores internacionais no sentido de atrair investimento externo nas suas áreas de tutela;
- Regular, em coordenação com outros ministérios, operadores na área de produção de electricidade;
- Desenvolver estudos sobre a capacidade dos recursos energéticos e de energias alternativas;
- Manter um arquivo de informação sobre operações e recursos energéticos;
- Coordenar e promover a gestão e a modernização das infra-estruturas nas áreas da produção de electricidade;
- Assegurar a coordenação do sector energético e estimular a complementaridade entre os seus diversos modos, bem como a sua competitividade, em ordem à melhor satisfação dos utentes;

Quadros 8.48 a 8.52 fornecem, detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis na Secretaria de Estado da Política Energética.

Prioridades de Curto e Médio Prazo no Orçamento de Estado de 2008

- Pesquisa e estudos para estabelecer a base de dados sobre reservas e potenciais fontes renováveis e alternativas de energia.
- Estrutura que visa estabelecer o Quadro legal que garanta as actividades ligadas à energia.
- Projecto-piloto de biogás.
- Centrais Termoeléctricas que visam substituir o sistema da EDTL. Redução gradual da dependência do combustível importado e melhoria geral da capacidade de fornecimento de energia, redução dos preços e previsões de sustentabilidade e fornecimento.

Quadro 8.48

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Política Energética Financiamento ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	31	73	109	109	109	400
Bens e Serviços	94	185	185	185	185	740
Capital Menor	31	-	-	-	-	-
Transferencia	-	251	251	251	251	1,004
Total Despesas Recorrentes	156	509	545	545	545	2,144
Crescimento ao Ano Anterior		*226.3%*	*7.1%*	*0.0%*	*0.0%*	
Total Capital e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*na*	*na*	*na*	
Total Orçamento Geral do Estado	**156**	**509**	**545**	**545**	**545**	**2,144**
Crescimento ao Ano Anterior		*226.3%*	*7.1%*	*0.0%*	*0.0%*	

Bens e serviços

Os bens e serviços incluem políticas de energias alternativas e renováveis e iniciativas de pesquisa, bem como as bolsas de estudo para dois timorenses para completarem os seus estudos na área da política energética.

Transferências

As transferências incluem os projectos de biogás e biodiesel nos sucos a serem seleccionados, aquisição de equipamentos para o projecto da Central Mini Hidroeléctrica em *Mahununo* (projecto em parceria com a PNUD) e projecto de energia solar para os centros comunitários.

Quadro 8.49

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Política Energética Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	94	2,810	3,111	5,140	-	11,061
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confimardos Outros Fontes	**94**	**2,810**	**3,111**	**5,140**	**-**	**11,061**
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*na*	*na*	*na*	*na*

Quadro 8.50

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Política Energética Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	250	3,319	3,656	5,685	545	13,205
Crescimento ao Ano Anterior		*1227.2%*	*10.2%*	*55.5%*	*-90.4%*	
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*na*	*na*	*na*	
Total Fontes Combinadas	**250**	**3,319**	**3,656**	**5,685**	**545**	**13,205**
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*10.2%*	*55.5%*	*-90.4%*	

Quadro 8.51

2008 Perfil de Funcionários Secretaria de Estado da Política Energética

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	0	0	0	0	1	0	0	1
Temporário	0	0	4	5	3	3	1	16
Total	0	0	4	5	4	3	1	17

Quadro 8.52

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Política Energética Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000)

Project or Program	Donor	Transition	2008	2009	2010	2011	4 Year Total
Oil for development - 2 phase	Noruega	-	2,770	3,111	5,140	-	11,021
Advisor to Executive Director of TSDA	Noruega	54	-	-	-	-	-
Rural energy development in Timor-Leste	UNDP	40	40	-	-	-	40
Total		94	2,810	3,111	5,140	-	11,061

Secretaria de Estado da Política Energética – Plano Anual de Acção

A. Programa	B. Metas	C. Objectivos	D. Resultado Esperado / Indicador de Desempenho
Pesquisa e estudo	• Estabelecimento de bases de dados sobre reservas e potencialidades das fontes de energia alternativa e renovável. • Elaboração do Quadro de fontes de energia e de classificação de zonas energéticas e abastecimentos.	• Estudos no País instalação de centros produção e formação • Estudos comparativos noutros Países	• Desenhar um Quadro de projectos a serem executados em cada Plano de Acção Anual • Feitura do Quadro sobre actividades de todos os projectos de biogás ou de energias renováveis efectuadas por agências internacionais ou individuais • Elaborar um relatório sobre as capacidades de biodiesel e a sua tecnologia.
Quadro legal	• Estabelecimento dum Quadro legal que assegurara todas as actividades energéticas	• Elaboração, consulta publica, e socialização do texto.	• Texto concluído para apresentação, debate e aprovação.
Programa biogás	• Verificar a capacidade de produção • Projectar produções em bases individuais ou grupos.	• Estabelecimento de instalações piloto.	• Três centros-piloto estabelecidos e com formação fornecido a 30 famílias.
Centrais termoeléctricas	• Reforma do sistema da EDTL • Corte gradual de dependência a importação de combustíveis • Abastecimento e melhoramento das capacidades de forme cimento de electricidade. • Redução de preços e projecção de sustentabilidade e abastecimento.	• Insta calção de centrais termoeléctricas.	Acordo de parcerias instituídas. Três centrais termoeléctricas. • Oecussi 5 MW • Díli 15-20 MW • Costa sul 40 MW

Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego

Competências

O Secretário de Estado da Formação Profissional e Emprego tem delegadas as competências necessárias ao cumprimento das atribuições da Secretaria de Estado Formação Profissional e Emprego.

A Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego é o órgão central do Governo responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas do trabalho, da formação profissional e do emprego, cabendo-lhe, nomeadamente:

- Propor a política e elaborar os projectos de regulamentação nas áreas do trabalho, formação profissional e do emprego;
- Promover e regular a formação profissional;
- Incentivar a contratação de timorenses no exterior;
- Regulamentar e fiscalizar o trabalho de estrangeiros em Timor-Leste;
- Fiscalizar o cumprimento das disposições legais em matéria do Trabalho;
- Promover e fiscalizar a Saúde, Segurança e Higiene no trabalho;
- Estabelecer mecanismos de colaboração e de coordenação com outros órgãos do Governo com tutela sobre áreas conexas.

Quadros 8.53 a 8.57 fornecem detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis na Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego.

Sumário dos Recursos Humanos e Financeiros da Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego

Quadro 8.53

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego, Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	92	212	202	202	202	818
Bens e Serviços	189	576	590	590	590	2,346
Capital Menor	-	115	-	-	-	115
Transferencia	1,161	1,250	1,850	2,150	2,150	7,400
Total Despesas Recorrentes	1,442	2,153	2,642	2,942	2,942	10,679
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*22.7%*	*11.4%*	*0.0%*	*2.0%*
Total Capital e Desenvolvimento	20	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior						
Total Orçamento Geral do Estado	**1,462**	**2,153**	**2,642**	**2,942**	**2,942**	**10,679**
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*22.7%*	*11.4%*	*0.0%*	*0.6%*

Quadro 8.54

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego, Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	1,689	8,721	2,829	1,856	1,348	14,754
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confimardos Outros Fontes	**1,689**	**8,721**	**2,829**	**1,856**	**1,348**	**14,754**
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*-67.6%*	*-34.4%*	*-27.4%*	*-60.1%*

Quadro 8.55

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego, Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	3,131	10,874	5,471	4,798	4,290	25,433
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*-49.7%*	*-12.3%*	*-10.6%*	*-31.5%*
Despesas Capital	20	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*
Total Fontes Combinadas	**3,151**	**10,874**	**5,471**	**4,798**	**4,290**	**25,433**
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*-49.7%*	*-12.3%*	*-10.6%*	*-31.9%*

Quadro 8.56

2008 Perfil de Funcionários of Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	0	1	27	10	3	4	0	45
Temporário	5	6	29	5	2	0	0	47
Total	5	7	56	15	5	4	0	92

Quadro 8.57

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego, Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000)

Projecto ou Programa	Doador	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Skill training for gainful employment (STAGE)	ILO	852	1,343	1,130			2,474
Labour Market Information	ILO	53	63				63
Youth Employment Promotion (YEP)	ILO		1,529	1,697	1,854	1,348	6,428
Skill training for gainful employment (STAGE) - UNDP	UNDP	683	683				683
Professional training and social promotion in Timor Leste (Brazil) II	Brazil	100	100				100
Professional Training scholarship - East Timor	Portugal	1	2	2	2		6
Youth Have Opportunity for Work	USA		5,000				5,000
Total		1,689	8,721	2,829	1,856	1,348	14,754

Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego - Plano Anual de Acção

A. Programa	B. Metas	C. Objectivos	D. Resultado Esperado / Indicador de Desempenho
Programa do Plano, Administração e das Finanças	• Dar assistência técnica no âmbito do plano, da administração e das finanças na execução dos programas e actividades das Direcções e do Gabinete do Secretário de Estado da Formação Profissional e Emprego	• Os programas e actividades das Direcções e do Gabinete do Secretário de Estado da Formação Profissional e Emprego executado com eficiência e efectividade	• 5 Direcções e 3 Gabinetes assistidos
Política de Formação Profissional	• Identificar as políticas a serem implementadas através de consultas com os parceiros competentes ou relevantes • Desenvolver o esboço da Política da Formação Profissional	• Consulta com os parceiros competentes, Governo, Centros de Formação, Empresários e Trabalhadores, implementada • Política Formação Profissional estabelecida	• Consulta estabelecida • Política da Formação Profissional 100% implementada
Desenvolvimento e promoção da política de Emprego	• Política e estratégia de Emprego estabelecida • Política de exportação de mão-de-obra timorense para estrangeiro estabelecida	• Política e estratégia de Emprego apresentada • Política de exportação de mão-de-obra timorense para estrangeiro apresentada	• Política e estratégia de Emprego aprovada • Política de exportação de mão-de-obra timorense para estrangeiro aprovada
Programa para serviços da Relação de Trabalho	• Promover a Mediação e Conciliação das disputas do Trabalho • Promover a educação e orientação sobre as condições no local trabalho • Promover a educação quanto às relações industriais para a geração de um sistema harmonizado • Promover o Registo dos Sindicatos e das Organizações Empresarias, em Timor-Leste • Promover a socialização das regras de registo e certificado dos Sindicatos e Organizações empresariais nos Distritos	• Disputas do trabalho sejam solucionadas • Seminários para a educação e orientação sobre as condições no local trabalho • Seminários para a educação e orientação sobre as relações industriais • Registar todos os Sindicatos e Organizações Empresariais • Seminários para a educação quanto às regras de registo e certificado dos Sindicatos e Organizações empresariais para os trabalhadores e empresários nos Distritos • Programas de organização e	• Informação sobre estatística das disputas do trabalho e solução obtida pela Mediação e Conciliação • Orientação aos diversos sectores produtivos seja efectiva • Orientação aos diversos sectores produtivos seja efectiva • Registo dos Sindicatos e Organizações Empresariais sejam concluídos • Seminário realizado com a participação de todos os Sindicatos e Organizações Empresariais • Sindicatos e Organizações Empresariais estejam

A. Programa	B. Metas	C. Objectivos	D. Resultado Esperado / Indicador de Desempenho
	• Apoiar na organização dos Sindicatos e Organizações Empresariais em Timor-Leste	fortalecimento dos Sindicatos e Organizações Empresariais em Timor-Leste	organizados e capazes de exercerem suas funções de maneira a beneficiar a relação de trabalho
Programa para serviços da Inspecção do Trabalho	• Implementar o sistema de Inspecção do Trabalho com vista à orientação de trabalhadores e empresários quanto os direitos fundamentais e saúde e higiene no local de trabalho • Emitir e fiscalizar o uso de Autorização para Trabalho em Timor-Leste por parte de trabalhadores estrangeiros • Promover a socialização das regras da Inspecção do Trabalho nos Distritos	• Plano de Inspecção aos locais de trabalho estabelecido • Trabalhadores estrangeiros cumpram as regras do trabalho e adquiram a devida Autorização para Trabalho • Socialização das regras da Inspecção do Trabalho realizadas nos Distritos	• Os locais de trabalho efectivamente inspeccionados pela Inspecção do Trabalho • Os trabalhadores estrangeiros trabalhando com a devida autorização para trabalho • Trabalhadores e empresários, nos Distritos, tenham conhecimento das regras da Inspecção do Trabalho e as respeitem
Participação de Timor-Leste em importantes Fóruns estratégicos	• Participar activamente na Conferência Internacional do Trabalho, todos os anos, em Genebra	• Participação do Governo, Sindicatos e Organizações Empresariais	• Conferência Internacional do Trabalho atendida anualmente

Secretaria de Estado para Promoção da Igualdade e do Género

Competências

A Secretaria de Estado para Promoção da Igualdade é o órgão central do Governo responsável para as áreas da promoção e defesa da igualdade de género.

As principais actividades da Secretária da Promoção de Igualdade são:

- apoiar a elaborar da política global e sectorial com incidência na promoção da igualdade e fortalecimento do papel da mulher timorense na sociedade;
- elaborar propostas normativas, emitir pareceres e intervir, nos termos da lei, nos domínios transversais em todas as áreas relevantes à promoção da igualdade, estabelecendo mecanismos para a revisão de leis, políticas, orçamento e programas de Governo nas áreas sob a respectiva tutela;
- coordenar com os diversos ministérios, acções concertadas de promoção da igualdade e fortalecimento do papel da mulher;
- desenvolver parcerias e providenciar apoio a organizações de mulheres envolvidas na promoção e defesa da igualdade de género, assegurando mecanismos de consulta com a sociedade civil e organizações internacionais;
- promover acções de sensibilização da opinião pública e de adopção de boas práticas relativas à igualdade de género, à participação paritária na vida económica, social, política e familiar e ao combate a situações de discriminação e violência contra a mulher;
- manter a opinião pública informada e sensibilizada sobre as questões relacionadas com a igualdade e direitos da mulher com recurso aos meios de comunicação social, à edição de publicações ou outros meios considerados apropriados;
- assegurar as modalidades de participação institucional e das organizações não-governamentais que concorram para a realização das políticas de igualdade de género, bem como conferir competências técnicas e certificar qualidades de pessoas e entidades envolvidas na promoção e defesa da igualdade de género; e
- cooperar com organizações de âmbito comunitário e internacional e com organismos congéneres estrangeiros, tendo em vista participar nas grandes orientações internacionais relativas à igualdade de género e promover a sua implementação a nível nacional.

Quadros 8.58 a 8.62 fornecem, detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis na Secretaria de Estado para Promoção da Igualdade.

Prioridades de Curto e Médio Prazo no Orçamento de Estado de 2008

A Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade focar-se-á nas seguintes prioridades:

1. Consolidar a Lei e os mecanismos de consulta e de coordenação;
2. Analisar e desenvolver políticas e legislação sensíveis ao género;
3. Inclusão do género e da situação das mulheres no planeamento e monitorização;
4. Formar e educar na área do género;
5. Promover uma cultura de igualdade e;
6. Capacitação dos recursos humanos da Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade.

Sumário dos Recursos Humanos e Financeiros da Secretaria de Estado para Promoção da Igualdade

Quadro 8.58

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado para Promoção da Igualdade Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	28	64	64	64	64	256
Bens e Serviços	56	154	324	347	358	1,183
Capital Menor	-	74	-	-	-	74
Transferencia	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	84	292	388	411	422	1,513
Crescimento ao Ano Anterior		*73.8%*	*32.9%*	*5.9%*	*2.7%*	*151.2%*
Total Capital e Desenvolvimento	-		-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*na*
Total Orçamento Geral do Estado	**84**	**292**	**388**	**411**	**422**	**1,513**
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*32.9%*	*5.9%*	*2.7%*	*151.2%*

Quadro 8.59

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado para Promoção da Igualdade, Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	1,275	1,392	1,392	881	-	3,664
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confimardos Outros Fontes	**1,275**	**1,392**	**1,392**	**881**	**-**	**3,664**
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*0.0%*	*-36.7%*	*-100.0%*	*-100.0%*

Quadro 8.60

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado para Promoção da Igualdade Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	1.359	1.684	1.780	1.292	422	5.177
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*5,7%*	*-27,4%*	*-67,3%*	*-84,5%*
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*
Total Fontes Combinadas	**1.359**	**1.684**	**1.780**	**1.292**	**422**	**5.177**
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*5,7%*	*-27,4%*	*-67,3%*	*-84,5%*

Quadro 8.61

2008 Perfil de Funcionários Secretaria de Estado para Promoção da Igualdade

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	0	1	1	3	1	1	0	7
Temporário	1	2	1	0	0	0	0	4
Total	1	3	2	3	1	1	0	11

Quadro 8.62

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado para Promoção da Igualdade Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000)

Projecto ou Programa	Doador	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
CEDAW SEAP	UNIFEM	91					-
Supporting Gender Equality and Women's Human Rights and National building of Timor-Leste Programme	IOM		178	178	178		533
Supporting Gender Equality & Women's Human Rights in Nation Building (MDGs)	UNIFEM	511	511	511			1,022
Programme for Enhancing Rural Women's Leadership & Participation in Nation Building (PERWL)	UNIFEM	375					-
Integrated Programme for Women in Politics & Decision Making (IPWPDM)	UNIFEM	62	-	-	-	-	-
Supporting Women's Engagement in Peace Building and Preventing Sexual Violence: Community-led Approaches (SGBV)	UNIFEM	60	-	-	-	-	-
Women in Leadership	Australia	176					-
Support for Gender mainstreantming	Irlanda		248	248	248		744
Gender based Violence Project	UNFPA		455	455	455		1,365
Total		1,275	1,392	1,392	881	-	3,664

Secretaria de Estado para Promoção da Igualdade - Plano Anual de Acção

A. Programa	B. Metas	C. Objectivos	D. Resultado Esperado / Indicador de Desempenho
Fortificação da Ligação e Mecanismos de Consulta e Coordenação	• É desenvolvido o mecanismo de Pontos Focais de Género através do estabelecimento de mecanismos de ligação e coordenação ao nível dos Ministérios e Distritos • Promoção do diálogo e colaboração entre os diversos quadrantes da sociedade para a promoção da igualdade	• Os PFG dos Ministérios e dos Distritos desenvolveram TdR de Grupos e Individuais • Os PFGs dos 4 Ministérios prioritários (MS, ME, MJ e MAPF) possuem planos de Trabalho específicos para a Abordagem Integrada do Género • Grupos de Trabalho de coordenação e de consultas com as organizações de mulheres, Governo Central e Local, Doadores, Agências das Nações Unidas e ONG's nacionais e internacionais • Estabelecimento de um mecanismo de ligação com as mulheres parlamentares	• 100% PFG possuem um TdR próprio • 12 reuniões mensais entre a SEPI e os PFG's • 4 reuniões trimestrais entre a SEPI e os PFG's Distritais • Troca de informação é eficaz e existe uma abordagem concertada para a Promoção da Igualdade
Análise e Desenvolvimento o de Políticas e Legislação sensível ao Género	• Garantia de integração de uma perspectiva de género no desenvolvimento de políticas e de legislação, através da análise das Políticas e leis existentes e/ou de novos projectos	• Criação de uma Política de Abordagem do Género • Recolha sistemática de informação e execução de pesquisas com vista a influenciar políticas e legislação • Elaborar propostas de políticas e de legislação com vista a uma integração de uma abordagem integrada do género • Realizar estudos que digam respeito ao aumento da responsabilidade e participação total da mulher timorense nas várias esferas da vida social, cultural, económica e política • Análise jurídica das propostas de lei/políticas e propor projectos de lei com vista a integrar os princípios legais de igualdade do género	• 6 documentos de Política e Desenvolvimento do Género e Chefe do Dep Análise e Desenvolvimento • Desenvolvimento e publicação de 1 Pesquisa com vista ao aumento da responsabilidade da mulher timorense numa área considerada como prioritária • 100% das propostas de lei são analisadas sob uma perspectiva de género

		• Proceder a uma avaliação das necessidades para a criação de um mecanismo que garanta a análise de género de toda a legislação produzida	
Inclusão do Género do Planeamento e Monitorização e Avaliação da Situação da Mulher	• A perspectiva do género é incluída e monitorizada ao nível do Planeamento do Governo • Existência de recolha de dados e desenvolvimento de instrumentos de monitorização para a Política de Abordagem Integrada do Género no Governo	• Conjuntamente com o DNPCAE (Plano) desenvolver um sistema de monitorização do género para os PAAs e Orçamentos • Direcção do Plano e Directores de Planeamento dos diferentes Ministérios capacitados na aplicação de instrumento s e uso de indicadores sensíveis ao género • Recolha sistemática de dados qualitativos e quantitativos que permitam a avaliação do progresso do género a nível nacional • Ministérios e instituições governamentais são incentivados a produzirem dados estatísticos desagregados por sexo e a adoptarem instrumentos orçamentais sensíveis ao Género	• 100% dos funcionários do Plano e 75% Directores de Planeamento receberam formação em género • Produção de 1 Relatório anual sobre o Progresso da Abordagem Integrada do Género
Formação e Educação na área do Género	• Aumentar o conhecimento dos PFGs sobre a Abordagem Integrada de Género e levar a cabo acções de formação de formadores (ToT) em género	• Formação em género para os PFGs Ministeriais • Formação em género para todos os funcionários públicos através do INAP • Funcionários do Dep Formação em Género capacitados no desenvolvimento de avaliações de necessidades de formação, na elaboração de manuais, no desenvolvimento de módulos e currículos na área da promoção da igualdade de género	• 100% dos PFGs ministeriais receberam formação e estão aptos a desempenharem as suas funções no seio dos seus Ministérios • Existência de 1 Módulo de formação em género para formação dos funcionários públicos e existência de formadores do INAP aptos a levarem a cabo essa formação • Acompanhamento directos dos funcionários por uma Formadora Internacional na

			área de educação de género
Promoção de uma Cultura de Igualdade	• Desenvolvimento de campanhas produção e publicação de materiais informativos com vista a sensibilização e Promoção de uma mentalidade de igualdade de género • Promoção do trabalho e das actividades realizadas pela SEPI com vista a divulgação do mandato e visão da instituição	• Realização, produção, avaliação, desenvolvimento dentro do SEPI nos assuntos do género • Comemoração a nível nacional e distrital dos diversos dias a comemorar a existência da mulher em factores civis.	• Encontro distrital mensal ~ • Celebrações dos respectivos dias da mulher celebrados

Ministério da Defesa e Segurança

Sumário dos Recursos Humanos e Financeiros do Ministério da Defesa e Segurança

Quadro 8.63

Transitório 2007 a 2011 Gabinete Ministro da Defesa e Segurança Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	56	-	-	-	-	-
Bens e Serviços	1,592	100	100	100	100	400
Capital Menor		-	-	-	-	-
Transferencia	-		-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	1,648	100	100	100	100	400
Crescimento ao Ano Anterior			*0.0%*	*0.0%*	*0.0%*	*na*
Total Capital e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior						
Total Orçamento Geral do Estado	**1,648**	**100**	**100**	**100**	**100**	**400**
Crescimento ao Ano Anterior			*0.0%*	*0.0%*	*0.0%*	*na*

Quadro 8.64

Transitório 2007 a 2011 Gabinete Ministro da Defesa e Segurança Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	-	-	-			-
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confirmados Outros Fontes	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Crescimento ao Ano Anterior						

Quadro 8.65

Transitório 2007 a 2011 Gabinete Ministro da Defesa e Segurança Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	-	100	100	100	100	400
Crescimento ao Ano Anterior			*0.0%*	*0.0%*	*0.0%*	
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior			*0.0%*	*0.0%*	*0.0%*	
Total Fontes Combinadas	**-**	**100**	**100**	**100**	**100**	**400**
Crescimento ao Ano Anterior			*0.0%*	*0.0%*	*0.0%*	*na*

Quadro 8.66

2008 Perfil de Funcionários Gabinete Ministro da Defesa e Segurança

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	0	0	0	0	0	0	0	0
Temporário	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 8.67 e Quadro 8.68

Transitório 2007 a 2011 Gabinete Ministro da Defesa e Segurança Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000)

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição	Total $'000
Ministério da Defesa e Segurança	2005/06	Activos Infraestruturais	96
	2006/07	Manutenção de Veículos	1
	2006/07	Materiais e Abastecimentos Operacionais de Consumo	80
	2006/07	Materiais e Abastecimentos Operacionais de Consumo	25
	2006/07	Combustível para Geradores	51
	2006/07	Manutenção de Edifício e Equipamento	314
	2006/07	Manutenção de Edifício e Equipamento	8
	2006/07	Serviços Profissionais	13
	2006/07	Aquisição de Veículos	38
	2006/07	Equipamento de Segurança	597
	2006/07	Mobília e Acessórios	91
		Total	1,312

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição do Projecto	Localização do Projecto	Orçamento $'000
Ministério da Defesa e Segurança	2005/06	Reabilitação do Posto de Polícia	Ainaro	18
	2005/06	Campo de tiro em Casait	Liquica	4
	2005/06	Projecto de Reabilitação do Gabinete em Matadouro	Díli	25
	2005/06	Reabilitação do Edifício da PNTL em Caicoli	Díli	31
	2005/06	Reabilitação do Gabinete da PNTL	Ainaro	17
		Total		**96**

Secretário de Estado de Defesa

Competências

O Ministério da Defesa e da Segurança é o órgão central do Governo responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas da defesa nacional, da cooperação militar, da segurança pública, da investigação criminal e da imigração.

A Secretaria de Estado da Defesa tem as seguintes competências:

- Propor a política e elaborar os projectos de regulamentação necessários às suas áreas de tutela;
- Celebrar, em coordenação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, acordos internacionais em matéria de defesa e cooperação militar;
- Administrar e fiscalizar as forças armadas de Timor-Leste;
- Promover a adequação dos meios militares;
- Fiscalizar a navegação marítima e aérea com fins militares;
- Estabelecer mecanismos de colaboração e de coordenação com outros órgãos do Governo com tutela sobre áreas conexas.

Quadros 8.69 a 8.72 fornecem detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis na Secretaria de Estado da Defesa.

Prioridades de Curto e Médio Prazo no Orçamento de Estado de 2008

As prioridades da Secretaria de Estado da Defesa para 2008 são:

- Reforma legal, designadamente revisão e/ou aprovação dos regimes de promoção na carreira, pensões de reforma, ética e disciplina militar e recrutamento militar;
- O desenvolvimento das infra-estruturas militares (ver projectos de capital e desenvolvimento das FALINTIL-FDTL).

Sumário dos Recursos Humanos e Financeiros do Ministério da Defesa e Segurança

Quadro 8.69

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Defesa Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition (a)	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	56	130	130	130	130	520
Bens e Serviços	1,592	159	163	167	171	660
Capital Menor		23	-	-	-	23
Transferencia	-		-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	1,648	312	293	297	301	1,203
Crescimento ao Ano Anterior			*-6.1%*	*1.4%*	*1.4%*	
Total Capital e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior						
Total Orçamento Geral do Estado	**1,648**	**312**	**293**	**297**	**301**	**1,203**
Crescimento ao Ano Anterior			*-6.1%*	*1.4%*	*1.4%*	*-3.5%*

Salários e Vencimentos

Dotação inclui salários e subsídio dos funcionários actuais, directores e chefes de departamento.

Bens e Serviços

Encargos de funcionamento do Gabinete da Secretaria de Estado da Defesa, da Direcção Nacional de Administração e Finanças, da Direcção de Aprovisionamento e Património e da Direcção Nacional de Estratégia e Intercâmbio Internacional.

Capital Menor

A verba de capital menor destina-se à aquisição de equipamentos de informática para o Gabinete da Secretaria de Estado da Defesa, a Direcção Nacional de Administração e Finanças, a Direcção de Aprovisionamento e Património e a Direcção Nacional de Estratégia e Intercâmbio Internacional.

Quadro 8.70

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Defesa Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	-	-	-			-
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confimardos Outros Fontes	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Crescimento ao Ano Anterior						

Quadro 8.71

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Defesa Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	-	312	293	297	301	1,203
Crescimento ao Ano Anterior			*0.0%*	*0.0%*	*0.0%*	
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior			*0.0%*	*0.0%*	*0.0%*	
Total Fontes Combinadas	**-**	**312**	**293**	**297**	**301**	**1,203**
Crescimento ao Ano Anterior			*-6.1%*	*1.4%*	*1.4%*	

O Ministério da Defesa e Segurança, as Secretarias de Estado da Defesa e da Segurança, as FALINTIL-FDTL e a PNTL receberão um financiamento substancial da AusAID. Na data de impressão deste orçamento não foi possível obter informação detalhada.

Quadro 8.72

2008 Perfil de Funcionários Secretaria de Estado da Defesa

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	1	2	2	4	6	3	0	18
Temporário	0	1	1	1	1	0	1	5
Total	1	3	3	5	7	3	1	23

A Secretaria de Estado da Defesa tem actualmente 23 funcionários, dos quais 18 permanentes e 5 temporários.

A este número acrescem 8 de direcção e chefia (1 director-geral, 3 directores nacionais e 4 chefes de departamento).

Secretaria de Estado da Defesa – Plano Anual de Acção

A. Programa	B. Metas	C. Objectivos	D. Resultado Esperado / Indicador de Desempenho
Gabinete do Secretário de Estado da Defesa	• Reforma política da segurança nacional • Reforma das leis orgânicas das F-FDTL e do Ministério da Defesa • Elaborar o regime de promoção e pensões das F-FDTL • Elaborar a doutrina e disciplina militar	• Melhorar a politica da segurança nacional • Melhorar as leis orgânicas, com base na realidade do desenvolvimento das instituições • Proteger as vidas humanas das F-FDTL • Assegurar que os membros das F-FDTL cumprem as leis e as normas	• Implementação eficaz e efectiva da política da segurança nacional • Execução das actividades com base nas leis orgânicas • Membros das F-FDTL motivados e com maior profissionalismo • Membros das F-FDTL disciplinados
Direcção Nacional de Administração e Finanças	• Recrutar mais pessoas para preencher as vagas no Ministério da Defesa • Formação e capacitação do pessoal da Direcção Nacional de Administração e Finanças • Trabalhos de rotina, planeamento, elaboração e execução do orçamento atribuído ao Ministério da Defesa	• Melhorar e desenvolver o processo administrativo de apoio às actividades do Ministério da Defesa e das F-FDTL • Desenvolver a capacidade dos funcionários do Ministério da Defesa • Desenvolver a gestão financeira, o planeamento e o orçamento	• Preenchimento de 100% das vagas até final de 2008 • Pessoas capacitadas • Planeamento, elaboração e execução efectivos do orçamento.
• Direcção Nacional de Aprovisionamento e de Gestão do Património	• Criar e desenvolver o sistema de aprovisionamento descentralizado • Criar e desenvolver o sistema de gestão do património para MoD e F-FDTL • Monitorizar a implementação do projecto das F-FDTL e implementação do programa da Força 20/20 • Avaliar a implementação dos projectos e programas das actividades das F-FDTL e Força 20/20	• Melhorar a implementação e execução do projecto • Melhorar o sistema de gestão dos bens do MoD e Falintil-FDTL • Melhorar a implementação dos projectos das F-FDTL e Força 20/20 • As actividades da implementação vão ser avaliadas	• A implementação e execução vai ser efectiva e eficaz • Os bens do MoD e F-FDTL assegurados • Implementação dos projectos das F-FDTL e Força 20/20 baseando nas regras, normas e procedimentos estabelecidos • As actividades serem avaliadas de acordo com os procedimentos
Prevenção de conflitos e gestão da segurança	• Avaliação • Educação cívica • Gestão e organização	• Avaliação das actuais necessidades em termos de prevenção de conflitos • Realização de sessões de trabalho de educação cívica e restabelecimento e reforço do Policiamento Comunitário	• Relatórios sobre necessidades de formação e conflitos em Timor-Leste • 3 sessões de formação sobre liderança nos distritos e sessões de trabalho a nível nacional • Mecanismos de policiamento

			comunitário identificados
• Direcção Nacional de Planeamento Estratégico e Intercâmbio Internacional	• Cooperação Multilateral na Área de Defesa • Cooperação civil e militar • Media e publica geral • Legalidade de informação	• Facilitar cooperação militar na área bilateral (MOU) • Gestão de relação com as Embaixadas • Desenvolver e reforçar a estratégia relações Civil e Militar • Melhorar a politica de media para programa conjugação com F-FDTL e pública • Desenvolver capacidade de recursos humanos	• Estabelecimento MOU na área de Defesa • Envolvimento das F-FDTL na área de Desastres Naturais • Estabelecimento da política de média da Defesa • Membros das F-FDTL proactivos na Divulgação das Leis (leis militar)
Aprovisionamento	Prestar apoio à boa gestão da Secretaria de Estado da Segurança	Desenvolver a administração e descentralização no gabinete de aprovisionamento, de modo a apoiar o desenvolvimento da Secretaria de Estado da Segurança	• Apoiar o trabalho de aprovisionamento de clientes de unidades de despesa • Apoiar a execução orçamental a partir do sistema • Boa gestão do aprovisionamento descentralizado • Garantir que o funcionamento administrativo cumpre as normas de aprovisionamento
• F-FDTL (Força da Defesa de Timor-Leste)	• Estabelecimento da equipa da Força 20/20 • Reforma e integração no sector de segurança • Esforçar a implementação das Leis	• Para implementação do plano da Força 20/20 • A politica de Envolvimento das F-FDTL no sector de segurança • A compreensão das leis militares dos membros das F-FDTL	• O plano Força 20/20 vai ser implementada conforme se consta no plano revisado • O envolvimento das F-FDTL no sector de segurança ser legitimado • Os membros das F-FDTL compreenderem as leis militares

FALINTIL-FDTL

Competências

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste atribui a responsabilidade da defesa militar às FALINTIL – Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL), responsáveis por garantir a independência nacional, a integridade territorial e a liberdade e segurança da sua população contra qualquer ameaça externa.

Os Quadros 8.73 a 8.77 fornecem detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis nas FALINTIL-FDTL.

Prioridades de Curto e Médio Prazo no Orçamento de Estado de 2008

As prioridades das FALINTIL – Força da Defesa de Timor-Leste para 2008 são as seguintes:

- Estabelecimento da equipa para a implementação do Plano da Força 2020;
- Reforma e integração do sector da segurança;
- Compreensão, implementação e cumprimento das leis pelos militares das Falintil-FDTL.

Sumário dos Recursos Humanos e Financeiros das FALINTIL-FDTL

Quadro 8.73

Transitório 2007 a 2011 FALINTIL-FDTL Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	660	1,982	2,100	2,100	2,100	8,282
Bens e Serviços	1,807	9,450	11,000	11,500	12,000	43,950
Capital Menor	-	138	-	-	-	138
Transferencia	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	2,467	11,570	13,100	13,600	14,100	52,370
Crescimento ao Ano Anterior		*1*	*13.2%*	*3.8%*	*3.7%*	*185.8%*
Total Capital e Desenvolvimento	212	2,342	50	-	-	2,392
Crescimento ao Ano Anterior		*452.4%*	*-97.9%*	*-100.0%*	*#DIV/0!*	*-100.0%*
Total Orçamento Geral do Estado	**2,679**	**13,912**	**13,150**	**13,600**	**14,100**	**54,762**
Crescimento ao Ano Anterior		*2*	*-5.5%*	*3.4%*	*3.7%*	*163.2%*

Salários e Vencimentos

A verba de salários e vencimentos inclui os salários para os 717 militares actuais mais 300 a recrutar durante o ano de 2008, num total de 1017.

Bens e Serviços

O agrupamento de bens e serviços apresenta um crescimento significativo quando comparado com o ano anterior. Esse crescimento verifica-se, sobretudo, nas seguintes rubricas de despesa:

a) Bens consumíveis incluindo munições para os treinos militares, rações, medicamentos e uniformes;

b) Manutenção de equipamentos e instalações militares;

c) Outras despesas que inclui os encargos com a atribuição de um subsídio de condição militar no montante global de $1,526 Milhões;

d) Assistência técnica;

e) Serviços de publicidade, consultadoria informática, limpeza e higiene, impressão.

Capital menor

A verba prevista destina-se à aquisição de equipamentos necessários ao desenvolvimento das actividades das FALINTIL-FDTL, nomeadamente equipamentos de segurança, comunicações, informática e de escritório.

Capital e Desenvolvimento

Os projectos de Capital e Desenvolvimento a executar em 2008 são:

a) Construção de dois armazéns militares em Hera e Metinaro;
b) Construção de dois depósitos de armas em Metinaro e em Baucau, co-financiados pela Austrália em 50%;
c) Base da Polícia Militar – Alojamento. Este projecto destina-se a reabilitar um edifício para alojamento de 60 soldados treinados pelos brasileiros em 2006. Presentemente, estes soldados estão alojados temporariamente em Tasi Tolu. Os alojamentos em Caicoli foram destruídos em 2006 e estão presentemente ocupados pela GNR.
d) Melhoria do abastecimento de água na base militar das F-FDTL em Baucau. O fornecimento actual situa-se a 5 Km da base e é partilhado com a comunidade local. O projecto inclui estudo de viabilidade de fontes alternativas de fornecimento de água.
e) Melhoria das estradas internas de Baucau e do sistema de drenagem. Este projecto será desenvolvido em 2 anos;

f) Projecto de melhoria das instalações de treino militar em Metinaro.

g) Segunda fase de reabilitação da Residência do Chefe de Estado-Maior das F-FDTL;

h) Melhoria das Tecnologias de Informação das F-FDTL que serão geridas centralmente;

i) Melhoria das instalações administrativas e de trabalho e dos armazéns da Componente Naval. As actuais instalações encontram-se em más condições e necessitam de ser reabilitadas para serem seguras e funcionais. Fundos consideráveis têm sido suportados por Portugal para a reabilitação dos navios patrulha (que estão presentemente em *Surabaya*).

j) Segunda fase de melhoria do Centro de Treino das F-FDTL em Metinaro. A primeira fase inclui a reabilitação de 2 salas a concluir em Novembro de 2007 para acomodar o treino a ser ministrado pelos Portugueses. A fase seguinte destina-se a melhorar as restantes salas e as instalações de treino físico.

Quadro 8.74

Transitório 2007 a 2011 FALINTIL-FDTL Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	296	782	400			1,182
Despesas Capital	267					-
Total Fundos Confimardos Outros Fontes	**563**	**782**	**400**	**-**	**-**	**1,182**
Crescimento ao Ano Anterior						

Quadro 8.75

Transitório 2007 a 2011 FALINTIL-FDTL Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	2,763	12,352	13,500	13,600	14,100	53,552
Crescimento ao Ano Anterior		*123.5%*	*9.3%*	*0.7%*	*3.7%*	*155.2%*
Despesas Capital	479	2,342	50	-	-	2,392
Crescimento ao Ano Anterior		*144.2%*	*-97.9%*	*-100.0%*	*#DIV/0!*	*-100.0%*
Total Fontes Combinadas	**3,242**	**14,694**	**13,550**	**13,600**	**14,100**	**55,944**
Crescimento ao Ano Anterior		*126.6%*	*-7.8%*	*0.4%*	*3.7%*	*117.4%*

Quadro 8.76

2008 Perfil de Funcionários FALINTIL-FDTL

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	426	195	258	114	22	1	1	1017
Temporário	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	426	195	258	114	22	1	1	1017

Quadro 8.77

Transitório 2007 a 2011 FALINTIL-FDTL Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000)

Projecto ou Programa	Doador	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Construction of 100 quarters for the F-FDTL	China	267					0
Foreign Military Financing/Logistical Support	USA	248	475				475
International Military Education and Training	USA	48	307	400			707
							0
Total		563	782	400	-	-	1,182

FALINTIL - FDTL – Plano Anual de Acção

Programa/Nome da Divisão	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador Desempenho
Falintil-FDTL (Força da Defesa de Timor Leste).	1. Estabelecimento da equipa da Força 2020 2. Reforma e Integração no sector da Segurança. 3. Esforçar a implementação das leis.	1. Para implantação do plano da Força 2020. 2. A politica de envolvimento das F-FDTL do sector da segurança. 3. A compreensão das leis militares dos membros das Falintil-FDTL.	1. O plano Força 2020 vai ser implementado conforme consta no plano revisto. 2. O envolvimento das F-FDTL do sector da segurança ser legitimado 3. Os membros das F-FDTL cumprirem as leis militares.

Secretaria de Estado da Segurança

Competências

O Ministério da Defesa e da Segurança é o órgão central do Governo responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas da defesa nacional, da cooperação militar, da segurança pública, da investigação criminal e da imigração.

A Secretaria de Estado da Segurança tem as seguintes competências:

- Propor a política e elaborar os projectos de regulamentação necessários às suas áreas de tutela;
- Exercer a tutela sobre as forças policiais de Timor-Leste;
- Promover a adequação dos meios policiais;
- Exercer a tutela sobre os Serviços de Imigração;
- Fiscalizar a navegação marítima e aérea com fins civis;
- Velar pela segurança das pessoas e bens em caso de incêndios, inundações, desabamentos, terramotos e em todas as situações que as ponham em risco;
- Desenvolver programas de educação cívica para fazer face a desastres naturais ou outros provocados pela acção humana, cimentando a solidariedade social;
- Estabelecer mecanismos de colaboração e de coordenação com outros órgãos do Governo com tutela sobre áreas conexas.

Os Quadros 8.78 a 8.80 fornecem detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis na Secretaria de Estado da Segurança.

Prioridades de Curto e Médio Prazo no Orçamento de Estado de 2008

As actividades prioritárias da Secretaria de Estado da Segurança para 2008 são:

a) Consolidar a liderança e reorganização da PNTL;
b) Assegurar os serviços de protecção civil;
c) Patrulhar as fronteiras;
d) Prevenir os conflitos;
e) Reforçar os serviços de fiscalização, aprovisionamento, finanças e auditoria.

Sumário dos Recursos Humanos e Financeiros da Secretaria de Estado da Segurança

Quadro 8.78

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Segurança Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	673	1,445	1,479	1,501	1,524	5,949
Bens e Serviços	2,546	10,301	2,437	2,474	2,511	17,723
Capital Menor	1,135	3,348	-	-	-	3,348
Transferencia	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	4,354	15,094	3,916	3,975	4,035	27,020
Crescimento ao Ano Anterior		*73.3%*	*-74.1%*	*1.5%*	*1.5%*	*-53.7%*
Total Capital e Desenvolvimento	622	2,251	-	-	-	2,251
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*-100.0%*	*na*	*na*	*na*
Total Orçamento Geral do Estado	**4,976**	**17,345**	**3,916**	**3,975**	**4,035**	**29,271**
Crescimento ao Ano Anterior		*74.3%*	*-77.4%*	*1.5%*	*1.5%*	*-59.5%*

O orçamento da Secretaria de Estado da Segurança inclui as despesas correntes, com excepção dos salários, e as despesas de capital da Polícia Nacional de Timor-Leste, tendo em vista centralizar e racionalizar as despesas públicas no sector da Segurança.

Salários e Vencimentos

Inclui os salários e subsídio do pessoal afecto ao Gabinete do Secretário de Estado da Segurança, Gabinete do Secretário Permanente, Gabinete de Aprovisionamento, Gabinete de Inspecção e Fiscalização, Gabinete de Prevenção de Conflitos e de Gestão de Segurança, Direcção Nacional de Administração, Direcção Nacional de Protecção Civil e Direcção Nacional de Segurança de Edifício e Acreditações.

Bens e Serviços

A rubrica de bens e serviços inclui os encargos normais de funcionamento dos órgãos e serviços integrados na Secretaria de Estado da Segurança e da PNTL.

Capital Menor

Na dotação de Capital Menor verifica-se um grande aumento quando comparado com ano anterior. Este aumento é canalizado, sobretudo, para aquisições de bens e equipamentos para apetrechamento dos serviços de protecção civil, incluindo compra de veículos.

Capital de Desenvolvimento

O projectos de capital e desenvolvimento a executar em 2008 são:

a) Construção do edifício dos Bombeiros em Oe-cusse;

b) Reabilitação dos edifícios distritais da Direcção Nacional de Segurança de Edifício e Acreditações em Baucau e Bobonaro.

Os projectos de Capital de Desenvolvimento relativos à PNTL incluídos no orçamento são:

a) Para a Academia da Polícia incluem-se 3 projectos, um para a construção de um ginásio, outro para a construção de uma carreira de tiro e outro de reabilitação dos escritórios da Academia;
b) Construção de 3 Postos Nacionais da Polícia em Gleno, Pasabe, e Laulara;
c) Construção de 3 Postos da Polícia em Fatu Mean, Uatalari e Díli;
d) Construção de dois novos postos de Patrulha de Fronteira em Saburai e Alto Lebos;
e) Construção de um novo posto de imigração na fronteira;
f) Construção de um edifício para escritório em Manatuto;
g) Construção de Residência para o Assistente do Comandante de Operações;
h) Construção de Residência para o Comandante das PNTL;
i) Dormitórios para a Unidade de Intervenção Rápida;
j) Construção de um armazém.

Quadro 8.79

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Segurança Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	-	-	-	-	-	-
Despesas Capital						-
Total Fundos Confimardos Outros Fonte	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*na*	*na*	*na*	*na*

Quadro 8.80

Transitório 2007 a 2011 Secretaria de Estado da Segurança Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	87	2,205	1,234	495	507	4,441
Crescimento ao Ano Anterior		*2434.3%*	*-44.0%*	*-59.9%*	*2.4%*	*191.4%*
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*na*	*na*	*na*	*na*
Total Fontes Combinadas	**87**	**2,205**	**1,234**	**495**	**507**	**4,441**
Crescimento ao Ano Anterior		*1167.1%*	*-44.0%*	*-59.9%*	*2.4%*	*191.4%*

Quadro 8.81

2008 Perfil de Funcionários Secretaria de Estado da Segurança

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	367	183	53	42	18	6	2	671
Temporário	313	46	18	10	0	0	0	387
Total	680	229	71	52	18	6	2	1,058

Secretaria de Estado da Segurança – Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador Desempenho
Consolidar a liderança e reestruturar a PNTL.			
Consolidação da liderança	Melhorar a capasidade politica da liderança para poderem realizar os seus trabalhos com professionalismo	Curso de liderança para os futuros comandantes da policia	Numero de comandantes a tomar parte nos cursos de liderança em Indonésia, Malásia e Austrália.
		Formação para os membros da PNTL	Numero de formação oferecido aos membros da PNTL Numero de membros da PNTL a tomar parte nos treinos oferecidos
		Nomeação do Comandante Geral da Policia e o seu Adjunto	Comandante Geral e Adjunto nomeados
		Nomeação do comandante da policia distritais e sub-distritais assim como os comandantes das unidades.	Comandantes da policia distritais e sub-distritais e comandante das unidades nomeados.
		Aumento no subsidio	Os membros da PNTL tem acesso a um subsidio mais elevado.
		Rotação dos membros da PNTL	Numero de membros da PNTL involvidos na rotação entre

			serviços
		Reactivação do Conselho Superior da Policia	Conselho Superior da Policia reactivado atraves da realização de um Primeiro encontro
Reestruturação da PNTL	Para ereger uma estrutura da PNTL que pode oferecer um serviço mais professionalizado e que poderá reajustar-se a nova situação	Implementação da Lei Orgânica da PNTL	Nova estrutura e Lei orgâniva da PNTL em existência e iniciar a sua implementação para um serviço melhor e professionalizado
		Implementação da legislação sobre a criação das novas divisões, promoção, salário e padrões profesionais	Legislação adoptada relativamente as novas posições, promoção, salário e padrões professionais
		Reintegração das URP, UPF, UIR e CSP na Unidade de Operações Especiais e organizar as alocações	URP, UPF, UIR e CSP integrados na Unidade de Operações Especial Alocações para Maliana, Baucau, Same, Oecussi e Dili
		Melhorar a Policia Comunitária	Melhoramentos efectuados na Policia Comunitaria, incluindo formação, equipamentos, subsidios e envio para todos os subdistritos.
		Melhoramento do Secretariado da Interpol	Melhoramentos efectuados no Secretariado da Interpol, incluindo formação, equipamento e rever o processo de recrutamento.

		Melhorar o Quartel General da Policia	Melhoramentos efectuados no Quartel General da Policia.
		Construir o quartel da Unidade de Operações Especial	Quartel da Unidade de Operações Especial pronto no Bairro Pite, Dili
		Contruir habitações para os policias (Bairro de Policia em Dili)	Habitações para a Policia construido em Dili
Novo regime salarial para a PNTL	Para criar condições e oferecer incentivos para melhorar os serviços da PNTL	Estabelecimento de um novo regime de salários	Novo regime de salários apresentado ao ministerio
Lei Disciplinar da PNTL	Para ajudar a elevar o professionalismo da polisia	Implementação da revisão da lei disciplinar	Implementação da lei disciplar efectuada
Promoção e posição	Para criar condições para melhorar o professionalismo da policia	Implementação do regime de promoção e posição na PNTL	Processo de promoção inicado com base no desempenho e resultados dos treinos atendidos
Dados Básicos	Para estabelecer e desenvolver um sistema de informação com dados básicos adequado a PNTL	Desenvolver a base de dados para a policia e reintegrar na estrutura da policia	Base de Dados desenvolvido e integrado na estrutura com informação sobre educação e abilidades
Melhorar a capacidade da PNTL	Para melhorar o conhecimento, abilidade e professionalismo do serviço civil e segurança	Implementação de treino especifico para a policia e serviços civil	Numero de participantes que participaram na formação oferecida melhoraram os seu conhecimentos e abilidades em areas especificas.

		Oferta de bolsas de estudo	Numero de potensiais candidatos para receber as bolsas de estudo indetifcados
		Implementação de programas de treino no estrangeiro	Numero de participantes identificados para participar em acções de treinamento no estrangeiro
		Oferecer treino especializado para as PNTL	Numero de participantes da PNTL indentificados para poderem participar nos treinos especiais
		Involvimento e contribuição da PNTL nas missões de Policiamento da ONU	Numero de participantes da PNTL indentificados para poderem participar nas missões de policamento da ONU
Equipamento e Transporte	Para apoiar e facilitar o serviço da policia	Aprovisionamento de equipamento e transporte para a policia	Equipamento e transporte adquiridos
Equipamento para comunicação	Para facilitar os serviços de comunicação da policia	Aprovisionamento dos equipamentos de comunicação para a policia	Equipamentos de comunicação adquiridos
			Recepção das viaturas e outros equipamentos pela policia
Desenvolvimento de Infraestruturas	Para oferecer infraestrura e recursos adequados para a prestação de serviços pela policia	Construir os postos e esquafras da policia em todos os distritos e sub-distritos	Numero de postos e esquadras da policia construidos nos distritos e sub-distritos

		Construir o “Bairro da Policia”	Numero de bairros construidos nos locais pre-determinados
		Fazer a reabilitação do Quartel General da Policia	Quartel General da Policia reabilitado
Fortalecer os Serviços de Protecção Civil			
Lei orgânica da Protecção Civil e Bombeiros	Para fortalecer os serviços da Protecção Civil e Bombeiros	Desenvolver a lei orgânica da Protecção Civil e Brigada Bombeiros	Lei Orgânica da Protecção Civil e Bombeiros aprovado e publicado
		Construir o sede dos bombeiros	Sede dos bombeiros em Oecusse construido
		Organizar treino para toda a protecção civil	Numero de elemntos da protecção civil que participaram em actividades de formação
		Identificar e adquirir equipamentos e recursos necessários para apoiar o serviços da protecção civil	Aquisição de equipamentos suficientes para a Protecção Civil
Segurança Civil	Desenvolver legislação para a segurança civil	Desenvolver legislação para a segurança civil	Legislação da segurança civil aprovado e publicado
Fortalecer os serviços da Fronteira			
Estatutos e regulamento interno da Imigração	Para fortalecer os serviços da imigração	Desenvolver os procedimentos em relação aos estatutos e regulamentos da imiogração	Estatutos da imigração clarificados e adoptado um regulamento interno sobre o assunto

		Construir um posto de imigração	Numero de postos construidos na fronteira
		Aquisição de equipamento	Equipamento adquirido
Reestruturação dos serviços da imigração	Para fortalecer os serviços da imigração	Revisão da lei orgânica	Lei orgânica revista
Preveção dos Conflitos			
Estabelecer gabinete de prevenção de conflitos	Para estabelecer o mecanismo de prevenção de conflitos para apoiar a sociedade a utilizar este mecanismo para prevenir conflitos e resolver os seus problemas	Eateblecer o gabinete da prevenção de conflitos	Estrutura e gabinete da prevenção de conflitos estabelceido em Dili
		Identifcação do mêcanismo de prevençãoao de conflitos	Mêcanismo de prevenção de conflitos identificado atraves de realização de Workshop e avaliações
		Conduzir acções de formação sobre prevenção de conflitos	Numero de participantes a tomar partes nas acções de formação de conflitos a ser realizado pelo gabinete.
		Conduzir acções de formação para os liders da comunidade assim como a policia comunitaria	Numero de liders comunitarios e policias a participar nas acções de formação
Reforçar os services de Fiscalização, Aprovisionamento, Finanças e auditoria.			

Gabinete de Inspecção e Controlo (Fiscalização)	Para reforçar o mêcanismo de controlo e queixas ao Ministerio de Segurança	Reactivação dos serviços do gabinete de inspecção no Ministério	Nova estrutura e mecanismo de Inspecção estabelecidos e a funcionar no ministerio Novo funcionários recrutados de para apoiar a unidade de aprovisionamento
Gabinete Aprovisionamento	Para reforçar a capacidade de aprovisionamento de modo a conduzir os serviços de forma transparente e com responsabilidade	Revitalizar a unidade de aprovisionamento do Ministerio	Novs funcionários recrutados para apoiar a unidade de aprovisionamento
Unidade finanças	Para melhorar os serviços da unidade de finanças do ministerio	Desnvolvimento de capacidades da unidade de finanças	Novos funcionários recrutados para apoiar a unidade de finanças
Auditoria	Para promover transparencia e responsabilidade	Organizar auditorias para os serviços do ministerio	Estabelecida a equipa de auditoria para efectuar as auditorias no ministerio

POLÍCIA NACIONAL DE TIMOR-LESTE

Competências

A PNTL é a força de segurança que tem por missão defender a legalidade democrática, garantir a segurança de pessoas e bens e salvaguardar os direitos dos cidadãos nos termos dispostos na Constituição e nas leis. Segurança e estabilidade são essenciais para o desenvolvimento do País e para o bem-estar das populações.

A PNTL inclui os seguintes órgãos e serviços: Direcção Nacional de Administração, Unidade de Intervenção Rápida, Serviços de Imigração, Unidade de Patrulhamento da Fronteira, Unidade Marítima, Unidade de Reserva da Polícia e Comando Nacional de Operações.

Para efeitos do presente orçamento inclui-se também a Academia da Polícia, instituição especialmente vocacionada para a formação e especialização de agentes e oficiais de polícia nos diversos ramos das Ciências Policiais.

Os Quadros 8.81 a 8.85 fornecem, detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis na PNTL.

Prioridades de Curto e Médio prazo no Orçamento de 2008

As prioridades da PNTL para o ano de 2008 são:

a) Dotação da PNTL com os recursos suficientes para o cumprimento da sua missão;

b) Processo de reestruturação da PNTL que inclui a análise e revisão da sua estrutura orgânica e do conjunto de regulamentos internos (regime de carreiras, promoções, disciplina, etc.) e o processo de triagem e formação profissional dos seus membros;

c) A aplicação do Regimento interno da Direcção Nacional de Administração, o desenvolvimento de normas de Organização e Procedimento para a área de Administração e Operações.

Quadro 8.81

Transitório 2007 a 2011 PNTL Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	2,234	5,900	7,253	7,355	7,375	27,883
Bens e Serviços	-	-	-	-	-	-
Capital Menor	-	-	-	-	-	-
Transferencia	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	2,234	5,900	7,253	7,355	7,375	27,883
Crescimento ao Ano Anterior		*32.1%*	*22.9%*	*1.4%*	*0.3%*	*65.1%*
Total Capital e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*na*	*na*	*na*	*na*
Total Orçamento Geral do Estado	**2,234**	**5,900**	**7,253**	**7,355**	**7,375**	**27,883**
Crescimento ao Ano Anterior		*32.1%*	*22.9%*	*1.4%*	*0.3%*	*65.1%*

O orçamento relativo aos bens e serviços, capital menor e capital de desenvolvimento, foi incluído no orçamento da Secretaria de Estado da Segurança, para efeitos de centralização e racionalização das despesas públicas no sector da Segurança.

Salários e Vencimentos

A estimativa inclui os salários e subsídios dos 3583 funcionários civis e polícias afectos à PNTL, incluindo a Academia da Polícia.

Quadro 8.82

Transitório 2007 a 2011 PNTL Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	2,731	2,407	265	265	-	2,937
Despesas Capital						-
Total Fundos Confirmados Outros Fontes	**2,731**	**2,407**	**265**	**265**	**-**	**2,937**
Crescimento ao Ano Anterior		*-55.9%*	*-89.0%*	*0.0%*	*na*	*na*

Quadro 8.83

Transitório 2007 a 2011 PNTL Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	4,965	8,307	7,518	7,620	7,375	30,820
Crescimento ao Ano Anterior		*-16.3%*	*-9.5%*	*1.4%*	*-3.2%*	*-25.7%*
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*na*	*na*	*na*	*na*
Total Fontes Combinadas	**4,965**	**8,307**	**7,518**	**7,620**	**7,375**	**30,820**
Crescimento ao Ano Anterior		*-16.3%*	*-9.5%*	*1.4%*	*-3.2%*	*-25.7%*

Funcionários

Quadro 8.84
Perfil de Funcionários da PNTL

PNTL / Fora da Função Pública

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	294	2970	3	209	24	0	0	3500
Temporário	40	0	0	1	0	0	0	41
Total	334	2970	3	210	24	0	0	3,541

Funcionários Civis

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	0	19	10	10	2	0	0	41
Temporário	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	19	10	10	2	0	0	41

Os efectivos actuais, policiais e civis, afectos à PNTL e à Academia de Polícia são 3582 e encontram-se distribuídos da seguinte forma:

SERVIÇOS	FORA	CIVIS	TOTAL
Administração	100	26	126
Operação	2,444	0	2444
UIR	352	0	352
Imigração	118	0	118
UPF	301	0	301
U.Maritima	51	0	51
URP	84	0	84
Academia	91	15	106

Quadro 8.85

Transitório 2007 a 2011 PNTL Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000)

Project or Program	Donor	Transition	2008	2009	2010	2011	4 Year Total
Programa de Desenvolvimento Polícia de Timor Leste	Australia	1,496	0	0	0	-	**0**
NZ Desenvolvimento da Polícia (UNMIT)	NZ	932	2,075	0	0	-	**2,075**
Cooperação Técnica e Policial através da Formação e Especialização	Portugal	104	209	209	209	-	**627**
Protecção e Assistência aos deslocados e refugiados em Timor Leste	UNHCR	171	67	0	0	-	**67**
		0	0	0	0	-	**0**
Apoio Componente Naval - Ajuda Humanitária, busca e salvamento no mar e rios	Portugal	28	56	56	56	-	**168**
Total		**2,732**	**2,407**	**265**	**265**	**0**	**2,937**

O Quadro acima contém a lista dos projectos da PNTL financiados por ajuda externa. O projecto de protecção e assistência aos deslocados, refugiados em Timor-Leste, financiado pelo UNHCR abrange a PNTL e o Ministério da Solidariedade Social, mas até ao fecho da presente publicação não foi possível obter detalhes do financiamento das duas entidades.

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Competências

O Ministério dos Negócios Estrangeiros é o órgão central do Governo responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação de políticas, conforme definido no Conselho de Ministros, para as áreas da diplomacia e cooperação internacional, das funções consulares e da promoção e defesa dos interesses dos timorenses no exterior.

Fundos adicionais foram disponibilizados para permitir ao Ministério a ofertas de presentes que visitem o pais e visitas ao estrangeiro.

Adicionalmente, em colaboração com o Ministério das Finanças, coordenar as relações entre Timor-Leste e os seus parceiros de desenvolvimento.

Os Quadros 8.86 a 8.92 fornecem, detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Prioridades de Curto e Médio Prazo no Orçamento de Estado de 2008

Curto prazo: Reorganização Institucional, manter e intensificar programas existentes, em conformidade com as necessidades mais fundamentais do nosso País.

Médio prazo: Manter, intensificar e consolidar as relações diplomáticas com novos parceiros de desenvolvimento.

Longo prazo: Continuar intensificação da diplomacia de Timor-Leste na Agenda Comum Mundial e a reintegração Regional.

Quadro 8.86

Transitório 2007 a 2011 Ministério dos Negócios Estrangeiros Financiamento do Orçamento do Estado

($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	205	401	411	421	432	1,665
Bens e Serviços	2,162	5,447	5,583	5,723	5,866	22,619
Capital Menor	319	802	-	-	-	802
Transferencia	-		-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	2,686	6,650	5,994	6,144	6,298	25,086
Crescimento ao Ano Anterior		*23.8%*	*-9.9%*	*2.5%*	*2.5%*	*17.2%*
Total Capital e Desenvolvimento	-	350	-	-	-	350
Crescimento ao Ano Anterior			*-100.0%*			
Total Orçamento Geral do Estado	**2,686**	**7,000**	**5,994**	**6,144**	**6,298**	**25,436**
Crescimento ao Ano Anterior		*30.3%*	*-14.4%*	*2.5%*	*2.5%*	*17.2%*

Salários e Vencimentos

Salários e Vencimentos têm um acréscimo em relação ao ano anterior para recrutar 32 funcionários Nível 4 em 2008. Estes funcionários terão a oportunidade de preencher as vagas das duas Embaixadas em Havana e Bangkok, preencherem as vagas dos Chefes das Divisões e também a primeira equipa em fase de preparação intensiva para a ASEAN.

Bens e Serviços

O aumento de 6% nos Bens e Serviços recai sobre sub-rubricas de: Rendas e Propriedades, Combustível para Gerador, Manutenção de Equipamentos e edifício, Assistência Técnica, Serviços de tradução e outros Serviços diversos.

- **Rendas e Propriedades**: O aumento de rendas e propriedades consiste na expansão do Escritório da Missão de Nova York e no aumento das rendas dos diplomatas.
- **Combustível para Gerador**: O MNE tem previsto orçamento para combustível no novo ano fiscal, porque a Companhia da China garantiu oferecer dois Geradores com capacidade 400 KVA.
- **Manutenção de Equipamentos e Edifico:** O aumento na manutenção tem a ver com o novo edifico do Ministério dos Negócios Estrangeiros, visto que se prevê contratar algumas Companhias privadas para garantir uma manutenção contínua.
- **Assistência Técnica**: Existe um acréscimo na assistência técnica devido ao aumento de funcionários locais nas duas novas futuras Embaixadas, Havana e Bangkok.
- **Serviços de tradução e outros serviços**: Foram criadas estas subcategorias para facilitar a comunicação nos eventos formais nomeadamente nas Embaixadas e no retiro anual do MNE na Sede, bem como outros serviços em casos de necessidade urgente.

Quadro 8.87 Cooperação Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	308	308	308	-	-	616
Despesas Capital	1,208	-	-	-	-	-
Total Fundos Confimardos Outros Fontes	**1,516**	**308**	**308**	**-**	**-**	**616**
Crescimento ao Ano Anterior		*-89.8%*	*0.0%*			

Quadro 8.88

Transitório 2007 a 2011 Ministério dos Negócios Estrangeiros Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	2,994	6,958	6,302	6,144	6,298	25,702
Crescimento ao Ano Anterior		*16.2%*	*-9.4%*	*-2.5%*	*2.5%*	*5.2%*
Despesas Capital	1,208	350	-	-	-	350
Crescimento ao Ano Anterior		*-85.5%*	*-100.0%*			
Total Fontes Combinadas	**4,202**	**7,308**	**6,302**	**6,144**	**6,298**	**26,052**
Crescimento ao Ano Anterior		*-13.0%*	*-13.8%*	*-2.5%*	*2.5%*	*-25.1%*

Quadro 8.89

2008 Perfil de Funcionários Ministério dos Negócios Estrangeiros

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	3	3	12	23	11	11	1	64
Temporário	4	5	23	7	11	16	0	66
Total	7	8	35	30	22	27	1	130

Quadro 8.90

Transitório 2007 a 2011 Ministério dos Negócios Estrangeiros Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000)

Projecto ou Programa	Doador	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
New MAFC head quarter	China	1,208	-				-
Trilateral Cooperation Timor Leste, Indonesia	Germany	308	308	308			616
							-
			-	-			-
Total		1,516	308	308	-	-	616

Fundos Transitados dos Orçamentos de Anos Anteriores

Quadro 8.91

Transitório 2007 a 2011 Ministério dos Negócios Estrangeiros Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000)

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição	Total $'000
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	2006/07	Manutenção de Veículos	1
	2006/07	Manutenção de Equipamentos e Edifícios	3
	2006/07	Equipamento de Comunicação	0
		Total	5

Ministério dos Negócios Estrangeiros - Plano Anual de Acção

A. Programa	B. Metas	C. Objectivos	D. Resultado Esperado / Indicador de Desempenho
Sede	Formular, coordenar e executar as políticas externas em benefício do povo de Timor-Leste.	Manter, expandir e construir novas parceiras que aumentem a relevância de Timor-Leste no mundo.	• Instituição de serviços estrangeiros equipada a 50% para perseguir a sua meta.
Capitalizar e procurar cooperação com parceiros no que toca ao desenvolvimento de qualificações e recursos humanos	O MNE consegue capacidade operacional para operar de um modo eficiente e profissional.	Reorganização e mudança ministerial, estabelecimento de um gabinete de Secretário-Geral, manuais de procedimento. Gestão e desenvolvimento de recursos humanos. Planeamento e execução orçamentais. Gestão de contas de receitas. Aprovisionamento, logística, fornecimentos.	• Estruturas orgânicas ministeriais concluídas, 6 manuais de políticas e procedimentos concluídos, incluindo descrições de cargos, e programa de desenvolvimento de pessoal pronto para satisfazer os requisitos da ASEAN até 2012. • 95% do orçamento para 2008 executados. • Operações diárias ministeriais apoiadas na totalidade.
Estabelecer, desenvolver e fortalecer relações diplomáticas e cooperação e parcerias internacionais	Cooperação bilateral mantida, fortalecida e alargada para benefício do povo de Timor-Leste. Integração e cooperação políticas e económicas regionais para benefício do povo de Timor-Leste, incluindo com Países de língua oficial portuguesa.	Estabelecer missões no estrangeiro com os números mínimos de diplomatas. Implementar programas existentes de cooperação bilateral. Estabelecer o mecanismo para preparar a adesão na ASEAN e perseguir activamente os interesses de Timor-Leste noutras organizações regionais.	• 6 programas de cooperação e relacionamento bilateral existentes revistos e seguidos na totalidade. • Estabelecer 5 novas missões e nomear embaixadores e diplomatas para as novas missões. • Direcção nacional de assuntos relativos à ASEAN estabelecida. • 50% das actividades das outras organizações regionais coordenadas e presenciadas.
Promover o comércio, investimento externo e uma imagem internacional	A imagem de Timor-Leste no mundo melhora, aumentando assim a confiança	Pessoal recrutado, instalações providenciadas, materiais para meios de	• Pelo menos 50% das vagas preenchidas, hardware operacional

A. Programa	B. Metas	C. Objectivos	D. Resultado Esperado / Indicador de Desempenho
positiva de Timor-Leste	do turismo e dos investidores externos no País.	comunicação social promovidos, portal informático actualizado.	aprovisionado, 10 actividades mensais relativas a meios de comunicação social com vista a projectar uma imagem positiva de Timor-Leste, boletim trimestral publicado, todos os funcionários recebem formação interna em inglês.
Participação de Timor-Leste em fóruns estratégicos importantes			

Ministério das Finanças

O Ministério das Finanças é o órgão central do Governo responsável para as áreas do planeamento e monitorização anual, do orçamento e das finanças.

As principais actividades do Ministério das Finanças irão envolver:

- Propor políticas macroeconómicas, monetárias e cambiais em colaboração com o banco central;
- Propor políticas e elaborar os projectos de regulamentação necessários em matéria de receitas tributárias e não tributárias, enquadramento orçamental, aprovisionamento, contabilidade pública, finanças públicas, auditoria e controlo da tesouraria do Estado, emissão e gestão da dívida pública;
- Administrar o fundo petrolífero de Timor-Leste;
- Trabalhar em cooperação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, na coordenação das relações entre Timor-Leste e os parceiros de desenvolvimento;
- Gerir a dívida pública externa, as participações do Estado e a assistência externa, cabendo-lhe a coordenação e definição das vertentes financeira e fiscal;
- Gerir o património do Estado, sem prejuízo das atribuições do Ministério da Justiça em matéria de património imobiliário;
- Elaborar e publicar os dados estatísticos oficiais;
- Assumir a responsabilidade pela implementação do orçamento afectado através do Orçamento Geral do Estado;
- Promover a regulamentação necessária e exercer o controlo financeiro sobre as despesas do Orçamento Geral do Estado que sejam atribuídas aos demais ministérios, no âmbito da prossecução de uma política de maior autonomia financeira dos serviços;
- Velar pela boa gestão dos financiamentos efectuados através do Orçamento Geral do Estado, aos órgãos da administração indirecta do Estado e aos órgãos de governação local, través de auditorias e acompanhamento;
- Administrar e promover a assistência técnica internacional no domínio da assessoria técnica aos órgãos do Estado, com exclusão das áreas de formação dos recursos humanos.

Os Quadros 8.93 a 8.99 fornecem detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis no Ministério das Finanças.

Prioridades para curto e médio prazo no Orçamento de 2008

1. Reforma do Ministério para que este seja orientado para o cliente e baseado em resultados.
2. Aumentar a coordenação com todas as instituições-parceiros relevantes.
3. Introduzir auditorias internacionais e formar o pessoal do Ministério para combater a corrupção, incluindo a criação de unidades internas de auditoria.
4. Acompanhar a implementação de projectos para a redução da pobreza.
5. Desenvolver os recursos humanos na área da tributação sobre o petróleo.
6. Optimizar as oportunidades de receita, como por exemplo mecanismos de controlo e execução do fundo do petróleo.
7. Implementar a reforma sobre a tributação.
8. Optimizar o modelo Macroeconómico do Governo.

Recursos Gerais do Ministério das Finanças

Quadro 8.93

Transitório 2007 a 2011 Ministério das Finanças Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	4 Year Total
Recurrent Expenses						
Salary and Wages	658	1,589	1,762	1,783	1,802	6,936
Goods and Services	1,953	5,670	5,971	6,122	6,277	24,040
Minor Capital	58	893	-	-	-	893
Transfers	-	-	-	-	-	-
Total Recurrent Expenses	2,669	8,152	7,733	7,905	8,079	31,869
Growth on Previous Year		*na*	*-5.1%*	*2.2%*	*2.2%*	*51.3%*
Total Capital and Development	-	-	-	-	-	-
Growth on Previous Year			*0.0%*	*#DIV/0!*		
Total General Budget of the State	**2,669**	**8,152**	**7,733**	**7,905**	**8,079**	**31,869**
Growth on Previous Year		*na*	*-5.1%*	*2.2%*	*2.2%*	

Comparando com o Orçamento de Transição de 2007, houve um aumento no orçamento do Ministério das Finanças, devido a afectação de fundos para pagamento de subsídios extraordinários incluídos nas Dotações de Todo o Governo e agora descentralizados para cada Ministério ou Instituição. Existe também um plano para adquirir mais servidores.

Quadro 8.94

Transição 2007 a 2011 Ministério das Finanças Orçamento de Estado (m)

	Transition	2008	2009	2010	2011	4 Year Total
Recurrent Expenses	19,307	31,461	25,759	22,248	18,202	97,671
Capital Expenses	-	-	-	-	-	-
Total Confirmed Funds from Other Sources	**19,307**	**31,461**	**25,759**	**22,248**	**18,202**	**97,671**
Growth on Previous Year						

Quadro 8.95

Transitório 2007 a 2011 Ministério das Finanças Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	4 Year Total
Recurrent Expenses	21,976	39,613	33,492	30,153	26,281	129,540
Growth on Previous Year		*na*	*-15.5%*	*-10.0%*	*-12.8%*	*-40.2%*
Capital Expenses	-	-	-	-	-	-
Growth on Previous Year		*na*	*0.0%*	*#DIV/0!*		
Total Combined Sources Budget	**21,976**	**39,613**	**33,492**	**30,153**	**26,281**	**129,540**
Growth on Previous Year		*na*	*-15.5%*	*-10.0%*	*-12.8%*	*-40.2%*

Quadro 8.96

2008 Perfil de Funcionários Ministério das Finanças

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanent	6	82	163	178	58	23	1	511
Temporary	55	110	83	18	9	0	0	275
Total	61	192	246	196	67	23	1	786

Sem alterações significativas no número de funcionários.

Quadro 8.97

Transitório 2007 to 2011 Ministério das Finanças Actividades dos Doadores Orçamento do Estado ($000)

Project or Program	Donor	Transition	2008	2009	2010	2011	4 Year Total
Ministry of Planning and Finance Capacity Building Project Ext. (MoPFCBP)	Australia	1,980	6,146	5,486	2,728	2,288	16,649
Strengthening financial management capacity	ADB	86	-	-	-	-	-
Trade statistics advisor	NZ	11	-	-	-	-	-
Review of Customs Service	NZ	20	-	-	-	-	-
WB	Sweden	301	-	-	-	-	-
Public Sector Management Capacity Development Program	Australia	4,154	8,596	8,387	8,294	8,605	33,883
PFMCBP	Norway	832	832	-	-	-	832
Planning and Financial Management Capacity Building Program	WorldBank	487	1,500	1,800	2,000	269	5,569
Capacity building for financial management (WB)	Ireland	514	874	579	219	-	1,671
Capacity building for financial management (WB)	Portugal	714	1,214	804	304	-	2,321
Consolidation Support Programme in East Timor/World Bank	Finland	-	1,040	-	-	-	1,040
Consolidation support programme	NZ	-	1,000	-	-	-	1,000
Consoldation Support Program	Norway	1,664	-	-	-	-	-
Consoldation Support Program - phase 2	Norway	-	1,664	1,664	1,664	-	4,991
East Timor Consolidated Support Program	Australia	440	-	-	-	-	-
Consolidation Support Program	USA	250	1,000	-	-	-	1,000
Budget Support	Portugal	167	333	-	-	-	333
East Timor Pipeline (budget support)	Australia	7,040	7,040	7,040	7,040	7,040	28,160
Total		19,307	31,461	25,759	22,248	18,202	97,671

O apoio de parceiros bilaterais e multilaterais inclui um programa de apoio gerido pelo Banco Mundial e apoio financeiro de diversos parceiros de desenvolvimento. No entanto, a transferência de fundos do Programa de Apoio Consolidado para o Governo está condicionada a um programa suplementar a ser negociado em 2008.

O *Ministry of Planning and Finance Capacity Building Project (MoPFCBP)* / Projecto de Capacitação do Ministério das Finanças, financiado pela Austrália, apoia várias instituições do Governo, mas não existem detalhes disponíveis ao nível do apoio a cada Ministério/Secretaria de Estado aquando da data da publicação deste orçamento.

Verbas Transitadas de Orçamentos Anteriores

Quadro 8.98 e Quadro 8.99

Ministério das Finanças Orçamento de Estado Verbas Transitadas ($000)

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição	Total $'000
Ministério das Finanças	2005/06	Activos Infraestruturais	22

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição do Projecto	Localização do Projecto	Orçamento $'000
Ministério das Finanças	2005/06	Reabilitação do Armazém em Batugade	Maliana	22
		Total		**22**

Ministério das Finanças – Plano Anual de Acção

A. Programa	B. Metas	C. Objectivos	D. Resultados esperados / Indicador de Desempenho
Reforma Ministerial	Transformar o ministério num ministério orientado para o cliente e baseado em resultados, capaz de apoiar os objectivos do Governo de TL	• Estabelecer uma estrutura de Gestão Sénior que seja responsável pelo acompanhamento da reforma • Integrar os programas de assistência técnica na agenda da reforma	• Aprovar a lei orgânica • Adoptar o plano de desenvolvimento integrado do ministério • Implementação do plano de desempenho individual dos funcionários Individual staff performance & desenvolvimento
Serviços de consultoria macroeconómica	Disponibilizar estudos técnicos macroeconómicos apropriados e eficazes incluindo análises atempadas e comunicados sobre tendências macroeconómicas e as suas implicações nas decisões políticas.	• Melhorar a política macroeconómica e tributária para facilitar a transparência, responsabilização e eficiência da gestão das finanças públicas.	• 80% Das recomendações adoptadas e implementadas • Modelo Macroeconómico optimizado e que reflicta as realidades da economia • Elaboração atempada do relatório anual do fundo do petróleo
Serviços Estatísticos	• Produzir um plano estratégico com vista a tornar-se uma agência de estatística autónoma • Produzir dados estatísticos nacionais e sectoriais relevantes exactos e atempados para apoiar o planeamento sectorial e nacional, monitorizar e desenvolver exercícios.	• Produzir dados estatísticos de qualidade sobre Índice Preços no Consumidor (IPC) /Preços de mercado • Recolher dados de elevada qualidade sobre indicadores necessários para o Governo. • Iniciar a recolha de dados para construir um sistema de contas nacionais • Iniciar o desenvolvimento da recolha de dados sobre o mercado de trabalho	• Produzir um plano estratégico de negócio • Dados estatísticos sobre IPC/Preços produzidos trimestralmente e atempadamente • Dados estatísticos sobre comércio compilados dentro dos prazos • Desenvolver a estrutura do sistema das contas nacionais • Dados estatísticos sobre mercado de trabalho recolhidos • Inquérito ao nível de vida de TL concluído e disseminado.

A. Programa	B. Metas	C. Objectivos	D. Resultados esperados / Indicador de Desempenho
Serviços de planeamento, monitorização e relatórios	Estabelecer um processo bem coordenado de planeamento com monitorização correspondente e relatório oportuno do progresso de conclusão dos vários programas e actividades dos ministérios, secretarias de estado e de outros órgãos do estado, como estabelecido nas suas matrizes de relatório trimestral.	Coordenar o planeamento e os processos de relatório dos ministérios e agências responsáveis implementação usando o sistema de SGRIM e empreender a monitorização e a avaliação das realizações relatadas.	• Monitorização trimestral dos programas e actividades planeados, garantir que são conduzidas com base nos indicadores de desempenho definidos • Relatórios sobre monitorização do progresso das actividades planeadas é produzido e publicado atempadamente • Coordenação melhorada com ministérios e agências responsáveis pela implementação na elaboração de relatórios, monitorização e avaliação dos progressos alcançados como reflectido na submissão atempada dos seus relatórios trimestrais e relatórios de final de ano no sistema GRIM.
Programa da eficácia da ajuda	Harmonizar o processo de mobilização do auxílio financeiro e técnico externo para apoiar prioridades de desenvolvimento nacional e de assegurar a coordenação entre estes a assistência técnica para optimizar sua utilização pelo Governo. .	Aproveitar o auxílio técnico tornado disponível ao ministério de forma coordenada, e promover a complementaridade das actividades e intervenções.	• Unidade da eficácia da ajuda dentro do ministério com capacidade operacional. • Mecanismo da coordenação e reuniões regulares com todos os TA do MF estabelecido e regularizado.
Serviços do Orçamento	Produzir um orçamento com base no programa dentro do contexto do orçamento das fontes combinadas que suporta as prioridades nacionais dentro de uma estrutura fiscal sustentável a médio prazo.	Elaboração e publicação do orçamento das fontes combinadas do estado, preparado e controlado inicialmente pelos funcionários nacionais de acordo com a legislação do orçamento e os princípios e plano de trabalho estabelecidos pelo conselho de ministros	• Orçamento nacional revisto de acordo com a estrutura fiscal sustentável • Orçamento nacional para 2009 preparado dentro do prazo e de acordo com a estrutura fiscal sustentável

A. Programa	B. Metas	C. Objectivos	D. Resultados esperados / Indicador de Desempenho
Serviços de aprovisionamento	Serviços de aprovisionamento eficientes e descentralizados, regulados por princípios transparentes, justos e competitivos.	• Optimizar a gestão do aprovisionamento de forma a garantir a maximização das aquisições e um bom serviço público • Permitir a descentralização dos serviços de aprovisionamento público a todas as entidades elegíveis por lei.	• Serviço de entrega melhorado conforme indicado por taxas de execução do orçamento e opinião do ministério-cliente. • Revisão apropriada das estruturas legais e processuais de aprovisionamento para uma aplicação de processos mais simples e eficientes. • Reforçar a consciência e compreensão dos processos de aprovisionamento público nas outras entidades, fornecedores e público

Ministério de Finanças – Todo o Governo

Os Quadros 8.100 a 8.102 fornecem informação detalhada sobre os recursos financeiros e humanos afectos ao Ministério das Finanças – Dotações para todo o Governo.

Prioridades para o curto e médio prazo no Orçamento de 2008

1. Proceder aos pagamentos previstos no Estatutos dos Veteranos e dos Antigos Combatentes para a Libertação Nacional de Timor-Leste.

2. Proceder aos pagamentos previstos na Lei sobre pensões vitalícias para os Antigos Combatentes, ex-titulares de cargos políticos e ex-membros do Governo.

Quadro 8.100

Transição 2007- 2011 Todo o Governo Financiamento do OGE ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	-	-	-	-	-	-
Bens e Serviços	23,497	20,487	19,375	19,375	19,375	78,612
Capital Menor	-	3,633	-	-	-	3,633
Transferencia	2,573	16,541	17,000	17,000	17,000	67,541
Total Despesas Recorrentes	26,070	40,661	36,375	36,375	36,375	149,786
Crescimento ao Ano Anterior		*(0)*	*-10.5%*	*0.0%*	*0.0%*	*-30.2%*
Total Capital e Desenvolvimento	-	3,500	-	-	-	3,500
Crescimento ao Ano Anterior			*-100.0%*			
Total Orçamento Geral do Estado	**26,070**	**44,161**	**36,375**	**36,375**	**36,375**	**153,286**
Crescimento ao Ano Anterior		*1*	*-17.6%*	*0.0%*	*0.0%*	*-30.2%*

Quadro 8.101

Transição 2007- 2011 Todo o Governo Financiamento dos Doadores ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	-	-	-	-	-	-
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confimardos Outros Fontes	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*na*	*na*	*na*	*na*

Quadro 8.102

Transição 2007- 2011 Todo o Governo – Fontes Combinadas($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	26,070	40,661	36,375	36,375	36,375	149,786
Crescimento ao Ano Anterior		*56.0%*	*-10.5%*	*0.0%*	*0.0%*	*39.5%*
Despesas Capital	-	3,500	-	-	-	3,500
Crescimento ao Ano Anterior						
Total Fontes Combinadas	**26,070**	**44,161**	**36,375**	**36,375**	**36,375**	**153,286**
Crescimento ao Ano Anterior		*69.4%*	*-17.6%*	*0.0%*	*0.0%*	*39.5%*

Ministério da Justiça

Competências

O Ministério da Justiça é o órgão central do Governo responsável pela concepção, implementação, coordenação e avaliação da política para as áreas da justiça e do direito, cabendo-lhe, nomeadamente:

- Propor as políticas e elaborar os projectos de legislação e regulamentação necessários às suas áreas de tutela;
- Regular e gerir o sistema prisional, a execução das penas e os serviços de reinserção social;
- Assegurar mecanismos de patrocínio e apoio judiciário aos cidadãos mais desfavorecidos, através da Defensoria Pública;
- Criar e garantir os mecanismos adequados que assegurem os direitos de cidadania e promover a divulgação das leis em vigor;
- Organizar o cadastro dos prédios rústicos e urbanos e o registo de bens imóveis;
- Gerir e fiscalizar o sistema de serviços dos registos e notariado;
- Administrar e fazer a gestão corrente do património imobiliário do Estado;
- Promover e orientar a formação jurídica das carreiras judiciais e dos restantes funcionários públicos;
- Estabelecer mecanismos de colaboração e de coordenação com outros órgãos do Governo com tutela sobre áreas conexas.
- Assegurar a cooperação institucional com os tribunais, o Ministério Público e os demais operadores judiciários, no respeito pela independência mútua.

Os órgãos e serviços que compõem o Ministério da Justiça são os definidos na sua lei orgânica. O gabinete do Assessor para os Direitos Humanos está sob tutela do Ministério da Justiça.

Quadros 8.103 a 8.109 fornecem, detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis no Ministério da Justiça.

Prioridades de Curto e Médio Prazo no Orçamento de Estado de 2008

A melhoria do sistema judiciário e do ordenamento jurídico de Timor-Leste fazem parte de um processo mais amplo de modernização do Estado e desenvolvimento económico-social do País.

A insuficiência das infra-estruturas judiciárias, a necessidade de recursos humanos qualificados, a falta de transparência, a distância entre o sistema e os cidadãos e os problemas derivados de uma concepção eminentemente burocrática são factores condicionantes da eficácia do sistema de justiça.

A estratégia a implementar passa necessariamente por uma melhor coordenação global entre os vários operadores judiciários e os demais serviços da Justiça, pelo desenvolvimento do ordenamento jurídico de Timor-Leste, pela revisão da organização judiciária e reforma do sistema judicial nas suas várias vertentes, pela

revitalização dos serviços do Notariado e das Conservatórias, regularização das questões de propriedade e recuperação dos edifícios prisionais e requalificação dos seus serviços.

Assim, o Governo define, para 2008, os seguintes Programas Prioritários para a Justiça:

- Desenvolvimento do Ordenamento Jurídico de Timor-Leste
- Reforma do Sistema Judicial
- Fortalecimento do Sistema Prisional e da Reinserção Social
- Revitalização dos Serviços de Registos e Notariado
- Reforço da Avaliação e Gestão de Terras e Propriedades
- Programa de Formação para o Sector da Justiça
- Reabilitação e Modernização das Infra-Estruturas Físicas e Tecnológicas
- Coordenação e Gestão Administrativa

Sumário dos Recursos Humanos e Financeiros do Ministério da Justiça

Quadro 8.103

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Justiça Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	509	1,262	1,738	1,747	1,751	6,498
Bens e Serviços	1,300	3,286	5,623	5,729	5,951	20,589
Capital Menor	94	408	-	-	-	408
Transferencia	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	1,903	4,956	7,361	7,476	7,702	27,495
Crescimento ao Ano Anterior		*30.2%*	*48.5%*	*1.6%*	*3.0%*	*102.4%*
Total Capital e Desenvolvimento	-	2,255	1,442	450	150	4,297
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*-36.1%*	*(1)*	*-66.7%*	*na*
Total Orçamento Geral do Estado	**1,903**	**7,211**	**8,803**	**7,926**	**7,852**	**31,792**
Crescimento ao Ano Anterior		*89.5%*	*22.1%*	*-10.0%*	*-0.9%*	*106.3%*

Salários e Vencimentos

O agrupamento de Salários e Vencimentos regista um aumento relativamente ao ano anterior, o que se deve fundamentalmente a quatro causas principais:

- A incorporação do Subsídio sobre salários e vencimentos neste agrupamento de despesa conforme instruções do Ministério das Finanças;
- A transferência para o orçamento da Justiça de doze (12) tradutores e intérpretes, que prestam apoio aos Tribunais e à Procuradoria, anteriormente integrados no orçamento do Conselho de Ministros;
- A transferência para o Ministério da Justiça do Gabinete dos Direitos Humanos, anteriormente integrado no Gabinete do Primeiro-Ministro, num total de sete (7) funcionários;

- O aumento do número de funcionários temporários em sete (7) para fazer face aos programas e actividades prioritárias definidas pelo IV Governo, designadamente: produção legislativa, registos e notariado e administração.

Bens e Serviços

Em Bens e Serviços regista-se igualmente um acréscimo que se destina a suportar as seguintes despesas e actividades consideradas prioritárias:

- Indemnizações para despejos administrativos de Terras e Propriedades, cujo valor estimado para o ano 2008 é de $500,000;
- Apoio aos advogados privados no montante de $100,000;
- Reforço das actividades de produção de leis, compilação e tradução, disseminação de leis, direitos humanos e de cidadania, incluindo realização de seminários, acções de sensibilização nos distritos e boletim de informação do MJ;
- Reforço da Formação para o sector da Justiça, cujo programa se centraliza no Centro de Formação Jurídica (CJF), entidade por excelência vocacionada para a formação de magistrados, defensores públicos, assistentes de defensores e quadros superiores na áreas jurídicas. Foram igualmente incluídas verbas para o desenvolvimento de acções de formação específica nas áreas dos registos e notariado, cartografia e gestão e avaliação de terras e propriedades, e formação de guardas prisionais.

Capital Menor

O capital menor apresenta um acréscimo significativo quando comparado com o orçamento do ano fiscal anterior.

Este aumento destina-se a suportar as aquisições de bens e equipamentos.

Capital de Desenvolvimento

O investimento total em Projectos de Capital e Desenvolvimento para o ano de 2008 é de US$ 2,255,450.

Salienta-se que, no âmbito do Ministério da Justiça, o investimento em infra-estruturas e equipamentos de capital tem sido praticamente inexistente. Consequentemente, alguns edifícios encontram-se muito degradados, a necessitar de recuperação urgente.

É o caso da Prisão de Baucau, cuja situação de degradação geral e, mesmo, de perigo de ruir. O Governo efectuou obras urgentes de reabilitação da Prisão de Gleno, tendo em vista efectuar a transferência dos reclusos de Baucau para Gleno.

A reabilitação de todos os edifícios da Prisão de Gleno será concluída em 2008 e será igualmente prosseguida a reabilitação da Prisão de Becora, Díli.

Em 2008 será desactivada a Prisão de Baucau. Será efectuado o levantamento de dados tendo em vista a construção de uma nova prisão na área judiciária de Baucau e efectuada a demolição da antiga Prisão.

Além da recuperação das prisões, constituem também projectos prioritários para este Governo:

- A ampliação das salas de formação e da biblioteca do Centro de Formação Jurídica, tendo em vista possibilitar a realização dos cursos de formação previstos no Programa de Formação para o Sector da Justiça;
- A conclusão do Edifício da Direcção Nacional de Terras e Propriedades, em Díli.
- A implementação do Projecto de Informatização dos Serviços do Registo e Notariado, fundamental para a revitalização dos respectivos serviços, nomeadamente da emissão do bilhete de identidade (*Demographic Management Information System* – DMIS);
- A Reabilitação dos Edifícios da Defensoria Pública nos distritos de Oe-Cusse, Baucau e Suai.
- O Projecto Internet para o sector da Justiça, as infra-estruturas e ligações dos edifícios dos Tribunais, Procuradoria, Defensoria e Prisões em três distritos – Díli, Baucau, Oe-cusse.

Quadro 8.104

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Justiça Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	5,167	12,116	14,416	12,735	12,718	51,985
Crescimento ao Ano Anterior		*17.2%*	*19.0%*	*-11.7%*	*-0.1%*	*23.1%*
Despesas Capital	-	2,255	1,442	450	150	4,297
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*-36.1%*	*-68.8%*	*-66.7%*	*na*
Total Fontes Combinadas	**5,167**	**14,371**	**15,858**	**13,185**	**12,868**	**56,282**
Crescimento ao Ano Anterior		*39.1%*	*10.3%*	*-16.9%*	*-2.4%*	*24.5%*

Quadro 8.105

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Justiça Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	3,264	7,160	7,055	5,259	5,016	24,490
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confimardos Outros Fontes	**3,264**	**7,160**	**7,055**	**5,259**	**5,016**	**24,490**
Crescimento ao Ano Anterior		*9.7%*	*-1.5%*	*-25.5%*	*-4.6%*	*-23.2%*

O financiamento global para o Sector da Justiça inclui projectos do Ministério, Tribunais e Procuradoria-Geral da República.

Quadro 8.106

2008 Perfil de Funcionários Ministério da Justiça

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	7	220	111	62	52	28	1	481
Temporário	36	31	28	20	22	11	0	148
Total	43	251	139	82	74	39	1	629

A evolução do número de funcionários no Ministério da Justiça, registada nos últimos três anos, indica uma variação positiva de 19%. Os efectivos actuais, 629 funcionarios composto de 481 permanentes e 148 temporarios.

Evolução do Número de Funcionários no Ministério da Justiça

Funcionários/Anos	2005-2006	2006-2007	2008	Var.Nr.	Var.%
Permanentes(*)	506	477	481	-25	-5%
Temporários/casuais	27	125	155	128	474%
Total	533	602	636	103	19%

A evolução registada foi acompanhada de um reforço do orçamento na componente ‘Salários e Vencimentos’ como segue:

Evolução do Orçamento do Ministério da Justiça – Salários e Vencimentos

Anos	2005-2006	2006-2007	2008	Var.$'000	Var.%
Salários e Vencimentos	905	986	1.261	356	39,35%

(*) Evolução negativa devido à saída dos tribunais e PGR do MJ

Actualmente total de funcionários do Ministério da Justiça existem 481 funcionários permanentes e 155 funcionários temporários, incluído: 1 de Secretário Permanente, 9 Directores e 49 Chefes de Departamento.

Quadro 8.107

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Justiça Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000)

Projecto ou Programa (a)	Doador	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Law and Justice Development Programme	Australia	660		-	-	-	-
Justice Support System Facility	Australia	132	3,080	4,136	5,016	5,016	17,248
Justice Sector UNDP	Sweden	1,230	1,230	1,230	-	-	2,460
Enhancing the justice system UNDP (phase 2)	Norway	250					-
Justice Institutions Strengthening Program	USA	175	900	900	200		2,000
Acess to Justice and Legislative Development	USA	259	1,100	700			1,800
Support to judicial system reinforcement	Portugal	167	333				333
Development of legal and judicial services	Portugal	22	43	43	43		129
Juvenile Justice II	Unicef	75	75				75
Birth registration II	Unicef	50	50				50
Justice outreach programme NGO	NZ	21	110	46			156
Commission for Justice and peace	Norway	225	239	-	-	-	239
Total		3,264	7,160	7,055	5,259	5,016	24,490

Até à presente data o Sector da Justiça tem beneficiado da ajuda externa, bilateral e multilateral, constante do Quadro acima.

A ajuda ao sector da justiça engloba o Ministério da Justiça, a Procuradoria-Geral da República, os Tribunais e também iniciativas no âmbito da Sociedade Civil.

Fundos Transitados dos Orçamentos de Anos Anteriores

Quadro 8.109

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Justiça Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000)

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição	Total $'000
Ministério da Justiça	2005/06	Reabilitação/Construção de Infra-estruturas	756
Ministério da Justiça	2006/07	Reabilitação/Construção de Infra-estruturas	500

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição do Projecto	Localização do Projecto	Orçamento $'000
Ministério da Justiça	2005/06	Constr. Terras e Propriedade	Díli	157
	2005/06	Edifício do Procuradoria-Geral da República	Díli	284
	2005/06	Terras e Propriedades	Díli	315
	2006/07	Reabilitação da Prisão Becora	Díli	326
	2006/07	Reabilitação do Edifício Terras e Propriedades DNTP	Bobonaro	58
	2006/07	Reabilitação do Edifício Terras e Propriedades DNTP	Ainaro	42
	2006/07	Construção do Edifício DNTP	Díli	74
		Total		**1256**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – ORÇAMENTO POR PROGRAMAS E ACTIVIDADES

PROGRAMAS PRIORITÁRIOS	ENTIDADES	PROJECTOS/ACTIVIDADES	2008	2009	2010	2011	TOTAL 4 anos
DESENVOLVIMENTO DO	DNAJL	Produção legislativa e assessoria jurídica	**63.000**	282.000	246.000	246.000	837.000
ORDENAMENTO JURÍDICO DE	DNAJL	Compilação e Tradução de Leis	**45.000**	75.000	75.000	75.000	270.000
TIMOR-LESTE	DNDHC	Disseminação de Leis, Direitos Humanos e de Cidadania	**270.200**	865.000	866.000	867.000	2.868.200
		Total programa:	***378.200***	***1.222.000***	***1.187.000***	***1.188.000***	***3.975.200***
REFORMA DO SISTEMA JUDICIAL	TRIB/PGR	Organização judiciária e gestão dos processos judiciais	(orçamento dos Tribunais e PGR)				
	SUCOS	Meios extrajudiciais de resolução de conflitos	(em estudo)				
	DP/ADV.	Assistência Legal e Apoio Judiciário	**311.500**	971.000	987.000	991.000	3.260.500
	TRIB/PGR/DP	Apetrechamento das instituições do sistema judicial	**29.000**	0	0	0	29.000
		Total programa:	***340.500***	***971.000***	***987.000***	***991.000***	***3.289.500***
FORTALECIMENTO DO SISTEMA	DNSPRS/PRIS	Actividades Regulares das Prisões	**1.125.350**	1.410.000	1.507.000	1.492.000	5.534.350
PRISIONAL E DE RESINSERÇÃO SOCIAL	DNSPRS/PRIS	Reinserção Social dos reclusos *	**39.500**	175.000	170.000	180.000	564.500
	DNSPRS/PRIS	Formação e qualificação dos Guardas Prisionais	**20.000**	17.000	20.000	0	57.000
	DNSPRS/PRIS	Modernização e apetrechamento das Prisões	**109.000**	85.000	92.000	60.000	346.000
		Total programa	***1.293.850***	***1.687.000***	***1.789.000***	***1.732.000***	***6.501.850***
REVITALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	DNRN	Actividades correntes Registos e Notariado	**518.500**	843.000	843.000	843.000	3.047.500
DE REGISTOS E NOTARIADO	DNRN	Apetrechamento dos serviços de RN	**58.000**	871.000	871.000	871.000	2.671.000
		Total programa	***576.500***	***1.714.000***	***1.714.000***	***1.714.000***	***5.718.500***
REFORÇO DA AVALIAÇÃO E GESTÃO	DNTP	Avaliação e Gestão de Terras e mediação de conflitos	**346.000**	269.000	271.000	271.000	1.157.000
DE TERRAS E PROPRIEDADES	DNTP	Despejos administrativos	**500.000**	300.000	300.000	300.000	1.400.000
	DCN	Actividades de Cartografia	**86.000**	84.000	90.000	97.000	357.000
	DNTP/DCN	Apetrechamento e Modernização Serviços TP e Cartografia	**132.500**	4.000	17.000	50.000	203.500
		Total programa	***1.064.500***	***657.000***	***678.000***	***718.000***	***3.117.500***
PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA	CFJ	Formação operadores judiciários: magistrados, defensores públicos, advogados, juristas.	226.000	1.238.000	1.228.000	1.223.000	3.915.000
O SECTOR DA JUSTIÇA	DNAJL	Redacção legislativa	158.000	100.000	100.000	100.000	458.000
–	RN	Formação específica em RN	39.000	78.000	78.000	78.000	273.000
–	DNTP/DCN	Formação específica TP e Cartografia	118.000	75.000	75.000	75.000	343.000
		Total Programa:	***541.000***	***1.491.000***	***1.481.000***	***1.476.000***	***4.989.000***

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - ORÇAMENTO POR PROGRAMAS E ACTIVIDADES

PROGRAMAS PRIORITÁRIOS	ENTIDADES	PROJECTOS/ACTIVIDADES	2008	2009	2010	2011	TOTAL 4 anos
REABILITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO	PRISOES	Reabilitação Prisão Gleno	826.000				826.000
DAS INFRA-ESTRUTURAS FÍSICAS	PRISOES	Reabilitação Prisão Becora	242.000	500.000	300.000		1.042.000
E TECNOLÓGICAS	PRISOES	Construção nova Prisão - área judiciária Baucau	100.000	600.000	600.000		1.300.000
	DNRN	Informatização Serviços RN (DMIS)	536.000	791.500			1.327.500
	DNRN	Reabilitações Edifícios e Conservatórias distritos RN		596.000			596.000
	DNTP	Conclusão do Edifício DNTP, Díli	73.000	150.000			223.000
	DNTP	Reabilitação Edifícios TP distritos		410.000			410.000
	CFJ	Ampliação Salas Formação CFJ	100.000				100.000
	CFJ	Construção Novo Centro Formação Jurídica		400.000	400.000		800.000
	MJ/DNSAFP	Edifício do Ministério da Justiça, Díli	0	1.759.000			1.759.000
	DP	Reabilitação Edifícios Defensoria 3 distritos	240.000				240.000
	DNSAFP-IT	Projecto Intranet Sector Justiça	138.450	150.000	150.000	150.000	588.450
	-	Outras reabilitações		550.000			550.000
		Total Programa:	***2.255.450***	***5.906.500***	***1.450.000***	***150.000***	***9.761.950***
COORDENAÇÃO E GESTÃO	GMJ/GSP	Definição e Coordenação da Política da Justiça	99.500	98.000	102.000	344.000	643.500
ADMINISTRATIVA	DNSAFP	Planeamento e gestão dos recursos (humanos, financeiros, materiais e instalações)	557.909	616.000	654.000	686.000	2.513.909
	DNSAFP	Gestão e manutenção da infra-estrutura tecnológica	104.091	120.000	130.000	140.000	494.091
		Total Programa:	***761.500***	***834.000***	***886.000***	***1.170.000***	***3.651.500***
		Total	**7.211.500**	**14.482.500**	**10.172.000**	**9.139.000**	**41.005.000**

Ministério da Justiça – Plano Anual de Acção

Nome do Programa	Metas	Objectivos	Indicador de desempenho
Secretário Permanente	Providenciar e assegurar a orientação geral dos serviços de acordo com o programa do Ministério	• Reactivar o funcionamento do Secretariado do Grupo de Trabalho Sectorial do Sector da Justiça, Direito e Igualdade	• Realizar 4 sessões do Grupo de Trabalho Sectorial;
		• Supervisionar os programas e as actividades das Direcções de acordo com as normas e politica do Ministério	• Realizar 4 actas da reunião do Conselho Consultivo e Conselho de Coordenação
		• Desenvolver a capacidade dos Técnicos Superiores para garantir os seus responsabilidades nos seus serviços	• - Realizar 1 ou 2 Memorandos de Entendimento com universidades no estrangeiro; • - 20 e 30 dos Técnicos Superiores e os oficiais das Finanças receberem os seus certificados
		• Instalar as Instituições que necessitam no Ministério da Justiça	• - 4 Sessões de Conferências da imprensa do Ministério da Justiça realizado; • Em consulta com a Ministra, duas novas instituições estabelecidas na estrutura do Ministério da Justiça
Direcção Nacional dos Serviços Administrativos, Financeiros e de Pessoal	Assegurar a Administração Geral do Ministério, observados os limites de competência dos demais serviços	• Fortalecer a execução orçamental e elaborar os planos do Ministério, juntamente com as Direcções e organismos sob tutela	• 95% Orçamento do Ministério da Justiça executado
		• Controlar o Património do Estado pertencente ao Ministério da Justiça,	• Elaborar o Plano de Acção Anual (PAA) e o Orçamento do Ministério da Justiça para o ano de 2009
		• Capacitar os serviços de Aprovisionamento descentralizado, para a realização de tarefas mais complexas	• Actualizar o inventário do Património do Estado pertencente ao Ministério da Justiça
			• Executar 75% dos processos de aprovisionamento previstos no Plano de Aprovisionamento
		• Melhorar os serviços de administração e gestão de recursos humanos	• 100% dos serviços administrativos serão organizados conforme as normas em vigor
		• Fortalecer os sistemas de redes para suportar a gestão de processos e melhorar o acesso à informação e comunicações pelos • actores do sector da Justiça	• 75% Actores do sector da Justiça com acesso a comunicações e informação através de Internet

Nome do Programa	Metas	Objectivos	Indicador de desempenho
Direcção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação	Apoiar o Processo de desenvolvimento Nacional e o Sistema Judicial de Timor-Leste Fortalecer a estabilidade nacional, a segurança e a legitimidade do Direito	• Preparação de legislação, obtenção de materiais e desenvolvimento da capacitação dos recursos humanos	• Preparação de, pelo menos, 10% dos projectos legislativos, até ao fim do ano fiscal, (submetidos ao Conselho de Ministros)
			• Aquisição de noções/conhecimentos jurídicos e obtenção de certificados de formação.
			• Tradução de pelo menos 75% de diplomas Legislativos.
			• Colectânea de pelo menos 75% de diplomas legislativos
Direcção Nacional dos Direitos de Cidadania	Consolidar pela consciência e responsabilidade como cidadão, vigorando pela lei existente nos pais.	• Desenvolver pela confiança sólida entre instituição do Estado com o povo e assegurar o sistema de justiça credível • Cada Cidadão tem o direito de viver, exibindo o seu procedimento quotidiano segundo as leis.	• A do povo de Timor-Leste já tem conhecimento sobre leis e ordem que já vigoram • 100% entre eles, executam a colectânea sobre Código Processo Penal, Processo Civil, Leis, Decreto e Decretos-leis. • Pelo menos 50% para a publicação do boletim de informação do Ministério • Pelo menos 50% para realização de seminário a nível Distritos e regional sobre a promoção da justiça e paz • Pelo menos 50% para realização de seminário sobre a integração de Género e Direitos Humanos principalmente no sector da Justiça • Pelo 50% tem conhecimento da formação de capacitação às autoridades locais sobre as leis básico
Direcção Nacional dos Registos e do Notariado	Criação e instalação de Serviços dos Registos e do Notariado, nomeadamente: os Serviços do Registo Civil e Nacionalidade, Criminal, Pessoas Colectivas Predial, Comercial, Automóveis Executar os Procedimentos Necessária Relativas a Identificação Civil, ao Reconhecimento e Autenticação de	• Mantém uma Sistema de Serviços dos Registos e do Notariado adequado • Para contribui o desenvolvimento Social Económico do País	• 75 % Das Leis Registrais e do Notariado Implementados • 75 % Impressos Produzidos • 75 % Emissão de Documentos • 75 % de Funcionários da Direcção Capacitados • 100 % de Equipamentos Realizados • 75 % de Reabilitação de Edifício Realizados

Nome do Programa	Metas	Objectivos	Indicador de desempenho
	Documentos e Atribuição da Nacionalidade, Emissão Passaporte e Emissão de Bilhete de Identidades.		• 75 % de Construção Realizados • 100 % de Funcionários Recrutados • 100 % de Registos de Crianças nos 2 Distritos Realizados
Direcção Nacional de Terras e Propriedades	Apresentar condições favoráveis ao desenvolvimento económico sustentável em Timor-Leste através de: Administração e Gestão de terras e propriedades efectivas e eficientes e, Criar condições de segurança para as terras e propriedades.	• Gestão e Registo de todas as parcelas de terra em Timor-Leste; • Determinação do estado legal de todas as parcelas de terra em Timor-Leste • Resolução de disputas de terra; e • Desenvolvimento do Sistema de Informação de Terra em Timor-Leste	• Pelo menos 75% Desenvolvimento de Capacitação de Recursos Humanos realizado. • Pelo menos 2 Leis de Terras Aprovado. • Pelo menos100% Sistema e tabela de valorização de renda estabelecido. • Pelo menos 100 % de 100 casos de conflitos de Terras e Propriedades resolvidos • 5. 100% de 2000 propriedades do estado identificado e regularizado
Divisão de Cadastro e Cartografia Nacional	Criar / preparar base de dados espacial para todos os Utentes em Timor-Leste	• Fazer levantamentos técnicos para obter dados espaciais com o fim de criar / preparar Quadros básicas para ser usado no Plano de Desenvolvimento e Plano de Programas no nível de Projecto	• Preparar Quadros e Dados Espaciais para Apoiar o Plano de Desenvolvimento de Timor-Leste
Direcção Nacional dos Serviços Prisionais e de Reinserção Social	Fortalecimento dos Serviços Centrais da DNSPRS	• Prestar e garantir os serviços administrativos aos Prisões Distritais;	• Desenvolver a capacidade dos Guardas Prisionais para melhorar prestação de serviços; • Alcançar o bem-estar individual e famílias dos Prisioneiros no futuro depois da saída da Prisão;
Prisões Distritais (Becora, Baucau e Gleno)	Melhores das Condições de Funcionamento das Prisões Distritais.	• Permitir um funcionamento mais eficaz e de melhor qualidade das Prisões.	• Realização da reabilitação pela companhia designada pelo Divisão Aprovisionamento, MPF através do processo de concurso e finalização da reabilitação ; • Aquisição de equipamentos realizados 100 %. • Encontrar solução para • construção de um prisão para • área judiciaria de Baucau.
Centro de Formação Jurídica	Para desenvolver e implementar Acções	• Preparar e promover matérias de formação dos	• 75

Nome do Programa	Metas	Objectivos	Indicador de desempenho
	de Formação contínua sobre sistema legal e administrativo, a fim de elevar a capacidade e qualificação Profissional dos Magistrados, Defensores Públicos , Assistentes de Defensores Públicos e Oficiais do Ministério da Justiça.	candidatos à Magistratura Judicial, à Magistratura do Ministério Público e à Defensoria Pública, Seminários complementares sobre sistema judicial para Magistrados, Defensores Públicos. • Melhorar e fortalecer a produtividade, efectividade, equidade e eficiência do sistema da justiça implementado pelos profissionais e seus Agentes.	% de Magistrados, Defensores Públicos e funcionários do Ministério da Justiça completamente capacitados. • Os participantes envolvidos na formação obtêm boa qualificação no exercício das suas funções.
DEFENSORIA PÚBLICA	Prestar assistência Judicial, extrajudicial e gratuita, aos cidadãos com menos recursos económicos	• Desenvolver uma Assistência legal adequada ao Público • Melhor o sistema da Administração • Melhor a condição do Edifício e residência oficial da Defensoria Pública.	• Pelo menos 95% da presença dos Defensores nos processos de julgamento nos 4 Tribunais Distritais e Tribunal de Recursos sobre casos crimes e cíveis. • Pelo menos 75% de conflitos resolvidos através de mediação. • 100% de edifício e residência oficial reabilitado • 95% dos detidos satisfeito pela presença dos Defensores no atendimento dos seus casos.

Ministério da Saúde

Competências

O Ministério da Saúde é o órgão central do Governo responsável para as áreas da saúde e das actividades farmacêuticas.

As principais actividades do Ministério de Saúde irão envolver:

- Propor a política e elaborar os projectos de regulamentação necessários às suas áreas de tutela;
- Garantir o acesso aos cuidados de saúde a todos os cidadãos;
- Coordenar as actividades relativas ao controlo epidemiológico;
- Efectuar o controlo sanitário dos produtos com influência na saúde humana;
- Promover a formação dos profissionais de saúde; e
- Contribuir para o sucesso na assistência humanitária, promoção da paz, segurança e desenvolvimento socioeconómico, através de mecanismos de coordenação e de colaboração com outros órgãos do Governo com tutela sobre áreas conexas

Os Quadros 8.110 a 8.115 fornecem, detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis no Ministério da Saúde.

Prioridades de Curto e Médio Prazo no Orçamento de Estado de 2008

O Governo irá implementar as seguintes prioridades:

- Melhorar o acesso, procura e qualidade dos cuidados de saúde com o objectivo de atingir as metas para o Desenvolvimento do Milénio, com foco nas doenças infecciosas como a malária, dengue e tuberculose;
- Fortalecer o apoio e sistemas de gestão, com ênfase no desenvolvimento de recursos humanos;
- Fortalecer a coordenação, planeamento e monitorização dos serviços de saúde;
- Assegurar serviços básicos de saúde por todo o País;
- Rever e aprovar legislação para o sector da saúde;
- Desenvolver, regulamentar e supervisionar actividades farmacêuticas;
- Assegurar assistência médica e medicação para todas as crianças, nos primeiros anos de vida;
- Estabelecer um programa de imunização a nível nacional numa perspectiva preventiva;
- Desenvolver políticas transversais com implicações na saúde humana, como conservação ambiental, inspecção sanitária de produtos, programas educacionais de saúde, programas de controlo do vector de doenças animais transmissíveis, programas nutricionais e programas de prevenção de drogas;

- Reabilitação e construção de infra-estruturas de saúde, como hospitais, centros de saúde a nível nacional.

Sumário dos Recursos Humanos e Financeiros do Ministério da Saúde

Quadro 8.110

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Saúde Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	1,933	4,696	5,067	5,288	5,548	20,599
Bens e Serviços	4,861	14,218	14,721	15,285	15,834	60,058
Capital Menor	130	2,601	-	-	-	2,601
Transferencia	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	6,924	21,515	19,788	20,573	21,382	83,258
Crescimento ao Ano Anterior		*55.4%*	*-8.0%*	*4.0%*	*3.9%*	*54.4%*
Total Capital e Desenvolvimento	15	2,468	100	-	-	2,568
Crescimento ao Ano Anterior		*8126.7%*	*-95.9%*	*(1)*	*#DIV/0!*	*-100.0%*
Total Orçamento Geral do Estado	**6,939**	**23,983**	**19,888**	**20,573**	**21,382**	**85,826**
Crescimento ao Ano Anterior		*72.8%*	*-17.1%*	*3.4%*	*3.9%*	*54.1%*

Esta é a primeira vez que o Governo, usa uma estrutura de orçamento que está em harmonia com micro-políticas chave desenvolvidas para a melhoria do nível de saúde dos timorenses como apresentado no Plano Anual de Acção de 2008. Princípios de responsabilização e a necessidade de um orçamento transparente foram cuidadosamente considerados neste exercício.

Um decréscimo geral de 7% em relação ao ano fiscal anterior deve-se à redução de projectos de capital desenvolvimento. Enquanto o orçamento geral decresceu, os salários e vencimentos, bens e serviços e capital menor tiveram um aumento este ano. Este aumento permitirá ao Ministério da Saúde começar a implementação do Pacote de Serviço Básico para a comunidade bem como manter a nova estrutura organizacional do Ministério da Saúde.

Quadro 8.111

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Saúde Financiamento

de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	6,403	14,805	10,081	7,317	7,403	39,606
Despesas Capital	392	2,381	943	-	-	3,325
Total Fundos Confimardos Outros Fontes	**6,795**	**17,186**	**11,025**	**7,317**	**7,403**	**42,931**
Crescimento ao Ano Anterior		*26.5%*	*-35.9%*	*-33.6%*	*1.2%*	*-45.5%*

Quadro 8.112

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Saúde Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	13,327	36,320	29,869	27,890	28,785	122,864
Crescimento ao Ano Anterior		*36.3%*	*-17.8%*	*-6.6%*	*3.2%*	*8.0%*
Despesas Capital	407	4,849	1,043	-	-	5,893
Crescimento ao Ano Anterior		*495.0%*	*-78.5%*	*-100.0%*	*#DIV/0!*	*-100.0%*
Total Fontes Combinadas	**13,734**	**41,169**	**30,913**	**27,890**	**28,785**	**128,757**
Crescimento ao Ano Anterior		*49.9%*	*-24.9%*	*-9.8%*	*3.2%*	*4.8%*

Quadro 8.113

2008 Perfil de Funcionários Ministério da Saúde

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	0	181	986	392	150	49	2	1,760
Temporário	331	78	147	16	9	19	2	602
Total	331	259	1133	408	159	68	4	2,362

Os Salários e Vencimentos aumentaram comparativamente ao ano anterior em 19%. O Ministério irá manter os mesmos níveis de funcionários, tanto permanentes como temporários, o aumento é devido ao subsídio à função pública incluído no orçamento de 2008.

Quadro 8.114

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Saúde Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000)

Projecto ou Programa	Doador	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
East Timor Health Sector Support Program	Australia	1,188	3,740	5,500	5,720	5,940	20,900
East Timor Health Seeking Behaviour Study	Australia	330	330	-	-	-	330
Australia Timor Leste Assistance to Specialised Services Program (ATLASS)	Australia	792	897	887	795	763	3,342
Eye health assistance	NZ	42	191	108	43	-	342
Second Health Sector Rehabilitation and Development Project	WorldBank	900	1,930	100	-	-	2,030
Chinese medical team	China	30					-
Support to the institut of Health Sciences	Portugal	30	59	59	59		178
Health Sector Rehabilitation & Development Program II (Health 2003) (Administered by World Bank)	EC	-	1,883	-	-	-	1,883
Timor Leste Assistencia Integradu Saude	USA	1,125	1,000	-	-	-	1,000
Child Survival and Health Grants Program & Promoting Communition demand for Child Spacing	USA	237	1,250				1,250
Prevention and Control of Avian Influenza in Timor Leste	USA	86	-	-	-	-	-
HIV/AIDS prevention	UNICEF	75	75	-	-	-	75
Immunizatation Plus II	UNICEF	125	125	-	-	-	125
Implementation of Cliniques in rural areas without access to health	Spain	64	-	-	-	-	-
Mitigation of Malaria For the most affected group on Timor Island	EC	-	1,430	1,008			2,438
WHO's Presence in Countries	WHO	361	698	698	700	700	2,795
Programme planning & Monitoring	UNICEF	6	6	-	-	-	6
Small Grants Program (Health)	USA	70	196	-	-	-	196
Public Sector Linkages Program	Australia	528	1,003	475	-	-	1,477
TP- Health sector support prog (TF054511/2) funded by EU	WorldBank	-	1,200	2,190	-	-	3,390
EC- Support to the implementation on the Health Sector Program in Timor Leste SHISIP- Health 2004		806	1,173	-	-	-	1,173
							-
Total		6,795	17,186	11,025	7,317	7,403	42,931

O Ministério da Saúde recebe apoio de parceiros externos conforme negociado entre as agências e o Ministério da Saúde. Os parceiros de desenvolvimento continuam a prestar apoio nas áreas de maior prioridade de saúde materna e infantil, imunização e nutrição, controlo das doenças transmitidas por mosquito como a malária e o dengue e outras doenças.

O Ministério da Saúde continua a receber o financiamento TFET, para fortalecer a gestão do sistema de saúde e das infra-estruturas de saúde pelo País.

Os projectos acima mencionados, financiados por fontes externas apoiam o Ministério da Saúde bem como as organizações da sociedade civil que contribuem no sector da saúde. O programa de Ligações no Sector Público financiado pela Austrália apoia vários órgãos governamentais, incluindo o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, mas os detalhes sobre o apoio a cada Ministério/Secretaria de Estado, não estão disponíveis à data da publicação deste orçamento.

Fundos Transitados dos Orçamentos de Anos Anteriores

Quadro 8.115

Ministério da Saúde Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000)

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição	Total $'000
Ministério da Saúde	2005/06	Activos Infraestruturais	2,826
	2006/07	Formação e Sessões de Trabalho	20
	2006/07	Formação e Sessões de Trabalho	11
	2006/07	Combustível para Veículos Operacionais	-
	2006/07	Manutenção de Veículos	17
	2006/07	Material de Escritório	2
	2006/07	Materiais e Abastecimentos Operacionais Consumíveis	10
	2006/07	Materiais e Abastecimentos Operacionais Consumíveis	1
	2006/07	Materiais e Abastecimentos Operacionais Consumíveis	10
	2006/07	Combustível para Geradores	1
	2006/07	Manutenção de Equipamentos e Edifícios	12
	2006/07	Manutenção de Equipamentos e Edifícios	14
	2006/07	Outras Despesas	11
	2006/07	Outros Serviços Diversos	45
	2006/07	Outros Serviços Diversos	16
	2006/07	Outros Serviços Diversos	0
	2006/07	Aquisição de Edifícios	297
	2006/07	Aquisição de Veículos	84
	2006/07	Equipamento de Segurança	0
	2006/07	Outro Equipamento Diverso	153
	2006/07	Equipamento de Escritório	13
	2006/07	Geradores	398
	2006/07	Equipamento de Agua	42
	2006/07	Activos Infraestruturais	8,246
		Total	12,230

Nome do Programa / Divisão	Metas	Objectivo	Resultado Esperado / Indicador de Desempenho de Programa
Serviços centrais do Ministério da Saúde • Serviços de saúde comunitários • Apoio a serviços hospitalares e de referência • Recursos humanos para a saúde • Gabinete do Secretário Permanente • Planeamento e finanças • Inspecção de saúde e auditoria • Administração, logística e aprovisionamento	• Melhoria da acessibilidade, procura e qualidade dos cuidados de saúde, incidindo na redução da mortalidade materna e infantil e combatendo as doenças transmissíveis. • Fortalecimento do sistema de gestão hospitalar. • Fortalecimento da coordenação, planeamento e avaliação de serviços hospitalares.	• Melhorar a qualidade dos serviços reprodutivos e de saúde infantil. • Melhorar os serviços de apoio para tornar mais eficiente o combate às doenças transmissíveis. • Melhorar os serviços de apoio para tornar mais eficiente a resposta dada a situações de saúde mental, saúde oral, cuidados oftalmológicos e outras doenças não transmissíveis.	• Conduzir 4 programas de orientação sobre planeamento familiar. • Pacotes de saúde materna distribuídos a todos os distritos. • Todas as actividades de apoio a partos seguros implementadas. • 80% das actividades de apoio à saúde reprodutiva geral implementados. • Todas as actividades de apoio a IMC, nutrição e vacinação implementadas. • 80% das actividades relativas ao controlo de doenças transmissíveis, prontidão para epidemias, programa de malária, tuberculose, programa de VIH / SIDA / DSTs, e programa de doenças negligenciadas implementados.
Laboratório Nacional • Serviços de laboratório • Desenvolvimento e gestão de recursos humanos • Planeamento, Monitorização e Avaliação do Laboratório Nacional	• Melhoria da acessibilidade, procura e qualidade dos cuidados de saúde, incidindo na redução da mortalidade materna e infantil e combatendo as doenças transmissíveis.	• Garantir apoio de diagnóstico para todos os pacientes transmitidos por hospitais e clínicas privadas em Timor-Leste. • Garantir diagnóstico de controlo de qualidade no que toca à água e alimentos relativos ao serviço de saúde pública (Governo e sector privado).	• <20 % De taxa de erro nos exames do laboratório (qualidade) • 100% Da “referal” amostra confirmada (acesso e qualidade) • >85% De equipamentos de laboratório público e privado que funcionam com base na estandardização • 4 Vezes mais supervisão técnica tomada.

Nome do Programa / Divisão	Metas	Objectivo	Resultado Esperado / Indicador de Desempenho de Programa
Instituto de Ciências de Saúde • Formação teórica • Formação prática • Recursos humanos para a saúde • Planeamento, monitorização e avaliação	• Melhoria da acessibilidade, procura e qualidade dos cuidados de saúde, incidindo na redução da mortalidade materna e infantil e combatendo as doenças transmissíveis.	• Cumprir os requisitos do Ministério da Saúde em termos de pessoal de saúde. • Melhorar a capacidade dos enfermeiros e parteiras em relação aos requisitos de prestação de serviços de saúde.	• 100% dos alunos nas áreas relevantes seleccionados, e planos de aula desenvolvidos. • 75% dos alunos satisfeitos.
Hospital Nacional de Díli / hospitais de referência • Pacotes de serviços hospitalares • Serviços de apoio médico e diagnóstico • Recursos humanos para a saúde	• Melhoria da acessibilidade, procura e qualidade dos cuidados de saúde, incidindo na redução da mortalidade materna e infantil e combatendo as doenças transmissíveis. • Fortalecimento do sistema de gestão hospitalar.	• Melhorar a qualidade e a efectividade do tratamento padrão aos pacientes. • Melhorar os serviços de radiologia a fim de tornar mais eficazes as visitas de especialistas em diagnósticos. • Garantir a existência de medicamentos no hospital nacional. • Garantir que a gestão dos recursos humanos dentro dos serviços hospitalares cumpre os requisitos do sistema de saúde.	• Ocupação de camas 60% - 85% • Rotação de camas 5-45 dias • Duração média das estadias 7-10 dias • Intervalo de rotação 1-3 dias. • Taxa líquida de mortalidade <25 por 1000. • Taxa bruta de mortalidade <45 por 1000. • Infecção de cateteres, decúbitos < 2% • Taxa de mortalidade em operações <2% • Taxa de infecção de feridas em operações <2% • MDR < 1% • Taxa de mortalidade infantil < 2% • Duração média da estadia pós-natal 3 dias • Erros de serviços de radiologia <5% • Equipamentos e farmácia totalmente apetrechados. • Funcionários pagos atempadamente, 100% das descrições de cargos dos serviços centrais revistos, fornecimentos e equipamentos

Nome do Programa / Divisão	Metas	Objectivo	Resultado Esperado / Indicador de Desempenho de Programa
			aprovisionados.
Serviços de saúde de distrito • Pacote de serviços básico	• Melhoria da acessibilidade, procura e qualidade dos cuidados de saúde, incidindo na redução da mortalidade materna e infantil e combatendo as doenças transmissíveis.	• Melhorar a acessibilidade a cuidados de saúde materna comunitários de qualidade.	• Todas as instalações de saúde prestam planeamento familiar • 60% de cobertura pré-natal • 60% dos partos assistidos por pessoal de saúde qualificado

Ministério da Educação

Competências

O Ministério da Educação é o órgão central do Governo responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas da educação e da cultura, assim como para as áreas de ciência e da tecnologia, cabendo-lhe, nomeadamente:

- Propor a política e elaborar os projectos de regulamentação necessários às suas áreas de tutela;
- Assegurar a educação da infância, a alfabetização e o ensino;
- Regular os mecanismos de equiparação de graus académicos e propor os *curricula* dos vários graus de ensino
- Desenvolver e implementar uma política de concessão de bolsas de estudo competitiva e transparente;
- Proteger os direitos relativos à criação artística e literária;
- Promover o conhecimento da ciência e a implementação de novas tecnologias em Timor-Leste;
- Elaborar a política e os regulamentos para conservação, protecção e preservação do património histórico-cultural;
- Propor políticas para a definição e desenvolvimento da cultura;
- Estabelecer políticas de cooperação e intercâmbio cultural com os Países da CPLP e organizações culturais e Países da região;
- Estabelecer políticas de cooperação com a UNESCO;
- Promover a criação de uma Biblioteca Nacional e de um Museu Nacional;
- Desenvolver programas para introdução da cultura no ensino de Timor-Leste;
- Estabelecer mecanismos de colaboração e de coordenação com outros órgãos do Governo com tutela sobre áreas conexas.

Os Quadros 8.116 até 8.122 fornecem detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis no Ministério da Educação.

Prioridades de Curto e Médio Prazo no Orçamento de Estado de 2008

1. Introduzir 9 anos de escolaridade obrigatória e ensino gratuito para todos;
2. Formar Professores para os níveis de ensino básico, secundário e técnico-profissional;
3. Desenvolver currículos para o ensino pré-secundário, secundário e técnico-profissional;
4. Continuar o Programa de Refeições Quentes para escolas pré-primárias e primárias em todo o País;
5. Intensificar a Campanha Nacional de Alfabetização e dar-lhe uma cobertura verdadeiramente nacional;
6. Introduzir um programa de bolsas de estudo internacionais;
7. Reorganizar os serviços distritais e criar quatro centros regionais;
8. Criar um sistema de inspecção regional com inspectores educacionais.

Sumário dos Recursos Humanos e Financeiros do Ministério da Educação

Quadro 8.116

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Educação Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	7,962	19,482	19,969	20,468	20,980	80,899
Bens e Serviços	2,583	12,250	12,556	12,870	13,192	50,868
Capital Menor	-	2,600	-	-	-	2,600
Transferencia	383	2,500	2,563	2,627	2,692	10,381
Total Despesas Recorrentes	10,928	36,832	35,088	35,965	36,864	144,749
Crescimento ao Ano Anterior		*68.5%*	*-4.7%*	*2.5%*	*2.5%*	*68.7%*
Total Capital e Desenvolvimento	-	8,448	12,587	-	-	21,035
Crescimento ao Ano Anterior			*49.0%*	*(1)*	*#DIV/0!*	
Total Orçamento Geral do Estado	**10,928**	**45,280**	**47,675**	**35,965**	**36,864**	**165,784**
Crescimento ao Ano Anterior		*107.2%*	*5.3%*	*-24.6%*	*2.5%*	*68.7%*

Salários e Vencimentos

O agrupamento de Salários e Vencimentos regista um aumento relativamente ao ano anterior, o que se deve fundamentalmente à incorporação do Subsídio sobre salários e vencimentos neste agrupamento de despesa, conforme instruções do Ministério das Finanças. Não se verificam este ano alterações substanciais no número de funcionários, havendo no entanto um aumento no número de funcionários temporários. Este aumento refere-se à contratação de professores para satisfazer as necessidades do Ministério.

Bens e Serviços

Em Bens e Serviços regista-se um acréscimo significativo quando comparado com o orçamento do ano fiscal anterior. Este destina-se a garantir a continuação das actividades já iniciadas e das consideradas prioritárias, como por exemplo:

- Campanha Nacional de Alfabetização, com a vinda de mais 23 assessores cubanos;
- Programa de Refeições Quentes para os alunos;
- Subsídios Escolares, agora incluindo também valores para escolas privadas acreditadas;
- Aquisição de livros escolares para professores e alunos de todos os níveis de ensino;
- Investimento em professores de português e formação de professores;
- Programa de Bolsas Internacionais de Timor-Leste (ProBITL).

Capital Menor

O capital menor apresenta um pequeno aumento que se destina a suportar as aquisições de bens e equipamentos, considerados indispensáveis ao normal funcionamento dos serviços e à prossecução dos programas e actividades prioritários.

Capital Desenvolvimento

O investimento total em Projectos de Capital e Desenvolvimento para o ano de 2008 é de US$ 8,948,000.
A maior parte deste montante destina-se à construção e reabilitação de escolas desde o ensino pré-primário ao ensino secundário em todo o território.
Em 2008, será feito o estudo de viabilidade e o desenho de dois novos politécnicos e a reabilitação do já existente em Hera.

Transferências

O Montante destinado a transferências regista um aumento significativo este ano. O mesmo deve-se ao facto de aumento do número de escolas e ao facto do crescimento dos valores dos subsídios que também sofreram alteração. Recebem também estes subsídios algumas escolas privadas que estejam acreditadas.

Quadro 8.117

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Educação Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	10,118	13,298	11,939	7,644	2,660	35,541
Despesas Capital	16	-				-
Total Fundos Confimardos Outros Fontes	**10,134**	**13,298**	**11,939**	**7,644**	**2,660**	**35,541**
Crescimento ao Ano Anterior		*-34.4%*	*-10.2%*	*-36.0%*	*-65.2%*	*-86.9%*

Quadro 8.118

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Educação Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	21,046	50,130	47,027	43,609	39,524	180,290
Crescimento ao Ano Anterior		*19.1%*	*-6.2%*	*-7.3%*	*-9.4%*	*-6.1%*
Despesas Capital	16	8,448	12,587	-	-	21,035
Crescimento ao Ano Anterior		*26300.0%*	*49.0%*	*-100.0%*	*#DIV/0!*	*-100.0%*
Total Fontes Combinadas	**21,062**	**58,578**	**59,614**	**43,609**	**39,524**	**201,325**
Crescimento ao Ano Anterior		*39.1%*	*1.8%*	*-26.8%*	*-9.4%*	*-6.2%*

Quadro 8.119

2008 Perfil de Funcionários Ministério da Educação

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	0	25	4510	2234	37	22	3	6,831
Temporário	401	76	1169	962	211	81	3	2,903
Total	401	101	5679	3196	248	103	6	9,734

Quadro 8.119

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Educação Actividades de Doadores no Orçamento do Estado

($000)

Projecto ou Programa	Doador	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
The project for the capacity development of teaching staff in the faculty of engineering (UNTL)	Japan	400	600	500	100		1,200
Long-term training at Saitama University in Japan/ 1 participant	Japan	5					-
Long-term training at Nagaoka University of technology in Japan/ 1 participant	Japan	10	5				5
UNICEF Basic Education	Sweden	2,300	2,300	2,300			4,600
Organization of 1st National Workshop and Implementation of Pilot Project on Community Learning Centers (CLCs) in TL	UNESCO	20					-
Museum to Museum Partnerships Project	UNESCO	9					-
MEC capacity building programme	NZ	111	741	741	741		2,223
TP-PRIMARY EDUCATION SUPPORT PROJECT(TF056715)	WorldBank	600	2,100	2,000	500		4,600
Education Sector Support Program	Australia	5,320	5,300	5,280	5,280	2,640	18,500
"Darmasisw a RI" Scholarship program (studies in arts and Culture)	Indonesia	7	14		-		14
Inodnesian Arts & Culture Scholarship (BSBI-2007)	Indonesia	3					-
Islamic Studies Scholarhsip	Indonesia	1	4	4	4	3	15
Scholarship in Undergraduate Islamic Studies (S1)	Indonesia	2	6	6	6	4	22
"Darmasisw a RI" Scholarship Program (studies in arts and Culture)	Indonesia		10	20			30
Scholarship in Postgraduate Studies (S2)	Indonesia		2	5	5	3	15
Full Schoarship for 5 Muslim students to pursue undergraduate Islamic Studies (S1) in Indonesia	Indonesia		3	10	10	10	33
Institutional support to Minister of Education cabinet	Portugal	21	43	43	43		128
Reintroduction of Portuguese as the official language	Portugal	357	714	714	714		2,143
Support to National University of East Timor	Portugal	47	94	94	94		283
Centre of Portuguese Language / Camões Institute of Dili	Portugal	5	10	10	10		30
Supported Institutions	Portugal	13	27	27	27		80
National education policy and planning	UNICEF	78	78				78
Primary school curriculum	UNICEF	300	300				300
Portuguese Cultural Centre of Dili	Portugal	6	12	12	12		36
Scholarship to higher education for Timor students	Portugal	17	34	34	34		101
Support to Dili's Centre of Education in Distance	Portugal	10	19	19	19		58
Staff and Institutional Development for the National University of East Timor - SIDNUET	EC			75			75
Improvement and expansion of the primary rural schools in Baucau and Lautem districts	Spain	300					-
Quantitative Research	USA	50	550				550
Small Grants Program (Education)	USA	103	288				288
Reabilitation of schools in Baucau District	Portugal	22	45	45	45		135
Total		10,118	13,298	11,939	7,644	2,660	35,541

Os projectos acima mencionados financiados por fontes externas incluem apoio para o Ministério da Educação, Universidade Nacional de Timor-Leste e sociedades civis que estão a implementar actividades educacionais e culturais. Estes projectos envolvem apoio para desenvolvimento de política e currículo, desenvolvimento

institucional, cursos de formação para instrutores, criação de oportunidades práticas de aprendizagem para estudantes e bolsas de estudo.

Fundos Transitados dos Orçamentos de Anos Anteriores

Quadro 8.120

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Educação Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000)

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição	Total $'000
Ministry of Education	2005/06	Activos Infraestruturais	881
	2006/07	Manutenção de Veículos	8
	2006/07	Materiais e Abastecimentos Operacionais Consumíveis	586
	2006/07	Materiais e Abastecimentos Operacionais Consumíveis	0
	2006/07	Manutenção de Equipamentos e Edifícios	22
	2006/07	Professional Services	24
	2006/07	EDP Equipment	1
	2006/07	Furniture & Fittings	247
	2006/07	Water Equipment	12
	2006/07	Activos Infraestruturais	6,937
		Total	8,718

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição do Projecto	Localização do Projecto	Orçamento $'000
Ministry of Education	2006/07	New constr.EP-229 Ducurai,Letefoho	Ermera	72
	2006/07	New constr.EP-288 Tutuluro,Same	Manufahi	86
	2006/07	Rehab.EP-450 Cacavem,Lospalos	Lautem	57
	2006/07	Rehab.EP-363 Manutasi	Ainaro	49
	2006/07	Rehab.EP-666 Bidau akadiruhun,Nain feto	Dili	49
	2006/07	Rehab.EP-483 Sarlala	Aileu	56
	2005/06	School Building Const.EPS Caijo Laran in Sub Distric Viqueque Vila	Viqueque	60
	2006/07	Rehab.of EP-505 Aicurus	Aileu	51
	2006/07	Rehab.EP-461 lore,Lospalos	Lautem	69
	2006/07	Infras.EP-229 Ducurai	Ermera	10
	2006/07	Rehab.of EP-505 Aicurus	Aileu	15
	2006/07	Adicional for project New Constr.of primary school Macous,Fatululik	Covalima	31
	2006/07	Adicional for Project New Constr.of primary school Bogoro,Bazartete	Liquica	24
	2006/07	New Constr.of primary school Taroman,Fatululik	Covalima	27
	2006/07	New constr.of primary school marineiro building	Dili	118
	2006/07	Rehab.EP-342 Audere Baguia	Baucau	62
	2005/06	Rehab.EPSP Fatumea Suai	Covalima	35
	2005/06	Rehab.Pre-Secundary 5 de Maio Klihantil Becora	Dili	25
	2005/06	School Building Const.in Sub Distric Hatubuilico	Ainaro	6
	2006/07	New const.EP-453 Leuro,Lospalos	Lautem	88
	2006/07	Rehab.EP-442 Maina, Moro	Lautem	60
	2006/07	Rehab.Propose for new constr.EP-5120 Bubulia/wesa,Uatu-	Viqueque	65

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição do Projecto	Localização do Projecto	Orçamento $'000
		lari		
	2006/07	Rehab.EP-490 Bocolelo	Aileu	48
	2006/07	Rehab.EP-460 Malahara,Lospalos	Lautem	68
	2006/07	Adicional project from PO-65725 New Constr.of primary school Bogoro,Bazartete	Liquica	110
	2006/07	Selected improvement&rehab.of roads&opening of new roads		110
	2006/07	New Constr.of primary school Macous,Fatululik	Covalima	110
	2006/07	New Constr.of primary school Haimanu,Suai	Covalima	82
	2006/07	Rehab.EP-055 Aituto	Ainaro	61
	2006/07	Rehab.of primary school building in Tulaica	Oe-cussi	11
	2006/07	Rehab.EP- 362 Teulale	Baucau	48
	2005/06	New Const.for EP 30 Agosto Lospalos	Lautem	11
	2006/07	Infrastructural		100
	2005/06	Rehab.of Building of Technical-Profesional School (SMKK)	Dili	50
	2005/06	Rehab.Building of Technical-Professional School in Acarlaran	Suai	150
	2005/06	Rehab.Acomodation for Teacher in Manatuto and Ermera	Two Locations	7
	2005/06	Rehab Acomodation for Teacher in Dilor	Viqueque	4
	2005/06	Rehab Acomodation for Teacher in Hospital	Suai	2
	2005/06	New Const.of Primary School Building in Beikala	Ainaro	16
	2005/06	New Const.of Primary School in Liurai	Aileu	12
	2005/06	New Const.of Primary School in Besimata	Ainaro	19
	2005/06	New Const.of Primary School in Dare	Ainaro	18
	2005/06	New Const.for EP 30 Agosto Lospalos	Lautem	2
	2006/07	New Constr.of primary school Tata,Hatulia	Ermera	107
	2006/07	Rehab.ES-802 Lospalos	Lautem	73
	2005/06	Rehab.Building of Ministry Education	Dili	126
	2006/07	Rehab.of Technical proffesional school building	Manatuto	92
	2006/07	New constr.of secundary school building in Betano	Manufahi	235
	2006/07	New constr.of secundary school building in Atauro	Dili	221
	2006/07	Rehab.total for secundary school Palaban,Pante Makasar	Oe-cussi	179
	2005/06	New Const.for EP in Iiilai	Lospalos	60
	2006/07	Aditional project Rehab.of secundary school building in Palaban	Oe-cussi	28
	2005/06	New Const.for EP in Metinaro	Dili	85
	2006/07	New Constr.of primary school Uatu-carbau	Viqueque	225
	2006/07	Rehab.building of senior high school	Ainaro	76
	2006/07	Rehab.Escola economia comercial	Oe-cussi	76
	2005/06	New Const.for EP in Mehara Lospalos	Lautem	57
	2005/06	New Const.for EP in Samalari	Baucau	100
	2006/07	Rehab.of primary school building in Oesilo	Oe-cussi	22
	2006/07	Refurbisment of secundary school no.2	Baucau	140
	2006/07	New const.EP-030 Cabulino	Liquica	58
	2006/07	Aditional project Rehab.of primary school building in Tulaica	Oe-cussi	13
	2006/07	New constr.of secundary school building in Waibua,Ossu	Viqueque	93
	2006/07	New constr.EP-367 Buibau	Baucau	64
	2006/07	Rehab.EP-605 Batara,Laclubar	Manatuto	55
	2006/07	New constr.EP-238 Leubasa,Letefoho	Ermera	68
	2006/07	New const.EP-363 Aubaca/ostico	Baucau	71
	2006/07	New const.EP-672 Darlau,cristo rei	Dili	59
	2006/07	New constr.EP-368 Seical	Baucau	82
	2006/07	New const.EP-326 Oesilo	Oe-cussi	70

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição do Projecto	Localização do Projecto	Orçamento $'000
	2006/07	Rehab.EP-604 Rulalan,Laclubar	Manatuto	70
	2006/07	Rehab.EP-594 Manehat,Barique	Manatuto	60
	2005/06	New Const.for EP in Maluru-Samarogo Quelicai	Baucau	36
	2006/07	New const.EP-007 Camea	Dili	60
	2006/07	New const.EP-092 Bahatat,Uatu-carbau	Viqueque	72
	2006/07	New constr.EP-865 Nitibetino,Nitibe	Oe-cussi	88
	2006/07	Refurbisment of primary school in Dotik	Manufahi	117
	2006/07	New Constr.of primary school Lebubuli,Letefoho	Ermera	102
	2006/07	New constr.EP-138 Lactos Fohoren	Covalima	70
	2006/07	New constr.EP-729 Bulo (EP P Zulu taz-153)	Covalima	54
	2006/07	Rehab.EP-149 Maucatar	Covalima	29
	2006/07	New constr.EP-079 Bahaneo,Ossu	Viqueque	65
	2006/07	Rehab.EP-506 Faturasa	Aileu	53
	2006/07	New constr.EP-227 Cailiti	Ermera	96
	2006/07	Refurbisment of primary school in Besusu,Alas	Manufahi	118
	2006/07	Rehab.EP-470 Poros,Tutuala	Lautem	50
	2006/07	New constr.EP-115 Fatudere	Viqueque	94
	2006/07	New constr.EP-1130 Dom Aleixo,Fomento	Dili	60
	2006/07	Rehab.EP-125 Waimori	Viqueque	43
	2006/07	Rehab.EP-343 Ossu huna Baguial	Baucau	60
	2006/07	Rehab.EP-049 Cassa	Ainaro	57
	2006/07	New Constr.EP-100 Nunomalau,Uatu-lari	Viqueque	66
	2006/07	Rehab.of EP-509 Roluli	Aileu	45
	2006/07	Infras.EPS P Luro	Lautem	89
	2006/07	Rehab.do edifício de museu nacional do comoro	Dili	53
	2006/07	Aditional project Rehab.of Pre-secundary school building in Fatumea	Covalima	6
	2006/07	Aditional project Rehab.of Pre-secundary school building in Uatu-lari	Viqueque	29
	2006/07	Aditional project Rehab.of Pre-secundary school 5 de Maio building in Becora	Dili	19
	2006/07	Aditional project New constr.of Pre-Primary school building in Caijo laran	Viqueque	27
	2006/07	Infras.EPS P Maubisse	Ainaro	43
	2006/07	Infras.EPS Fatumeta	Dili	32
	2006/07	Rehab.EP-616 Rembor	Manatuto	49
	2006/07	Infras.EP-769 Passabe	Oe-cussi	99
	2006/07	Rehab.EP-855 Carbulau	Manufahi	50
	2006/07	Infras.EPS P Lore	Lautem	90
	2006/07	Infras.EPS 738 Debos	Covalima	92
	2006/07	Infras.EPS P Besilau	Aileu	61
	2006/07	Aditinal project New constr.of secundary school building in Metinaro	Dili	47
	2006/07	New const.EP-508 Maumeta	Aileu	62
	2006/07	Rehab.EP-207 Fatubolo	Ermera	50
	2006/07	Rehab.EP-299 Bemetan,Same	Manufahi	50
	2006/07	Infras. EPS P Bercoli	Baucau	70
	2006/07	New const.EP-077 Laline,Dilor	Viqueque	87
	2006/07	Aditional project Rehab.of primary school building in Railaco	Ermera	32
	2006/07	New const.EP-142 Dais	Covalima	57
	2006/07	New const.EP-017 Caisait, Bazartete	Liquica	80
	2006/07	Aditional project Rehab.of primary school building in Aiteas	Manatuto	21
	2006/07	New const.EP-515 Biacou Atabae	Bobonaro	59

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição do Projecto	Localização do Projecto	Orçamento $'000
	2006/07	New const.EP-829 Flecha	Ainaro	47
	2006/07	Aditional project New constr.of primary school building in Ililai Laivai	Lautem	8
	2006/07	Aditional project New constr.of primary school building in Samalari	Baucau	59
	2006/07	Aditional project Rehab.of primary school building in Babulo	Manufahi	27
	2006/07	Aditional project Rehab.of primary school building in Matai	Covalima	14
	2006/07	New const.EP-622 Biqueli Atauro	Dili	53
		Total		**7,819**

Programa	Meta	Resultado	Indicadores de Desempenho
Acreditação e Administração Escolar	Facilitar o Acesso das Crianças às Escolas	Aumento da Taxa de Matriculas das Crianças nas Escolas	Matriculas dos Alunos, Caderneta Escolar e Certificados
	Melhorar o Processo de Ensino e Aprendizagem/qualidade de Educação	Escolas visitadas periodicamente para melhoria da educação	138 Escolas Ficha de monitorização Relatório das escolas
	Redução de taxa de abandono e crianças com idade escolar fora do sistema, com financiamento ou subsídio para as escolas	Garantir a sustentabilidade administrativa da escola e pequenas reparações. Melhorar a qualidade do ensino e a Administração das Escolas.	Todas as escolas publicas e as privadas acreditadas serem subsidiadas
	Obter docentes de qualidade elevada no desempenho das suas funções na área das disciplinas exactas.	Trazer 50 Professores de Países da Língua Portuguesa	Participação de 120 professores na formação na área das disciplinas exactas e bibliotecas
	Envolver os estudantes nas actividades concretas nas escolas, comunidade e participação ao desenvolvimento nacional.	Alunos obterem experiencia e conhecimento sobre o papel estudantil nas escolas, comunidades e seus envolvimentos para a contribuição ao desenvolvimento nacional	Os estudantes vão ser capacitados e envolvidos nas actividades das escolas, comunidades.
	Programa de estagio para Escola Técnico-profissional	Capacitação e Aumento Conhecimento do campo de Trabalho.	Participação de alunos nas actividades do Certame/Cerdas Cermat e outras actividades Alunos de 12 Escola Técnico-profissional Publico
	Melhora nutrição das crianças	Contribuir para o desenvolvimento da	

	adquirindo géneros alimentícios locais	economia local. Elevar a participação dos alunos em idade escolar.	capacitados. 360 Escolas do ensino Primário e 138 escolas do ensino Pré-primário espalhados nos 6 distritos. 95.000 Alunos beneficiados.
Unidade de Infra-estruturas	Melhoria da Equidade Do Acesso à Educação Melhorar a Gestão Administrativa da Administração Central e Distrital	Construção e Reabilitação de Escolas Projectos de Construção e Reabilitação da Universidade Nacional Timor Loro-Sae Projectos de Construção e Reabilitação da Direcção de Administração, Finanças, Logística e Aprovisionamento	Projectos de Reabilitação de 47 escolas e Construção de 66 novos edifícios. Estudos de viabilidade e desenho de 3 novas Escolas Politécnicas em Lospalos e Suai e da fac. Agronomia em Dili e reabilitação de 2 faculdades (Engenharia e Fisopol) Reabilitação do ex armazém no complexo adjacente ao ME Reabilitação do complexo do ME e jardim.Construção prefabricada de 4 escritórios regionais do ME
Direcção de Administração e Finanças	Descentralização de Gestão e do processo de Aprovisionamento Dar acesso de comunicação através da internet nas 13 Diretorias Distritais Total de professores e funcionários com cartão de	O número de compras efetuadas de forma eficiente e atempada Apetrechados o CNFPC e CNENF e as sedes das 13 Diretorias Distritais com comunicação através da Internet . Funcionários e professores com Cartões adquiridos para o prazo de um ano	FCPs submetidos em conformidade com o plano de Aprovisionamento. A comunicação através da internet completamente abrangidos conforme o programa - 7021 funcionários Públicos e - 1.250 funcionários contratados (funcionários administrativos e professores)

	identificação. Gestão subsídios escolares para as Escolas Públicas e Privadas.	Melhorar a Qualidade do ensino e a Gestão da Administração nas escolas	Todos as Escolas públicas em 13 Distritos do Ens. Primário ao Ens. Tec.Voc. e algumas privadas.
Gabinete de Protocolo e Media	Dar informações a sociedade sobre actividades do ME através de Boletim Interno, Programação de Rádio e Media Liason	Publicação preparada e distribuição bimensal para todos os distritos e às escolas. Programa de rádio de 30 minutos. Comunicação de avisos através dos meios de comunicação social.	6 Edições publicados e distribuídos ao longo do ano financeiro. 12 Programas produzidos ao longo do ano financeiro. 4 Comunicados da imprensa publicadas mensalmente.
Direcção de Cultura	Elaboração de Política e do Plano Nacional de Gestão dos Patrimónios Culturais Planeamento da Construção de uma Biblioteca Nacional com um centro de línguas ,Teatro Nacional e Museu Nacional Exposição do Museu Internacionalmente Festival de Arte e Cultura a nível Nacional Planeamento para Abertura da uma Escola da Música	Desenvolver, Proteger e Preservar os Patrimónios culturais como identidade Nacional de Timor Leste. Criação de uma Centro de Excelência de aprendizagem de diversão e de criação Artística e Cultural. Promover os valores culturais como identidade Nacional de Timor Leste. Preservar os valores culturais como identidade Nacional de Timor-Leste. Desenvolver recursos humanos na área da música	Política e plano Nacional de gestão dos Patrimónios Culturais serão elaborados e aprovados no conselho dos Ministros Um Edifício de Biblioteca Nacional e um Museu serão utilizado Exposição conjunta em Darwin entre Timor Leste e Museu Art Gallery of the Northern Territory-Darwin 260 alunos e grupos belas artes participam na Festival de Arte e Cultura a nível Nacional Uma escola da música será utilizada

Direcção de Currículo Escolar, Materiais e Avaliação	Desenvolvimento de currículos da educação	Os novos currículos na educação implementados e materiais de apoio com qualidade impressos e distribuídos	19% de escolas pré-escolares e 16% de escolas primárias supervisionadas. Estudo sobre a necessidade da reforma curricular para o ensino técnico e superior feito Materiais manipulativos distribuídos.
		Sebentas das disciplinas do ensino traduzidas em português	Textos do Português, da Matemática e do Estudo do Meio para 3º ao 6º ano aprovados para a duplicação. Programas e Guias de professores são elaborados Sebentas das disciplinas do 10º ano são traduzidas
	Desenvolvimento de currículos do ensino técnico e superior	Estabelecimento mecanismos de com a DNES e a UNTL. Dados sobre currículos existentes na UNTL recolhidos.	Documento do plano curricular submetido para aprovação.
	Desenvolvimento de um sistema de avaliação e exames de qualidade	Manual e pontos de exames elaborados Impressos e distribuídos. Exames finais realizados com alta qualidade Resultado de exames analisados e publicados	A documentação de mecanismos. Os pontos de exames distribuídos para cada distrito Resultado de exames publicados
Direcção do Ensino Técnico e Superior e UNTL	Estabelecimento da Comissão Nacional de Avaliação e Acreditação Acadêmica (CNAAA	Os graduados do ensino superior em Timor-Leste possuem capacidades Acadêmicas com padrões internacionais;	Preparar os documentos para Avaliação e Acreditação
	Revisão da lei de bases do sistema educativo, do decreto-lei do ensino superior privado, aprovação do CNAAA pelo	Estabelecer o Quadro legislativo, regulador e de políticas para a educação básica incluindo o ensino superior privado	Todas as instituições Acadêmicas

	despacho ministerial e aprovação dos estatutos da UNTL Bolsas (bolsas para fora do País) Bolsas doados pelo orçamento do Governo e pelos doadores.	Obter recursos humanos qualificados em diversas áreas	Licenciatura: 250 Mestrados: 100 Doutorado: 5-10
Gabinete do Inspector Geral	Melhorar a gestão dos Recursos Pedagógicas, Humanos, Administrativas, Financeiras e Materiais Desenvolvimento de apoio logístico aos Inspectores Núcleos e Locais.	Auditoria, Supervisão, Fiscalização e Avaliação a nível Nacional, Núcleos de Inspecção e Locais Realização de auditorias Regionais, Locais e Escolas	Manual do auditor: Relatório, Recomendação e Avaliação Regulamento pertinentes à Supervisão
DIRECÇÃO DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS E ENSINO NÃO-FORMAL	Elevar a qualidade do ensino não formal e impacto dos programas existentes Continuação da Campanha Nacional de Alfabetização com Metodologia Cubano " e do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos " Expansão (Telescola –Timor) em 13 Distritos do País	Professores, formadores, alfabetizadores e coordenadores participam em uma capacitação Consciencializar a população para a importância da alfabetização no desenvolvimento pessoal e profissional. Desenvolvimento de Educação à Distância	Certificados de participação dos funcionários da Direcção de Educação Não Formal Alcançar o programa de alfabetização em 442 Sucos. Obter bom resultado no programa, para a continuação da segunda fase. Atender os Jovens e Adultos que estão fora do sistema Formal,

	Criação de cursos profissionalizantes Semana Nacional Incentivo à Leitura.	Redução da Taxa de analfabetismo. Enriquecer o conhecimento de aprendizagem.	Promoção em 3 Distritos. Alcançar as actividades de extensão nas diversas escolas/Centros.
DIRECÇÃO DE POLITICA, PLANO E DESENVOLVIMENTO	.Realização de um workshop anual para a elaboração dos Planos de Acção Anual do Ministério Realização da Revisão anual Conjunta (RAC) Promoção de missões de intercâmbio internacional Sistema de Informação e Gestão Educacional (SIGE) para os níveis Pré-Secundário, Secundário e Técnico Professional ampliado e processamento de dados do Primário continuado. Publicar anuário estatístico do Ministério Elevar a capacidade dos funcionários em sistema.	Plano de acção anuais de todas as direcções e departamentos realizados. Todas as actividades dos parceiros estão harmonizadas com as políticas do Ministério. Ideias e conceitos entre funcionários do Ministério e instituições internacionais trocadas. Todos os dados demográficos dos níveis Primário, Pré-Secundário e Secundário referentes ao ano lectivo 2007/2008 processados. A disponibilização, a forma de uma brochura, de todos os dados estatísticos do ME a sociedade civil. Os funcionários implementam os serviços	Realização do workshop para a elaboração do Plano Acção Anual com Directores Nacionais e Distritais, Adjuntos e Chefe dos Departamentos Realização do workshop para a revisão Anual Conjunta com Parceiros do desenvolvimento e directores Ideias e conceitos dos Planos entre o Ministério e instituições internacionais trocadas. Nível de Ampliação e segurança de SIGE implementada. Publicação Anuário Estatística do Ministério.

	Lançamento de concurso para obter o Logo Nacional	com a qualidade e fortalecidas. Obter um logo representa o Ministério da Educação com símbolo Nacional.	Qualidade dos serviços do Ministério Logo definido e aprovado.
Direcção de Formação Profissional	Elevar a qualidade dos professores de forma a permitir o bom desempenho dos professores nas escolas Formação de alunos Formação de Funcionários do ME	Formação de professores em exercício. Melhoramento da capacidade desportiva e intelectual dos alunos de educação primaria Medir o aproveitamento dos alunos das matérias que aprenderam nas escolas Formação de funcionários do Técnico-Profissional Formação de funcionários de Refeição Quente Identificar e obter informações para o melhoramento da gestão do Ensino	- conclusão dos estudos no Bacharelato - conclusão do curso de formação de professores - conclusão do curso de cada nível - curso de matérias exactas em Língua Portuguesa. - workshop sobre melhoramento da qualidade da educação e sobre gestão escolar - workshop para um certame nacional de desporto. - certame de avaliação de aprendizagem nas escolas nos 13 distritos. - formação sobre Uniformização do Currículo do Escolas Técnicos. - formação sobre Socialização Promoção social de Produtos das Escolas Técnicos. 48 Funcionários participam em uma formação -capacitação sobre ciência e tecnologia - formação sobre o programa

		Superior	SEAMEO/VOCTECH. - formação na área de gestão. - workshop sobre liderança. - seminário internacional - congresso sobre a língua Tétum
		Desenvolvimento da Capacidade de ensino e dos funcionários da Direcção Nacional de Educação de Adultos e Ensino Não-Formal	- formação sobre programas "A Caminho" e "Passo em Frente", - formação sobre Telecurso e Língua Portuguesa Básica
		Formação de funcionários do Protocolo	- formações na área de jornalismo
		Desenvolvimento da capacidade dos funcionários da Direcção de Plano e Desenvolvimento	- workshop anual - para a elaboração dos Plano de Acção Anuais do Ministério - Congresso Nacional de Educação - formação para manter em funcionamento o Sistema de Informação e Gestão Educacional (SIGE).
		Desenvolvimento da capacidade dos funcionários da Direcção Nacional De Currículo Escolar, Materiais e Avaliação	- workshop sobre preparação, implementação e monitorização do exame nacional. - workshop sobre elaboração dos pontos de exame - workshop sobre correcção dos pontos de exame - workshop sobre currículo do ensino secundário e técnico profissional.
		Melhorar a Gestão Administrativa da Administração Central e Distrital	- workshop sobre conhecimento geral de

			administração. - um workshop sobre finanças e aprovisionamento. -um workshop sobre manual de subsídios escolares.

Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território

Competências

O Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território é o órgão central do Governo responsável para as áreas da administração pública, do poder local e regional e ordenamento do território.

As principais actividades do Ministério de Administração Estatal e Ordenamento do Território irão envolver:

- Propor as políticas e elaborar os projectos de regulamentação necessários em matéria de estatuto do funcionalismo público, segurança social dos funcionários e agentes da Administração Pública, administração directa e indirecta e respectivo procedimento administrativo
- Propor e promover as medidas tendentes à desburocratização e à melhoria da eficácia da Administração Pública;
- Promover a formação e melhoria dos recursos humanos na função pública, com o objectivo de aumentar as aptidões na função pública, melhorando a eficiência e racionalização das actividades administrativas;
- Garantir a preservação adequada dos documentos oficiais e históricos;
- Garantir o adequado apoio ao processo eleitoral, nos termos da lei e dos regulamentos da CNE;
- Coordenar e fiscalizar a actividade dos serviços e organismos da administração regional e local e promover e conduzir o processo de descentralização administrativa;
- Definir os procedimentos para a elaboração e aprovação dos instrumentos de gestão territorial, assegurando, simultaneamente, os mecanismos de reforma administrativa para uma adequada coordenação, colaboração e concertação entre entidades públicas bem como os modos de participação dos cidadãos;
- Definir o conteúdo material e documental dos instrumentos de natureza estratégica, e de política sectorial e instrumentos de planeamento territorial
- Praticar outros actos de fiscalização das medidas tomadas em matéria de desenvolvimento físico e ordenamento do território;
- Estabelecer mecanismos de colaboração e de coordenação com outros órgãos do Governo com tutela sobre áreas conexas.

Os Quadros 8.123 a 8.129 fornecem, detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis no Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território.

Prioridades de Curto e Médio Prazo no Orçamento de Estado de 2008

1. Contribuir para o desenvolvimento de um Governo democrático, pró-activo e transparente;
2. Contribuir para o desenvolvimento eficiente, efectivo e pró-activo da administração pública local;
3. Definir uma politica de descentralização acelerando o processo de aprovação do quadro legal;
4. Providenciar o desenvolvimento de recursos humanos e apoio a todas as agências da administração pública em Timor-Leste;
5. Conservar e recuperar os documentos e arquivos históricos nacionais;
6. Desenvolver uma estratégia para comunicação entre o Governo e o público para informação relacionada com políticas e actividades do Governo, incluindo através da publicação oficial "Jornal da República";
7. Propor legislação e regulamentos para promover funcionários públicos profissionais e de elevada qualidade, estabilizar sistemas gerais de gestão, informação e medição, avaliar e desenvolver as capacidades dos recursos humanos da Direcção Nacional da Função Pública e Unidades de Recursos Humanos noutros ministérios;
8. Desenvolver um sistema efectivo para coordenar actividades e entidades;
9. Desenvolver e apoiar boa administração dos recursos financeiros e humanos dentro do Ministério da Administração Estatal (Direcção Nacional da Administração e Finanças).

Sumário dos Recursos Humanos e Financeiros do Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território

Quadro 8.123

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	580	1,799	2,132	2,132	2,132	8,195
Bens e Serviços	2,289	6,161	7,991	8,001	8,012	30,165
Capital Menor	-	787	-	-	-	787
Transferencia	206	2,286	4,140	4,148	4,198	14,772
Total Despesas Recorrentes	3,075	11,033	14,263	14,281	14,342	53,919
Crescimento ao Ano Anterior		*79.4%*	*29.3%*	*0.1%*	*0.4%*	*133.2%*
Total Capital e Desenvolvimento	-	958	-	-	-	958
Crescimento ao Ano Anterior		*#DIV/0!*	*-100.0%*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*
Total Orçamento Geral do Estado	**3,075**	**11,991**	**14,263**	**14,281**	**14,342**	**54,877**
Crescimento ao Ano Anterior		*95.0%*	*18.9%*	*0.1%*	*0.4%*	*133.2%*

Quadro 8.124

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	3,606	2,389	1,690	1,150	1,196	6,425
Despesas Capital	166	136	120	100	104	460
Total Fundos Confimardos Outros Fontes	**3,772**	**2,525**	**1,810**	**1,250**	**1,300**	**6,885**
Crescimento ao Ano Anterior		*-66.5%*	*-28.3%*	*-30.9%*	*4.0%*	*-82.8%*

Quadro 8.125

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	6,681	13,422	15,953	15,431	15,538	54,379
Crescimento ao Ano Anterior		*0.5%*	*18.9%*	*-3.3%*	*0.7%*	*16.3%*
Despesas Capital	166	1,094	120	100	104	7,383
Crescimento ao Ano Anterior		*229.5%*	*-89.0%*	*-16.7%*	*4.0%*	*-68.7%*
Total Fontes Combinadas	**6,847**	**14,516**	**16,073**	**15,531**	**15,642**	**61,762**
Crescimento ao Ano Anterior		*6.0%*	*10.7%*	*-3.4%*	*0.7%*	*14.2%*

Quadro 8.126

2008 Perfil de Funcionários Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	17	52	180	67	110	28	1	455
Temporário	199	82	53	0	72	1	0	407
Total	216	134	233	67	182	29	1	862

Quadro 8.127

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000)

Projecto ou Programa	Doador	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Capacity building for local government	ADB	220	70	-	-	-	70
Assistance for the National Election 2007	Australia	110	-	-	-	-	-
Electrol Capacity Building	Australia	110	220	110	-	-	330
Election Timor-Leste (UNDP)	Sweden	597					-
Leadership and Comunication Capacity for National Renewal in Timore Leste	IOM	20	13				13
Local Governance Support programme (UNDP/UNCDF)	UNDP/UNCDF	1,800	1,700	1,500	1,250	1,300	5,750
Support to Development Posts for GoTL	EC	-	114	-	-	-	114
Support to electoral process in East Timor	portugal	4	7	-	-		7
Civic education programme	UNDP	200	200				200
Electoral Support and Local Governance	USA	450					-
Public sector governance specialist: World Bank TL	NZ	184	-	-	-	-	-
New Zealand development scholarships	NZ	75	200	200	-	-	400
English language training for officials	NZ	2	-	-	-	-	-
Total		**3,772**	**2,525**	**1,810**	**1,250**	**1,300**	**6,885**

Fundos Transitados dos Orçamentos de Anos Anteriores

Quadro 8.128 e Quadro 8.129

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000)

Ministry/Entity	Budget Year	Description	Total $'000
Ministry of State Administration and Territorial Planning	2005/06	Infrastructural Assets	156
	2006/07	Vehicle Maintenance	3
	2006/07	Operational Cosumables Materials and Supplies	1
	2006/07	Maintenance of Equipment & Building	23
	2006/07	Other Misc Services	1
	2006/07	Professional Services	3
	2006/07	Acquisition of Buildings	779
	2006/07	Other Misc Equipment	801
	2006/07	Office Equipment	2
	2006/07	Infrastructural Assets	67
		Total	1,835

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição do Projecto	Localização do Projecto	Orçamento $'000
Ministério da Administração Estatal e O.T.	2006/07	Activos infra-estruturas		67
	2006/07	Reabilitação do edifício de administração	Ainaro	102
	2006/07	Adicional para FCP 6 PR 1062 para o projecto de reabilitação da DNAT Fohorem, Suai	Covalima	72
	2006/07	Aquisição de infra-estruturas	Lautem	40
	2006/07	Reabilitação do edifício de administração	Lautem	105
	2006/07	Aquisição de infra-estruturas	Manatuto	40
	2006/07	Reabilitação do edifício de administração	Manufahi	108
	2005/06	Reabilitação do edifício de administração	Manufahi	2
	2006/07	Aquisição de infra-estruturas	Viqueque	19
	2006/07	Reabilitação do edifício do arquivo Nacional	Dili	216
	2006/07	Aquisicao de infra-estruturas	Oe-cussi	77
	2005/06	Reabilitação do edifício de administração DNAT MAE	Lospalos	1
	2005/06	Reabilitação e instalação do gabinete STL	Dili	47
	2005/06	Pagamento para reabilitação do edifício da administração do sub-distrito de Maucatar	Suai	2
	2005/06	Reabiltação do DNAT MAE em Fohoren	Ermera	50
	2005/06	Reabiltação DNAT MAE em Nain Feto	Dili	22
	2005/06	Reabilitação do edifício Nacional do Planeamento em Colmera	Dili	2
	2005/06	Reabilitação DNAT MAE	Ainaro	23
	2005/06	Reabilitação e manutenção do edifício do Ministério das Infra-estruturas	Dili	7
		Total		1,002

Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território – Plano Anual de Acção

Programa/Nome da Divisão	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Arquivo Nacional	Salvaguardar o património documental arquivístico e promover a recuperação e reconstituição de documentos criando e desenvolvendo o arquivo históricos do País	Gerir, inspeccionar, coordenar a gestão nacional da informação arquivística, assegurar e conversar a riqueza do acervo documental já recolhido, bem como o dever de colher, salvaguardar e preservar os conjuntos documentais que constituem o património arquivístico da Nação como herança patrimonial para as gerações futuras e institucional própria de um Estado de Direito .	8% o acolhimento da documentação permanente garantindo-lhe o tratamento técnico adequado; Promover e facultar o acesso aos documentos de arquivo; Viabilizar e articular o Sistema Nacional de Arquivos.
Secretário Permanente	Desenvolver um sistema efectivo de coordenação de actividades entre todas as entidades do Ministério.	Promover e assegurar orientação dos serviços gerais assim como definir uma estratégia de desempenho de acordo com as linhas de orientação definidas para o desenvolvimento nacional e harmonização e definição do Ministério para garantir a articulação.	Lei orgânica e Plano Acção Anual do Secretário Permanente ‘e aprovado.
Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE)	Contribuir para o desenvolvimento uma administração eleitoral democrática, livre, transparente e responsável	Fortalecer a gestão e administração eleitoral através de qualificar os recursos humanos para poder planear e organizar bem os processos eleitorais, ter uma suficiência dos outros recursos eleitorais e ter uma alta participação dos eleitores	95% dos eleitores (cidadão os timorenses maiores de 17 anos) foram recenseados e salva guardados. Eleições para Chefes de Suco em Bobonaro e Oecesse a realizar antes do ano fiscal de 2008.
INAP (Intituto Nacional de Administração Pública)	Desenvolvimento e complemento das habilidades de recursos humanos para todos agentes da Administração Pública em Timor-Leste	Assistir o desenvolvimento efectivo da capacitação de recursos humanos na administração através do improviso de habilidades dos funcionários públicos	20% dos funcionários públicos tenham capacitado, com uma medida de 80% do dos participantes
Gráfica Nacional	Estratégia da comunicação entre o Governo e o publico em geral através do qual divulgará informação relacionada com matérias e actividades politicas e outros assuntos que afectam a sociedade, incluindo a continuação da publicação oficial do Governo, nomeadamente o	Publicação semanal do Jornal da República, produção de formulários e outros documentos do Governo e acesso da sociedade à documentação legislativa e outros informações sobre a política do Governo, através do “Jornal da República” tanto manual como electrónico.	30% da população urbana e 10% da população rural terão acesso à legislação do Estado

	"Jornal da República".		
Diracção Nacional de Administração do Território (DNAT)	Contribuir para o desenvolvimento de uma administração publica local viável, eficaz, funcionando adequadamente e responsável	Fortalecer a gestão, coordenação e apoio nas Administração Distritais e Sub-Distritais, a fim de assegurar a prestação de serviços eficaz através de a) Preparação de um modelo apropriado de Governo local. b) Fortalecimento as respectivas instituições do Estado c) Coordenação de actividades de desenvolvimento local	Mecanismo de Coordenação e informação estabelecidos e a funcionar devidamente entre as comunidades, Sub-Distritos, Distritos e MAE/DNAT Esboço de uma politica sobre descentralização aprovada; Quadros Legais para Descentralização aprovado; Programa de Desenvolvimento Local implementado com sucesso em 13 Distritos até 95%.
DNAF (D.N. Administração e Finanças)	Desenvolvimento e complemento da boa administração do gestão financial e recursos humanos do MAE	Assistir o desenvolvimento efectivo da capacitação da boa administração como gestão financial e recursos humanos do MAE	Mais ou menus 100% programa previstos de gestão financia e recursos humanos do MAE
DNFP (Direcção Nacional da Função Pública)	1). Criar o Quadro legal regulador do FP e promover alta qualidade profissional dos funcionários públicos de modo a torná-los mais eficientes e produtivos. 2). Estabelecer o sistema geral de gestão e de informação sobre os recursos humanos 3). Tomar medidas para criar capacidade para a gestão dos Recursos Humanos a nível da DNFP e de todas as Unidades de Gestão dos recursos Humanos dos vários Ministérios.	1) Elaborar, aprovar e divulgar os regulamentos suplementares do Estatuto da Função Pública e estratégias dos recursos humanos; 2) Implementar os procedimentos administrativos, instrumentos para a organização, movimentação, avaliação e disciplina dos funcionários públicos; 3) Implementar os sistemas de gestão de recursos humanos aprovados 4) Realizar acções de formação para o sistema de informação de gestão dos recursos humanos	Os regulamentos e os demais procedimentos administrativos, estratégias, sistema geral de gestão e de informação dos recursos humanos são aprovados e implementados.

Ministério da Economia e Desenvolvimento

Competências

O Ministério da Economia e Desenvolvimento é o órgão central do Governo responsável para as áreas do desenvolvimento do sector das micro-finanças e cooperativo, bem como do meio ambiente.

As principais actividades do Ministério de Economia de Desenvolvimento irão envolver:

- Propor as políticas e elaborar os projectos de regulamentação necessários às suas áreas de tutela;
- Elaborar estudos com vista à preparação do plano quinquenal de desenvolvimento nacional;
- Fazer recomendações ao restantes membros do Governo tendo em vista a implementação do plano quinquenal de desenvolvimento;
- Propor políticas e legislação relacionadas com a promoção do investimento privado e de parcerias do Estado com investimento privado;
- Promover o desenvolvimento do sistema cooperativo e o de micro-finanças, principalmente nas áreas rurais e no sector da agricultura;
- Difundir a importância do sector económico cooperativo e das micro e pequenas empresas e promover a formação na constituição, organização, gestão e contabilidade de cooperativas e pequenas empresas;
- Organizar e administrar um registo de cooperativas;
- Elaborar a política ambiental e acompanhar a execução e avaliação dos resultados alcançados;
- Promover, acompanhar e apoiar as estratégias de integração do ambiente nas políticas sectoriais;
- Efectuar a avaliação ambiental estratégica de planos e programas e coordenar os processos de avaliação de impacto ambiental de projectos ao nível nacional, incluindo os procedimentos de consulta pública;
- Assegurar, em sede de licenciamento ambiental, a adopção das medidas de prevenção e controlo integrado da poluição pelas instalações por ela abrangidas; e
- Gerir Parques Nacionais e áreas protegidas.

Ficam sob a tutela do Ministério da Economia e Desenvolvimento:

- Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial;
- Instituto de Promoção de Investimento Externo e Exportação; e
- Instituto de Micro-Finanças de Timor-Leste.

Os Quadros 8.130 a 8.136 fornecem, detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis no Ministério da Economia e Desenvolvimento.

Prioridades de Curto e Médio Prazo no Orçamento de Estado de 2008

- Planeamento Estratégico – Completar os estudos prioritários sobre a rede integrada de comércio, regulação das actividades económicas e banca/seguros como salientado no Programa do IV Governo Constitucional.
- Micro-Crédito – Tomar medidas para assegurar que o Instituto de Micro-Finanças de Timor-Leste tem uma licença bancária sem restrições e que os fundos novos para micro-crédito sejam injectados no instituto.
- Promoção do Investimento – Assegurar que a Agencia Especializada de Investimento é criada, fazer estudos sobre reforma regulamentar e iniciar um programa agressivo de atracção de investimento.
- Ambiente – Assinar o Protocolo de Kyoto, para alcançar as exigências das nações dos acordos internacionais sobre ambiente e activamente iniciar actividades de desenvolvimento sustentado, incluindo tecnologias verdes.
- Apoio às PME's– Construir três novos mercados, expandir a formação para pequenos negócios, formar e apoiar as organizações do sector privado.

Quadro 8.130

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Economia e Desenvolvimento Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	otal 4 Ano
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	240	513	894	899	904	3,210
Bens e Serviços	502	2,969	2,016	2,016	2,016	9,017
Capital Menor	42	548	-	-	-	548
Transferencia	-	2,550	-	-	-	2,550
Total Despesas Recorrentes	784	6,580	2,910	2,915	2,920	15,325
Crescimento ao Ano Anterior	*0*	*319.6%*	*-55.8%*	*0.2%*	*0.2%*	*86.2%*
Total Capital e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior						
Total Orçamento Geral do Estado	**784**	**6,580**	**2,910**	**2,915**	**2,920**	**15,325**
Crescimento ao Ano Anterior		*319.6%*	*-55.8%*	*0.2%*	*0.2%*	*86.2%*

Quadro 8.131

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Economia e Desenvolvimento Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	3,221	6,165	4,133	-	-	10,298
Despesas Capital	549	47	-	-	-	47
Total Fundos Confimardos Outros Fontes	**3,770**	**6,212**	**4,133**	**-**	**-**	**10,345**
Crescimento ao Ano Anterior		*-17.6%*	*-33.5%*			

Quadro 8.132

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Economia e Desenvolvimento Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	4,005	12,745	7,043	2,915	2,920	25,623
Crescimento ao Ano Anterior		*59.1%*	*-44.7%*	*-58.6%*	*0.2%*	*-63.5%*
Despesas Capital	549	47	-	-	-	47
Crescimento ao Ano Anterior		*-95.7%*				
Total Fontes Combinadas	**4,554**	**12,792**	**7,043**	**2,915**	**2,920**	**25,670**
Crescimento ao Ano Anterior		*40.5%*	*-44.9%*	*-58.6%*	*0.2%*	*-67.9%*

Quadro 8.133

2008 Perfil de Funcionários Ministério da Economia e Desenvolvimento

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	0	0	6	16	10	5	0	37
Temporário	3	17	37	42	29	7	2	137
Total	3	17	43	58	39	12	2	174

Quadro 8.134

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Economia e Desenvolvimento Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000)

Projecto ou Programa	Doador	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Broad based Economic Grow th	Australia	-	26	-	-	-	26
Second Small Enterprises Project	WorldBank	2,000	200	-	-	-	200
TCDC Training Program on Capacity building for Poverty Reduction	Indonesia	4	-	-	-	-	-
Regional Workshop on Enhancing Energy Security through Community-Based Micro Hydro Pow er	Indonesia	2					
Assistence to community Stabilization (RDP-EC)	EC	337	-	-	-	-	-
Desenvolve Sector Privadu	USA	250	2,500	2,000	-	-	4,500
Integrated poverty Allevition Program East Timor	EC	-	169	133	-	-	302
Strerngthening Property Rights in East Timor	USA	-	2,000	2,000	-	-	4,000
Small Grants Program (Micro-enterprise)	USA	400	1,120	-	-	-	1,120
On lending funds for micro-finance	NZ	100	-	-	-	-	-
Canada fund for local iniatiativas program	Canada	196	196	-	-	-	196
Social and community development fund (CD)	NZ	480	-	-	-	-	-
Total		**3,770**	**6,212**	**4,133**	**-**	**-**	**10,345**

Os projectos acima mencionados financiados por fontes externas incluem apoio ao Ministério da Economia e Desenvolvimento, sector privado e organizações da sociedade civil.

Fundos Transitados dos Orçamentos de Anos Anteriores

Quadro 8.135 e Quadro 8.136

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Economia e Desenvolvimento Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000)

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição	Total $'000
Ministério da Economia e Desenvolvimento	2006/07	Manutenção de Veículos	3
	2006/07	Materiais e Abastecimentos Operacionais Consumíveis	41
	2006/07	Aquisição de Edifícios	261
	2006/07	Equipamento de Comunicação	8
		Total	313

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição do Projecto	Localização do Projecto	Orçamento $'000
Ministério da Economia e Desenvolvimento	2006/07	Reabilitação do edifício do Laboratório de Meteorologia em Caicoli	Dili	88
	2006/07	Adicional para o projecto de reabilitação do jardimno Fomento	Dili	38
	2006/07	Reabilitação do edifício do Laboratório de Meteorologia em Caicoli	Dili	136
		Total		**261**

Nome do Programa	Metas	Objectivos	Resultados
Formulação e Políticas económicas e desenvolvimento do Ministério.	Identificação de políticas domésticas e externas em cada Direcção e Departamento.	Uniformidade das políticas do Departamento e Programas alvos.	Todas as actividades de cada Departamento, têm que prossseguir a Lei do Ministério.
Pesquisa aos factores com impacto na economia e ao desenvolvimento nacional.	Estudo da adequação do sector privado, cooperativo, bem como ao desenvolvimento nacional em todo o território nacional do País.	Conhecimento dos problemas com o sistema SWOT no desenvolvimento da economia e ao desenvolvimento nacional do País.	Saber a vantagem e desvantagem ao impacto sobre o desenvolvimento nacional, por sua vez estudar e analisar a capacidade e profissionalismo dos funcionários para aplicar" O homem conveniente no lugar que lhe compete / the rigth man & the right place.
Publicidade das Informações actuais do desenvolvimento sectorial do Ministério da Economia e Desenvolvimento.	Divulgar informações sobre actividades do Ministério, nível interna e externa.		
Planeamento de programa e actividade do Ministério.	Coordenar com outras Direcções no que toca ao plano e programas de Acção Anual (PAA) a fim de melhorar na implementação das suas actividades.	Realizar seminários sobre resultado de pesquisa aos outros Departamentos e aos Ministérios em relação ao Desenvolvimento nacional do País e também divulgar informações sobre a Lei Orgánica do Ministério, bem como cuso fe formação familiar em relação a igualdade de gênero, em cooperação à SEPI e UNIFEM. .	Coordenar com outros Departamentos e Direcções sobre a publicidade de actividades de cada Departamento ou seja Direcção do Ministério.
Elaboração do Relatório das actividades e programas do Ministério.	Compilação do relatório das actividades trimestrais de todas as Direcções Nacionais e submetê-la ao Direcção Nacional do Planeamento, na Direcção do Plano de Acção Anual do Ministério da Economia e Desenvolvimento.		Planos de actividades avaliados.
	Participação nas conferências, seminários de acordo com a cooperação internacional (bilateral e multilateral, AFTA, OMC, ASEAN , tec.	Monitorização de todas as actividades por parte da	

Participação activa em reuniões internacionais.		Direcção espectiva, tanto no Capital como no Distrito. Alargar as actividades e programas, bem como aumentar o orçamento de acordo com as actividades e programas. Com base nas regras de cooperação internacional.	Todas as actividades implementadas, em relação à lei Orgánica do Ministério. Aumentar a capacidade e profissionalismo dos funcionários na área de implementação das actividades.
Formulação e Políticas económicas e desenvolvimento do Ministério. Pesquisa aos factores com impacto na economia e ao desenvolvimento nacional. Publicidade das Informações actuais do desenvolvimento sectorial do Ministério da Economia e Desenvolvimento. Planeamento de programa e actividade do Ministério.	Identificação de políticas domésticas e externas em cada Direcção e Departamento. Estudo da adequação do sector privado, cooperativo, bem como ao desenvolvimento nacional em todo o território nacional do País. Divulgar informações sobre actividades do Ministério, nível interna e externa. Coordenar com outras Direcções no que toca ao plano e programas de Acção Anual (PAA) a fim de melhorar na implementação das suas actividades.	Uniformidade das políticas do Departamento e Programas alvos. Conhecimento dos problemas com o sistema SWOT no desenvolvimento da economia e ao desenvolvimento nacional do País. Realizar seminários sobre resultado de pesquisa aos	Todas as actividades de cada Departamento, têm que prossseguir a Lei do Ministério. Saber a vantagem e desvantagem ao impacto sobre o desenvolvimento nacional, por sua vez estudar e analisar a capacidade e profissionalismo dos funcionários para aplicar" O homem conveniente no lugar que lhe compete / the rigth man & the right place. Coordenar com outros Departamentos e Direcções sobre a publicidade de actividades de cada Departamento ou

Elaboração do Relatório das actividades e programas do Ministério. Participação activa em reuniões internacionais.	Compilação do relatório das actividades trimestrais de todas as Direcções Nacionais e submetê-la ao Direcção Nacional do Planeamento, na Direcção do Plano de Acção Anual do Ministério da Economia e Desenvolvimento. Participação nas conferências, seminários de acordo com a cooperação internacional (bilateral e multilateral, AFTA, OMC, ASEAN , tec.	outros Departamentos e aos Ministérios em relação ao Desenvolvimento nacional do País e também divulgar informações sobre a Lei Orgânica do Ministério, bem como cuso fe formação familiar em relação a igualdade de gênero, em cooperação à SEPI e UNIFEM. . Monitorização de todas as actividades por parte da Direcção espectiva, tanto no Capital como no Distrito. Alargar as actividades e programas, bem como aumentar o orçamento de acordo com as actividades e programas. Com base nas regras de cooperação internacional.	seja Direcção do Ministério. Planos de actividades avaliados. Todas as actividades implementadas, em relação à lei Orgánica do Ministério. Aumentar a capacidade e profissionalismo dos funcionários na área de implementação das actividades.
Administração e Finanças: Ter uma boa administração e gestão financeira no Ministério da Economia e Desenvolvimento	Desenvolvimento e aperfeiçoamento da área administrativa, bem como da gestão financeira no Ministério da Economia e Desenvolvimento	Ajudar no desenvolvimento efectivo da área administrativa, bem como da gestão financeira no Ministério da Economia e Desenvolvimento	Pelo menos 70% de boa gestão administrativa e financeira no Ministério da Economia e Desenvolvimento, conforme medida pela conclusão do planeamento de programas previstos no próximo ano fiscal.
Investigação de desenvolvimento	Desenvolvimento da economia nacional com base na democracia e	Melhoria do sector privado, economia comunitária,	Aumentar os sectores potenciais capazes de atrair investimento internacional, bem como

	nas leis vigentes em Timor-Leste	pequenas e médias indústrias e turismo, de modo a aumentar os rendimentos nacionais	promover as áreas sectoriais
Disseminação e consolidação do programa de desenvolvimento rural	Conhecimento dos programas a implementar no sector rural Processos e actividades a serem implementados no sector rural	Estrutura de administração local bem administrada Mecanismo de serviço comunitário bem funcional	Este programa será implementado em todos os 13 distritos e 442 sucos
Coordenação e Cooperação com os agentes de distrito responsáveis a fim de planear os programas para o sector rural	Identificação de prioridades do sector rural Identificação de localização para edifício no Distrito Estabelecer programas e actividades económicos em áreas rurais	As comunidades podem aceder a infra-estruturas básicas no terreno, havendo também circulação de orçamento em áreas rurais Participação directa das comunidades locais no desenvolvimento rural	Abertura de instituições em 12 distritos e implementação de programas de desenvolvimento em sucos e áreas rurais
Investigação e compra de base de dados	Identificar necessidades básicas das comunidades locais Identificar viúvas capazes	Implementar os programas que a comunidade deseja dentro do orçamento disponível Criar um grupo de trabalho de viúvas em áreas rurais	Cada subdistrito e suco implementará pelo menos 5 programas já identificados com base no que a comunidade pretende
Capacitação e formação para a estrutura local e funcionários públicos	Prestar informações à estrutura do governo local sobre cargos e responsabilidades Aumentar a capacidade técnica dos	Prestação de melhores serviços profissionais e resposta às necessidades das áreas rurais	Bom mecanismo de serviço aceite pela comunidade, cooperando em prol do desenvolvimento rural

	formadores a trabalhar em áreas rurais e nas comunidades que deles necessitam		
Publicação de informações actuais sobre o desenvolvimento da economia rural	Publicar o resultado das actividades do projecto e dos desafios e vantagens da economia com vista a melhorar o modo de vida nas áreas rurais	Informação aos parceiros de desenvolvimento para analisar os desafios e dar apoio em termos de orçamento e assistência técnica	Produzir mínimo de 100 pacotes de panfletos e brochuras por cada programa
Ambiente	Proteger e melhorar o ambiente natural de Timor-Leste Sensibilizar a comunidade para a importância da protecção do ambiente, adoptando um comportamento em conformidade Trabalhar com outros departamentos e instituições do governo para a integração da consideração ambiental nas suas políticas, programas e projectos Garantir a responsabilização perante o governo e a comunidade no que toca aos aspectos financeiros, ambientais e de segurança das indústrias extractivas e de energia	Implementar o Plano de Desenvolvimento Nacional de Timor-Leste como parte do programa do governo sobre desenvolvimento sustentável.	70% das empresas (indústrias, hotéis, restaurantes e oficinas) pertença de indivíduos, governo ou grupos comunitários compreendem a importância do ambiente.
Promoção de Timor-Leste	Parceiros Relação com associações empresariais Relação com embaixadas Comunicação e relações públicas Relação com operadores turísticos Relação com exportadores	Número de participantes, compradores, hotéis, contratos assinados, materiais, eventos relativos a participantes e a temas estudados Embaixadas beneficiárias, números de ligações e serviços através da Internet	Ao longo do ano fiscal de 2008

		Estratégias preparadas e discutidas Plano discutido e aprovado Transferência de informações Número de órgãos de comunicação, notícias por mês, relatórios especiais e cobertura de eventos Protocolo assinado, participação conjunta em exposições, preparação de mercados Número de empresas e instituições contactados e de operadores e agentes envolvidos	

Ministério da Solidariedade Social

Competências

O Ministério da Solidariedade Social é o órgão central do Governo responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas da assistência social, segurança social e da reinserção comunitária, cabendo-lhe, nomeadamente**:**

- Conceber e implementar sistemas de segurança social aos trabalhadores e da restante população;
- Desenvolver programas de Assistência social e ajuda humanitária aos mais desfavorecidos e em casos de calamidades e desastres naturais;
- Promover programas de desmobilização, reforma e pensões a atribuir aos antigos combatentes e veteranos da Libertação Nacional;
- Providenciar o acompanhamento e a inserção comunitária de veteranos e antigos combatentes;
- Providenciar o acompanhamento, a protecção e a reinserção comunitária de outros grupos vulneráveis;
- Estabelecer mecanismos de colaboração e de coordenação com outros órgãos do Governo com tutela sobre áreas conexas.

Os Quadros 8.137 a 8.143 fornecem, detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis no Ministério da Solidariedade Social.

Prioridades de Curto e Médio Prazo no Orçamento de Estado de 2008

- Reintegração social das pessoas deslocadas e dos grupos vulneráveis;
- Confirmação da qualidade de combatente e reinserção dos Combatentes da Libertação Nacional, de acordo com a lei;
- Aumentar os subsídios para as vítimas da guerra, os idosos e os deficientes;
- Gestão de desastres naturais;
- Reforçar a institucionalização e extensão dos serviços sociais a nível das comunidades locais.

Quadro 8.137

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Solidariedade Social Financiamento do Orçamento do Estado

($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	218	489	489	489	489	1,956
Bens e Serviços	1,712	4,219	2,113	2,270	2,409	11,011
Capital Menor	6	135	-	-	-	135
Transferencia	4,798	9,700	10,000	10,000	10,000	39,700
Total Despesas Recorrentes	6,734	14,543	12,602	12,759	12,898	52,802
Crescimento ao Ano Anterior		*116.0%*	*-13.3%*	*1.2%*	*1.1%*	*-4.2%*
Total Capital e Desenvolvimento	51	250	-	-	-	250
Crescimento ao Ano Anterior		*390.2%*	*-100.0%*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*-100.0%*
Total Orçamento Geral do Estado	**6,785**	**14,793**	**12,602**	**12,759**	**12,898**	**53,052**
Crescimento ao Ano Anterior		*118.0%*	*-14.8%*	*1.2%*	*1.1%*	*-5.0%*

Quadro 8.138

Transitório 2007 a 2011 Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	16,050	10,977	730	0	-	27,756
Despesas Capital	70	-	-	-	-	-
Total Fundos Confimardos Outros Fontes	**16,120**	**10,977**	**730**	**0**	**-**	**27,827**
Crescimento ao Ano Anterior		*-31.9%*	*-93.4%*			

Quadro 8.139

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Solidariedade Social Fontes Combinadas do Orçamento do Estado

($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	22,784	25,520	13,332	12,759	12,898	80,558
Crescimento ao Ano Anterior		*12.0%*	*-47.8%*	*-4.3%*	*1.1%*	*-71.7%*
Despesas Capital	121	250	-	-	-	250
Crescimento ao Ano Anterior		*105.9%*	*-100.0%*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*-100.0%*
Total Fontes Combinadas	**22,905**	**25,770**	**13,332**	**12,759**	**12,898**	**80,808**
Crescimento ao Ano Anterior		*12.5%*	*-48.3%*	*-4.3%*	*1.1%*	*-71.8%*

Quadro 8.140

2008 Perfil de Funcionários Ministério da Solidariedade Social

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	1	7	41	14	4	3	1	71
Temporário	45	41	28	16	5	2	0	137
Total	46	48	69	30	9	5	1	208

Quadro 8.141

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Solidariedade Social Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000)

Projecto ou Programa	Doador	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Technical Assistance for Child Protection	PLAN	8	111	-	-	-	111
Support fo IDPS in Timor Leste	IOM	373	228	-	-	-	228
Support fo IDPS in Timor Leste	IOM	200	97	-	-	-	97
IOM Suppor to Comp.Managementand Retum and Reintergration of IDPS in Timor Leste	IOM	270	429	-	-	-	429
Timor-Leste-Institutional Building for Veterans Policy Impementatio	WorldBank	80	20	-	-	-	20
Protracted Relief and Recovery Operation (UN WFP)	WFP	8,498	4,249	-	-	-	4,249
Continued support/Child Protection Programme	Norway	-	416	333	-	-	749
Child Protection Programme	Norway	416	-	-	-	-	-
Veterans Center in Baucau	PORTUGAL	12	25	-	-	-	25
Protection from violence, abuse, neglect & exploitation II	UNICEF	75	75	-	-	-	75
NGO Sector Strengthening Program	USA	163	649	-	-	-	649
Drought Mitigation	USA	48	130	-	-	-	130
Small Grants Program (Civil Society)	USA	231	647	-	-	-	647
Small Grants Program (Good Governance)	USA	105	295	-	-	-	295
Fund for small projects	PORTUGAL	-	67	-	-	-	67
Haburas Labarik Children's Rights Promotion and Protection	EC	171	256	177	-	-	432
National Dialogue Process	EC	154	-	-	-	-	-
Support, Basic Relief and Assistance with Re-integration for IDP Camps in Timor	USA	146	-	-	-	-	-
Facilitating IDP Return and Community Reintegration	USA	153	-	-	-	-	-
Support to IDPs around Dili	USA	89	-	0	0	-	0
House building phase 2	Norway	3,044	1,947	-	-	-	1,947
Humanitarian relief during civil unrest I	NZ	1	-	-	-	-	-
Humanitarian Aid	Swiss	107	-	-	-	-	-
Humanitarian and Educational Assistance for Youths Affected by the Disturbances in Dili, Timor-Leste	Japan	81	-	-	-	-	-
East Timor Community Assistance Scheme	Australia	176	-	-	-	-	-
East Timor Devolved Humanitarian	Australia	343	343	-	-	-	343
East Timor Bilateral Humanitarian Program	Australia	334	334	-	-	-	334
Civil Society Strengthening Program	Australia	440	220	-	-	-	220
Communications & Leadership	Australia	220	440	220	-	-	660
Reconstruir Timor	EC	182	-	-	-	-	-
				-	-	-	-
Total		16,120	10,977	730	0	-	11,707

Os projectos financiados por fontes externas apoiam os Ministérios incluindo o Ministério da Solidariedade Social, Ministério da Saúde, Conselhos de sucos e organizações da sociedade civil que providenciem assistência humanitária e de emergência a populações vulneráveis. Programas de pequenos subsídios para sociedades civis e comunidades também estão incluídos.

Do fundo total do projecto *Protacted Relief and Recovery Operation*/ Operação de Alívio Prolongado e Recuperação financiado pelo PAM, $3,976,500 são alocados ao Ministério da Solidariedade Social para custos de transporte de produtos e formação técnica. Os restantes fundos são utilizados por outros órgãos do Governo como o Ministério da Saúde, o Ministério da Economia e Desenvolvimento e o Ministério da Agricultura e Pescas. No entanto, os detalhes do apoio a cada Ministério não estão disponíveis à data da publicação deste orçamento.

O apoio da PLAN para 2008 ($110.650) será executado em parceria com a Direcção Nacional para a Reinserção Social como agência implementadora do Programa de Protecção da Criança.

Fundos Transitados dos Orçamentos de Anos Anteriores

Quadro 8.142 e Quadro 8.143

Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000)

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição	Total $'000
Ministério da Solidariedade Social	2006/07	Outras Despesas	382
	2006/07	Aquisição de Veículos	23
	2006/07	Aquisição de Veículos	42
	2006/07	Activos Infraestruturais	146
		Total	594

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição do Projecto	Localização do Projecto	Orçamento $'000
Ministério da Solidariedade Social	2006/07	Reabilitação MTRC em Oe-cussi	Oe-cussi	10
	2006/07	Reabilitação de armazém MTRC	Dili	35
	2006/07	Reabilitação MTRC em Same	Manufahi	78
	2006/07	Reabiltação MTRC em Maliana	Maliana	23
		Total		**146**

Programa/Nome da Divisão	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Valorização e reinserção do Combatente da Libertação Nacional (CLN)	Promover o reconhecimento publico e a valorização da História da Libertação Nacional e a reinserção social dos Combatentes da Libertação Nacional	1. Promover a valorização e o reconhecimento público daqueles que lutaram pela libertação nacional; 2. Dar oportunidade aos CLN de representação e participação nas tomadas de decisão face as politicas do Governo para os assuntos da libertação Nacional; 3. Desmobilizar e atribuir as patentes merecidas aqueles que participaram na luta de libertação nacional enquanto membros da frente armada; 4. Promover o registo, a divulgação e o reconhecimento da Historia da Luta de Libertação Nacional pelas gerações actuais e vindouras;	1. Condecoração de todos os CLN a quem foi atribuído esse direito, de acordo com a lei; 2. Processo de desmobilização claro e eficiente**;** 3. Reorganização e catalogação de toda a informação existente relativa a Historia da Luta de Libertação Nacional 4. Aumento da capacidade de trabalho e maior eficiência dos Serviços da SEAACLN; 5. Maior concertação do trabalho realizado pela SEAACLN, a CHSRR e o CCCLN; 6. Pagamento dos benefícios financeiros aos Combatentes da Libertação Nacional; 7. Numero de combatentes registados de acordo com a realidade da luta de libertação nacional; 8. Processo claro e justo na atribuição dos direitos aos Combatentes da Libertação Nacional; 9. Implementação e coordenação eficaz dos programas de inserção na vida activa, acesso ao ensino e reabilitação da saúde física e mental

		5. Contribuir para a melhoria das condições de vida daqueles que participaram na luta de libertação nacional e actualmente se encontram em situação de vulnerabilidade económica; 6. Garantir a coordenação eficiente e eficaz entre as instituições criadas pelo Estatuto do Combatente da Libertação Nacional; 7. Dar oportunidade de reconhecimento aqueles que, por razoes diversas, ainda não efectuaram o seu registo, mas que fazem igualmente parte da historia da luta pela libertação nacional; 8. Reconhecer e retribuir aos CLN e suas famílias o seu envolvimento na luta de libertação nacional; 9. Criar condições para a reinserção dos CLN na vida activa.	
Assistência Social aos Grupos Vulneráveis , Vítima de Desastres, Famílias e Serviço Carro Funerário	1. Reduzir dependência economicamente 2. Participação activa na política e desenvolvimento nacional.	1. Assegurar Segurança Social aos Grupos Vulneráveis (IDP's) 2. Assegurar Assistência de necessidades básica aos vitimas de Desastres; 3. Assegurar oportunidade dos	1. Garantir Segurança Social aos grupos vulneráveis; 2. Estabelecer Cooperação e Colaboração entre Governo e Agência não governamental (WFP e Agencia internacionais) para

		grupos vulneráveis na vida política e desenvolvimento nacional; 4. Assegurar sustentabilidade serviço sociais através de reforma instituição deficientes e cooperação com agencias relevantes.	apoiar vitimas de desastres; 3. Implementação e coordenação eficaz dos programas de inserção na vida activa que a ser usufruído. 4. Cooperar com Centro de Reabilitação Deficientes (ASSERT e Oficina ST. Francisco em Aileu).
Desenvolvimento Institucional, Sistémico e Individual da Direcção Nacional de Gestão de Desastres (DNGD)	Desenvolver um sistema de Gestão de Desastres eficaz para Redução de Riscos de Desastres em Timor Leste	1. Fortificar a instituição da DNGD para melhor coordenação e implementação da política de gestão de riscos de desastres com os parceiros de gestão de desastres; 2. Promover a advocacia do sistema de redução de riscos de desastres no âmbito de incorporar na política, programa, plano e implementação dos sectores do Governo; 3. Capacitar os funcionários dos sectores chaves do Governo, ONGs e sociedade civil na área de gestão de desastres e calamidades; 4. Fortificar os mecanismos tradicionais das comunidades para auto prevenção, preparação, resposta e recuperação aos efeitos negativos de desastres e calamidades 5. Estabelecer Sistema de Informação Geográfica no País e base de dados para	1. Implementação e coordenação eficaz da política de gestão de riscos de desastres com os parceiros de gestão de desastres; 2. Sensibilização das comunidades sobre o sistema de redução de risco; 3. Aumento de conhecimento dos funcionários dos sectores chaves do Governo, ONG's e Sociedade Civil na aréa de gestão de desastres e calamidades; 4. Implementação e coordenação com as comunidades para auto prevenção, preparação, resposta e recuperação aos efeitos negativos de desastres e calamidades; 5. Melhoramento do sistema de informação para medidas de prevenção do efeito de riscos 6. Estabelecimento de cooperação e Colaboração entre Governo e Agência

		medidas de prevenção e preparação contra os efeitos de desastres e calamidades 6. Socorrer e aliviar os sofrimentos das vítimas de desastres e calamidades 7. Promover e disseminar o sistema de aviso e alerta antecipada adequada à população; 8. Recuperar a situação das vítimas de desastres e reintegrar na comunidade	não governamental para apoiar vitimas de desastres e calamidade; 7. Fortalecer informações adequada nas populações sobre o sistema de aviso e alerta antecipada; 8.
Reinserção Social (mulheres, Crianças, e Família Vulneráveis)	1. Redução da Pobreza; 2. Inclusão e Oportunidade de Participação dos Vulneráveis no Desenvolvimento Nacional;	1. Reforço Institucional para garantir o recurso humano e logístico suficiente para apoiar a implementação da política e programas da Reinserção Social; 2. Proteger as mulheres com abusos sociais e Reinserção social aos famílias vulneráveis incluindo reintegração dos prisioneiros a comunidade.	1. Funcionários da DNRS possuem habilidade profissional na implementação da política e programas da da Reinserção Social; 2. Estabelecer Cooperação e Colaboração entre Governo e ONG's (KUPERS, PRADET) para apoiar vitimas de abusos sociais e violência.
Segurança Social aos idosos, viúvas e deficientes	Promover Subsídio de sobrevivência aos idosos, viúvas e deficientes	1. Reforço Institucional para Assegurar e Garantir Politica e Programas da Direcção Nacional da Protecção Social da	1. Número Funcionários destinados para a Direcção Nacional da Protecção Social de Cidadania recrutado;

		Cidadania; 2. Reconhecer e valorizar os idosos, viúvas e deficientes pelo seu valioso papel desempenhado no passado	Número dos Beneficiários, através de uma recolha minuciosa de dados comprovativos atribuindo –lhes um subsidio permanente de sobrevivência assegurado.
Administração e Finanças	Reforço Institucional, Avaliação e Supervisão das Programas do MSS	1. Apoiar as Direcções e Centros Regionais através de formação de capacidade dos funcionários tendo em conta diferentes capacidades dos homens e mulheres, desenvolvimento institucional e fortalecimento de sistemas administrativos e processo de planeamento do orçamento e despesas; 2. Avaliação periódico dos programas e supervisão da implementação das políticas internas de administração e Secretariado de um modo eficiente; Assegurar disponibilização adequada e oportuna de recurso humanos, financeiros e materiais e uso eficiente dos recursos através de um bom sistema / processo administrativo e avaliação e supervisão periódica.	1. Desenvolvimento do recurso humano dos funcionários do MSS tendo em conta com o balanço de género no bom desempenho das funções; 2. Processo de avaliação periodicamente implementação dos programas do MSS claro e justo; 3. Fortalecimento da sistema administrativa do MSS na implementação das politicas internas do MSS.

Ministério das Infra-estruturas

Competências

O Ministério das Infra-estruturas é o órgão central do Governo responsável para as áreas das obras públicas, urbanização, distribuição de água e energia eléctrica, dos transportes terrestres, marítimos e aéreos de carácter civil e serviços auxiliares, das comunicações, incluindo, os serviços postais, telegráficos, telefónicos e demais telecomunicações, da utilização do espaço rádio eléctrico, dos serviços meteorológicos além de gerir o equipamento do estado, maquinaria pesada e veículos.

As principais actividades do Ministério das Infra-estruturas irão envolver:

- Propor a política e elaborar os projectos de regulamentação necessários às suas áreas de tutela;
- Assegurar a implementação e execução do Quadro legal e regulamentador das actividades relacionadas com o ministério;
- Coordenar e promover a gestão, manutenção e a modernização das infra-estruturas aeroportuárias, de navegação aérea, rodoviárias, viárias e portuárias;
- Propor e executar as linhas da política do Ministério nos domínios do urbanismo, das infra-estruturas, da rede rodoviária, dos edifícios e obras públicas;
- Criar e implementar o Quadro legal e regulamentar da actividade da construção civil incluindo o licenciamento do seu exercício e a investigação sobre materiais de construção;
- Estudar e executar as obras de protecção, conservação e reparação de pontes, estradas, costas fluviais e marítimas, nomeadamente com vista ao controlo de cheias;
- Promover o estudo e a execução dos novos sistemas de redes de infra-estruturas afectos à distribuição de água e energia eléctrica, bem como de saneamento básico, e fiscalizar o seu funcionamento e exploração, sem prejuízo das atribuições cometidas nestes domínios a outros organismos;
- Promover a realização de obras de construção, conservação e reparação de edifícios públicos, monumentos e instalações especiais, nos casos em que tal lhe estiver legalmente cometido;
- Promover a adopção de normas técnicas e de regulamentação referentes aos materiais utilizados na construção civil, bem como desenvolver testes laboratoriais para garantia de segurança das edificações;
- Licenciar e fiscalizar todas as edificações urbanas, designadamente particulares, municipais ou de entidades autónomas, nos termos da legislação aplicável;
- Manter e desenvolver um sistema nacional de informação e vigilância sobre o estado das obras e sobre os materiais de construção civil, incluindo os efeitos das cheias nas infra-estruturas;
- Preparar e desenvolver, em cooperação com outros serviços públicos, a implementação do plano rodoviário do território nacional e os planos de urbanização nacionais;

- Desenvolver e regulamentar a actividade das comunicações bem como optimizar os meios de comunicação;
- Assegurar a coordenação do sector dos transportes e estimular a complementaridade entre os seus diversos modos, bem como a sua competitividade, em ordem à melhor satisfação dos utentes;
- Promover a gestão do espectro radioeléctrico, bem como a adopção de normas técnicas e de regulamentação referentes ao uso público dos serviços de comunicações;
- Garantir a prestação dos serviços públicos de telecomunicações, e da utilização do espaço radioeléctrico através de empresas públicas ou da concessão da prestação do serviço público a entidades privadas;
- Gerir a frota de veículos do Estado, bem como a sua utilização e a da maquinaria pesada afecta ao Ministério;
- Manter e desenvolver os sistemas nacionais de informação e vigilância meteorológica e sismológica, incluindo a construção e manutenção das respectivas infra-estruturas;
- Gerir o sistema de tecnologias de informação do Governo e assegurar a prestação dos respectivos serviços, bem como implementar os sistemas de informática no território nacional;
- Promover e coordenar a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico nos domínios dos transportes terrestres, aéreos e marítimos de carácter civil;
- Estabelecer mecanismos de colaboração e de coordenação com outros órgãos do Governo com tutela sobre áreas conexas.

Ficam sob a tutela e superintendência do Ministro das Infra-Estruturas:

- Instituto de Gestão do Equipamento;
- Administração dos Portos de Timor-Leste;
- Autoridade da Aviação Civil de Timor-Leste;
- Aeroportos e Navegação Aérea de Timor-Leste, EP;
- Autoridade Reguladora de Comunicações.

Os Quadros 8.144 a 8.150 fornecem, detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis no Ministério das Infra-estruturas (excluindo agências autónomas).

Prioridades de Curto e Médio Prazo no Orçamento de Estado de 2008

- Implementação de uma estratégia integrada para a construção e Manutenção de estradas e pontes;
- Reabilitação das estradas rurais em todos os distritos;
- Reabilitação de estradas urbanas, esgotos, passeios e melhoramento de estradas seleccionadas;
- Manutenção periódica de estradas e construção de pontes;
- Planeamento e Desenhos para 2009 e anos seguintes;
- Continuar os projectos de fornecimento de água nas áreas rurais e estabelecer e/ou melhorar um programa sustentado de Manutenção que envolve a participação da comunidade rural;
- Arranque do projecto de rede comunicações integradas em todo o território;
- Reabilitação da pista do aeroporto de Díli.

Sumário dos Recursos Humanos e Financeiros do Ministério das Infra-estruturas

Quadro 8.144

Transitório 2007 a 2011 Ministério das Infra-estruturas Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	927	2,028	1,816	1,816	1,816	7,476
Bens e Serviços	8,530	10,667	10,939	11,212	11,493	44,311
Capital Menor	31	1,313	-	-	-	1,313
Transferencia	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	9,488	14,008	12,755	13,028	13,309	53,100
Crescimento ao Ano Anterior		*-26.2%*	*-8.9%*	*2.1%*	*2.2%*	*-29.9%*
Total Capital e Desenvolvimento	2,514	30,528	32,879	31,100	30,400	124,907
Crescimento ao Ano Anterior		*507.2%*	*7.7%*	*(0)*	*-2.3%*	*504.6%*
Total Orçamento Geral do Estado	**12,002**	**44,536**	**45,634**	**44,128**	**43,709**	**178,007**
Crescimento ao Ano Anterior		*85.5%*	*2.5%*	*-3.3%*	*-1.0%*	*82.1%*

Nota: O orçamento acima apresentado não inclui Electricidade de TL (EDTL), Instituto de Gestão do Equipamento (IGE), Administração dos Portos de Timor-Leste (APORTIL) e a Aeroportos e Navegação Aérea de Timor-Leste (ANATL).

No orçamento 2008 o Governo irá fazer um investimento significativo nas seguintes áreas:

- Construção, reabilitação e manutenção de estradas rurais em todos os distritos;
- Construção, reabilitação e manutenção de estradas nacionais e urbanas;
- Construção e manutenção de pontes;
- Controlo de cheias;
- Levantamento topográfico, planeamento, elaboração de Quadros e desenho de troços de estradas a melhorar nos próximos anos;
- Finalizar a reabilitação da residência oficial do Presidente da República;
- Estabelecer um fundo para desenho de construção para todo o Governo;
- Finalizar o licenciamento do centro em Akanunu;
- Melhorar as infra-estruturas dos centros operacionais de informação e tecnologia;
- Implementar um sistema integrado de comunicações que cubra todo o território.

Quadro 8.145

Transitório 2007 a 2011 Ministério das Infra-estruturas Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	5,672	21,713	22,808	15,088	7,331	66,940
Despesas Capital	12	290	191	-	-	481
Total Fundos Confimardos Outros Fontes	**5,683**	**22,003**	**23,000**	**15,088**	**7,331**	**67,421**
Crescimento ao Ano Anterior		*93.6%*	*4.5%*	*-34.4%*	*-51.4%*	*-35.5%*

Nota: Os alvos dos financiamentos de doadores são principalmente o sector do fornecimento de água, estradas rurais e projectos de gestão incluindo planeamento, desenho, aprovisionamento e projectos de gestão e supervisão.

Quadro 8.146

Transitório 2007 a 2011 Ministério das Infra-estruturas Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	15,160	35,721	35,563	28,116	20,640	120,040
Crescimento ao Ano Anterior		*17.8%*	*-0.4%*	*-20.9%*	*-26.6%*	*-31.9%*
Despesas Capital	2,526	30,818	33,070	31,100	30,400	125,388
Crescimento ao Ano Anterior		*510.1%*	*7.3%*	*-6.0%*	*-2.3%*	*501.8%*
Total Fontes Combinadas	**17,685**	**66,539**	**68,634**	**59,216**	**51,040**	**245,428**
Crescimento ao Ano Anterior		*88.1%*	*3.1%*	*-13.7%*	*-13.8%*	*44.3%*

Quadro 8.147

2008 Perfil de Funcionários Ministério das Infra-estruturas (excluindo Orgão Autónomo)

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	72	109	135	121	60	14	3	514
Temporário	43	166	165	87	42	3	0	506
Total	115	275	300	208	102	17	3	1,020

Quadro 8.148

Transitório 2007 a 2011 Ministério das Infra-estruturas Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000)

Project or Program	Donor	Transition	2008	2009	2010	2011	4 Year Total
Programa Infraestrutura	Australia	2,816	2,816	3,677	4,539	2,271	13,303
Projecto Agua e Sanitacao Rural de TL	Australia	924	7,040	7,047	4,875	2,560	21,522
Projecto Melhoramento do sector Rodoviario	ADB	800	5,000	4,200	-	-	9,200
Projecto Capacitacao dos Sectores de Infraestructura	ADB	150	200	-	-	-	200
Projecto Melhoramento do Fornecimento de Agua de Dili	ADB	-	600	400	-	-	1,000
Project Fornecimento de Agua e Sanitacao a Areas Urbanas	ADB	300	-	-	-	-	-
Gestao de Projectos de Infraestrutura* (AT co-financiado pela AusAID)	ADB	-	3,000	3,500	3,000	2,500	12,000
Projecto Sector de Aguas Urbanas - Dili	ADB	-	1,500	2,500	2,000	-	6,000
Projecto Colheita de Gas - Sistema de Infiltracao	WorldBank	20	500	330	-	-	830
Melhoramento do Acesso ao Mercado	UNDP	673	1,346	1,346	673		3,366
Total		**5,683**	**22,003**	**23,000**	**15,088**	**7,331**	**67,421**

Fundos Transitados dos Orçamentos de Anos Anteriores

Quadro 8.149 e Quadro 8. 150

Transitório 2007 a 2011 Ministério das Infra-estruturas Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000)

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição	Total $'000
Ministério das Infra-estruturas	2005/06	Activos Infraestruturais	3,620
	2006/07	Manutenção de Veículos	29
	2006/07	Seguros, Rendas e Serviços	15
	2006/07	Manutenção de Equipamentos e Edifícios	166
	2006/07	Manutenção de Equipamentos e Edifícios	42
	2006/07	Manutenção de Equipamentos e Edifícios	299
	2006/07	Outras Despesas	25
	2006/07	Outros Serviços Diversos	73
	2006/07	Serviços Profissionais	2,320
	2006/07	Outros Serviços Diversos	91
	2006/07	Aquisição de Edifícios	840
	2006/07	Aquisição de Veículos	361
	2006/07	EDP Equipamento	40
	2006/07	Equipamento de Comunicação	3
	2006/07	Outros equipamentos	85
	2006/07	Geradores	318
	2006/07	Bens de Infra-estruturas	18,384
		Total	26,713

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição do Projecto	Localização do Projecto	Orçamento $'000
Ministério das Infra-estruturas	2006/07	Activos de Infra-estruturas		11
	2006/07	Nunumoge-Hatubuilico	Ainaro	407
	2006/07	Projecto de abertura de novas estradas em Tutuala-Jaco	Lautem	54
	2006/07	Projecto de estradas em Natarbora JCT-Laclubar	Manatuto	199
	2006/07	Infra-estruturas		8
	2006/07	Estradas seleccionadas e manutenção no posto antigo de Atsabe-Mandoki	Bobonaro	150
	2006/07	Manutenção periódica de estradas em Tumin-Passabe, Ambeno	Oe-cussi	178
	2006/07	Concepção e documentação de pontes em Tono		218
	2006/07	Estradas seleccionadas e manutenção em Lequidoe	Aileu	998
	2006/07	Estradas seleccionadas e manutenção Aipelo, Bazartete	Liquica	357
	2006/07	Projecto de estradas seleccionadas e contrato de manutenção em Uatulari-Baguia-Laga (Fase III)	Baucau	130
	2006/07	Estradas seleccionadas Beloi- Makadade		920
	2006/07	Infra-estruturas		100
	2006/07	Estradas seleccionadas Fuiloro-Tutuala	Lautem	1,278
	2006/07	Infra-estruturas		38
	2006/07	Estradas seleccionadas Lolotoe-Beco		570
	2006/07	Estradas seleccionadas e manutenção em Fatululik	Suai	974
	2006/07	Projecto de estradas seleccionadas em Aimutin-CCF	Dili	45

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição do Projecto	Localização do Projecto	Orçamento $'000
		Díli		
	2006/07	Manutenção de estradas nacionais (RRMC-82)		223
	2006/07	Infra-estruturas		27
	2006/07	Infra-estruturas		61
	2006/07	Infra-estruturas		26
	2006/07	Infra-estruturas		8
	2006/07	Estradas seleccionadas e manutenção em Fatubesi	Ermera	281
	2006/07	Projecto de estradas seleccionadas em Viqueque-Luca	Viqueque	91
	2006/07	Activos de Infra-estruturas		6
	2006/07	Activos de Infra-estruturas		99
	2006/07	Infra-estruturas		44
	2006/07	Activos de Infra-estruturas		100
	2006/07	Abertura de novas estradas em Vemasse-Uaimori-Lacluta	Baucau	148
	2006/07	Supervisão do projecto de manutenção periódica de estradas		11
	2006/07	Novas estradas para cinco pontes em Irabere	Lospalos	1,198
	2006/07	Reabilitação de estradas urbanas em Díli	Dili	764
	2006/07	Supervisão do projecto de manutenção periódica de estradas		270
	2006/07	Supervisão do projecto de manutenção periódica de estradas		304
	2006/07	Fundos Adicionais para o FCP 6PR2095 para estradas seleccionadas Maubisse-Turiscai-Alas		150
	2006/07	Projecto de manutenção rodoviária Pante makasar-Citrana	Oe-cussi	132
	2006/07	Novas estradas para Fatubessi-Loes	Maliana	718
	2006/07	Infra-estruturas		12
	2006/07	Projecto de manutenção rodoviária para Vemasse-Baucau	Baucau	94
	2006/07	Projecto de estradas em Aileu-Ermera	2 District	117
	2006/07	Rio Aidini		23
	2006/07	Infra-estruturas		83
	2006/07	Trabalhos de emergência		13
	2006/07	Controlo de cheias		50
	2006/07	Infra-estruturas		3
	2006/07	Supervisão da construção de 5 pontes		350
	2006/07	Projecto de abertura de novas estradas em Uatulari-Quelicai	Baucau	179
	2006/07	Activos de Infra-estruturas		2
	2006/07	Projecto de manutenção rodoviária Beloi-vila Maumeta		115
	2006/07	Projecto de estradas seleccionadas Baucau-Seical	Baucau	111
	2006/07	Projecto rodoviário Ermera-Hatolia-Maliana (Fase III)	2 District	124
	2006/07	Activos de Infra-estruturas		4
	2006/07	Marca na estrada de Díli a Ainaro		24
	2006/07	Construção de novo edifício para a Aviação	Dili	100
	2006/07	Reabilitação da parede marítima (Pista 08) no ANNL		45
	2006/07	Reabilitação do caminho em frente ao porto	Dili	50
	2006/07	Construção de armazém para arquivo geral de DNTT em Balide	Dili	40
	2006/07	Construção de muro de DNTT em Balide	Dili	38
	2006/07	Construção de muro do posto regional	Maliana	51
	2006/07	Pavimentação de DNTT	Dili	32
	2006/07	Construção de instalações para exames práticos de condução em Hera, Acanunu	Dili	95
	2006/07	Construção do posto regional e muro	Same	77

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição do Projecto	Localização do Projecto	Orçamento $'000
	2006/07	Construção do posto regional e muro	Oe-cussi	105
	2006/07	Manutenção rodoviária		120
	2006/07	Estradas de acesso		16
	2006/07	Custo com consultor técnico no AF 2006/2007 Díli (lista em anexo)	Dili	27
	2006/07	Marcações na estrada de Ainaro a Suai		24
	2006/07	Marcações nas estradas de Díli a Maliana		44
	2006/07	Projecto de reabilitação do muro do complexo em Comoro	Dili	3
	2006/07	Programação de base de dados e equipamento		70
	2006/07	Marcações nas estradas de Díli a Baucau		45
	2006/07	Seminário e sessão de trabalho		39
	2006/07	Corredor do terminal de chegadas e partidas		29
	2006/07	Reabilitação do caminho de circulação no ANL		90
	2006/07	Manutenção geral no Aeroporto Nicolau Lobato	Dili	64
	2006/07	Pistas e instalações no Aeroporto Nicolau Lobato	Dili	25
	2006/07	Reabilitação do terminal de passageiros		51
	2005/06	Capital Maior para supervisão da ponte de Dilor e Welolo		125
	2006/07	Construção de água e saneamento em Rularan, Laclubar	Manatuto	0
	2006/07	Projecto de estradas seleccionadas em Uaiaka - Quelicai	Baucau	136
	2006/07	Estradas seleccionadas e manutenção em Lopalos - Ilomar fase II	Lautem	92
	2006/07	Novas estradas em Dotik-Alas	Manufahi	479
	2006/07	Fundos adicionais para FCP 6PR2107 Projecto de abertura de novas estradas em Vemasse-Uaimori	Baucau	200
	2006/07	Estradas seleccionadas e manutenção em Manatuto	Manatuto	551
	2006/07	Estradas de acesso para o posto da Timor Telecom	Aileu	50
	2006/07	Infra-estruturas		4
	2006/07	Controlo de cheias para o rio Laleia		52
	2006/07	Infra-estruturas		84
	2006/07	Construção de		50
	2006/07	Projecto de poças de água	Baucau	7
	2006/07	Projecto de abastecimento de água às comunidades através de sistema de gravitação	Lautem	17
	2006/07	Projecto de ligação da rede de electricidade à estação	Baucau	66
	2006/07	Operações periódicas das instalações de tratamento, lavagem e reparação	Lospalos	4
	2006/07	Projecto de bomba de sistema e célula solar em Nahareca	Viqueque	22
	2006/07	Reabilitação de estradas em Tibar	Liquica	47
	2006/07	Projecto de Sistema de gravitação em Fatumea	Suai	13
	2006/07	Projecto de Instalação de Água em Laclubar		13
	2006/07	Projecto de manutenção periódica da estação de tratamento e lavagem de água	Suai	13
	2006/07	Projecto de Instalação de Água em Tokoluli, Gleno	Ermera	30
	2006/07	Construção de sistema de água e saneamento	Lospalos	13
	2006/07	Projecto de abastecimento de água às comunidades em Borohun, Metinaro através de sistema de gravitação	Dili	46
	2006/07	Activos de Infra-estruturas		21
	2006/07	Projecto de Instalação de Água em Same		38
	2006/07	Activos de Infra-estruturas		4
	2006/07	Ligação a novas casas e controlo de cheias	Dili	44
	2005/06	Selecção das Principais Estradas em Luca	Viqueque	288

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição do Projecto	Localização do Projecto	Orçamento $'000
	2005/06	RRMC Adicional a Estradas em Zumalai	Maliana	105
	2005/06	Selecção das Principais Estradas em Atabae-Posto Antigo-Mandoki	Bobonaro	150
	2005/06	Selecção das Principais Estradas em Maubesi-Turiscai-Alas	Aileu	143
	2005/06	Selecção das Principais Estradas em Turiscai-Soibada-Salau	Manufahi	68
	2005/06	Selecção de Estradas em Lospalos-Iliomar	Lospalos	121
	2005/06	Selecção das Principais Estradas em Uatocarbau-Baguia-Laga	Baucau	150
	2005/06	Pontes de Wetuku/Welolo e Dilor	Viqueque	125
	2005/06	Manutenção Rodoviária	Maliana	33
	2005/06	Projecto de Capital de Desenvolvimento (Supervisão da Manutenção Periódica no AF de 2006-07)	Dili	37
	2006/07	Activos de Infra-estruturas		60
	2005/06	Controlo de Cheias em Aiasa		6
	2005/06	Manutenção Rodoviária em Natarbora Laclubar	Manatuto	404
	2005/06	Combustível para Veículos do Projecto Capital de Melhorias em Estradas Seleccionadas Uatulari-Quelecai		66
	2005/06	Controlo de Cheias no Rio Sahen	Same	40
	2005/06	Fundos Adicionais para o FCP 6PR1143 para Manutenção Periódica e Controlo de Cheias no Rio Caraulun	Same	9
	2005/06	Controlo de Cheias no rio Caraulun	Same	37
	2005/06	Projecto Capital de Manutenção Periódica na Estrada Ermera-Hatolia-Maliana		52
	2005/06	Projecto Capital de melhoria das Principais Estradas em Uaika-Quelicai	Manatuto	48
	2005/06	Carreira de Água em Bemos -Becussi	Dili	6
	2005/06	Semáforos		2
	2005/06	Semáforos		19
	2005/06	Construção de vedação em redor do edifício dos transportes	Baucau	13
	2005/06	Construção de novo minimercado em Taibesi	Dili	32
	2005/06	Construção de posto de DNTT	Maliana	38
	2005/06	Construção de posto de DNTT	Baucau	39
	2005/06	Projecto de água segura	Lautem	3
	2005/06	Água e saneamento	Same	9
	2005/06	Selecção de estrada em Aituto-Hatubuilico	Ainaro	95
	2005/06	Manutenção rodoviária em Hatudo	Ainaro	62
	2005/06	Projecto de manutenção rodoviária em Lolotoe	Bobonaro	45
	2005/06	Projecto de serviço profissional e protecção	Dili	6
	2005/06	Fundos Adicionais para o FCP 5PR para Manutenção Periódica de Estradas Ermera-Hatolia-Maliana		11
	2005/06	Manutenção Rodoviária em Ermera-Hatolia-Maliana		37
	2005/06	Trabalhos de Emergência na Ponte de Manatuto	Manatuto	4
	2005/06	Selecção da Estrada Principal em Suai-Maucatar-Fatululik	Covalima	35
	2005/06	Estrada Principal para o Rio Boromata	Viqueque	9
	2005/06	Controlo de Cheias em Aiasa		26
	2005/06	Manutenção rodoviária em Vemasse-Baucau	Baucau	51
	2006/07	Mais FCP 7PR4493/76334 Projecto de estradas de acesso do JCT Fatubesi ao posto da Timor Telecom	Ermera	20
	2005/06	Projecto comunitário em Leorema	Liquica	35
	2005/06	Conduta de distribuição em Aiteha	Manatuto	15
	2005/06	Sistema de célula solar para obtenção de água segura em Nahareca	Viqueque	17

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição do Projecto	Localização do Projecto	Orçamento $'000
	2005/06	Instalação de contadores de água	Oe-cusse	2
	2005/06	Conduta de distribuição em Hera	Dili	5
	2006/07	Compra de material de construção		645
	2006/07	Projecto de reabilitação de laboratório em Hera	Dili	62
	2006/07	Supervisão do projecto de manutenção periódica de estradas		115
	2005/06	Box Valvus	Dili	11
	2005/06	Projecto de Capital de Desenvolvimento para o AF de 2006-07 (melhoria de estradas seleccionadas)	Dili	134
	2006/07	Trabalhos de emergências em estradas de Cassa, Aiasa, Betano e Suai (Bemos)	Ainaro	131
	2005/06	Selecção das Principais Estradas em Seical	Baucau	30
	2006/07	Projecto de estradas de acesso do JCT Fatubesi ao posto da Timor Telecom	Ermera	106
	2006/07	Projecto de reabilitação das estradas urbanas de Balibo	Maliana	89
	2006/07	Infra-estruturas		8
	2006/07	Infra-estruturas		25
	2006/07	Infra-estruturas		68
	2006/07	Reabilitação e manutenção rodoviária em Letefoho-Atsabe-Lourba	Ermera	223
	2006/07	Construção de ponte em Lamara e reabilitação rodoviária Buihomau-Luro	Lautem	318
	2006/07	Projecto de estradas seleccionadas em Luca-Lacluta	Viqueque	148
	2006/07	Concepção e documentação de projecto de manutenção periódica de estradas		1,080
	2005/06	Manutenção de estradas seleccionadas em Díli-MTT	Dili	17
	2006/07	Projecto de estradas seleccionadas em Aituto-Hatubuilico	Ainaro	150
	2005/06	Conduta de distribuição em Natarbora	Manatuto	25
	2005/06	Projecto de Capital de Desenvolvimento para o AF de 2006-07 (supervisão da manutenção periódica)	Dili	99
	2005/06	Projecto de Capital de Desenvolvimento para o AF de 2006-07 (Levantamento e Concepção de Estradas Urbanas)	Dili	30
	2005/06	Projecto de Capital de Desenvolvimento para o AF de 2006-07 (Melhoria de Estradas Seleccionadas)	Dili	134
	2005/06	Projecto de Capital de Desenvolvimento para o AF de 2006-07 (Manutenção Periódica)	Dili	99
	2005/06	Manutenção Periódica de Estradas em Hatudu	Ainaro	68
	2005/06	Manutenção Rodoviária Viqueque Watulari	Viqueque	6
	2005/06	Manutenção Rodoviária Pante Makasar-Citrana	Oe-cusse	16
	2005/06	Manutenção de Estradas Seleccionadas Aituto-Same	Same	8
	2005/06	Sistema de célula solar para obtenção de água segura em Leolima	Ainaro	13
	2005/06	Sistema de abastecimento de água em Bonamesse	Oe-cusse	1
	2005/06	Projecto de Capital de Desenvolvimento (Levantamento e Concepção para Controlo de Cheias em Estradas Urbanas no AF de 2006/07)	Dili	37
	2005/06	Sistema de célula solar para obtenção de água segura em Sasahi	Manatuto	40
	2005/06	Manutenção Periódica de Estradas em Letefoho - Atsabe-Lourba	Ermera	50
	2005/06	Construção de vedação e gabião em Pa'papa, Lospalos	Lautem	13
	2005/06	Sistema de célula solar para obtenção de água segura em Triloka	Baucau	79
	2005/06	Construção de reservatório em Carega Tiru	Dili	11
	2005/06	Posto de Saúde em Lalawar	Ilomar	8
	2005/06	Sistema de célula solar em Camanasa Suai	Suai	13
	2005/06	Manutenção rodoviária	Baki-	45

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição do Projecto	Localização do Projecto	Orçamento $'000
			Passabe	
	2005/06	Projecto comunitário na aldeia Belulik, sub-distrito de Fatumean Suai	Covalima	11
		Total		**22,844**

A. Programa	B. Intenções	C. Objectivos	D. Resultados Esperados/Indicadores de Desempenho
Quadro Nacional dos Correios: Desenvolvimento dos Serviços Postais.	• Abrir contas bancárias internacionais e divisão de direitos de terminal; • Implementar rede de distribuição nacional.	• Aumentar as receitas do serviço postal; • Estabelecer o acesso de toda a população ao serviço postal; • Assegurar a qualidade dos serviços e a distribuição de correio internacional.	• Fontes de receita provenientes de acções noutras administrações postais; • Expansão da rede de distribuição pela totalidade do território nacional; • Providenciar boa qualidade de serviços ao nível do envio e recepção de correio.
Transportes Terrestres	• Normalização do sistema de transportes terrestres acessível a todos os utilizadores.	• Criação de regras procedimentais para registo adequado de veículos e atribuição de licenças de itinerário para veículos públicos de transporte de passageiros e mercadorias; • Socialização das regras de tráfego e criação das infra-estruturas adequadas.	• 85% de licenças emitidas, veículos inspeccionados e registados e cartas de condução emitidas; • Tradução dos documentos oficiais; • Colocação da sinalização de tráfego e places de direcção.
Administração e Finanças	• Assegurar apoio técnico e administrativo e optimizar a eficiência do capital investido nos serviços ministeriais em termos de administração geral, recursos humanos,	• Dar apoio técnico e administrativo aos membros do Governo e ao Secretário Permanente, assegurando a administração geral interna do Ministério Segundo orientações superiores e executar quaisquer tarefas posteriormente atribuídas.	• 75% de boa gestão nos sistemas de apoio técnico e administrativo.

	planeamento financeiro e orçamental e gestão patrimonial, garantindo a eficiência das acções no MInistério das Infra-Estruturas.		
Serviços de Água e Saneamento Básico	• Assegurar que as comunidades de Timor-Leste têm acesso a serviços de água e saneamento básico considerados essenciais para a saúde pública, protecção do ambiente e promoção do crescimento econónomico.	• Água potável acessível em qualquer altura para consumo humano; • Recolha e depósito seguro de resíduos sólidos para implementar amenidade civil e reduzir focos de contágio de doenças; • Adopção de práticas de higiene e saúde relacionadas com poupança e sustentabilidade do fornecimento de água e saneamento básico.	• População com acesso facilitado a serviços de água e saneamento básico / população com acesso a facilidades é de 48% em Dili, 44% em capitais de Distrito; 63% de acesso a recolha de resíduos sólidos em Dili, 40% de acesso a água em areas rurais e 38% de acesso a sanemaneto básico em areas rurais.
Pesquisa e Desenvolvimento	• Dar assistência técnica máxima a todos os directores do departamento e garantir que os standards nacionais e internacionais são cumpridos.	• Assistir o desenvolvimento e implementação dos códigos e standards técnicos através do fornecimento de serviços essencias de teste de materiais de construção para todos os projectos de infra-estruturas de Timor-Leste.	• 50% de categorias de obras públicas para as quais standards nacionais já foram publicados.
Construção e Habitação.	• Dar assistência técnica eficiente nas áreas de construção e habitação.	• Fortalecer a capacidade institucional na redacção de leis e regulamentos relativos a infra-estruturas;	• Implementar a redacção legislativa referente ao planeamento de uso de terras, desenvolvimento do sistema de

		• Dar assistência técnica aos ministérios em termos de reabilitação e construção; • Minimizar a construção de edifícios no centro urbano, desenvolver a habitação nas áreas pobres, implementar o desenvolvimento do sistema de controlo em Dili e nos distritos, incluíndo o plano de uso de terras e o sistema de controlo de construções mais respectivos regulamentos.	control e regulamentos de construção; • Conclusão dos projectos de capital de desenvolvimento; • Número de bairros reconstruídos e reabilitados.
Estradas, Pontes e Controlo de Cheias	• Garantir a segurança da rede de estradas, apoiando a viagem de pessoas e bens, algo essencial para o desenvolvimento económico de Timor-Leste.	• Identificar, planear e manter estradas nacionais, distritais, urbanas e rurais; • Preservar o património viário através de manutenção sustentada e sistema de apoio para projectos de longo prazo; • Criar e desenvolver medidas sustentáveis para control de erosão e prevenção de danos físicos para as infra-estruturas das propriedades economicamente viáveis.	• 85% dos 2.981 km. de estradas sujeitos a manutenção, quarto pontes construídas e reabilitadas e muros de contenção construídos em cinco leitos de rios.
Ordenamento Nacional do Território	• Reforçar o Planeamento Urbano actual e futuro; • Dar orientações para o planeamento nacional do território.	• Plano de Urbanização e planos sectoriais; • Linhas orientadoras para plano nacional de ordenamento do território, plano nacional económico e social.	• Produção de legislação de planeamento do território.
Revisão dos Planos de Urbanizacão de Dili e Baucau.	• Dar orientações em termos do Plano de Urbanização de Dili e Baucau.	• Dar orientações para o planeamento de uso de terras, de infra-estruturas, de actividades económicas e sociais.	• Determinar áreas residenciais, industriais, comerciais, estradas e rede de esgotos.

Programa Nacional de Habitação	• Determinar necessidades e prioridades para programa de habitação	• Dar prioridade ao programa de habitação a grupos vulneráveis, desenvolvimento habitacional e dos bairros e necessidades em termos habitacionais a médio e longo prazo.	• Estratégia de desenvolvimento habitacional para grupos vulneráveis, grupos de rendimento baixo e médio e desenvolvimento dos bairros.

Ministério do Turismo, Comércio e Indústria

Competências

O Ministério do Turismo, Comércio e Indústria é o órgão central do Governo responsável para as áreas do turismo e actividades económicas comerciais e industriais.

As principais actividades do Ministério do Turismo, Comércio e Indústria irão envolver:

- Emitir licencas de actividade economica nos 3 sectores;
- Propor as políticas e elaborar os projectos de regulamentação necessários às suas áreas de tutela;
- Conceber, executar e avaliar a política do comércio;
- Contribuir para a dinamização da actividade económica comercial, inclusive no que toca à competitividade interna e internacional;
- Analisar a actividade comercial e propor medidas e políticas públicas relevantes para seu desenvolvimento;
- Apoiar as actividades dos agentes económicos do sector comercial, promovendo as diligências necessárias à valorização de soluções que tornem mais simples e célere a tramitação processual;
- Dar parecer sobre pedidos de informação previa para o estabelecimento de empresas comerciais;
- Apreciar e licenciar projectos de instalações e de funcionamento de empreendimentos comerciais e industriais;
- Inspeccionar e fiscalizar as actividades e os empreendimentos comerciais, nos termos da lei;
- Conceber, executar e avaliar as políticas do sector industrial;
- Inspeccionar e fiscalizar as actividades e os empreendimentos industriais nos termos da legislação aplicável;
- Manter e administrar um centro de informação e documentação sobre empresas e actividades do sector industrial;
- Propor a revogação da licença do exercício das actividades industriais, quando for o caso;
- Propor a qualificação e a classificação dos empreendimentos industriais, nos termos da legislação aplicável;
- Organizar e administrar o registo da propriedade industrial;
- Estabelecer regras internas e internacionais relativas à padronização, metrologia, qualidade de controlo, bem como padrões para unidades e medições físicas;
- Conceber, executar e avaliar a política nacional do turismo;

- Elaborar o plano anual de actividades promocionais para o desenvolvimento do turismo com respectiva estimativa de custos;
- Implementar e executar a legislação relativa à instalação, licenciamento e verificação das condições de funcionamento dos equipamentos turísticos;
- Estabelecer mecanismos de colaboração com outros serviços e organismos governamentais com tutela sobre áreas conexas, nomeadamente os serviços competentes pelo ordenamento e desenvolvimento físico do território, com vistas à promoção de zonas estratégicas de desenvolvimento turístico nacional;
- Colaborar, com organismos e institutos públicos competentes, na promoção e divulgação de Timor-Leste, junto a investidores e operadores turísticos, assegurando a divulgação da informação necessária; e
- Estabelecer mecanismos de colaboração e de coordenação com outros órgãos do Governo com tutela sobre áreas conexas.

Quadros 8.151 a 8.155 fornecem, detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis no Ministério do Turismo, Comércio e Indústria.

Prioridades de Curto e Médio Prazo no Orçamento de Estado de 2008

- Apoiar o sector privado;
- Aumentar do comércio;
- Apoiar a indústria e o desenvolvimento industrial;
- Apoiar e promover o turismo;
- Apoiar comércio estrangeiro através de legislação, regulamentação e pesquisa;
- Implementar o Plano Estratégico para o Turismo Nacional, incluindo protecção e desenvolvimento de ambientes frágeis.

Sumário dos Recursos Humanos e Financeiros do Ministério do Turismo, Comércio e Indústria

Quadro 8.151

Transitório 2007 a 2011 Ministério do Turismo, Comércio e Indústria Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	4 Year Total
Recurrent Expenses						
Salary and Wages	118	291	298	306	313	1,208
Goods and Services	6,394	6,267	6,424	6,584	6,749	26,024
Minor Capital	22	412	-	-	-	412
Transfers	603	-	-	-	-	-
Total Recurrent Expenses	7,137	6,970	6,722	6,890	7,062	27,644
Growth on Previous Year		*-51.2%*	*-3.6%*	*2.5%*	*2.5%*	*-50.5%*
Total Capital and Development	450	930	330	30	-	1,290
Growth on Previous Year			*-64.5%*	*(1)*		
Total General Budget of the State	**7,587**	**7,900**	**7,052**	**6,920**	**7,062**	**28,934**
Growth on Previous Year		*-47.9%*	*-10.7%*	*-1.9%*	*2.1%*	*-53.5%*

Quadro 8.152

Transitório 2007 a 2011 Ministério do Turismo, Comércio e Indústria Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	204	398	321	-	-	719
Despesas Capital	-	98	36	-	-	134
Total Fundos Confimardos Outros Fontes	**204**	**496**	**357**	**-**	**-**	**853**
Crescimento ao Ano Anterior		*21.8%*	*-28.0%*			

Quadro 8.153

Transitório 2007 a 2011 Ministério do Turismo, Comércio e Indústria Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	7,341	7,368	7,043	6,890	7,062	28,363
Crescimento ao Ano Anterior		*-49.8%*	*-4.4%*	*-2.2%*	*2.5%*	*-51.9%*
Despesas Capital	450	1,028	366	30	-	1,424
Crescimento ao Ano Anterior		*14.2%*	*-64.4%*	*-91.8%*	*-100.0%*	*-100.0%*
Total Fontes Combinadas	**7,791**	**8,396**	**7,409**	**6,920**	**7,062**	**29,787**
Crescimento ao Ano Anterior		*-46.1%*	*-11.8%*	*-6.6%*	*2.1%*	*-54.7%*

Qaudro 8.154

2008 Perfil de Funcionários Ministério do Turismo, Comércio e Indústria

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	0	4	5	8	14	4	1	36
Temporário	5	11	26	18	4	1	1	66
Total	5	15	31	26	18	5	2	102

Quadro 8.155

Transitório 2007 a 2011 Ministério do Turismo, Comércio e Indústria Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000)

Projecto ou Programa	Doador	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Oecusse/Ambeno criacao de projetos comunitarios	UNOPS	26	26	-	-	-	26
Projeto melhoramento do nivel de vida em Lospalos atraves do comercio justo	Japan	17	19	-	-	-	19
Comercio Comunitario em Baucau	Switzerland	9	-	-	-	-	-
Reducao da pobreza atraves do acrescimo das capacitacoes economicas , especialment das mulheres, atraves do suporte as micro empresas e desenvolvimento da capacidade produtiva em Viqueque	Spain	152	303	303	-	-	606
Turismo Etico	EC	-	148	54	-	-	202
Total		204	496	357	-	-	853

Os projectos acima mencionados financiados por fontes externas apoiam essencialmente comunidades rurais com o objectivo de melhorar a sua qualidade de vida através de iniciativas de criação de rendimento como o desenvolvimento de indústria de pequena escala, formação de novas competências e conhecimentos, melhorar rede social e actividades complementares.

Programa	Metas	Resultado	Indicadores de Desempenho
Gabinete do Director Geral	Assegurar a eficiência e eficácia de decisões governativas no aparelho do Governo	Estabelecer a posição do Director Geral como uma das posições chaves no funcionamento do Ministério em termos de coordenação administrativa	Maior eficiência e eficácia na implementação das directivas.
Direcção Nacional de Administração e Finanças	Estabelecer uma administração eficiente e eficaz.	Criação de uma boa gestão para alcançar objectivos das funções e programas das Direcção Nacionais.	Professionalismo na administração e desenvolvimento dos recursos
Diercção Nacional do Plano Política e Pesquisa	Elaboração do Plano Estratégico e Anual do Ministério	Plano adequado para o efectivo faseamento do desenvolvimento nos três sectores num modelo de planeamento integrado para o incremento do créscimento económico	Efectiva implementação indicada pela boa e célere execução orçamental
Direcção Nacional da Indústria	Introdução de novas tecnologias de PMI nas zonas rurais e capacitação de recursos humsnos no sector industrial.	Produzir produtos de maior valor acrecentado em Timor-Leste especialmente na aréa da agro-indústria	Criação de novas empresas indústriais registadas e redução do desemprego.
Direcção Nacional do Comércio Domestico	Estabelecer uma economia virada ao Mercado Nacional e internacional que apoie o desenvolvimento económico do pais	Facilitar e apoiar o sector privado para o desenvolvimento da economia. Proteger os consumidores através do controlo, monitorização de produtos e medidas no mercado de acordo a lei e regulamento.	Apoiar o sector privado através de suportes as organizações empresariais e simplificação nos assuntos relacionados com melhor e mais célere atendimento aos empresários
Direcção Nacional do Comércio	Criar condições conducentes de apoio à promoção de produtos	Reconhecimento dos produtos timorenses no mercado internacional e incremento da exportação.	Descrécimo da défice no balanço comercial

Externo Direcção Nacional do Turismo Gabinete Auditoria Interna	locais no mercado internacional Valorizar a imagem de Timor Leste para se tomar um destino atractivo tanto para invetidores como para turistas Prevenir o aproveitamento inefectivo dos recursos humanos e financeiros	Contruir uma indústria de turismo que em Timor Leste que gere emprego e mantenha a cultura. Certificar uma execução eficiente e efectivo do oraçamento geral do Governo, em específico do orçamento do ministério	Acréscimo de instalações turísticas e turistas Boa governação e gestão
Segurança Alimentar	Suficiência de produtos básicos e prevenção as prácticas distortivas no mecanismo do mercado	Garantir a normalização dos preços no mercado	Intervenção selectiva no mercado em garante da suficiência em quantidade e qualidade alimentar no mercado
Gabinete do Director Geral Direcção Nacional de Administração e Finanças Diercção Nacional do Plano Política e Pesquisa Direcção Nacional da Indústria	Assegurar a eficiência e eficácia de decisões governativas no aparelho do Governo Estabelecer uma administração eficiente e eficaz. Elaboração do Plano Estratégico e Anual do Ministério Introdução de novas tecnologias de PMI nas zonas rurais e capacitação de recursos	Estabelecer a posição do Director Geral como uma das posições chaves no funcionamento do Ministério em termos de coordenação administrativa Criação de uma boa gestão para alcançar objectivos das funções e programas das Direcção Nacionais. Plano adequado para o efectivo faseamento do desenvolvimento nos três sectores num modelo de planeamento integrado para o incremento do créscimento económico Produzir produtos de maior valor acrecentado em Timor-Leste especialmente na aréa da agro-indústria	Maior eficiência e eficácia na implementação das directivas. Professionalismo na administração e desenvolvimento dos recursos Efectiva implementação indicada pela boa e célere execução orçamental Criação de novas empresas indústriais registadas e redução do desemprego.

	humsnos no sector industrial.		
Direcção Nacional do Comércio Domestico	Estabelecer uma economia virada ao Mercado Nacional e internacional que apoie o desenvolvimento económico do pais	Facilitar e apoiar o sector privado para o desenvolvimento da economia. Proteger os consumidores através do controlo, monitorização de produtos e medidas no mercado de acordo a lei e regulamento.	Apoiar o sector privado através de suportes as organizações empresariais e simplificação nos assuntos relacionados com melhor e mais célere atendimento aos empresários
Direcção Nacional do Comércio Externo	Criar condições conducentes de apoio à promoção de produtos locais no mercado internacional	Reconhecimento dos produtos timorenses no mercado internacional e incremento da exportação.	Descrécimo da défice no balanço comercial
Direcção Nacional do Turismo	Valorizar a imagem de Timor Leste para se tomar um destino atractivo tanto para invetidores como para turistas	Contruir uma indústria de turismo que em Timor Leste que gere emprego e mantenha a cultura.	Acréscimo de instalações turísticas e turistas
Gabinete Auditoria Interna	Prevenir o aproveitamento inefectivo dos recursos humanos e financeiros	Certificar uma execução eficiente e efectivo do oraçamento geral do Governo, em específico do orçamento do ministério	Boa governação e gestão
Segurança Alimentar	Suficiência de produtos básicos e prevenção as prácticas distortivas no mecanismo do mercado	Garantir a normalização dos preços no mercado	Intervenção selectiva no mercado em garante da suficiência em quantidade e qualidade alimentar no mercado

Ministério da Agricultura e Pescas

Competências

O Ministério da Agricultura e Pescas é o órgão central do Governo responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas da agricultura, das florestas, das pescas e do meio ambiente, cabendo-lhe, nomeadamente:

- Propor a política e elaborar os projectos de regulamentação necessários às suas áreas de tutela;
- Assegurar a implementação e continuidade de programas de desenvolvimento rural, em coordenação com o Ministério da Economia e Desenvolvimento;
- Criar centros de apoio técnico aos agricultores;
- Gerir o ensino técnico-agrícola;
- Promover a investigação agrária;
- Controlar o uso da terra para fins de produção agro-pecuária;
- Promover e fiscalizar a saúde animal;
- Promover a indústria agro-pecuária e pesqueira;
- Fiscalizar a produção alimentar;
- Gerir os Serviços de Quarentena;
- Promover, em coordenação com o Ministério da Economia e Desenvolvimento, o desenvolvimento rural, implementando um sistema cooperativo de produção e comercialização da produção agrícola;
- Fazer estudos de viabilidade para a instalação de sistemas de irrigação;
- Gerir os recursos florestais e as bacias hidrográficas;
- Fazer a gestão da água destinada a fins agrícolas;
- Controlar, fiscalizar o sector das pescas e da aquicultura;
- Estabelecer mecanismos de colaboração e de coordenação com outros órgãos do Governo com tutela sobre áreas conexas.

Quadros 8.156 a 8.162 fornecem, detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis no Ministério da Agricultura e Pescas.

Prioridades de Curto e Médio Prazo no Orçamento de Estado de 2008

O Ministério da Agricultura e Pescas pretende alcançar os principais: Segurança alimentar e crescimento económico.

O Ministério da Agricultura e Pescas (MAP) trabalha com vista a alcançar dois objectivos principais:

- Atingir a Segurança Alimentar; e
- Gerar Crescimento Económico.

Prioridades do Curto e Médio Prazo

- Governo pretende concretizar um plano de diversificação e intensificação da produção agrícola, para se poder estabelecer um mercado interno, que garanta o escoamento dos produtos, numa perspectiva de auto-suficiência alimentar, contribuindo ainda para equacionar, a médio prazo, a criação de "nichos de mercado" externos.
- Governo pretende desenvolver todos os esforços no sentido da coordenação das diversas iniciativas quer locais quer dos parceiros de desenvolvimento, com vista ao desenvolvimento rural integrado, incluindo a formação e educação, a investigação e centros de recursos agrícolas.
- Governo pretende contribuir para que as populações na sua alimentação possam consumir peixe em todo o País, melhorando o sistema pesqueiro e explorando os recursos aquáticos, gerindo estes de forma sustentável.
- Governo defende que a pecuária deve ser apoiada e incentivada, de forma a garantir também as bases de desenvolvimento de pequenas e médias indústrias da pecuária (carne, leite, manteiga e queijo) para consumo interno ou no futuro, para exportação.
- Governo compromete-se a fazer uma gestão dos recursos naturais garantindo a sustentabilidade dos mesmos de modo a desenvolver um enquadramento macroeconómico que proteja os interesses desta geração e salvaguarde os interesses das gerações vindouras

Quadro 8.156

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Agricultura e Pescas Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	714	1,688	1,778	1,839	1,900	7,205
Bens e Serviços	2,952	8,029	8,386	9,023	9,664	35,102
Capital Menor	120	1,702	-	-	-	1,702
Transferencia	1,490	2,000	-	-	-	2,000
Total Despesas Recorrentes	5,276	13,419	10,164	10,862	11,564	46,009
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*-24.3%*	*6.9%*	*6.5%*	*9.6%*
Total Capital e Desenvolvimento	100	3,249	-	-	-	3,249
Crescimento ao Ano Anterior			*-100.0%*	-		
Total Orçamento Geral do Estado	**5,376**	**16,668**	**10,164**	**10,862**	**11,564**	**54,634**
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*-39.0%*	*6.9%*	*6.5%*	*7.6%*

Quadro 8.157

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Agricultura e Pescas Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	7,815	12,117	13,405	5,199	2,794	33,516
Despesas Capital	455	1,117	415	277	221	2,030
Total Fundos Confimados Outros Fontes	**8,270**	**13,235**	**13,820**	**5,476**	**3,015**	**35,546**
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*4.4%*	*-60.4%*	*-44.9%*	*-81.8%*

Quadro 8.158

Transitório 2007 a 2011 Ministério da Agricultura e Pescas Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	13,091	25,536	23,569	16,061	14,358	84,801
Crescimento ao Ano Anterior		*-2.5%*	*-7.7%*	*-31.9%*	*-10.6%*	*-45.2%*
Despesas Capital	555	4,366	415	277	221	5,279
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*-90.5%*	*-33.3%*	*-20.1%*	*-80.1%*
Total Fontes Combinadas	**13,646**	**29,903**	**23,984**	**16,338**	**14,579**	**90,080**
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*-19.8%*	*-31.9%*	*-10.8%*	*-46.6%*

Quadro 8.159

2008 Perfil de Funcionários Ministério da Agricultura e Pescas

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	5	32	75	122	60	21	1	316
Temporário	48	73	131	131	49	5	0	437
Total	53	105	206	253	109	26	1	753

Quadro 8.160 2007 a 2011 Agricultura e Pescas Actividades de Doadores no Orçamento do Estado

($000)

Projecto ou Programa	Doador	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Seeds of Life 2	Australia	924	1,124	774	222	-	2,120
Irrigation and rice cultivation project in Manatuto	Japan	270	180	-	-	-	180
Rehabilitation of Irigation Maliana I	Japan	-	250	6,353	-	-	6,603
THIRD AGRICULTURE REHABILITATION PROJECT	WorldBank	800	1,360	-	-	-	1,360
THIRD AGRICULTURE REHABILITATION PROJECT	WorldBank	160	240	-	-	-	240
Agricultural cooperation (Hybrid rice plantation)	China	3,020	-				-
Training on Forest Protection & Flora-Fauna Identification (for Forestry Guardians)	Indonesia	128	-	-	-	-	-
Agriculture Rehabilitation Project III (RDP-EC)	EC	-	800	-	-	-	800
Second Rural Development Program 2005 (RDP II)	EC	-	1,663	1,663	1,663	1,663	6,653
Institutional support to Minister of Agriculture and Fisheries cabinet	portugal	8	16	16	16		47
PADRTL - Rural Development Programme	portugal	18	37	37	37		110
Coffe development technical (Brazil) II	Brazil	24	24				24
(NAASP) Training w orkshop on Developing Adaptation Strategies to Climate Change for the Asia & Afric Regions	Indonesia	2	-	-	-	-	-
Sustainable Management of Timor-Leste Biodiversity and Natural Resource	UNDP	50	100	100	100	50	350
Food Security Programme 2005 - NGO Programme Timor Leste	EC	-	*322*	*322*	*322*	*342*	1,307
Food Security Programme 2005 - NGO Programme Timor Leste	EC	-	276	276	*276*	*264*	1,092
Food Security Programme 2005 - NGO Programme Timor Leste	EC	-	321	321	*321*	*340*	1,304
Food Security Programme 2005 - NGO Programme Timor Leste	EC	-	234	234	*198*	-	666
Food Security Programme 2005 - NGO Programme Timor Leste	EC	-	330	330	330	355	1,344
Food security for population from Baucau district	Spain	308					-
Food security (Consolidated Appeals Process)	NZ	-	-	-	-		-
Agricultural and fishery activities of 500 people from Oankiak Osaw a (farmers)	Spain	112	-	-	-		-
“Increased the productiveness and the access to markets of the fishing products of 500 families of Northeast Coast Communities”	Spain	67	135	135	67		337
Promoting rural development	Germany	925	925	925	925	-	2,775
Building Agribusiness Capacity	USA	500	1,000	1,000			2,000
Timor Economic Rehabilitation and Development Project	USA	400	2,000	1,300	1,000		4,300
Development of Candlenut Enterprises	USA	186					-
Investing in People's Future	USA	271	1,000	-			1,000
Promotion of self-reliance for coffee grow ers cooperative in Letefoho sub-District, Ermera District	Japan	70	140	35	-	-	175
Food processing	Japan	27	-	-	-	-	-
Work for Peace	EC	-	759	-	-	-	
Total		8,270	13,235	13,820	5,476	3,015	35,546

Os projectos acima mencionados financiados por fontes externas apoiam o Ministério da Agricultura e Pescas bem como organizações da sociedade civil.

Investindo no *Futuro das Pessoas*, financiado pela USAID, que é um projecto de segurança alimentar, está a apoiar o Ministério da Agricultura e Pescas e o Ministério da Educação, mas os detalhes do apoio a cada ministério não estão disponíveis à data da publicação deste orçamento.

O projecto *Trabalhar para a Paz* financiado pela Comissão Europeia fornece oportunidades de emprego de curto prazo em todos os 13 distritos com cooperação com diversos ministérios incluindo o Ministério da Agricultura e Pescas e o Ministério das Infra-estruturas.

Fundos Transitados dos Orçamentos de Anos Anteriores

Quadro 8.161 e Quadro 8.162

Ministério da Agricultura e Pescas Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000)

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição	Total $'000
Ministério da Agricultura e Pescas	2005/06	Activos Infraestruturais	266
	2006/07	Manutenção de Veículos	8
	2006/07	Material de Escritório	6
	2006/07	Materiais e Abastecimentos Operacionais Consumíveis	0
	2006/07	Manutenção de Equipamentos e Edifícios	15
	2006/07	Manutenção de Equipamentos e Edifícios	3
	2006/07	Outras Despesas	1
	2006/07	Transferências Correntes	32
	2006/07	Aquisição de Edifícios	150
	2006/07	Aquisição de Veículos	11
	2006/07	Outros Equipamentos	22
	2006/07	Activos Infraestruturais	434
		Total	948

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição do Projecto	Localização do Projecto	Orçamento $'000
Ministério da Agricultura e Pescas	2006/07	Irrigação		13
	2006/07	Construção de um mercado de peixe em Taibessi	Dili	50
	2006/07	Construcao de		40
	2006/07	Grande Construção		15
	2006/07	Grande Construção		20
	2006/07	Projecto de reabilitação da Irrigação de Nunura	Bobonaro	81
	2006/07	Projecto de Irrigação		20
	2006/07	Irrigação		2
	2006/07	Projecto de Irrigação		22
	2006/07	Edifícios		9
	2006/07	Irrigação		28
	2006/07	Edifício		9
	2006/07	Edifício		10

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição do Projecto	Localização do Projecto	Orçamento $'000
	2006/07	Edifício		10
	2006/07	Aquisição de		23
	2005/06	Reabilitação do Gabinete do MAFP em Comoro	Dili	15
	2005/06	Aquisição de mobiliário Escolar para a Livraria e Residência dos Professores em Natarbora	Manatuto	33
	2005/06	Irrigação em Maucola	Suai	177
	2005/06	Reabilitação de Irrigação em Laivai,Lospalos	Lautem	42
	2006/07	Reabilitação de	Baucau	38
	2006/07	Construção de		51
	2006/07	Construção de um laboratório de pescas em Com	Lospalos	144
		Total		**850**

A. Programa	B. Metas	C. Objectivos	D. Resultado Esperado / Indicador de Desempenho
Direção Nacional Agricultura ho Horticultura (DNAH)	Existe Segurança Alimentar,Crescimento Económico e redução da pobreza.	Formação de Agricultores, Aumento rendimentu da produção, Assistência Técnica	Capacidade de produção aumentada de 1,5 ton para 2,5 ton
	Contribuição para a preparação de terrenos para aumentar as áreas de cultivo de modo a aumentar a produção, qualidade e quantidade de forma contínua para reduzir a pobreza atravês de agricultura mecanizada.	Apoiar as actividades Agricolas, colheitas com qualidade e quantidade, estabelecer um centro mecanizado	Máquinas Agricolas completas para apoiar o aumento da produção anual em 10-25%, de modo a aumentar a extensão de terreno arrado e melhoramento de rendimentos Agricolas; adopção de tecnologia adequada e oferta de serviços mecanizados nas áreas rurais. Apoiar anualmente as comunidade com áreas aráveis de aproximadamente 10.000 ha mo uso de máquinas Agricolas
Apoio a comunidade e reabilitar o sistema de irrigação	Melhoramento da Segurança Alimentar e apoiar o desenvolvimento económico através de esforços para aumentar a produção. Nomeadamente o melhoramento da eficiência do sistema de irrigação e estímulos aos agricultores, através de esquemas de reabilitação dos canais de irrigação.	Reabilitação e manutenção do sistema de irrigação; Capacitação dos utentes dos serviços.	Reabilitar áreas Agricolas com um minimo de 3,512 ha e dar formação para 500 agricultores.
	Redução das percas em produção devido a pestes, aumento da produção agrícola assim como a sua qualidade, proteção ao consumidor do impacto dos resíduos das pesticidas, redução da pobreza e segurança alimentar.	Para aumentar o resultado da produção agrícola através de actividades de extensão e formação; aumento do rendimento agricola para pequenos agricultores nas areas rurais.	Fortalecer o programa para aumentar a produção e qualidade dos produtos.

Direção Nacional de Floresta (DNF)			
Produção e utilização dos produtos florestais	Produtos de madeira e não-madeira	Capasidade da comunidade, benefício para a comunidade e reserva produtos madeira sustentável.	Fortalecer a capacidade da comunidade, aumentar a qualidade das madeiras e desenvolver madeiras com valor económico.
Survey e Demarcação	Olhar para as areas protegidas e parque nacional, dados preliminares e detalhados sobre o valor da biodiversidade(??), socio cultural e turismo para servir de base de desenvolvimento das 15 areas protegidas atraves da colaboração com as comunidades e sociedade civil.	Finalizar a recolha de dados nas 15 areas protegidas incluindo o Parque Nacional Nino Konis Santana para determinar a gestão de cada uma das áreas protegidas. Desenvolver uma politica nacional para as areas protegidas e lei sobre a gestão do parque nacional. Aumentar a consciencialização e conhecimento das comunidades e estudantes sobre a importância das áreas protegidas e parque nacional. Finalizar o serviço de demarcação provisório e definitivo nas 15 áreas protegidas.	
Protecção, educação e extensão florestal, e gestão das bacias hidrográficas	Proteger e preservar as florestas em todo o território	Capacidade e extensão as comunidades, recolha de dados sobre bacias hidrográficas.	Melhorar a capacidade dos funcionários e comunidade nas áreas rurais para implementar o programa e actividades florestais.
Reflorestação e Floresta Comunitário	Involvimento das comunidades na reabilitação das florestas e preparar a gestão nacional nas áreas de degradação, garantia beneficios sobre actividades florestais na terra e gestão da bacia hidrográfica e assim melhorar as condições de vida das populações.	Plantar aproximadamente 275 hectares de arvores nas áreas degradadas nos 13 distritos, melhorar a condição ecológica , controlo de erosão do solo e gestão das bacias hidrográficas, melhorar a vida das populações atravês da implementação de actividades de reflorestamento nos 13 distritos.	Involvimento das populações rurais para implementar actividades florestais nos 13 distritos.
Direção Nacional de Agro-Comercio (DNAC)			
Apoiar o desenvolvimento de Agrocomércio	Dezenvolve dinamicamente,	Acesso dos agricultores aos	

e Agro-empresários	gerar e distribuir criação de lucros internos, exportar produtos Agricolas das indústrias rurais.	inputs Agricolas e aos mercados para os seus produtos. Melhorar o conhecimento dos agricultores sobre negócio agrícola e facilitar o desenvolvimento de empresas Agricolas. Promover indústrias que podem substituir a importação de produtos Agricolas e investir no procesamento secundário para exportação.	
Direção Nacional de Formação Tecnico Agrícola (DNFTA)			
Educação e Formação Tecnico Agrícola	Melhorar a qualidade dos tecnicos de educação social nas escolas vocacionais.	Apoiar o programa tecnico de ciencias para a area agricola e preparar a capacidade dos alunos para melhorar o sistema de produção agricola.	Involver os Alumni da Escola Tecnico Agricola para contribuir no processo de desenvolvimento agricola.
Direção Nacional de Pescas e Aquacultura (DNPA)			
Desenvolvimento das pescas e aquacultura	Melhorar e alargar a economia do sector de Pescas atraves da gestao da comunidade e uso de recursos sustentaveis.	Melhorar a produção atraves do desenvolvimento do produto e controlo de qualidade em termos higienicos e padroes de seguranca alimentar dos produtos de pesca para consumo local e exportação. Desenvolvimento da Industria Aquacultura que seja viavel para responder as necessidades da populacao, qualidade na produção de peixe para abastecimento local e exportações. Melhorar e promover na comunidade a gestão sustentável dos seus recursos marinhos. Melhorar o controlo da exploração dos recursos marinhos nos mares de Timor-Leste.	Elevar a produção pesqueira atraves da gestão de recursos sustentavel, aquacultura, desenvolvimento processamento industria pescas para consumo. Expostação e minimizaçÕa da pesca ilegal nas águas territoriais.
Direção Nacional Pesquisa e Serviços Especiais (DNPSE)			

Pesquisa Informação e Extensão	Melhorar a capacidade e segurança alimentar atraves da pesquisa, disponibilizar informação e oferecer assistencia tecnica, desenvolver metodo de controlo biologico e desenvolver tecnologia "du'ut vetiver" para previnir a destruição de solos em Timor-Leste	Desenvolve e melhoras as actividades de pesquisa, organizar pesquisas para novas variedadesd; produzir informação e material extensão para todos os distritos, realizar estudos viabilidade conjuntamente com outras partes interessadas e a comunidade.	Preparar laboratorios adequados e apropriados; completar formação para tecnicos de laboratorio e pesquisa. Estabelecer novos controlos biologicos contra pragas e doenças nos distritos mais vulneraveis; alargar o controlo biologico para "du'ut funan-mutin" (*chromolaena odorata*) em todo o territorio; estabelecimento viveiros "du'ut Vetiver" nas areas mais vulneraveis; material de multi-media para extencao agricola nos 13 distritos.
Direção Nacional de Quarentena (DNQ)			
Desenvolvimento do Sistema para os Serviços de Quarentena	Desenvolver e proteger a agricultura de doencas e pestes importados; elevar a exportação agricola atraves do melhoramento do sistema de serviços de Quarentena	Desenvolver e fortalecer os serviços de Quarentena, organizar o programa de vigilancia, desenhar e implementar um programa que proteja os intereses do publico.	Desenhar e implementar, promover o conhecimento da comunidade nas fronteiras, e disponibilizar dados sobre importasaun/exportasaun de bens, recolha de dados sobre doencas e pestes.
Direção Nacional da Administrasaun no Finanças (DNAF)			
Dar apoio aos serviços administrativos de todas as Direcções do Ministerio	Administrar os recursos do Ministério de modo economico, efeciente e efectivo.	Desenvolver e dar apoio ao programa diario do MAP e melhorar a capacidade de implementacao dos programas agricolas no terreno, oferecer apoio adequado e aconselhamento a todos os funcionarios do MAP; Centralmente coordenar recursos e desenvolver a capacidade dentro do MAP.	Apoio disponibilizado a todos os serviços do Ministério de modo efectivo e adequado
Direção Nacional de Pecuaria (DNP)			
Apoiar as comunidades no melharamento da producao aminal, serviços de veterinario com qualidade, producao de boa carne e ovos.	Aumentar a producao e produtividade dos produtos animais, boa qualidade de produtos aviarios para a comunidade.	Disponibilizar alimentos com proteinas para a comunidade local, nacional e exportacao; desenvolver base de dados para apoiar o	Apoiar todos os sucos e melhorar as capacidades do agricultor em 25% em todo o Timor-Leste de um sistema tradicional para um sistema intensivo.

		desenvolvimento.	
Direção Nacional Politica e Planemaneto (DNPP)			
Politica e Planeamento	Estabelese capacidade para levar a cabo analises e politica de desenvolvimento, para preparar planos e monitorizar o programa do MAP de modo a assegurar uma agricultura sustentavel atraves da recolha de dados e informaçãp adequada e apropriada. Reforçar as linhas de coperação com os outros parceiros para investir e preparar dados, informação meteorologica e pessoal para apoiar o planeamento e gestão de recursos naturais.	Conduzir uma politica de desenvolvimento com o sector relevante, desenvolverum mecanismo eficiente e sustentavel para a recolha de dados, informação e preparação de relatórios; desenvolver segurança alimentar e assegurar a integração do genero no plano anual do MAP; melhorar a cordenação com os parceiros na área da agricultura; desenvolver e melhorar or recursos humanos; apoiar o Ministerio para identificar politicas e outros assuntos quenato ao desenvolvimento da referida area.	
Direcção Nacional de Cafe e Plantas Industriais (DNCPI)			
Desenvolvimento da produção de plantas industriais	Melhorar e aumentar a produção e produtividade do café e outras plantas industriais.	Melhorar a qualidade e quantidade produzida do café e outras plantas industriais;	
Serviços Agricolas no Distrito de Aileu			
Actividades Agricolas no Distrito de Aileu	Contribuir para uma implementação extensa em todos os sectores de modo a maximizar o serviço na base e melhorar a coordenação para tornar mais efectivo o serviço no base.	Assistir cada departamento para melhorar os seus serviços no campo; manter uma boa coordenação entre todos os serviços; acompanhar e avaliar a implementação dos serviços.	No minimo implementar 3 projectos, conduzir o programa de vacinação, criar e estabelecer grupos de agricultores, distribuir informação para os agricultores.
Serviços Agricolas no Distrito de Ainaro			
Actividades Agricolas no Distrito de Ainaro	Contribuir para uma implementação extensa em	Assistir cada departamento para melhorar os seus	No minimo implementar 3 projectos, conduzir o programa de vacinação, criar

	todos os sectores de modo a maximizar o serviço na base e melhorar a coordenação para tornar mais efectivo o serviço no base.	serviços no campo; manter uma boa coordenação entre todos os serviços; acompanhar e avaliar a implementação dos serviços.	e estabelecer grupos de agricultores, distribuir informação para os agricultores.
Serviços Agricolas no Distrito de Baucau			
Actividades Agricolas no Distrito de Baucau	Contribuir para uma implementação extensa em todos os sectores de modo a maximizar o serviço na base e melhorar a coordenação para tornar mais efectivo o serviço no base.	Assistir cada departamento para melhorar os seus serviços no campo; manter uma boa coordenação entre todos os serviços; acompanhar e avaliar a implementação dos serviços.	No minimo implementar 3 projectos, conduzir o programa de vacinação, criar e estabelecer grupos de agricultores, distribuir informação para os agricultores. Aumentar a produção alimentar, distribuição de “fini” e criação de uma base de dados.
Serviços Agricolas no Distrito de Bobonaro			
Actividades Agricolas no Distrito de Bobonaro	Aumentar a qualidade e quantidade da produção, melhorar as capacidades dos funcionarios e agricultores, produzir “fini”, produção animal; vacinação; comida para os animais; esquema de irrigação, utilizar e desenvolver recursos mar/area de pescas.	Melhorar o sistema de produção alimentar com qualidade e quantidade ideal na area agricola.	Aumento no rendimento dos produtos agricolas para o agricultor devido ao melhoramento da qualidade e quantidade de produção
Serviços Agricolas no Distrito de Covalima			
Actividades Agricolas no Distrito de Covalima	Contribuir para uma implementação extensa em todos os sectores de modo a maximizar o serviço na base e melhorar a coordenação para tornar mais efectivo o serviço no base.	Assistir cada departamento para melhorar os seus serviços no campo; manter uma boa coordenação entre todos os serviços; acompanhar e avaliar a implementação dos serviços.	No minimo implementar 3 projectos, conduzir o programa de vacinação, criar e estabelecer grupos de agricultores, distribuir informação para os agricultores.
Serviços Agricolas no Distrito de Ermera			
Actividades Agricolas no Distrito de Ermera	Aumentar a qualidade e quantidade da produção, melhorar as capacidades	Melhorar o sistema de produção alimentar com qualidade e quantidade ideal	Aumento no rendimento dos produtos agricolas para o agricultor devido ao melhoramento da qualidade e

	dos funcionarios e agricultores, produzir “fini”, produção animal; vacinação; comida para os animais; esquema de irrigação, utilizar e desenvolver recursos agricolas	na area agricola.	quantidade de produção
Serviços Agricolas no Distrito de Lautem			
Actividades Agricolas no Distrito de Lautem	Contribuir para uma implementação extensa em todos os sectores de modo a maximizar o serviço na base e melhorar a coordenação para tornar mais efectivo o serviço no base.	Assistir cada departamento para melhorar os seus serviços no campo; manter uma boa coordenação entre todos os serviços; acompanhar e avaliar a implementação dos serviços.	No minimo implementar 3 projectos, conduzir o programa de vacinação, criar e estabelecer grupos de agricultores, distribuir informação para os agricultores. Aumentar a produção alimentar, distribuição de “fini” e criação de uma base de dados.
Serviços Agricolas no Distrito de Liquica			
Actividades Agricolas no Distrito de Liquica	Aumentar a qualidade e quantidade da produção, melhorar as capacidades dos funcionarios e agricultores, produzir “fini”, produção animal; vacinação; comida para os animais; esquema de irrigação, utilizar e desenvolver recursos mar/area de pescas.	Melhorar o sistema de produção alimentar com qualidade e quantidade ideal na area agricola.	Aumento no rendimento dos produtos agricolas para o agricultor devido ao melhoramento da qualidade e quantidade de produção
Serviços Agricolas no Distrito de Manatuto			
Actividades Agricolas no Distrito de Manatuto	Contribuir para uma implementação extensa em todos os sectores de modo a maximizar o serviço na base e melhorar a coordenação para tornar mais efectivo o serviço no base.	Assistir cada departamento para melhorar os seus serviços no campo; manter uma boa coordenação entre todos os serviços; acompanhar e avaliar a implementação dos serviços.	No minimo implementar 3 projectos, conduzir o programa de vacinação, criar e estabelecer grupos de agricultores, distribuir informação para os agricultores. Aumentar a produção alimentar, distribuição de “fini” e criação de uma base de dados.
Serviços Agricolas no Distrito de Manufahi			
Actividades Agricolas no Distrito de Manufahi	Contribuir para uma implementação extensa em	Assistir cada departamento para melhorar os seus	No minimo implementar 3 projectos, conduzir o programa de vacinação, criar

	todos os sectores de modo a maximizar o serviço na base e melhorar a coordenação para tornar mais efectivo o serviço no base.	serviços no campo; manter uma boa coordenação entre todos os serviços; acompanhar e avaliar a implementação dos serviços.	e estabelecer grupos de agricultores, distribuir informação para os agricultores.
Serviços Agricolas no Distrito de **Oecusse**			
Actividades Agricolas no Distrito de Oecusse	Aumentar a qualidade e quantidade da produção, melhorar as capacidades dos funcionarios e agricultores, produzir "fini", produção animal; vacinação; comida para os animais; esquema de irrigação, utilizar e desenvolver recursos agricolas	Melhorar o sistema de produção alimentar com qualidade e quantidade ideal na area agricola.	No minimo implementar 3 projectos, aumentar a produção em quantidade e qualidade, conduzir programas de vacinação, programa de viveiros, distribuir informação para os agricultores e programa criação de gado.
Serviços Agricolas no Distrito de **Viqueque**			
Actividades Agricolas no Distrito de Viqueque	Contribuir para uma implementação extensa em todos os sectores de modo a maximizar o serviço na base e melhorar a coordenação para tornar mais efectivo o serviço no base.	Assistir cada departamento para melhorar os seus serviços no campo; manter uma boa coordenação entre todos os serviços; acompanhar e avaliar a implementação dos serviços.	No minimo implementar 3 projectos, conduzir o programa de vacinação, criar e estabelecer grupos de agricultores, distribuir informação para os agricultores. Aumentar a produção alimentar, distribuição de "fini" e criação de uma base de dados.
Direção Nacional Agricultura ho Horticultura (DNAH)	Existe Segurança Alimentar,Crescimento Económico e redução da pobreza.	Formação de Agricultores, Aumento rendimentu da produção, Assistência Técnica	Capacidade de produção aumentada de 1,5 ton para 2,5 ton
	Contribuição para a preparação de terrenos para aumentar as áreas de cultivo de modo a aumentar a produção, qualidade e quantidade de forma contínua para reduzir a	Apoiar as actividades Agricolas, colheitas com qualidade e quantidade, estabelecer um centro mecanizado	Máquinas Agricolas completas para apoiar o aumento da produção anual em 10-25%, de modo a aumentar a extensão de terreno arrado e melhoramento de rendimentos Agricolas; adopção de tecnologia adequada e oferta de serviços

	pobreza através de agricultura mecanizada.		mecanizados nas áreas rurais. Apoiar anualmente as comunidade com áreas aráveis de aproximadamente 10.000 ha mo uso de máquinas Agricolas
Apoio a comunidade e reabilitar o sistema de irrigação	Melhoramento da Segurança Alimentar e apoiar o desenvolvimento económico através de esforços para aumentar a produção. Nomeadamente o melhoramento da eficiência do sistema de irrigação e estímulos aos agricultores, através de esquemas de reabilitação dos canais de irrigação.	Reabilitação e manutenção do sistema de irrigação; Capacitação dos utentes dos serviços.	Reabilitar áreas Agricolas com um minimo de 3,512 ha e dar formação para 500 agricultores.
	Redução das percas em produção devido a pestes, aumento da produção agrícola assim como a sua qualidade, proteção ao consumidor do impacto dos resíduos das pesticidas, redução da pobreza e segurança alimentar.	Para aumentar o resultado da produção agrícola através de actividades de extensão e formação; aumento do rendimento agricola para pequenos agricultores nas areas rurais.	Fortalecer o programa para aumentar a produção e qualidade dos produtos.
Direção Nacional de Floresta (DNF)			
Produção e utilização dos produtos florestais	Produtos de madeira e não-madeira	Capasidade da comunidade, benefício para a comunidade e reserva produtos madeira sustentável.	Fortalecer a capacidade da comunidade, aumentar a qualidade das madeiras e desenvolver madeiras com valor económico.
Survey e Demarcação	Olhar para as areas protegidas e parque nacional, dados preliminares e detalhados sobre o valor da biodiversidade(??), socio cultural e turismo para servir	Finalizar a recolha de dados nas 15 areas protegidas incluindo o Parque Nacional Nino Konis Santana para determinar a gestão de cada uma das áreas protegidas. Desenvolver uma	

	de base de desenvolvimento das 15 areas protegidas atraves da colaboração com as comunidades e sociedade civil.	politica nacional para as areas protegidas e lei sobre a gestão do parque nacional. Aumentar a consciencialização e conhecimento das comunidades e estudantes sobre a importância das áreas protegidas e parque nacional. Finalizar o serviço de demarcação provisório e definitivo nas 15 áreas protegidas.	
Protecção, educação e extensão florestal, e gestão das bacias hidrográficas	Proteger e preservar as florestas em todo o território	Capacidade e extensão as comunidades, recolha de dados sobre bacias hidrográficas.	Melhorar a capacidade dos funcionários e comunidade nas áreas rurais para implementar o programa e actividades florestais.
Reflorestação e Floresta Comunitário	Involvimento das comunidades na reabilitação das florestas e preparar a gestão nacional nas áreas de degradação, garantia beneficios sobre actividades florestais na terra e gestão da bacia hidrográfica e assim melhorar as condições de vida das populações.	Plantar aproximadamente 275 hectares de arvores nas áreas degradadas nos 13 distritos, melhorar a condição ecológica , controlo de erosão do solo e gestão das bacias hidrográficas, melhorar a vida das populações atravês da implementação de actividades de reflorestamento nos 13 distritos.	Involvimento das populações rurais para implementar actividades florestais nos 13 distritos.
Direção Nacional de Agro-Comercio (DNAC)			
Apoiar o desenvolvimento de Agrocomércio e Agro-empresários	Dezenvolve dinamicamente, gerar e distribuir criação de lucros internos, exportar produtos Agricolas das indústrias rurais.	Acesso dos agricultores aos inputs Agricolas e aos mercados para os seus produtos. Melhorar o conhecimento dos agricultores sobre negócio agrícola e facilitar o desenvolvimento de empresas Agricolas. Promover indústrias que podem substituir a importação de produtos Agricolas e investir no procesamento secundário para exportação.	
Direção Nacional de Formação Tecnico Agríckola			

(DNFTA)			
Educação e Formação Tecnico Agrícola	Melhorar a qualidade dos tecnicos de educação social nas escolas vocacionais.	Apoiar o programa tecnico de ciencias para a area agricola e preparar a capacidade dos alunos para melhorar o sistema de produção agricola.	Involver os Alumni da Escola Tecnico Agricola para contribuir no processo de desenvolvimento agricola.
Direção Nacional de Pescas e Aquacultura (DNPA)			
Desenvolvimento das pescas e aquacultura	Melhorar e alargar a economia do sector de Pescas atraves da gestao da comunidade e uso de recursos sustentaveis.	Melhorar a produção atraves do desenvolvimento do produto e controlo de qualidade em termos higienicos e padroes de seguranca alimentar dos produtos de pesca para consumo local e exportação. Desenvolvimento da Industria Aquacultura que seja viavel para responder as necessidades da populacao, qualidade na produção de peixe para abastecimento local e exportações. Melhorar e promover na comunidade a gestão sustentável dos seus recursos marinhos. Melhorar o controlo da exploração dos recursos marinhos nos mares de Timor-Leste.	Elevar a produção pesqueira atraves da gestão de recursos sustentavel, aquacultura, desenvolvimento processamento industria pescas para consumo. Expostação e minimizaçÕa da pesca ilegal nas águas territoriais.
Direção Nacional Pesquisa e Serviços Especiais (DNPSE)			
Pesquisa Informação e Extensão	Melhorar a capacidade e segurança alimentar atraves da pesquisa, disponibilizar informação e oferecer assistencia tecnica, desenvolver metodo de controlo biologico e desenvolver tecnologia “du’ut vetiver” para previnir a	Desenvolve e melhoras as actividades de pesquisa, organizar pesquisas para novas variedadesd; produzir informação e material extensão para todos os distritos, realizar estudos viabilidade conjuntamente com outras partes	Preparar laboratorios adequados e apropriados; completar formação para tecnicos de laboratorio e pesquisa. Estabelecer novos controlos biologicos contra pragas e doenças nos distritos mais vulneraveis; alargar o controlo biologico para “du’ut funan-

	destruição de solos em Timor-Leste	interessadas e a comunidade.	mutin" (*chromolaena odorata*) em todo o territorio; estabelecimento viveiros "du'ut Vetiver" nas areas mais vulneraveis; material de multi-media para extencao agricola nos 13 distritos.
Direção Nacional de Quarentena (DNQ)			
Desenvolvimento do Sistema para os Serviços de Quarentena	Desenvolver e proteger a agricultura de doencas e pestes importados; elevar a exportação agricola atraves do melhoramento do sistema de serviços de Quarentena	Desenvolver e fortalecer os serviços de Quarentena, organizar o programa de vigilancia, desenhar e implementar um programa que proteja os intereses do publico.	Desenhar e implementar, promover o conhecimento da comunidade nas fronteiras, e disponibilizar dados sobre importasaun/exportasaun de bens, recolha de dados sobre doencas e pestes.
Direção Nacional da Administrasaun no Finanças (DNAF)			
Dar apoio aos serviços administrativos de todas as Direcções do Ministerio	Administrar os recursos do Ministério de modo economico, efeciente e efectivo.	Desenvolver e dar apoio ao programa diario do MAP e melhorar a capacidade de implementacao dos programas agricolas no terreno, oferecer apoio adequado e aconselhamento a todos os funcionarios do MAP; Centralmente coordenar recursos e desenvolver a capacidade dentro do MAP.	Apoio disponibilizado a todos os serviços do Ministério de modo efectivo e adequado
Direção Nacional de Pecuaria (DNP)			
Apoiar as comunidades no melharamento da producao aminal, serviços de veterinario com qualidade, producao de boa carne e ovos.	Aumentar a producao e produtividade dos produtos animais, boa qualidade de produtos aviarios para a comunidade.	Disponibilizar alimentos com proteinas para a comunidade local, nacional e exportacao; desenvolver base de dados para apoiar o desenvolvimento.	Apoiar todos os sucos e melhorar as capacidades do agricultor em 25% em todo o Timor-Leste de um sistema tradicional para um sistema intensivo.
Direção Nacional Politica e Planemaneto (DNPP)			
Politica e Planeamento	Estabelese capacidade para	Conduzir uma politica de	

	levar a cabo analises e politica de desenvolvimento, para preparar planos e monitorizar o programa do MAP de modo a assegurar uma agricultura sustentavel atraves da recolha de dados e informaçãp adequada e apropriada. Reforçar as linhas de coperação com os outros parceiros para investir e preparar dados, informação meteorologica e pessoal para apoiar o planeamento e gestão de recursos naturais.	desenvolvimento com o sector relevante, desenvolverum mecanismo eficiente e sustentavel para a recolha de dados, informação e preparação de relatórios; desenvolver segurança alimentar e assegurar a integração do genero no plano anual do MAP; melhorar a cordenação com os parceiros na área da agricultura; desenvolver e melhorar or recursos humanos; apoiar o Ministerio para identificar politicas e outros assuntos quenato ao desenvolvimento da referida area.	
Direcção Nacional de Cafe e Plantas Industriais (DNCPI)			
Desenvolvimento da produção de plantas industriais	Melhorar e aumentar a produção e produtividade do café e outras plantas industriais.	Melhorar a qualidade e quantidade produzida do café e outras plantas industriais;	
Serviços Agricolas no Distrito de Aileu			
Actividades Agricolas no Distrito de Aileu	Contribuir para uma implementação extensa em todos os sectores de modo a maximizar o serviço na base e melhorar a coordenação para tornar mais efectivo o serviço no base.	Assistir cada departamento para melhorar os seus serviços no campo; manter uma boa coordenação entre todos os serviços; acompanhar e avaliar a implementação dos serviços.	No minimo implementar 3 projectos, conduzir o programa de vacinação, criar e estabelecer grupos de agricultores, distribuir informação para os agricultores.
Serviços Agricolas no Distrito de Ainaro			
Actividades Agricolas no Distrito de Ainaro	Contribuir para uma implementação extensa em todos os sectores de modo a maximizar o serviço na base	Assistir cada departamento para melhorar os seus serviços no campo; manter uma boa coordenação entre	No minimo implementar 3 projectos, conduzir o programa de vacinação, criar e estabelecer grupos de agricultores, distribuir

	e melhorar a coordenação para tornar mais efectivo o serviço no base.	todos os serviços; acompanhar e avaliar a implementação dos serviços.	informação para os agricultores.
Serviços Agricolas no Distrito de Baucau			
Actividades Agricolas no Distrito de Baucau	Contribuir para uma implementação extensa em todos os sectores de modo a maximizar o serviço na base e melhorar a coordenação para tornar mais efectivo o serviço no base.	Assistir cada departamento para melhorar os seus serviços no campo; manter uma boa coordenação entre todos os serviços; acompanhar e avaliar a implementação dos serviços.	No minimo implementar 3 projectos, conduzir o programa de vacinação, criar e estabelecer grupos de agricultores, distribuir informação para os agricultores. Aumentar a produção alimentar, distribuição de “fini” e criação de uma base de dados.
Serviços Agricolas no Distrito de Bobonaro			
Actividades Agricolas no Distrito de Bobonaro	Aumentar a qualidade e quantidade da produção, melhorar as capacidades dos funcionarios e agricultores, produzir “fini”, produção animal; vacinação; comida para os animais; esquema de irrigação, utilizar e desenvolver recursos mar/area de pescas.	Melhorar o sistema de produção alimentar com qualidade e quantidade ideal na area agricola.	Aumento no rendimento dos produtos agricolas para o agricultor devido ao melhoramento da qualidade e quantidade de produção
Serviços Agricolas no Distrito de Covalima			
Actividades Agricolas no Distrito de Covalima	Contribuir para uma implementação extensa em todos os sectores de modo a maximizar o serviço na base e melhorar a coordenação para tornar mais efectivo o serviço no base.	Assistir cada departamento para melhorar os seus serviços no campo; manter uma boa coordenação entre todos os serviços; acompanhar e avaliar a implementação dos serviços.	No minimo implementar 3 projectos, conduzir o programa de vacinação, criar e estabelecer grupos de agricultores, distribuir informação para os agricultores.
Serviços Agricolas no Distrito de Ermera			
Actividades Agricolas no Distrito de Ermera	Aumentar a qualidade e quantidade da produção, melhorar as capacidades dos funcionarios e agricultores, produzir “fini”,	Melhorar o sistema de produção alimentar com qualidade e quantidade ideal na area agricola.	Aumento no rendimento dos produtos agricolas para o agricultor devido ao melhoramento da qualidade e quantidade de produção

	produção animal; vacinação; comida para os animais; esquema de irrigação, utilizar e desenvolver recursos agricolas		
Serviços Agricolas no Distrito de Lautem			
Actividades Agricolas no Distrito de Lautem	Contribuir para uma implementação extensa em todos os sectores de modo a maximizar o serviço na base e melhorar a coordenação para tornar mais efectivo o serviço no base.	Assistir cada departamento para melhorar os seus serviços no campo; manter uma boa coordenação entre todos os serviços; acompanhar e avaliar a implementação dos serviços.	No minimo implementar 3 projectos, conduzir o programa de vacinação, criar e estabelecer grupos de agricultores, distribuir informação para os agricultores. Aumentar a produção alimentar, distribuição de “fini” e criação de uma base de dados.
Serviços Agricolas no Distrito de Liquica			
Actividades Agricolas no Distrito de Liquica	Aumentar a qualidade e quantidade da produção, melhorar as capacidades dos funcionarios e agricultores, produzir “fini”, produção animal; vacinação; comida para os animais; esquema de irrigação, utilizar e desenvolver recursos mar/area de pescas.	Melhorar o sistema de produção alimentar com qualidade e quantidade ideal na area agricola.	Aumento no rendimento dos produtos agricolas para o agricultor devido ao melhoramento da qualidade e quantidade de produção
Serviços Agricolas no Distrito de Manatuto			
Actividades Agricolas no Distrito de Manatuto	Contribuir para uma implementação extensa em todos os sectores de modo a maximizar o serviço na base e melhorar a coordenação para tornar mais efectivo o serviço no base.	Assistir cada departamento para melhorar os seus serviços no campo; manter uma boa coordenação entre todos os serviços; acompanhar e avaliar a implementação dos serviços.	No minimo implementar 3 projectos, conduzir o programa de vacinação, criar e estabelecer grupos de agricultores, distribuir informação para os agricultores. Aumentar a produção alimentar, distribuição de “fini” e criação de uma base de dados.
Serviços Agricolas no Distrito de Manufahi			
Actividades Agricolas no Distrito de Manufahi	Contribuir para uma implementação extensa em todos os sectores de modo a maximizar o serviço na base	Assistir cada departamento para melhorar os seus serviços no campo; manter uma boa coordenação entre	No minimo implementar 3 projectos, conduzir o programa de vacinação, criar e estabelecer grupos de agricultores, distribuir

	e melhorar a coordenação para tornar mais efectivo o serviço no base.	todos os serviços; acompanhar e avaliar a implementação dos serviços.	informação para os agricultores.
Serviços Agricolas no Distrito de **Oecusse**			
Actividades Agricolas no Distrito de Oecusse	Aumentar a qualidade e quantidade da produção, melhorar as capacidades dos funcionarios e agricultores, produzir “fini”, produção animal; vacinação; comida para os animais; esquema de irrigação, utilizar e desenvolver recursos agricolas	Melhorar o sistema de produção alimentar com qualidade e quantidade ideal na area agricola.	No minimo implementar 3 projectos, aumentar a produção em quantidade e qualidade, conduzir programas de vacinação, programa de viveiros, distribuir informação para os agricultores e programa criação de gado.
Serviços Agricolas no Distrito de **Viqueque**			
Actividades Agricolas no Distrito de Viqueque	Contribuir para uma implementação extensa em todos os sectores de modo a maximizar o serviço na base e melhorar a coordenação para tornar mais efectivo o serviço no base.	Assistir cada departamento para melhorar os seus serviços no campo; manter uma boa coordenação entre todos os serviços; acompanhar e avaliar a implementação dos serviços.	No minimo implementar 3 projectos, conduzir o programa de vacinação, criar e estabelecer grupos de agricultores, distribuir informação para os agricultores. Aumentar a produção alimentar, distribuição de “fini” e criação de uma base de dados.

Rádio e Televisão de Timor-Leste

Competências

Visão: Fortalecer a unidade e a integridade, promover o desenvolvimento da democracia, de forma a garantir a Integridade Nacional.

Missão:

- Fornecer de forma responsável informação factual, imparcial e credível

- Transmitir valores socio-culturais através de programas de educação e entretenimento de qualidade;

Quadros 8.163 a 8.167 fornecem, detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis no Radiodifusão de Timor-Leste.

Prioridade a curto e médio prazo no Orçamento de 2008

- A Radiotelevisão de Timor-Leste desenvolveu o seu plano de acção anual de acordo o programa do IV Governo Constitucional para a área da comunicação social.
- Uma comunicação social livre e independente pode ser um veículo extraordinário de construção de uma Nação democrática, através do seu espírito crítico e dando a conhecer às pessoas os direitos fundamentais de livre expressão do pensamento e direito à informação.
- A preocupação do IV Governo Constitucional é a afirmação dos meios de comunicação como instrumentos de educação cívica e cidadania, de forma a contribuir para a consciencialização do processo de desenvolvimento nacional.
- O princípio mais importante é garantir que os meios de comunicação social e os seus profissionais operem em liberdade, isenção e independência, baseados na qualidade, profissionalismo, responsabilidade e rigor.
- O Governo vai criar um estatuto de empresa para a rádio e televisão de TL já que o actual regulamento da UNTAET (Regulamento 2000).
- O Governo promoverá a avaliação dos actuais órgãos directivos e respectivos serviços de radiotelevisão, no sentido de fornecer um serviço moderno e de elevada qualidade, e encorajará o desenvolvimento de conteúdos de radiotelevisão de forma a promover o povo de Timor Leste através de programas de saúde, educação e cultura, entre outros.
- O IV Governo Constitucional vai elaborar uma lei sobre transmissão televisiva baseada nas exigências do mundo moderno e na sociedade de informação, de acordo com a Constituição, e incentivar a criação de novas agências noticiosas em TL.
- Fornecer informação, educação e formação ao público;

- Funcionamento diário, produção de programas e apresentação e tradução de outros programas;
    - Desenvolver mecanismos de administração para promover a descentralização;
    - Produzir novos programas, notícias e planear transmissões regulares;
    - Aumentar a área de transmissão;
    - Criar capacidade interna;
    - Abrir serviços regionais em Baucau, Maliana, Maubisse e Oecusse;
    - Criar um sítio na internet para a TVTL.

Sumário dos Recursos Humanos e Financeiros do Radiodifusão de Timor-Leste

Quadro 8.163

Transitório 2007 a 2011 Radiodifusão de Timor-Leste Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	227	404	387	397	407	1,595
Bens e Serviços	527	1,000	1,025	1,051	1,077	4,153
Capital Menor	-	500	-	-	-	500
Transferencia	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	754	1,904	1,412	1,448	1,484	6,248
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*-25.8%*	*2.5%*	*2.5%*	*-1.6%*
Total Capital e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*
Total Orçamento Geral do Estado	**754**	**1,904**	**1,412**	**1,448**	**1,484**	**6,248**
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*-25.8%*	*2.5%*	*2.5%*	*-1.6%*

Salários

A dotação de 404 mil dólares é para pagar salários e vencimentos a 150 funcionários temporários a trabalhar na RDTL em 2008.

Bens e serviços

A dotação total de 1 milhão de dólares será usada para ajudar a RDTL nas suas funções e boa gestão de acordo com as suas necessidades.

Capital menor

A dotação de 500 mil dólares destina-se a apoiar os serviços operacionais.

Quadro 8.164

Transitório 2007 a 2011 Radiodifusão de Timor-Leste Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	-	-	-	-	-	-
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confimardos Outros Fontes	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*na*	*na*	*na*	*na*

Quadro 8.165

Transitório 2007 a 2011 Radiodifusão de Timor-Leste Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	754	1,878	1,412	1,448	1,484	6,222
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*-24.8%*	*2.5%*	*2.5%*	*-1.6%*
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*
Total Fontes Combinadas	**754**	**1,878**	**1,412**	**1,448**	**1,484**	**6,222**
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*-24.8%*	*2.5%*	*2.5%*	*-1.6%*

Quadro 8.166

2008 Perfil de Funcionários Radiodifusão de Timor-Leste

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	0	0	0	0	0	0	0	0
Temporário	2	12	13	75	20	28	1	151
Total	2	12	13	75	20	28	1	151

Fundos Transitados dos Orçamentos de Anos Anteriores

Quadro 8.166 e Quadro 8.167

Transitório 2007 a 2011 Radiodifusão de Timor-Leste Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000)

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição		Total $'000
Public Broadcaster of Timor Leste	2006/07	Formação e Sessões de Trabalho		2
	2006/07	Manutenção de Equipamentos e Edifícios		45
	2006/07	Outras Despesas		1
	2006/07	Aquisição de Veículos		447
	2006/07	Equipamento de Comunicação		21
			Total	516

Radiodifusão de Timor-Leste – Plano Anual de Acção

A. Programa	B. Metas	C. Objectivos	D. Resultado Esperado / Indicador de Desempenho
TVTL: Informar, educar e entreter o público Operações diárias: Tradução de programas noticiosos e outros Cobertura de transmissão	Desenvolver estação de TV sustentável e de qualidade que fortaleça a unidade e a integridade, promova a democracia e fomente o desenvolvimento, de modo a assegurar a integridade nacional 390 minutos em português e em tétum por semana Equipamento que precisa ser instalado	Produzir informações factuais, equilibradas, actuais, credíveis e responsáveis que contribuam para o desenvolvimento da democracia em TL, bem como prestar informações que contribuam para o desenvolvimento nacional, originadas em Ministérios, Instituições do Governo, ONGs, Instituições da ONU e outros parceiros de desenvolvimento. TVTL capaz de transmitir programas informativos, educativos, de desporto e de entretenimento Concluir a construção de infra-estruturas nos distritos restantes	35% da população de Timor-Leste considera a TVTL como uma fonte importante de informações e 15% da população diz que teve a sua vida alterada devido aos programas, campanhas e informação obtidos através da TVTL. O público pode ter acesso à TVTL para seguir eventos importantes no país, participar no processo de desenvolvimento da democracia e contribuir com reacções / comentários. O público pode obter novas informações que terão impacto sobre as suas vidas ou que lhes permitirão melhorar a qualidade das mesmas. Aumentar a cobertura de 20% para 50%
Administração Geral de Rádio e Televisão em TL : Tornar-se uma ponte para preparar recursos de modo a transmitir	Fortalecer a unidade e a integridade, promover a democracia e fomentar / apoiar o desenvolvimento, de modo a assegurar a integridade nacional	TV e Rádio a fornecerem informações factuais, equilibradas, actuais, credíveis e responsáveis que contribuam para o	• 75% do apoio financeiro, logístico e de recursos humanos às actividades gerais da rádio e TV provêm da administração

programas de rádio e TV ao público		desenvolvimento da democracia em Timor-Leste.	da TVTL • *75% de* actividades operacionais da RTTL é apoiado pela logística, finanças e admnistração geral
Rádio Timor-Leste: Servir e desenvolver o público através de informação	Promoção da identidade nacional e contribuição para a implementação do plano de desenvolvimento nacional por via de: 1) Notícias abrangendo todos os aspectos da vida timorense. 2. Produção de programas educativos e de entretenimento	(1) Fornecer informações factuais, equilibradas, actuais, credíveis e responsáveis que contribuam para o desenvolvimento da democracia em Timor-Leste (2) Apoiar a disseminação de informações provenientes de Ministérios, instituições do Governo, ONGs, instituições da ONU e outros parceiros de desenvolvimento.	• Pelo menos 85% da população acede a informação através da RTL • Mais de 50% de consciencialização a respeito do progresso do desenvolvimento nacional • Pelo menos 25% da população total indicam que as suas vidas mudaram em virtude de ouvirem a RTL

Tribunais

Competências

Nos termos do artigo 118º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste:

1. Os tribunais são órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo.

2. No exercício das suas funções, os tribunais têm direito à coadjuvação das outras autoridades.

3. As decisões dos tribunais são de cumprimento obrigatório e prevalecem sobre todas as decisões de quaisquer autoridades.

O artigo 123º da Constituição da RDTL prevê as seguintes categorias de tribunais:

a) Supremo Tribunal de Justiça e outros tribunais judiciais;

b) Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas e Tribunais administrativos de primeira instância;

c) Tribunais Militares.

Na realidade apenas existem em Timor-Leste o Tribunal de Recurso e os Tribunais Distritais que assumem todas as competências dos tribunais que ainda não foram criados. Existe também o Conselho Superior de Magistratura Judicial que é o órgão de gestão e disciplina dos magistrados judiciais ao qual compete a nomeação, transferência e promoção dos juízes.

Quadros 8.168 a 8.169 fornecem, detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis no Tribunais.

Prioridades de Curto e Médio prazo no Orçamento de 2008

Tendo em vista a boa administração da justiça, os planos de acção do Tribunal de Recurso e dos Tribunais distritais incluem, entre outras, as seguintes actividades prioritárias:

- Distribuição e realização das audiências e decisões dos processos pendentes e dos entrados em 2007-2008;

- Redução do número de processos pendentes relativos a arguidos em prisão preventiva;

- Formação de juízes e oficiais de justiça.

Sumário dos Recursos Humanos e Financeiros do Tribunais

Quadro 8.168

Transitório 2007 a 2011 Tribunais Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	118	262	262	262	262	1,048
Bens e Serviços	477	1,423	1,423	1,423	1,423	5,692
Capital Menor	50	336	-	-	-	336
Transferencia	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	645	2,021	1,685	1,685	1,685	7,076
Crescimento ao Ano Anterior		*56.7%*	*-16.6%*	*0.0%*	*0.0%*	*30.6%*
Total Capital e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*na*	*na*	*na*	*na*
Total Orçamento Geral do Estado	**645**	**2,021**	**1,685**	**1,685**	**1,685**	**7,076**
Crescimento ao Ano Anterior		*56.7%*	*-16.6%*	*0.0%*	*0.0%*	*30.6%*

Capital Menor

Neste agrupamento de despesa inclui-se a aquisição de equipamentos de informática, de escritório, mobiliário, veículos e outros equipamentos necessários para apoiar o funcionamento dos tribunais. Prevê-se também a aquisição de um gerador para o tribunal distrital de Díli para fazer face aos cortes do serviço de electricidade.

Quadro 8.169

Transitório 2007 a 2011 Tribunais Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	645	2,021	1,685	1,685	1,685	7,076
Crescimento ao Ano Anterior		*56.7%*	*-16.6%*	*0.0%*	*0.0%*	*30.6%*
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*na*	*na*	*na*	*na*
Total Fontes Combinadas	**645**	**2,021**	**1,685**	**1,685**	**1,685**	**7,076**
Crescimento ao Ano Anterior		*56.7%*	*-16.6%*	*0.0%*	*0.0%*	*30.6%*

Quadro 8.170

2008 Perfil de Funcionários Tribunais

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	12	29	16	8	1	0	0	66
Temporário	0	0	1	0	0	0	30	31
Total	12	29	17	8	1	0	30	97

As ajudas externas, bilaterais e multilaterais, ao Sector da Justiça, são globais e incluem o Ministério da Justiça, os tribunais e a Procuradoria (ver financiamento externo Ministério da Justiça).

Fundos Transitados dos Orçamentos de Anos Anteriores

Quadro 8.171

Tribunais Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000)

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição	Total $'000
Tribunais	2006/07	Manutenção de Equipamentos e Edifícios	112

A ajuda externa, bilateral e multilateral, para o sector da Justiça destina-se a apoiar a lei e a justiça. O Ministério da Justiça, os tribunais e o Procurador-Geral da República partilham o total de 24,490 milhões de dólares, valor que não foi possível detalhar até á publicação do presente documento.

Ver financiamento externo do Ministério da Justiça.

Tribunais – Plano Anual de Acção

A. Programa	B. Metas	C. Objectivos	D. Resultado Esperado / Indicador de Desempenho
Conselho Superior da Magistratura Judicial	Boa gestão e disciplina dos juízes	Conseguir que os Tribunais funcionem de forma eficiente, para assegurar a efectivação do Estado de direito e o respeito pelos direitos humanos, e contribuir para o clima de estabilidade e confiança necessário para permitir o investimento de que Timor-Leste precisa para se desenvolver e dar melhores condições de vida aos seus cidadãos	• Conselho Superior da Magistratura Judicial a exercer mais eficazmente as suas funções de administração e disciplina sobre os juízes, melhorando o funcionamento do sistema judicial e aumentando a confiança nos juízes • Aumento da capacidade de resposta do sistema judicial com vantagem para a garantia do respeito pelos direitos humanos e aumento de confiança no Tribunais
Tribunal de recurso:	Boa administração da justiça	Conseguir que os Tribunais funcionem de forma eficiente para assegurar a efectivação do Estado de direito e o respeito pelos direitos humanos e contribuir para o clima de estabilidade e confiança necessário para permitir o investimento de que Timor-Leste precisa para se desenvolver e der melhores condições de vida aos seus cidadãos	• Capacidade do Tribunal de Recurso para exercer as funções de mais alta instância do País e garantia da eficácia no correcção de erros cometidos nas decisões da primeira instância • Decisão atempada a justa dos conflitos trazidos ao Tribunal de Recurso através dos processos • Redução ao mínimo do número de arguidos que aguardam julgamento em prisão bem como o tempo de espera pelo julgamento e decisão final. • Formação dos recursos humanos nacionais (juízes e oficiais de justiça)
Tribunais Distritais	Boa administração da justiça	Conseguir que os Tribunais funcionem de forma eficiente para assegurar a efectivação do Estado	• Eficaz contribuição dos Tribunais Distritais para o clima de estabilidade que permita o

		de direito e o respeito pelos direitos humanos e contribuir para o clima de estabilidade e confiança necessário para permitir o investimento de que Timor-Leste precisa para se desenvolver e der melhores condições de vida aos seus cidadãos	investimento necessário ao desenvolvimento do País • Decisão atempada a justa dos conflitos trazidos ao Tribunal de Recurso através dos processos • Redução ao mínimo do número de arguidos que aguardam julgamento em prisão bem como o tempo de espera pelo julgamento e decisão final. • Formação dos recursos humanos nacionais (juízes e oficiais de justiça)

Provedor dos Direitos Humanos

Competências

A Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça é uma entidade independente regulada pela Lei nº. 7/2004, que tem como principal função garantir a liberdade e a justiça como valores fundamentais e investigar as violações de direitos humanos, o abuso de poder, a má administração, as ilegalidades e as injustiças como o nepotismo, a corrupção, o conluio e o tráfico de influências.

Assim, na área da fiscalização competente à Provedoria:

a) Controlar o funcionamento das autoridades públicas em particular no seu relacionamento com as entidades privadas e investigar as violações de direitos humanos, a má administração e a corrupção;

b) Apresentar propostas, sugestões ou relatórios ao Governo, ao Parlamento Nacional e a outras entidades, sobre assuntos relacionados com a promoção dos direitos humanos e da boa governação;

c) Monitorar a aplicação e sugerir alterações das políticas, leis e medidas administrativas, face à sua consistência com o direito internacional e os tratados de direitos humanos ratificados.

No âmbito do combate à corrupção, o papel da Provedoria é:

a) Investigar as práticas de corrupção dos funcionários do Estado e tomar medidas de combate à corrupção com base nos relatórios de investigação da Procuradoria-Geral da República;

b) Desenvolver actividades tendo em vista o reforço das responsabilidades e obrigações da Administração Pública nos sectores das infra-estruturas, aprovisionamento e obras públicas, promover a participação da comunidade na fiscalização e desenvolver redes de informação, estratégias sectoriais e outros instrumentos apropriados;

c) Conduzir campanhas de educação, através da divulgação de informação, dos princípios do combate à corrupção e do direito à justiça, em particular através do desenvolvimento e implementação de uma estratégia, plano de acção anual, *workshops* e acções de formação.

No campo da luta contra o tráfico de influências compete à Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça:

a) Investigar a legalidade dos processos administrativos e as relações entre a administração pública e as entidades privadas;

b) Monitorar a legalidade da actuação da Administração em particular no que respeita à adjudicação de contratos de aquisição de bens e serviços, às transacções relacionadas com a exportação e importação de bens, à aceitação e rejeição de créditos e à remissão de débitos;

c) Apresentar relatórios ao Parlamento Nacional e ao Governo no que respeita à adopção de leis ou medidas administrativas que melhorem a qualidade dos serviços públicos, fomentem o respeito pela legalidade e reduzam os factores que levam a práticas antiéticas.

Quadros 8.172 a 8.176 fornecem, detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis no Provedor dos Direitos Humanos.

Prioridades de Curto e Médio Prazo no Orçamento de Estado de 2008

O programa de Promoção dos Direitos Humanos e Justiça, Boa Governação e Combate à Corrupção na Administração Pública de Timor-Leste abrange 15 componentes, das quais se destacam:

- Preparação de um plano estratégico para promover os direitos humanos, a boa governação e o combate à corrupção;

- Preparação e implementação do plano de educação/sensibilização sobre a função do Provedor;

- Revisão legal, análise e interpretação tendo em vista assegurar que não há violação dos instrumentos internacionais ratificados por Timor-Leste;

- Participação nas conferências regionais, seminários e visitas de estudo visando o desenvolvimento da capacidade dos funcionários e a disseminação de informação;

- Condução dos serviços de investigação;

- Controlo de actividades relacionadas com os direitos humanos nos 13 distritos e nas 3 Prisões distritais;

- Comemoração do Dia Internacional de Direitos Humanos.

Sumário dos Recursos Humanos e Financeiros do Provedor dos Direitos Humanos

Quadro 8.172

Transitório 2007 a 2011 Provedor dos Direitos Humanos Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	48	128	139	161	171	599
Bens e Serviços	132	258	296	308	321	1,183
Capital Menor	-	97	-	-	-	97
Transferencia	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	180	483	435	469	492	1,879
Crescimento ao Ano Anterior		*34.2%*	*-9.9%*	*7.8%*	*4.9%*	*36.7%*
Total Capital e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*na*	*na*	*na*	*na*
Total Orçamento Geral do Estado	**180**	**483**	**435**	**469**	**492**	**1,879**
Crescimento ao Ano Anterior		*34.2%*	*-9.9%*	*7.8%*	*4.9%*	*36.7%*

Salários e Vencimentos

A dotação de salários e vencimentos inclui os vencimentos e subsídio dos funcionários actuais da Provedoria, do Provedor e dos dois Provedores adjuntos.

Bens e Serviços

A rubrica de bens e serviços abrange os encargos necessários para o normal funcionamento da Provedoria e a prossecução do Plano de Acção para 2008, designadamente as despesas com as deslocações aos distritos de divulgação e actividades educacionais.

Capital Menor

A dotação em Capital Menor destina-se à aquisição de bens e equipamentos, nomeadamente equipamentos de informática e de escritório e mobiliário, necessários para o desenvolvimento das actividades da Provedoria.

Quadro 8.173

Transitório 2007 a 2011 Provedor dos Direitos Humanos Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	100	90				90
Despesas Capital	-					-
Total Fundos Confimardos Outros Fontes	**100**	**90**	**-**	**-**	**-**	**90**
Crescimento ao Ano Anterior		*-55.0%*	*na*	*na*	*na*	*na*

Quadro 8.174

Transitório 2007 a 2011 Provedor dos Direitos Humanos Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	280	573	435	469	492	1,969
Crescimento ao Ano Anterior		*2.3%*	*-24.1%*	*7.8%*	*4.9%*	*-12.1%*
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*na*	*na*	*na*	*na*
Total Fontes Combinadas	**280**	**573**	**435**	**469**	**492**	**1,969**
Crescimento ao Ano Anterior		*2.3%*	*-24.1%*	*7.8%*	*4.9%*	*-12.1%*

Quadro 8.175

2008 Perfil de Funcionários Provedor dos Direitos Humanos

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	0	0	1	5	2	3	1	12
Temporário	4	5	4	12	9	0	0	34
Total	4	5	5	17	11	3	1	46

Os actuais funcionários da Justiça e do Gabinete do Provedor dos Direitos Humanos são 46, dos quais 12 permanentes e 34 temporários. Este número não inclui o Provedor e os seus dois assistentes.

Quadro 8.176

Transitório 2007 a 2011 Provedor dos Direitos Humanos Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000)

Projecto ou Programa	Doador	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Institutional Development of Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	WorldBank	100	90	-		-	90
			-	-	-	-	-
			-	-	-	-	-
			-	-	-	-	-
Total		100	90	-	-	-	90

Provedor dos Direitos Humanos – Plano Anual de Acção

A. Programa	B. Metas	C. Objectivos	D. Resultado Esperado / Indicador de Desempenho
Promoção de direitos humanos e Justiça, boa governação e combate corrupção na administração pública em Timor-Leste	Ajudar a corrigir irregularidades da administração pública nas áreas dos direitos humanos, boa governação e combate corrupção, por meio de inquéritos investigações, inspecções e relatórios, bem como promover os mais elevados padrões de direitos humanos e boas práticas no administração pública em Timor-Leste.	• Ajudar a promover e proteger os direitos humanos, liberdades e interesses legítimos dos indivíduos quando estes tenham sido afectados por actos de agências governamentais ou adjudicatórios privados a operar um serviço público ou a gerir actividades públicas em nome de Governo • Alcançar o exercício transparente dos poderes de governação e criar uma administração pública imparcial, eficiente e responsável, e defender os cidadãos de qualquer abuso de poder por parte das autoridades públicas • Criar e manter uma administração pública eficiente, transparência, integridade, e responsabilidade no seio das entidades e organismos públicos	Pelo menos 75% conclusão do lançamento de actividades para um órgão credível, eficiente, independente assente no constituição que combina as funções de um delegado da procuradoria geral com os de um instituição nacional de direitos humanos e justiça

Procuradoria-Geral da República

Competências

a. Representar e defender os interesses do Estado;

b. Assegurar a defesa dos incapazes, menores e ausentes;

c. Participar na execução da Política Criminal definida pelos órgãos de soberania;

d. Exercer a acção penal;

e. Promover a execução das decisões dos tribunais para que tenha legitimidade;

f. Dirigir a investigação Criminal, ainda quando realizada por outras entidades;

g. Promover e realizar acção de prevenção criminal, nos termos da Lei;

h. Requerer a fiscalização da constitucionalidade dos actos normativos, nos termos da lei;

i. Fiscalizar as actividades processuais dos órgãos de Polícia criminal no decurso do inquérito;

j. Recorrer sempre que a decisão seja feito de conluio das partes no sentido de defraudar a lei ou tenha sido proferida com violação de lei expressa;

k. Exercer as demais funções conferidas por lei.

As competências acima referidas incluem o poder de intervir e interpor recurso, nos casos previstos na lei.

No exercício das suas funções, o Ministério Público é coadjuvado por instituições de investigação criminal da Polícia Nacional de Timor-Leste e por funcionários administrativos, podendo dispor de serviços de assessorias e consultadoria.

Quadros 8.177 a 8.183 fornecem, detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis no Procuradoria-Geral da República.

Prioridades de Curto e Médio Prazo no Orçamento de Estado de 2008

A proposta de programa anual do Ministério Público está estruturada em duas iniciativas principais. A primeira, de enquadramento institucional, visa a criação de novas direcções no âmbito da Procuradoria-Geral da República e a criação do Conselho Superior dos Magistrados do Ministério Público previsto na lei nº 14/2005, de 16 de Setembro. A segunda, respeita à criação de meios para o Ministério Público, tendo em vista fortalecer e reforçar esta instituição de modo a assegurar uma efectiva e célere realização da justiça.

Assim, são actividades prioritárias para 2008:

- A formação profissional de funcionários nacionais e o recrutamento de agentes internacionais com formação adequada, bem como o desenvolvimento dos sistemas de informação e a informatização do sistema judiciário;

- A conclusão do novo edifício da Procuradoria-Geral da República e a construção dos edifícios-sede das Procuradorias Distritais de Baucau, Suai e Oecusse, para os quais já existe local disponível e aprovado.

Sumário dos Recursos Humanos e Financeiros do Procuradoria-Geral da República

Quadro 8.177

Transitório 2007 a 2011 Procuradoria-Geral da República Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	54	148	444	444	444	1,480
Bens e Serviços	101	890	968	968	970	3,796
Capital Menor	15	301	-	-	-	301
Transferencia	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	170	1,339	1,412	1,412	1,414	5,577
Crescimento ao Ano Anterior		*293.8%*	*5.5%*	*0.0%*	*0.1%*	*315.9%*
Total Capital e Desenvolvimento	-	797	-	-	-	797
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*na*	*na*	*na*	*na*
Total Orçamento Geral do Estado	**170**	**2,136**	**1,412**	**1,412**	**1,414**	**6,374**
Crescimento ao Ano Anterior		*528.2%*	*-33.9%*	*0.0%*	*0.1%*	*315.9%*

A proposta de orçamento para 2008 reflecte parte das necessidades de operacionalidade da Procuradoria-Geral da República enquanto instituição que representa o Estado junto dos tribunais e exerce a acção penal. O crescimento do orçamento sustenta-se no funcionamento a 75% das Procuradorias Distritais de Baucau, Dili, Suai e Oecusse.

A Procuradoria de Baucau tem competência para os distritos de Viqueque, Los Palos e Manatuto; a Procuradoria de Díli abrange os distritos de Aileu, Ermera e Liquiça; a Procuradoria de Suai com competências

nos distritos de Ainaro, Bobonaro e Manufahi e a de Oecusse com competência na região autónoma de Oecusse.

Salários e Vencimentos

A variação na dotação dos salários e vencimentos refere-se apenas ao ajustamento do nível salarial dos magistrados de acordo com a respectiva tabela da carreira de magistrado.

Bens e Serviços

De acordo com as prioridades definidas pelo Governo no sentido de melhorar o funcionamento do sistema judicial de Timor-Leste, foi incluído na rubrica de bens e serviços o montante de $US 500,000 para recrutamento de procuradores e assessores internacionais tendo em vista aumentar a capacidade de resposta da Procuradoria-Geral da República e Distritais.

Capital Menor

A melhoria das condições físicas e tecnológicas dos operadores judiciários constitui também uma prioridade para o ano 2008. Assim, verifica-se um aumento substancial neste agrupamento de despesas que também cobre os encargos para reposição dos equipamentos roubados e estragados durante a crise de 2006. Está previsto o montante de $US 50,000 para aquisição de computadores indispensáveis ao exercício da actividade dos agentes do Ministério Público.

Capital e Desenvolvimento

Nos projectos de capital e desenvolvimento incluem-se:

a) Adicional no valor de $US 387,000 necessário para completar a obra do novo edifício da Procuradoria-Geral da República. O custo total da obra é de $US 1,045,000 ($US 888,000 contrato e $US 157,000 para trabalhos complementares de execução das fundações)
b) A reabilitação e/ou construção dos edifícios distritais de Oecusse, Suai e Baucau pelo montante de $US 410,000.

Quadro 8.178

Transitório 2007 a 2011 Procuradoria-Geral da República Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	28	14	-	-	-	14
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confimardos Outros Fontes	**28**	**14**	**-**	**-**	**-**	**14**
Crescimento ao Ano Anterior		*-75.0%*	*na*	*na*	*na*	*na*

Nota: existe mais financiamento externo para o Sector de Justiça que inclui Tribunais, Procuradoria e Ministério da Justiça (ver financiamento Ministério da Justiça).

Quadro 8.179

Transitório 2007 a 2011 Procuradoria-Geral da República Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	198	1,353	1,412	1,412	1,414	5,591
Crescimento ao Ano Anterior		*241.7%*	*4.4%*	*0.0%*	*0.1%*	*257.1%*
Despesas Capital	-	797	-	-	-	797
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*na*	*na*	*na*	*na*
Total Fontes Combinadas	**198**	**2,150**	**1,412**	**1,412**	**1,414**	**6,388**
Crescimento ao Ano Anterior		*442.9%*	*-34.3%*	*0.0%*	*0.1%*	*257.1%*

Quadro 8.180

2008 Perfil de Funcionários Procuradoria-Geral da República

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	6	10	11	0	1	1	0	29
Temporário	2	2	1	1	2	17	0	25
Total	8	12	12	1	3	18	0	54

Quadro 8.181

Transitório 2007 a 2011 Procuradoria-Geral da República Actividades de Doadores Confirmadas no Orçamento do Estado ($000)

Projecto ou Programa	Doador	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Halt Exploitation and Learn to Prosecute (HELP) Phase II	OIM	28	14	-	-	-	14
			-	-	-	-	-
							-
			-	-	-	-	-
Total		28	14	-	-	-	14

Fundos Transitados dos Orçamentos de Anos Anteriores

Quadro 8.182

Transitório 2007 a 2011 Procuradoria-Geral da República Activos Correntes do Orçamento do Estado Transportados ($000)

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição	Total $'000
Procurador-Geral	2004/05	Bens de Infra-estruturas	24
	2006/07	Bens de Infra-estruturas	205
		Total	229

Ministério/Entidade	Orçamento Ano	Descrição do Projecto	Localização do Projecto	Orçamento $'000
Procurador-Geral	2004/05	Semáforos		24
	2006/07	Projecto de construção da PGR em Colmera	Dili	205
		Total		**229**

Procuradoria-Geral da República – Plano Anual de Acção

DEPARTAMENTO/DIVISÃO: Procurador Geral & Procuradores Distritais, Ministério da Público.

PROGRAMA: **Fortalecimento dos serviços administrativos do Procurador Geral e Procuradores Distritais**

Componente do Programa	**1º Trimestre (Julho-30 Set)**		**2º Trimestre (Out-31 Dez)**		**3º Trimestre (Jan-31 Março)**		**4º Trimestre (Abril -Junho**	
	Actividade	**Resultado da actividade/ Produto**	**Actividade**	**Resultado da actividade/ Produto**	**Actividade**	**Resultado da actividade/ Produto**	**Actividade**	**Resultado da actividade/ Produto**
1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
1. Procurador Geral	Preparação do planeamento do Escritório do Procurador Geral	Conclusão do planeamento	Implementação de 50 % do programa de trabalho. Inclui: recrutamento, aquisição de equipamento e treinos de capacitação	50 % do programa de trabalho completado	Implementação de 50 % do plano de trabalho. Inclui reabilitação do escritório do PG, disponibilidade de interpretes e tradutores.	100 % do programa completado	Avaliação e supervisão;	Relatórios de avaliação e supervisão
	- Recrutamento de Procuradores Internacionais	- Procuradores Internacionais recrutados	Recrutamento de interpretes para assistir os Procuradores internacionais; Involver os Procuradores internacionais nas actividades judiciais.	-Interpretes são recrutados - Melhoria do sistema judicial de Timor Leste;	Continuar a involver os involving Procuradores internacionais em actividades judiciais	Melhoria do sistema judicial de Timor Leste;		

Comissão Nacional para Eleições

Competências

A Comissão Nacional para Eleições (CNE) é um órgão independente supervisor das eleições, que tem um papel importante na observação de todo o processo de eleições em Timor-Leste e na consolidação e publicação dos resultados.

Quadros 8.184 a 8.188 fornecem, detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis no Comissão Nacional para Eleições.

Prioridades de Curto e Médio Prazo no Orçamento de Estado de 2008

- Desenvolvimento e fortalecimento da democracia em Timor-Leste;
- Consolidação e publicação dos resultados das eleições gerais de 2007 em livro e website;
- Supervisão e actualização de dados e emissão do novo cartão de eleitor para os cidadãos de Timor-Leste a partir dos 16 anos de idade;
- Recolha de dados sobre o papel, os deveres e as responsabilidades dos 'chefes de suco' e membros do Conselho do Suco;
- Fortalecer o secretariado da CNE através do desenvolvimento das capacidades dos seus funcionários e da compra dos equipamentos adequados ao normal funcionamento da CNE;
- Promover a educação cívica através de campanhas de sensibilização nas escolas e outras instituições, incluindo instituições militares, e desenvolver parcerias com as organizações civis;
- Preparar e apresentar às entidades competentes a revisão da legislação referente ás eleições dos 'chefes de suco', do Presidente, parlamento e demais corpos eleitos.
- Supervisão e preparação técnica, logística e de recursos humanos necessários para o processo de eleição dos 'chefes do suco' nos distritos de Bobonaro e Oe-cusse e publicação dos respectivos resultados.

Sumário dos Recursos Humanos e Financeiros da Comissão Nacional de Eleições

Quadro 8.184

Transitório 2007 a 2011 Comissão Nacional para Eleições Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	6	35	35	35	35	140
Bens e Serviços	81	471	449	460	472	1,852
Capital Menor	-	98	-	-	-	98
Transferencia	-	1,000	-	-	-	1,000
Total Despesas Recorrentes	87	1,604	484	495	507	3,090
Crescimento ao Ano Anterior		*821.8%*	*-69.8%*	*2.3%*	*2.4%*	*191.4%*
Total Capital e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*na*	*na*	*na*	*na*
Total Orçamento Geral do Estado	**87**	**1,604**	**484**	**495**	**507**	**3,090**
Crescimento ao Ano Anterior		*821.8%*	*-69.8%*	*2.3%*	*2.4%*	*191.4%*

Salários e vencimentos

A dotação inclui os salários e subsídios dos 17 funcionários temporários a exercer funções na Comissão Nacional de Eleições.

Bens e Serviços

Este agrupamento de despesa regista um aumento significativo quando comparado com o orçamento do ano anterior. Esse aumento deve-se, sobretudo, à inclusão de verbas destinada a suportar os encargos com assistência técnica, serviços de tradução e outros serviços necessários à prossecução do plano de acção da CNE para 2008.

Capital menor

A dotação em capital menor destina-se a permitir a aquisição dos bens e equipamentos necessários ao normal funcionamento da Comissão Nacional de Eleições. No período transitório não houve dotação para capital menor.

Transferências

A verba inscrita destina-se ao financiamento dos partidos políticos. O projecto de lei em discussão prevê a distribuição de 30% em partes iguais por todos os partidos e de 70% proporcionalmente à respectiva representação no Parlamento.

Quadro 8.185

Transitório 2007 a 2011 Comissão Nacional para Eleições Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	-	601	750	-	-	1,351
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confimardos Outros Fontes	**-**	**601**	**750**	**-**	**-**	**1,351**
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*24.9%*	*na*	*na*	*na*

Quadro 8.186

Transitório 2007 a 2011 Comissão Nacional para Eleições Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	87	2,205	1,234	495	507	4,441
Crescimento ao Ano Anterior		*2434.3%*	*-44.0%*	*-59.9%*	*2.4%*	*191.4%*
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*na*	*na*	*na*	*na*
Total Fontes Combinadas	**87**	**2,205**	**1,234**	**495**	**507**	**4,441**
Crescimento ao Ano Anterior		*1167.1%*	*-44.0%*	*-59.9%*	*2.4%*	*191.4%*

Quadro 8.187

2008 Perfil de Funcionários Comissão Nacional para Eleições

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	0	0	0	0	0	0	0	0
Temporário	0	15	1	1	0	0	0	17
Total	0	15	1	1	0	0	0	17

A Comissão Nacional de Eleições tem 17 funcionários temporários.

Quadro 8.188

Transitório 2007 a 2011 Comissão Nacional para Eleições Actividades de Doadores no Orçamento do Estado ($000)

Projecto ou Programa	Doador	Transition	2008	2009	2010	2011	otal 4 Ano
Support to EU Electoral Observation	CE		0	684			684
Apoio ao Ciclo Eleitoral Timor Leste (a)	CE		601	67	0		668
Total		0	601	750	0	0	1,351

(a) Financiamento inclui CNE+ STAE

O apoio da Comissão Europeia no âmbito do projecto acima identificado inclui o financiamento conjunto da CNE e do STAE (Secretariado Técnico de Apoio às Eleições).

Comissão Nacional para Eleições – Plano Anual de Acção

A. Programa	B. Metas	C. Objectivos	D. Resultado Esperado / Indicador de Desempenho
Consolidar os resultados eleitorais	Fortalecimento da imparcialidade, independência e transparência		• Publicação em formato de livro, como circular e no portal electrónico até 30 de Março de 2008
Educação cívica	Fortalecimento da imparcialidade, independência e transparência		• Publicar a avaliação geral das informações relativas a eleições.
Supervisionar os processos de preparação técnica e logística, bem como os recursos humanos necessários para a eleição de chefes de suco	Fortalecimento da imparcialidade, independência e transparência		• Público em geral dispõe de informações adequadas relativamente às eleições

ANATL

Competências

O papel da ANATL é operar e administrar os aeroportos de Timor-Leste, com particular ênfase na segurança.

Quadros 8.189 a 8.192 fornecem, detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis no ANATL.

Prioridades de Curto e Médio Prazo no Orçamento de Estado de 2008

- Melhorar o edifício do aeroporto de Díli;
- Aumentar as receitas provenientes de taxas e pagamentos de utilizadores;
- Repavimentação da pista do aeroporto de Díli;
- Melhorar o serviço de apoio ao cliente no aeroporto.

Sumário dos Recursos Humanos e Financeiros do ANATL

Quadro 8.189

Transitório 2007 a 2011 ANATL Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	36	243	243	243	243	972
Bens e Serviços	298	601	616	631	647	2,496
Capital Menor	-	16	-	-	-	16
Transferencia	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	334	860	859	874	890	3,484
Crescimento ao Ano Anterior		*157.5%*	*-0.1%*	*1.8%*	*1.8%*	*3.5%*
Total Capital e Desenvolvimento	325	3,189	-	-	-	3,189
Crescimento ao Ano Anterior		*881.2%*	*-100.0%*	*na*	*na*	
Total Orçamento Geral do Estado	**659**	**4,049**	**859**	**874**	**890**	**6,673**
Crescimento ao Ano Anterior		*514.4%*	*-78.8%*	*1.8%*	*1.8%*	*-78.0%*

Quadro 8.190

Transitório 2007 a 2011 ANATL Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	-	-	-	-	-	-
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confimardos Outros Fontes	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*na*	*na*	*na*	

Nota: Não há financiamento de doadores no actual orçamento nem nos próximos.

Quadro 8.191

Transitório 2007 a 2011 ANATL Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	334	860	859	874	890	3,484
Crescimento ao Ano Anterior		*157.5%*	*-0.1%*	*1.8%*	*1.8%*	*3.5%*
Despesas Capital	325	3,189	-	-	-	3,189
Crescimento ao Ano Anterior		*881.2%*	*-100.0%*	*na*	*na*	
Total Fontes Combinadas	**659**	**4,049**	**859**	**874**	**890**	**6,673**
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*-78.8%*	*1.8%*	*1.8%*	*-78.0%*

Quadro 8.192

2008 Perfil de Funcionários ANATL

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	10	29	32	7	5	1	0	84
Temporário	11	17	6	9	5	0	0	48
Total	21	46	38	16	10	1	0	132

ANATL – Plano Anual de Acção

Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor Leste (ANATL)

A. Programa	B. Metas	C. Objectivos	D. Resultado Esperado / Indicador de Desempenho
Estabilização da gestão do sistema e capacitação da ANATL		Aumento da capacitação e provisão de instalações no Aeroporto Nacional Nicolau Lobato	Programa concluído a 100%
Unidade de Administração – Receitas	Receitas de aeroporto: Imposto de aeroporto, taxa de aterragem, mudança de rendas	Garantia de continuidade para todas as actividades de receitas no aeroporto	Aumento dos rendimentos a partir do Aeroporto Internacional Nicolau Lobato
Reabilitação do local	• Reabilitação de todas as áreas VIP • Reabilitação de todos os corredores • Reabilitação de esgotos e pontes	Boa imagem no aeroporto e áreas VIP	Toda a reabilitação concluída

Administração dos Portos de Timor-Leste (APORTIL)

A missão da Administração dos Portos de Timor-Leste (também conhecida por APORTIL) é administrar todos os portos dentro da sua jurisdição, incluindo a sua economia, investigação, conservação e desenvolvimento.

O APORTIL é regulado por um Decreto de Lei próprio nº. 3/2003 de 10 de Março.

Quadros 8.193 a 8.197 fornecem detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis no APORTIL.

Prioridades de Curto e Médio Prazo no Orçamento de Estado de 2008

- Melhorar e modernizar a maquinaria, equipamento, portos, pavimento de estradas, sinais marítimos e colocação de flutuadores;
- Reabilitação das infra-estruturas dos portos;
- Construção da rampa planeada (instalação, reparação e manutenção naval) em Tibar, um projecto co-financiado pelo Governo alemão;
- Reabilitação do porto de Díli;
- Formação dos recursos humanos;
- Elaborar a legislação e leis marítimas para operações portuárias.

Sumário dos Recursos Humanos e Financeiros do APORTIL

Quadro 8.193

Transitório 2007 a 2011 APORTIL Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	51	129	109	109	109	456
Bens e Serviços	240	610	450	450	450	1,960
Capital Menor	-	110	-	-	-	110
Transferencia	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	291	849	559	559	559	2,526
Crescimento ao Ano Anterior		*191.8%*	*-34.2%*	*0.0%*	*0.0%*	*-34.2%*
Total Capital e Desenvolvimento	-	100	-	-	-	100
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*na*	*na*	*na*	*na*
Total Orçamento Geral do Estado	**291**	**949**	**559**	**559**	**559**	**2,626**
Crescimento ao Ano Anterior		*226.1%*	*-41.1%*	*0.0%*	*0.0%*	*-41.1%*

Quadro 8.194

Transitório 2007 a 2011 APORTIL Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	1,353	4,641	3,946	694	-	9,281
Despesas Capital	659	659	-	-	-	659
Total Fundos Confimardos Outros Font	**2,012**	**5,300**	**3,946**	**694**	**-**	**9,940**
Crescimento ao Ano Anterior		*163.4%*	*-25.6%*	*-82.4%*	*-100.0%*	

Quadro 8.195

Transitório 2007 a 2011 * Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	1,644	5,490	4,505	1,253	559	11,807
Crescimento ao Ano Anterior		*234.0%*	*-17.9%*	*-72.2%*	*-55.4%*	*-89.8%*
Despesas Capital	659	759	-	-	-	759
Crescimento ao Ano Anterior		*15.2%*	*-100.0%*	*n/a*	*n/a*	*-100.0%*
Total Fontes Combinadas	**2,303**	**6,249**	**4,505**	**1,253**	**559**	**12,566**
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*-27.9%*	*-72.2%*	*-55.4%*	*-91.1%*

Quadro 8.196

2008 Perfil de Funcionários APORTIL

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	4	24	7	8	1	0	0	44
Temporário	5	7	5	2	1	0	0	20
Total	9	31	12	10	2	0	0	64

Quadro 8.197

Transitório 2007 a 2011 APORTIL Actividades de Doadores Confirmadas no Orçamento do Estado ($000)

Projecto ou Programa	Doador	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Projecto Reabilitacao do Porto de Dili	Japao	-	3,288	3,252	-	-	6,541
Desenvolvimento dos Servicos de Transporte Maritimos	Alemanha	1,318	1,318	-	-	-	1,318
Desenvolvimento dos Servicos de Transporte Maritimos	Alemanha	694	694	694	694	-	2,081
Total		**2,012**	**5,300**	**3,946**	**694**	**-**	**9,940**

APORTIL - Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Construir as paredes do terminal de passageiros no porto de Dili	Garantir o trafego de navios e operacoes no terminal de passageiros no porto de Dili	Garantir as operacoes de trafico no porto	Melhorar os serviços de transportes maritimos e operacoes portuarias
Reabiliticao do tecto do edificio do terminal do porto de Dili	Melhorar a qualidade dos serviços de atendimento aos clientes	Garantir as operacoes de transporte maritimo	Melhorar a qualidade dos serviços maritimos
Reabilitar o edificio principal do porto de Dili	Melhorar a qualidade dos serviços de atendimento aos clientes	Melhorar as condicoes para um bom funcionamento administrativos	Serviços administrativos melhorados
Manutencao e operacionalidade do barco NAKROMA	Preparar o recrutamento e formacao dos recursos humanos	Apoiar as actividades de logistica, administracao e manutencao	Melhoramento das operacoes e serviços de transporte maritimo publico no barco NAKROMA

Electricidade de Timor-Leste (EDTL)

Competências

A missão da Electricidade de Timor-Leste (EDTL) é estabelecer e operar em todas as áreas da geração, distribuição e administração da electricidade em Timor-Leste.

O Decreto-Lei 13/2003 estabelece a base do sistema nacional de electricidade e esta utilidade pública gere-se pelo estatuto aprovado nos termos da lei.

Quadros 8.198 a 8.202 fornecem, detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis no Electricidade de Timor-Leste (EDTL)

Prioridades de Curto e Médio Prazo no Orçamento de Estado de 2008

As principais iniciativas/prioridades para o curto e médio prazo incluem:

- Na área da Produção de electricidade:
  - Um exaustivo programa de manutenção de emergência das unidades geradoras de Comoro (já aprovado e iniciado);
  - Um programa permanente de manutenção preventiva para o gerador de Comoro para garantir o seu funcionamento durante e depois do Contrato de Gestão.
  - Instalação de disjuntores inteligentes e instrumentos de medição em todos os alimentadores de média voltagem;
  - Melhoramento dos sistemas de controlo do gerador para capacidade adicional e melhor qualidade de corrente;
  - Documentação e tradução para Tétum dos procedimentos operacionais de geradores;
  - Aprovisionamento das ferramentas necessárias e equipamento especial;
  - Implementação de medidas e programas de segurança para funcionários e público.
- Na área Comercial e de Serviço ao Cliente:
  - Estabelecimento de um sistema de pagamento de utilização e eliminação das ligações ilegais a contadores do sistema pré-pago;
  - Implementação de uma estrutura de tarifas revista;
  - Implementação de um Centro de Atendimento Telefónico de Emergência 24/7, bem como mais centros de venda para clientes de sistema pré-pago;
  - Implementação de procedimentos padronizados para a gestão de falhas e sistema de relatório de credibilidade;

- Uma proposta de projecto a médio prazo para substituir todos os contadores pré-pagos por alternativas seladas;
- Melhoria da funcionalidade do sistema de facturação;
- Implementação de procedimentos de gestão de contadores.

❖ Na área da Distribuição:

- Implementação do programa de reabilitação da rede de distribuição nos arredores de Dili já desenhado e pendente;
- Reabilitação dos nós de distribuição para melhorar a flexibilidade operacional e reduzir as quebras causadas por falhas na rede;
- Implementação da política e programa de poda das árvores;
- Reabilitação, melhoramento dos Quadros de distribuição;
- Melhoramentos na distribuição para reduzir perdas técnicas e aumentar os níveis de voltagem nas instalações dos clientes;
- Desenvolver padrões de electrificação rural a baixo custo e maximizar o benefício/ planos de electrificação rural a custo mínimo;
- Implementação de medidas e programas de segurança para empregados e público em geral.

❖ Na área de Finanças e Administração (incluindo RH e IT):

- Preparação de descrições de funções padronizadas, avaliação das capacidades e habilidades dos funcionários e desenvolvimento e implementação de planos de formação;
- Desenvolvimento e implementação de um plano a 5 anos para os Recursos Humanos;
- Desenvolver um plano que inclua recrutamento e sucessão;
- Desenvolvimento e implementação de sistemas de RH e procedimentos simples mas eficazes;
- Desenvolvimento e implementação de uma estratégia de comunicação com os funcionários e gestão de mudança;
- Desenvolvimento e implementação de um modelo de compensação baseado no desempenho e de um sistema de avaliação de desempenho de apoio;
- Centralização de todos os armazéns no complexo da EDTL em Caicoli e estabelecimento de procedimentos básicos de gestão de inventário juntamente com um catálogo de materiais padronizados;
- Estabelecer um armazenamento mínimo de segurança de peças comuns e críticas;
- Aprovisionamento pela EDTL de outros bens que não combustíveis e acesso ao FreeBalance, sistema contabilístico do Governo de Timor-Leste, para contas relacionadas com a EDTL.

Quadro 8.198

Transitório 2007 a 2011 Electricidade de Timor-Leste (EDTL) Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	118	759	759	759	759	3,036
Bens e Serviços	477	1,845	1,891	1,938	1,987	7,661
Capital Menor	-	551	-	-	-	551
Transferencia	-	-				-
Total Despesas Recorrentes	595	3,155	2,650	2,697	2,746	11,248
Crescimento ao Ano Anterior		*430.3%*	*-16.0%*	*1.8%*	*1.8%*	*-13.0%*
Total Capital e Desenvolvimento	4,000	3,876	132	-	-	4,008
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*-96.6%*	*na*	*na*	*na*
Total Orçamento Geral do Estado	**4,595**	**7,031**	**2,782**	**2,697**	**2,746**	**15,256**
Crescimento ao Ano Anterior		*53.0%*	*-60.4%*	*-3.0%*	*1.8%*	*-60.9%*

Existe uma provisão no orçamento de 2008 para contratar sessenta novos funcionários para obter recursos humanos adequados para melhor gerir os requisitos operacionais.

O programa de manutenção decresceu em 2008 já que a maioria dos geradores com serviços de manutenção previstos requerem grandes revisões que provavelmente aumentarão a sua vida útil. O orçamento associado está incluído na rubrica de capital desenvolvimento.

Quadro 8.199

Transitório 2007 a 2011 Electricidade de Timor-Leste (EDTL) Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	3,417	2,723	1,359	1,331	-	10,897
Despesas Capital	356	1,600	112	-	-	1,712
Total Fundos Confimardos Outros Fontes	**3,773**	**4,323**	**1,471**	**1,331**	**-**	**7,124**
Crescimento ao Ano Anterior		*14.6%*	*-66.0%*	*-9.5%*	*-100.0%*	

Quadro 8.200

Transitório 2007 a 2011 Electricidade de Timor-Leste (EDTL) Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	4,012	5,878	4,009	4,028	2,746	22,146
Crescimento ao Ano Anterior		*46.5%*	*-31.8%*	*0.5%*	*-31.8%*	*-53.3%*
Despesas Capital	4,356	5,476	244	-	-	5,720
Crescimento ao Ano Anterior		*25.7%*	*-95.5%*	*-100.0%*	*na*	*na*
Total Fontes Combinadas	**8,368**	**11,354**	**4,253**	**4,028**	**2,746**	**27,866**
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*-62.5%*	*-5.3%*	*-31.8%*	*-75.8%*

Quadro 8.201

2008 Perfil de Funcionários Electricidade de Timor-Leste (EDTL)

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	46	72	102	30	5	2	1	258
Temporário	26	74	31	13	8	0	0	152
Total	72	146	133	43	13	2	1	410

Quadro 8.202

Transitório 2007 a 2011 Electricidade de Timor-Leste (EDTL) Actividades de Doadores Confirmadas no Orçamento do Estado ($000)

Projecto ou Programa	Doador	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Energy Services Delivery Project (PHRD)	Japan	850	-	-	-	-	-
TP: Energy Services Delivery Project	WorldBank	391	2,000	140	-	-	2,140
TP: Energy Services Delivery Project	WorldBank	710	-	-	-	-	-
Power Sector Priority Investments	WorldBank	45	-	-	-	-	-
TCDC Interantional Trainng Course in IT based Electric Engineering Education	Indonesia	5	-	-	-	-	-
Power Support	Norway	271	-	-	-		-
Extension of power cooperation	Norway	570	160	-	-		160
Construction of Gariuai Mini Hydropower Plant in Baucau	Norway	-	-	-	-		-
Additional support to Gariuai	Norway	333	333	-	-		333
Additional support to Power sector	Norway	599	-	-	-		-
Additional support to Power sector 2008	Norway	-	499	-	-		499
Support to power sector - follow up	Norway	-	1,331	1,331	1,331		3,992
Total		3,773	4,323	1,471	1,331	-	7,124

Estabelecer a EDTL como uma empresa pública de electricidade, eficiente e lucrativa, que:

- Mantém um sistema seguro e fiável com capacidade adequada para fazer face às necessidades dos clientes;
- Providenciar um nível aceitável de serviço ao cliente;
- Alcançar resultados comerciais sólidos através de uma boa gestão o património, finanças e recursos humanos usando práticas de gestão modernas e tecnologias de ponta;

- Ganhar o respeito do Governo e da comunidade pela qualidade dos seus pareceres técnicos e comunicações, o seu desenvolvimento progressivo das capacidades operacionais e de gestão do negócio e a sua aderência a ética profissional; e

Desenvolver experiência dentro da empresa para que esta se torne um assessor competente para o Governo em todas as questões que dizem respeito ao desenvolvimento do sector eléctrico.

EDTL – Plano Anual de Acção

A. Programa	B. Metas	C. Objectivos	D. Resultado Esperado / Indicador de Desempenho
Restabelecimento dos contadores pré-pagos na área metropolitana de Díli	Remover ligações e desvios ilegais	Aumentar as receitas da EDTL e reduzir a procura de energia através de um processo de pagamento da utilização.	Receitas aumentam acima de 200% Procura desce 20%
Operação e manutenção preventiva	Executar programas regulares de manutenção preventiva	Adição de quatro operadores e um assistente administrativo	Operador e assistente de administração prontos até Março de 2008 Mais três operadores prontos até Maio de 2008.
Manutenção preventiva dos equipamentos	Manter equipamentos em condição fiável e funcional	Execução de calendários de manutenção	Manutenção periódica trimestral
Manutenção planeada e não planeada	Redução do tempo de manutenção do gerador eléctrico	Mais horas de trabalho	Redução considerável do tempo de manutenção das unidades
Novo gerador eléctrico	Aumento da capacidade de geração	Compra de um novo conjunto de geração	Início da instalação em 2008
Vistoria de motores	Realizar vistorias minuciosas aos onze geradores existentes nas estações eléctricas de distrito	Planear e manter um calendário para a conclusão das vistorias aos onze geradores nas estações eléctricas de distrito	Estabelecer fiabilidade operacional Vistoria aos 11 geradores concluída até Dezembro de 2008
Reabilitação da electrificação rural	Providenciar novos sistemas de distribuição de MV e BV, conforme necessário para apoiar as instalações de geração doadas pela JICA	Conceber e instalar redes de distribuição de MV e BV através de um programa multianual concebido para reabilitar os sistemas de distribuição existentes danificados durante 2006	• Melhores níveis de vida nas áreas rurais de Timor-Leste. • Conclusão e entrada em funcionamento de um projecto de electrificação rural

Instituto de Gestão de Equipamentos (IGE)

Competências

A missão do Instituto de Gestão de Equipamentos (também conhecido como IGE) é aconselhar o Ministro na definição de política relativa à exploração e conservação de veículos, maquinaria e outro equipamento do Estado.

O IGE é regulado por estatutos próprios aprovados por Decreto de Lei nº. 11/2006 de 12 de Abril.

Quadros 8.203 a 8.207 fornecem, detalhes sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis no Instituto de Gestão de Equipamentos (IGE).

Prioridades de Curto e Médio Prazo no Orçamento de Estado de 2008

- Criar a sua própria oficina para apoiar a manutenção de equipamento e transportes, de forma a reduzir os custos no orçamento de 2008;
- Centralizar todas as despesas do Governo relacionadas com equipamento e materiais dentro do IGE; e
- Estabelecer um sistema de pagamento por utilização para garantir retorno suficiente para cobrir todos os custos operacionais do IGE.

Sumário dos Recursos Humanos e Financeiros do IGE

Quadro 8.203

Transitório 2007 a 2011 Instituto de Gestão de Equipamentos (IGE) Financiamento do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	129	228	227	227	227	909
Bens e Serviços	425	2,067	2,119	2,172	2,226	8,583
Capital Menor	-	25	-	-	-	25
Transferencia	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	554	2,320	2,346	2,399	2,453	9,517
Crescimento ao Ano Anterior		*318.8%*	*1.1%*	*2.3%*	*2.3%*	*5.7%*
Total Capital e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*na*	*na*	*na*	*na*
Total Orçamento Geral do Estado	**554**	**2,320**	**2,346**	**2,399**	**2,453**	**9,517**
Crescimento ao Ano Anterior		*318.8%*	*1.1%*	*2.3%*	*2.3%*	*5.7%*

Quadro 8.204

Transitório 2007 a 2011 Instituto de Gestão de Equipamentos (IGE) Financiamento de Doadores para o Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	-	-	-	-	-	-
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confimardos Outros Fontes	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*na*	*na*	*na*	*na*

Quadro 8.205

Transitório 2007 a 2011 Instituto de Gestão de Equipamentos (IGE) Fontes Combinadas do Orçamento do Estado ($000)

	Transition	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	554	2,320	2,346	2,399	2,453	9,517
Crescimento ao Ano Anterior		*318.8%*	*1.1%*	*2.3%*	*2.3%*	*5.7%*
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*na*	*na*	*na*	
Total Fontes Combinadas	**554**	**2,320**	**2,346**	**2,399**	**2,453**	**9,517**
Crescimento ao Ano Anterior		*na*	*1.1%*	*2.3%*	*2.3%*	*5.7%*

Quadro 8.206

2008 Perfil de Funcionários Instituto de Gestão de Equipamentos (IGE)

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Permanente	1	0	4	3	4	1	0	13
Temporário	22	85	27	20	6	0	0	160
Total	23	85	31	23	10	1	0	173

IGE – Plano Anual de Acção

Instituto de Gestão do Equipamento – Secretaria de Estado dos Transportes, Equipamentos e Comunicações

A. Programa	B. Metas	C. Objectivos	D. Resultado Esperado / Indicador de Desempenho
Capacitação e Recursos Humanos	Dados dos funcionários do IGE completos e perfil de funcionários aprovado	Garantia da actividade do IGE	Esperado para o ano de 2008
Projecto de desenvolvimento de novo edifício do IGE em Tibar-Liquiçá	Edifício permanente para o IGE	Organização e gestão de materiais e equipamentos	Dependente de decisão do governo
Conselho Administrativo e Comissão de Fiscalização	Gestão da actividade no futuro	Cooperação máxima para o desenvolvimento da actividade do IGE	Dependente do Conselho de Administração e Comissão de Fiscalização
Estudo comparativo em relação a outro país	Capacitação do pessoal do IGE	Capacitação do pessoal do IGE	
Registo dos materiais e equipamentos	Registo de todos os materiais e equipamentos	Organização e identificação de materiais e equipamentos	Documentos relativos a materiais e equipamentos
Preparação da oficina do IGE e compra de materiais para a oficina	Estabelecimento de oficina própria para o IGE	Redução de custos de manutenção	Redução de custos e com manutenção

Política de materiais e equipamentos	Utilização de materiais e equipamentos	Disciplina sobre utilização de materiais e equipamentos	90% de utilização de materiais e equipamentos
Preparação de uniformes para mecânicos, operadores, funcionários de armazém, motoristas, seguranças e funcionários administrativos	Preparação de uniformes para pessoal do IGE	Uniformes para pessoal do IGE	Uniformes prontos para operadores, mecânicos, funcionários de armazém e funcionários administrativos do IGE

Anexo 1 Despesa Incluindo Agências Autónomas

Despesas	**347,753**
Salários e Vencimentos	**48,028**
Salários	47,841
Horas Extraordinárias/Abonos	187
Bens e Serviços	**143,696**
Viagens Locais	2,544
Viagens ao Estrangeiro	3,599
Formação Professional e Seminários	7,628
Encargos de Instalação	5,083
Rendas de Propriedades	1,826
Combustíveis Operações de Veículos	7,614
Manutenção de Veículos	5,544
Seguro, Rendas e Serviços	312
Material de Escritório	2,745
Bens Consumíveis	21,152
Combustível para Geradores	17,120
Manutenção de Equipamentos e Edifício	7,517
Outros Despesas	18,581
Assistência Técnica	22,737
Serviços de Tradução	1,384
Outros Serviços Diversos	13,989
Pagamentos de Quotas	741
Transferências Correntes	3,600
Capital Menor	**24,536**
Equipamento de Segurança	584
Equipamentos de Informática	3,211
Equipamentos de Comunicações	1,044
Geradores	1,516
Equipamento de Aqua	441
Equipamentos de Escritório	1,580
Equipamentos Diversos	4,802
Mobiliário e Acessórios	2,738
Compra de Veículos	8,620
Capital Desenvolvimento	**67,615**
Aquisição de Infra-estruturas	28,675
Capital Infra-estruturas	32,051
Injecção de Capital	2,249
Equipamentos de Capital	4,640
Transferências	**63,878**
Pagamentos Pessoais	36,982
Concessoen Publicas	26,896

Anexo 2 Despesa Excluindo Agências Autónomas

Despesas	**333,404**
Salários e Vencimentos	**46,669**
Salários	46,522
Horas Extraordinárias/Abonos	147
Bens e Serviços	**138,573**
Viagens Locais	2,512
Viagens ao Estrangeiro	3,599
Formação Professional e Seminários	7,556
Encargos de Instalação	4,836
Rendas de Propriedades	1,826
Combustíveis Operações de Veículos	6,638
Manutenção de Veículos	4,600
Seguro, Rendas e Serviços	214
Material de Escritório	2,684
Bens Consumíveis	20,955
Combustível para Geradores	17,086
Manutenção de Equipamentos e Edifício	5,634
Outros Despesas	18,313
Assistência Técnica	22,612
Serviços de Tradução	1,338
Outros Serviços Diversos	13,829
Pagamentos de Quotas	741
Transferências Correntes	3,600
Capital Menor	**23,834**
Equipamento de Segurança	520
Equipamentos de Informática	3,142
Equipamentos de Comunicações	1,022
Geradores	1,516
Equipamento de Aqua	437
Equipamentos de Escritório	1,572
Equipamentos Diversos	4,358
Mobiliário e Acessórios	2,722
Compra de Veículos	8,545
Capital Desenvolvimento	**60,450**
Aquisição de Infra-estruturas	28,675
Capital Infra-estruturas	28,762
Injecção de Capital	2,249
Equipamentos de Capital	764
Transferências	**63,878**
Pagamentos Pessoais	36,982
Concessoen Publicas	26,896

Anexo 3 Dotações do Orçamento Geral do Estado para 2008

	Salarios e Vencimentos ('000)	Bens e Servicos ('000)	Capital Menor ('000)	Capital e Desenvolvimento ('000)	Transferencia ('000)	Total ('000)
Incluindo Agência Auto Financiada	**48,028**	**143,696**	**24,536**	**67,615**	**63,878**	**347,753**
Excluindo Agência Auto Financiada	**46,669**	**138,573**	**23,834**	**60,450**	**63,878**	**333,404**
Agência Auto Financiada	**1,359**	**5,123**	**702**	**7,165**	**-**	**14,349**
Presidente da República	**217**	**3,116**	**884**	**-**	**-**	**4,217**
Gabinete do Presidente da República	88	1,257	45	-	-	**1,390**
Administração Presidente da República	129	647	771	-	-	**1,547**
Secretariado Técnico Post CAVR	-	300	17	-	-	**317**
Equipa de Apoio a Reforma e Desenvolvimento do Sector da Segurança	-	182	-	-	-	**182**
Secretariado de Apoio da Adisao ASEAN	-	299	51	-	-	**350**
Reconciliação Nacional	-	250	-	-	-	**250**
Assessoria - Geral	-	181	-	-	-	**181**
Parlamento Nacional	**611**	**4,061**	**1,612**	**501**	**-**	**6,785**
Parlamento Nacional	356	2,696	1,538	501	-	**5,091**
Gabinete do Presidente Parlamento	18	184	-	-	-	**202**
Bancadas Parlamentares	-	52	-	-	-	**52**
Secretariado	237	358	-	-	-	**595**
Commissão A	-	20	-	-	-	**20**
Commissão B	-	53	-	-	-	**53**

Commissão C	-	31	-	-	-	**31**
Commissão D	-	49	-	-	-	**49**
Commissão E	-	59	-	-	-	**59**
Commissão F	-	43	-	-	-	**43**
Commissão G	-	29	-	-	-	**29**
Commissão H	-	14	-	-	-	**14**
Commissão I	-	21	-	-	-	**21**
Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero	-	340	38	-	-	**378**
Rede de cooperação das instituições anti-corrupção Timor-Leste	-	36	-	-	-	**36**
Memoria da Primeira Legislatura	-	38	18	-	-	**56**
Memoria da Assembleia Constituante	-	38	18	-	-	**56**
Primeiro Ministro e Presidência do Conselho de Ministros	**1,169**	**7,674**	**663**		**27,301**	**38,430**
				1,623		
Total Gabinete do Primeiro Ministro	**405**	**2,022**	**211**	**74**	**25,000**	**27,712**
Gabinete do Primeiro Ministro	18	-	-	-	-	**18**
Secretariado do Primeiro-Ministro	12	230	-	-	-	**242**
Assessoria da Sociedade Civil	17	75	-	-	5,000	**5,092**
Assessoria da Comunicação Social	10	75	-	-	-	**85**
Assessoria Sector Privado, Pequenas e Médias Empresas	12	75	-	-	-	**87**
Administração e Finanças - Secção de Aministração	82	200	31		-	**387**
				74		
Administração e Finanças - Secção de Finanças	-	4	-	-	-	**4**
Administração e Finanças - Secção de Recurso Humanos	-	4	-	-	-	**4**
Protocolo	21	5	-	-	-	**26**
Unidade de Planeamento Estratégico e Investimento	23	200	-	-	-	**223**
Commissão Função Pública	-	154	-	-	-	**154**
Comissão de Verdade e Amizade	-	100	-	-	-	**100**
Gabinete da Inspecção-Geral	68	496	124	-	-	**688**
Serviço Nacional de Seguranca do Estado	53	95	-	-	-	**148**

Gabinete do Vice Primeiro Ministro	89	309	56	-	20,000	**20,454**
Secretaria de Estado do Conselho de Ministros	**127**	**1,310**	**126**	**-**	**-**	**1,563**
Gabinete do Secretário de Estado do Conselho de Ministros	26	-	-	-	-	**26**
Direcção de Administração e de Apoio ao Conselho de Ministros	53	1,310	126	-	-	**1,489**
Direcção de Tradução	27	-	-	-	-	**27**
Unidade de Apoio Jurídico	10	-	-	-	-	**10**
Direcção de Disseminação de Informação	11	-	-	-	-	**11**
Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto	**164**	**479**	**3**	**300**	**800**	**1,746**
Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e Desporto	27	19	3	-	-	**49**
Direcção de Administração e Finanças	55	128	-		-	**483**
				300		
Direcção Nacional da Juventude	34	87	-	-	-	**121**
Direcção da Educação Física e Desporto	34	97	-	-	-	**131**
Direcção da Política do Desenvolvimento	14	132	-	-	800	**946**
Direcção Nacional de Arte e Cultura	-	16	-	-	-	**16**
Secretaria de Estado dos Recursos Naturais	**124**	**2,948**	**134**		**-**	**4,455**
				1,249		
Gabinete do Secretário de Estado dos Recursos Naturais	25	1,327	19		-	**2,620**
				1,249		
Direcção Nacional de Administração e Finanças	28	1,172	100	-	-	**1,300**
Direcção Nacional Planeamento de Recursos Naturais	16	142	3	-	-	**161**
Direcção Nacional do Petróleo e do Gás	29	82	3	-	-	**114**
Direcção Nacional de Geologia e Recursos Minerais	26	225	9		-	**260**
Secretaria de Estado para a Política Energética	**73**	**185**	**-**	**-**	**251**	**509**
Gabinete do Secretário de Estado para a Política Energética	26	92	-	-	-	**118**
Direcção Nacional de Administração e Finanças	19	22	-	-	-	**41**
Direcção Nacional Pesquisa e Políticas de Energia Alternativa	11	46	-	-	-	**57**
DN para Coordenação das Actividades de Energia Renovável	17	25	-	-	251	**293**
Secretaria de Estado Formação Profissional e Emprego	**212**	**576**	**115**	**-**	**1,250**	**2,153**

Gabinete do Secretário de Estado da Form. Prof. e Emprego	27	96	20	-	-	**143**
Direcção Nacional de Administração e Finanças	19	49	27	-	-	**95**
Direcção Nacional da Formação Profissional	-	64	15	-	100	**179**
Direcção Nacional de Emprego	63	77	17	-	1,000	**1,157**
Direcção Nacional das Relações de Trabalho	103	224	17	-	-	**344**
Direcção Nacional da Inspecção do Trabalho	-	32	14	-	-	**46**
Direcção de Arbitragem	-	34	5	-	-	**39**
Centro Nacional de Emprego e Formação Professional - Tibar	-	-	-	-	150	**150**
Secretaria de Estado da Promoção Igualdade	**64**	**154**	**74**	**-**	**-**	**292**
Gabinete do Secretário de Estado para a Promoção da Igualdade	26	27	-	-	-	**53**
Direcção da Administração, Logística e Finanças	23	54	22	-	-	**99**
Direcção de Políticas e Desenvolvimento do Género	15	73	52	-	-	**140**
Ministério da Defesa e Segurança	**9,457**	**20,010**	**3,509**		**-**	**37,569**
				4,593		
Gabinete do Ministro da Defesa e Segurança	-	100	-	-	-	**100**
Secretaria de Estado da Defesa	130	159	23	-	-	**312**
Gabinete do Secretário de Estado da Defesa	46	44	4	-	-	**94**
Direcção Nacional de Administração e Finanças	32	84	4	-	-	**120**
Direcção Nacional de Planeamento e Intercâmbio Internacional	26	15	6	-	-	**47**
Direcção Nacional de Aprovisionamento e de Gestão do Património	26	16	9	-	-	**51**
FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste	1,982	9,450	138		-	**13,912**
				2,342		
Secretaria de Estado da Seguranca	1,445	10,301	3,348		-	17,345
				2,251		
Gabinete do Secretário de Estado da Segurança	26	-	-	-	-	**26**
Secretário Permanente	13	-	-	-	-	**13**
Unidade de Finanças e Administração	28	10,301	3,348		-	**15,928**
				2,251		

Direcção Nacional de Protecção Civil	273	-	-	-	-	**273**
Direcção Nacional para a Segurança de Edifícios e Acreditações	1,095	-	-	-	-	**1,095**
Gabinete de Inspecção e Fiscalização	10	-	-	-	-	**10**
PNTL	**5,900**	**-**	**-**	**-**	**-**	**5,900**
PNTL - Direcção Nacional de Administração	248	-	-	-	-	**248**
PNTL - Comando Nacional de Operações	3,925	-	-	-	-	**3,925**
PNTL - Unidade de Intervenção Rápida	571	-	-	-	-	**571**
PNTL - Serviços de Migração	201	-	-	-	-	**201**
PNTL - Unidade de Patrulhamento da Fronteiras	542	-	-	-	-	**542**
PNTL - Unidade Marítima	83	-	-	-	-	**83**
PNTL - Unidade de Reserva da Polícia	135	-	-	-	-	**135**
Academia de Polícia	195	-	-	-	-	**195**
Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação	**401**	**5,447**	**802**	**350**	**-**	**7,000**
Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros	29	29	-	-	-	**58**
Sede do MNEC	198	842	353		-	**1,493**
				100		
Secretaria de Estado para a Cooperação Internacional	21	13	-	-	-	**34**
Secretaria de Estado das Migrações e Comunidades no Estrangeiro	21	13	-	-	-	**34**
Missão Permanente nas Nações Unidas em Nova Iorque	9	548	69	-	-	**626**
Embaixada - Lisboa	10	238	35	-	-	**283**
Embaixada - Jakarta	11	238	30	-	-	**279**
Embaixada - Washington	7	319	62	-	-	**388**
Embaixada - Camberra	8	253	-		-	**511**
				250		
Embaixada - Kuala Lumpur	6	163	-	-	-	**169**
Embaixada - Bruxelas	7	247	50	-	-	**304**
Embaixada - Banguecoque	7	133	46	-	-	**186**
Embaixada - Tóquio	7	519	13	-	-	**539**

Embaixada - Pequim	8	177	5	-	-	**190**
Embaixada - Maputo	6	145	-	-	-	**151**
Consulado - Sidney	5	140	22	-	-	**167**
Consulado - Denpasar	3	153	-	-	-	**156**
Consulado - Kupang	5	100	22	-	-	**127**
Salão Memorial da Independência	4	20	-	-	-	**24**
Gabinete de Demarcação da Fronteira Terrestre	6	92	-	-	-	**98**
Gabinete Apoio à Commissão de Verdade e Amizade	-	27	-	-	-	**27**
Embaixada - Havana	4	232	30	-	-	**266**
Embaixada - Manila	6	155	-	-	-	**161**
Embaixada - Genebra	6	187	65	-	-	**258**
Visitas Oficiais	-	42	-	-	-	**42**
Embaixada - Vaticano	7	422	-	-	-	**429**
Ministério das Finanças	**1,589**	**5,670**	**893**	**-**	**-**	**8,152**
Gabinete do Ministro das Finanças	18	30	-	-	-	**48**
Secretário Permanente	12	4	-	-	-	**16**
Serviços Administrativos e Informáticos	85	2,134	452	-	-	**2,671**
Direcção Nacional do Orçamento	86	91	28	-	-	**205**
Direcção Nacional do Tesouro	183	2,394	28	-	-	**2,605**
Serviço de Impostos de Timor-Leste	217	119	145	-	-	**481**
Unidade da Política Tributária e Macro Economia	22	231	18	-	-	**271**
Direcção Nacional do Plano e Coordenação de Assistência Externa	65	42	25	-	-	**132**
Direcção Nacional de Alfândegas	500	316	92	-	-	**908**
Direcção Nacional do Património e Fornecimento	87	102	45	-	-	**234**
Direcção de Aprovisionamento	122	117	24	-	-	**263**
Direcção Nacional de Estatística	126	63	-	-	-	**189**
Fornecimento e Gastao de Inventario	66	27	36			**129**
Dotações para todo o Governo - Administrado pelo Ministério das Finanças	**-**	**20,487**	**3,633**	**3,500**	**16,541**	**44,161**

Dotações para Todo o Governo - Fundos com Contrapartidas	-	-	-	2,500	-	**2,500**
Dotações para Todo o Governo - Auditoria	-	750	-	-	-	**750**
Dotações para Todo o Governo - Financiamento Retroactivo	-	45	-	-	-	**45**
Dotações para Todo o Governo - Reserva de Contingência	-	2,500	-	-	-	**2,500**
Dotações para Todo o Governo - Fundo para Viagens ao Estrangeiro	-	750	-	-	-	**750**
Dotações para Todo o Governo - Quotas de Membro de Instituições Internacionais	-	300	-	1,000	-	**1,300**
Dotações para Todo o Governo-Provisão para Reembolso de Impostos e Taxas	-	30	-	-	-	**30**
Dotações para Todo o Governo - Provisão para Combustível	-	15,000	-	-	-	**15,000**
Dotações para Todo o Governo - Provisão para Impostos do FFTL	-	500	-	-	-	**500**
Provisão Para Reforma dos Antigos Combatentes	-	-	-	-	16,000	**16,000**
Pensoes e subsidios aos Ex titulares e ex membros deo Governo	-	612	133	-	541	**1,286**
Fundo para compra de uma frota de veiculos	-	-	3,500	-	-	**3,500**
Ministério da Justiça	**1,262**	**3,286**	**408**	**2,255**	**-**	**7,211**
Gabinete da Ministra da Justiça	22	27	-	-	-	**49**
Secretário Permanente	17	25	9	-	-	**51**
Direcção Nacional dos Serviços Administrativos, Financeiros e de Pessoal	110	622	34	138	-	**904**
Direcção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação	46	223	9	-	-	**278**
Direcção Nacional dos Direitos Humanos e de Cidadania	51	200	19	-	-	**270**
Direccao Nacional dos Registos e do Notariado	242	304	52	536	-	**1,134**
Direcção Nacional de Terras e Propriedades	210	734	44	73	-	**1,061**
Divisão de Cartografia Nacional	42	64	89	-	-	**195**
Direcção Nacional dos Serviços Prisionais e Reinserção Social	39	356	78	-	-	**473**

Prisões Distritais	337	453	32		-	**1,990**
				1,168		
Centro de Formação Jurídica	25	187	13		-	**325**
				100		
Defensoria Pública	121	91	29		-	**481**
				240		
Ministério da Saúde	**4,696**	**14,218**	**2,601**		**-**	**23,983**
				2,468		
Gabinete Ministro da Saúde	29	20	-	-	-	**49**
Gabinete Vice Ministro da Saúde	26	13	-	-	-	**39**
Serviços Centrais da Saúde	444	5,675	634		-	**7,048**
				295		
Laboratório Nacional	63	247	-		-	**365**
				55		
Hospital Nacional Guido Valadares	819	1,310	181		-	**2,610**
				300		
Hospital de Referência Baucau	286	561	643		-	**1,560**
				70		
Hospital de Referência Maliana	131	252	13		-	**631**
				235		
Hospital de Referência Maubisse	95	237	170		-	**772**
				270		
Hospital de Referência Oecusse	107	353	69		-	**729**
				200		
Hospital de Referência Suai	119	317	204		-	**842**
				202		
Serviços Distritais de Saúde de Aileu	159	338	51		-	**608**
				60		
Servicos Distritais de Saúde de Ainaro	137	338	108		-	**683**

				100		
Servicos Distritais de Saúde de Baucau	288	336	40		-	**754**
				90		
Servicos Distritais de Saúde de Bobonaro	181	443	37		-	**741**
				80		
Servicos Distritais de Saúde de Covalima	159	324	45		-	**694**
				166		
Servicos Distritais de Saúde de Dili	261	464	58		-	**863**
				80		
Servicos Distritais de Saúde de Ermera	208	402	71		-	**731**
				50		
Servicos Distritais de Saúde de Lautem	218	334	37		-	**669**
				80		
Servicos Distritais de Saúde de Liquiça	144	365	15	-	-	**524**
Servicos Distritais de Saúde de Manatuto	179	371	83		-	**663**
				30		
Servicos Distritais de Saúde de Manufahi	176	384	46	-	-	**606**
Instituto de Ciências da Saúde	104	493	6	-	-	**603**
Servicos Distritais de Saúde de Oecusse	141	309	46		-	**541**
				45		
Servicos Distritais de Saúde de Viqueque	222	332	44		-	**658**
				60		
Ministério da Educação	**19,482**	**12,250**	**2,600**		**2,500**	**45,280**
				8,448		
Gabinete do Ministro da Educação	25	51	-	-	-	**76**
Gabinete do Vice Ministro Educação	26	42	-	-	-	**68**
Gabinete do Inspector-Geral	14	15	-	-	-	**29**
Director-Geral	9	8	-	-	-	**17**
Assistente 1 do Director-Geral	5	-	-	-	-	**5**

Assistente 2 do Director-Geral	5	-	-	-	-	**5**
Direcção de Administração e Finanças	371	996	299	-	-	**1,666**
Direcção de Política, Plano e Desenvolvimento	67	80	14	-	-	**161**
Direcção do Ensino Técnico Superior	34	1,176	54	-	-	**1,264**
Universidade Nacional de Timor Leste	1,206	219	557	-	-	**1,982**
Direcção de Acreditação e Administração Escolar	17,300	3,208	1,537	-	2,500	**24,545**
Unidade de Infraestruturas	-	-	-		-	**8,448**
				8,448		
Gabinete Jurídico	2	-	-	-	-	**2**
Direcção de Educação de Adultos e Ensino Não Formal	166	1,862	83	-	-	**2,111**
Direcção de Formação Profissional	93	665	26	-	-	**784**
Instituto Nacional de Formação Profissional	2	-	-	-	-	**2**
Biblioteca Nacional	3	-	-	-	-	**3**
Direcções Regionais	49	400	-	-	-	**449**
Gabinete Protocolo e Media	15	23	10	-	-	**48**
Direcção de Currículos Escolares, Materiais e Avaliação	30	3,338	8	-	-	**3,376**
Gabinete do Secretário de Estado da Cultura	24	15	-	-	-	**39**
Direcção da Cultura	36	152	12	-	-	**200**
Ministério da Administração Estatal e Ord.Território	**1,799**	**6,161**	**787**	**958**	**2,286**	**11,991**
Gabinete do Ministro da Administração Estatal e Ordenamento do Território	20	53	-	-	-	**73**
Gráfica Nacional	42	39	102	-	-	**183**
Arquivo Nacional	63	17	8	-	-	**88**
Instituto Nacional de Administração Pública	127	185	80		91	**534**
				51		
Secretariado Técnico da Administração Eleitoral	178	550	8	-	-	**736**
Eleições do Chefe do Suco 2008	-	300	-	-	-	**300**
Secretaria de Estado da Reforma Administrativa	21	56	14	-	300	**391**
Direcção Nacional da Função Pública	60	70	25	-	-	**155**

Direcção Nacional do Desenvolvimento Local e Ordenamento do Território	61	-	-	-	-	**61**
Secretaria de Estado da Região Especial do Oecusse	44	88	25	-	-	**157**
Gabinete Secretário Permanente	12	11	-	-	-	**23**
Direcção Nacional da Administração e Finanças	132	1,924	4	-	-	**2,060**
Programa Desenvolvimento Local	-	190			1,895	**2,085**
Direcção Nacional da Administração do Governo Local	45	309	521		-	**1,582**
				707		
Direcção de Administração do Território Distrito Dili	325	230	-		-	**755**
				200		
Direcção de Administração do Território Distrito Baucau	63	289	-	-	-	**352**
Direcção de Administração do Território Distrito Bobonaro	63	232	-	-	-	**295**
Direcção de Administração do Território Distrito Manufahi	50	153	-	-	-	**203**
Direcção de Administração do Território Distrito Viqueque	56	201	-	-	-	**257**
Direcção de Administração do Território Distrito Lautem	56	172	-	-	-	**228**
Direcção de Administração do Território Distrito Manatuto	63	140	-	-	-	**203**
Direcção de Administração do Território Distrito Covalima	69	160	-	-	-	**229**
Direcção de Administração do Território Distrito Ainaro	50	127	-	-	-	**177**
Direcção de Administração do Território Distrito Aileu	50	158	-	-	-	**208**
Direcção de Administração do Território Distrito Ermera	56	264	-	-	-	**320**
Direcção de Administração do Território Distrito Liquiça	43	136	-	-	-	**179**
Direcção de Administração do Território Distrito Oecusse	50	107	-	-	-	**157**
Ministério da Economia e do Desenvolvimento	**513**	**2,969**	**548**	**-**	**2,550**	**6,580**
Gabinete do Ministro da Economia e do Desenvolvimento	28	40	-	-	-	**68**
Inspecção do Ministério	11	11	11	-	-	**33**
Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial	171	245	8	-	-	**424**
Instituto para a Promoção de Investimento e Desenvolvimento	-	204	-	-	-	**204**
Gabinete do Vice Ministro da Economia e do Desenvolvimento	27	38	-	-	-	**65**
Direcção Nacional de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional	29	53	36	-	-	**118**

Gabinete do Secretário de Estado do Meio Ambiente	24	32	-	-	-	**56**
Direcção Nacional dos Serviços do Meio Ambiente	77	142	220	-	-	**439**
Direcção Nacional dos Assuntos Ambientais Internacionais	-	64	26	-	-	**90**
Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e Cooperativas	23	32	-	-	-	**55**
Direcção Nacional do Desenvolvimento Rural	26	62	132	-	1,550	**1,770**
Direcção Nacional das Cooperativas	47	48	43	-	1,000	**1,138**
Secretário Permanente	12	34	24	-	-	**70**
Direcção Nacional de Administração e Finanças	38	1,964	48	-	-	**2,050**
Ministério da Solidariedade Social	**489**	**4,219**	**135**	**250**	**9,700**	**14,793**
Gabinete do Ministro da Solidariedade Social	31	35	-	-	-	**66**
Gabinete Secretário Permanente	9	20	-	-	-	**29**
Direcção Nacional da Administração e das Finanças	129	643	23	150	150	**1,095**
Gabinete Secretário de Estado para os Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional	25	30	-	-	-	**55**
Direcção Nacional dos Veteranos e Libertação Nacional	63	1,992	36	100	150	**2,341**
Gabinete Secretário de Estado da Assistência Social e Desastres Naturais	25	30	-	-	-	**55**
Direcção Nacional Assistência Social	81	812	31	-	1,150	**2,074**
Direcção Nacional de Reinserção Social	46	362	-	-	1,100	**1,508**
Direcção Nacional de Gestão de Desastres	31	156	16	-	1,000	**1,203**
Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social	25	30	-	-	-	**55**
Direcção Nacional da Segurança Social	24	109	29	-	6,150	**6,312**
Ministério das Infra-Estruturas	**3,387**	**15,790**	**2,015**	**37,693**	**-**	**58,885**
Gabinete do Ministro das Infra-Estruturas	33	23	-		-	**56**
Gabinete do Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações	23	12	-	-	-	**35**

Secretário Permanente	8	15	8	-	-	**31**
Autoridade Reguladora das Comunicações	61	113	231	-	-	**405**
Direcção dos Serviços Transportes Marítimos	55	43	20	-	-	**118**
Direcção de Meteorologia e Geofísica	32	21	24	-	-	**77**
Direcção Nacional de Informática e Tecnologia	112	366	9		-	**2,987**
				2,500		
Direcção Nacional de Administração e Finanças	83	1,538	27	-	-	**1,648**
Direcção Nacional de Transportes Terrestres	238	470	111		-	**1,595**
				776		
Direcção Nacional de Correios de Timor-Leste	59	441	32	-	-	**532**
Serviços postais	-	-	-	-	-	**-**
Autoridade da Aviação Civil de Timor Leste	96	274	17	-	-	**387**
Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor Leste	243	601	16		-	**4,049**
				3,189		
APORTIL Agência Auto Financiada	129	610	110		-	**949**
				100		
Instituto Público de Gestão de Equipamentos	228	2,067	25	-	-	**2,320**
Gabinete do Secretário de Estado para Electricidade, Água e Urbanização	25	19	20	-	-	**64**
Secretário Permanente	9	63	4	-	-	**76**
Direcção de Serviços Corporativos	47	2,647	135		-	**3,229**
				400		
Direcção Nacional do Plano Urbano	32	78	83	-	-	**193**
Direcção Nacional Gestão dos Recursos de Água	-	22	6	-	-	**28**
Direcção Nacional de Água e Saneamento	391	1,009	268		-	**3,158**
				1,490		
Electricidade de Timor-Leste	759	1,845	551		-	**7,031**
				3,876		
Gabinete do Secretário do Estado das Obras Públicas	23	21	-	-	-	**44**

Secretário Permanente das Obras Públicas	15	9	-	-	-	**24**
Direcção dos Serviços de Administração e Finanças	110	542	22	-	-	**674**
Direcção de Serviços de Edificação e Habitação	245	599	44		-	**5,888**
				5,000		
Direcção dos Serviços de Pesquisa e Desenvolvimento	83	89	138	-	-	**310**
Direcção de Serviços de Estradas, Pontes e Controlo de Inundações	248	2,253	114		-	**22,977**
				20,362		
Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	**291**	**6,267**	**412**	**930**	**-**	**7,900**
Gabinete do Ministro do Turismo, Comércio e Indústria	32	13	-	-	-	**45**
Gabinete de Auditoria Interna	24	10	19	-	-	**53**
Gabinete do Secretário Permanente	26	40	37	-	-	**103**
Direcção Nacional da Administração e Finanças	27	391	24	-	-	**442**
Direcção Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento	31	15	17	-	-	**63**
Direcção Nacional do Comércio Externo	12	59	21	-	-	**92**
Direcção Nacional do Comércio Doméstico	47	77	46		-	**270**
				100		
Direcção Nacional da Indústria	37	247	194	-	-	**478**
Gabinete do Secretário de Estado para o Turismo	22	8	-	-	-	**30**
Direcção Nacional do Turismo	33	543	21		-	**972**
				375		
Segurança Alimentar	-	4,864	33		-	**5,352**
				455		
Ministério da Agricultura e Pescas	**1,688**	**8,029**	**1,702**		**2,000**	**16,668**
				3,249		
Gabinete Ministro da Agricultura	33	24	-		-	**57**
Gabinete Assessor Legal	-	-	-	-	-	**-**
Direcção Nacional de Quarentena e Biosegurança	62	196	33		-	**421**
				130		
Direcção Nacional de Educação e Formação Agrícola	220	468	79		-	**867**

				100		
Direcção Nacional de Política e Planeamento	71	467	16	-	-	**554**
Gabinete do Secretário Permanente	9	29	-	-	-	**38**
Direcção Nacional da Administração	82	727	17		-	**926**
				100		
Direcção Nacional de Agro-Comércio	41	392	15	-	-	**448**
Direccao Nacional de Pesquisa e Servicos Especiais	129	894	13		-	**1,436**
				400		
Secretaria de Estado da Agricultura e Arboricultura	24	13	-	-	-	**37**
Direcção Nacional de Agricultura e Horticultura	141	714	884		-	**3,453**
				1,714		
Direcção Nacional de Indústria Alimentar e Horticultura	-	-	-	-	-	**-**
Direcção Nacional de Café e Plantas Industriais	40	359	48	-	-	**447**
Direcção Nacional das Florestas	111	959	32		-	**1,202**
				100		
Gabinete do Secretário de Estado das Pescas	24	13	-	-	-	**37**
Direcção Nacional de Pescas e Aquicultura	254	685	522		-	**1,961**
				500		
Gabinete do Secretário de Estado da Pecuária	24	13	-	-	-	**37**
Direcção Nacional de Pecuária	117	824	17		-	**1,163**
				205		
Direcção Servicos de Desenvolvimento Comunitário Agrícola	-	400	5	-	-	**405**
Fundo Desenvolvimento Comunidade Agrícula	-	-	-	-	2,000	**2,000**
Serviços de Agricultura Distrito Aileu	7	67	-	-	-	**74**
Serviços de Agricultura Distrito Ainaro	12	72	-	-	-	**84**
Serviços de Agricultura Distrito Baucau	37	75	21	-	-	**133**
Serviços de Agricultura Distrito Bobonaro	35	77	-	-	-	**112**
Serviços de Agricultura Distrito Covalima	27	94	-	-	-	**121**
Serviços de Agricultura Distrito Ermera	19	48	-	-	-	**67**

Serviços de Agricultura Distrito Liquisa	20	58	-	-	-	**78**
Serviços de Agricultura Distrito Lautem	16	56	-	-	-	**72**
Serviços de Agricultura Distrito Manatuto	18	58	-	-	-	**76**
Serviços de Agricultura Distrito Manufahi	30	96	-	-	-	**126**
Serviços de Agricultura Distrito Oecusse	64	62	-	-	-	**126**
Serviços de Agricultura Distrito Viqueque	21	89	-	-	-	**110**
Tribunais	**262**	**1,423**	**336**	**-**	**-**	**2,021**
Conselho Superior de Magistratura Judicial	5	15	3	-	-	**23**
Tribunal de Recurso	50	763	73	-	-	**886**
Tribunais Distritais	207	645	260	-	-	**1,112**
Procuradoria-Geral da República	**148**	**890**	**301**	**797**	**-**	**2,136**
Procuradoria-Geral da República e Distrital Dili	148	890	301	387	-	**1,726**
Procuradoria Distrital de Baucau	-	-	-	150	-	**150**
Procuradoria Distrital de Suai	-	-	-	130	-	**130**
Procuradoria Distrital de Oecusse	-	-	-	130	-	**130**
Provedoria de Direitos Humanos e Justiça	**128**	**258**	**97**	**-**	**-**	**483**
Provedoria de Direitos Humanos e Justiça	128	258	97	-	-	**483**
Serviço Público de Radiodifusão de Timor-Leste	**404**	**1,000**	**500**	**-**	**-**	**1,904**
Televisão de Timor-Leste	138	58	234	-	-	**430**
Radiotelevisão de Timor-Leste - Geral	110	880	41	-	-	**1,031**
Rádio de Timor-Leste	156	62	225	-	-	**443**
Comissão Nacional das Eleições	**35**	**471**	**98**	**-**	**1,000**	**1,604**
Comissão Nacional das Eleições	35	471	98	-	1,000	**1,604**

Anexo 4 Plano de Capital e Desenvolvimento para 2008 até 2011

Titulo do Projeto	2008	2009	2010	2011	Total
					-
Construção de um novo Edifício do Parlamento	400	-	-	-	400
Obras Menores no Parlamento Nacional	101	-	-	-	101
Obras de Reabilitação no palacio do Governo	74	-	-	-	74
Projeto Juventude Disporto	300	-	-	-	300
Injecção capital para o consurtio que vai investigar o Pipeline	1,000	-	-	-	1,000
Injecção de capital para a autoridade de petroleo	249	-	-	-	249
Armazen das Falentil-FDTL-Metinaro	200	-	-	-	200
Armazen das Falentil-FDTL-Hera	200	-	-	-	200
Base da Policia Militar - Alojamento	250	-	-	-	250
Melhoria da abastecimento de água em Baucau	150	-	-	-	150
FALENTIL-Construção depósito de Armas em Baucau	250	-	-	-	250
FALINTIL - Depósito de Armas de Metinaro	250	-	-	-	250
FALINTIL - Depósito de Armas de Hera	-	-	-	-	-
Melhoria de estradas internas -Baucau	50	50	-	-	100
Melhoria de instalações de tereino fisico-Metinaro	150	-	-	-	150
Fase 2- Reparos residência dos Chefe do Estado-Major Jenderal das Forças Armadas	300	-	-	-	300
Melhoria da TI-FDTL	242	-	-	-	242
Melhoria das Instalações Adm, eoperacionais Navais	100	-	-	-	100
Melhoria das Instalações de Armazenamento Navais	50	-	-	-	50
Segunda fase-Melhoria de centro de treino em Metinaro	150	-	-	-	150
Academia de Polícia- Construção de Muro para a Carreira de Tiro	245	-	-	-	245
Academia de Polícia- Construção de um Ginásio	102	-	-	-	102
Academia de Polícia- Reabilitação dos Gabinetes da Academia	150	-	-	-	150

Titulo do Projeto	2008	2009	2010	2011	Total
Construção de scuadra de Polícia- Dili	495	-	-	-	495
Construção de scuadra de Polícia- Manatuto	123	-	-	-	123
Construção de scuadra de Polícia- Watulari	35	-	-	-	35
Construção de scuadra de Polícia- Fatumea	28	-	-	-	28
Construção de posto de Patrolha de fronteiriça-Alto Lebos	30	-	-	-	30
Construção de posto de Patrolha de fronteiriça- saburai	28	-	-	-	28
Construção de novo posto de imigração na Fronteira	60	-	-	-	60
Dormitórios para a Unidade de Intervenção Rápida	500	-	-	-	500
Construção de Armazém	80	-	-	-	80
Construção de Residência para Comadante da PNTL	40	-	-	-	40
Construção de scuadra da Polícia Nacional I em Pasabe	35	-	-	-	35
Construção de scuadra da Polícia Nacional em Gleno	35	-	-	-	35
Construção de scuadra da Polícia Nacional em Laulara	35	-	-	-	35
Construção de Residente para operações e Adm. Do Comissário Adjunto	80	-	-	-	80
Construção de Gabinetes em Três Distritos	150	-	-	-	150
Ordenamento paisagístico do novo ministérios dos Negóçios Estrangeiros	100	-	-	-	100
Financiamento contra partidaria para a embaixada de Cambera	250	-	-	-	250
Notas Promissórias	1,000	-	-	-	1,000
Fundos de Contrapartida do banco Asiático de Desenvolvimento	2,500	-	-	-	2,500
Intranet para o Sector da Justiça	138	150	150	150	588
Implementação de um sistema de Gestão do Registo de Cidadãos	536	792	-	-	1,328
Construção de Edifício para a direcção de Terras e Propriedades	73	-	-	-	73
Reabilitação da Prisão de Becora	242	500	300	-	1,042
Reabilitação da Prisão de Gleno	826	-	-	-	826
Reabilitação da uma nova Prisão em Baucau	100	-	-	-	100
Centro de Formação Jurídica- Alargamento da Biblioteca	100	-	-	-	100

Titulo do Projeto	2008	2009	2010	2011	Total
Reabilitação do Gabinete da Defesa Pública em Oecusse	60	-	-	-	60
Reabilitação do Gabinete da Defesa Pública em Baucau	100	-	-	-	100
Reabilitação do Gabinete da Defesa Pública em Suai	80	-	-	-	80
Melhoramento de Instalações de Saude Materna em Laboratótios em Clínicas de Saúde	210	-	-	-	210
Concepção e Supervisão de projetos de Saúde	85	-	-	-	85
Reabilitação de Posto de Saúde- Manufahi kiik	15	-	-	-	15
Construção de Laboratório central para teste de produtos Farmacêuticos	55	-	-	-	55
Finalização do Hospital Nacional de Dili (Guido Valadares) para um novo Departemento de Potologia forense	300	-	-	-	300
Alojamento de Médicos- Hospital de referência de Baucau	70	-	-	-	70
Centro de Saúde do Distrito de Aileu-Gabinetes	60	-	-	-	60
Hospita de Referência de Maubise-Residência para Enfermeiros	200	100	-	-	300
Hospital de referência de Maubise-Alojamento para Médicos	70	-	-	-	70
Consturção de Posto de saúde- Liurai	30	-	-	-	30
Centro de Saúde do Distrito de Ainaro-Gabinetes	70	-	-	-	70
Construção de Posto de Saúde -Ossowaque	30	-	-	-	30
Construção de Posto de Saúde -Ossowala	30	-	-	-	30
Reabilitação de Posto de Saúde - Ossohuna	30	-	-	-	30
Conclusão do Muro de Perímetro no Hospital de referência de Maliana	200	-	-	-	200
Hospital de referência de Maliana- Alojamento para um Médicos	35	-	-	-	35
Construção de Posto de Saúde -Cailaco	40	-	-	-	40
Construção de Posto de Saúde -Lolotoe	40	-	-	-	40
Hospital de Referência de Suai-Construção de residências para Médicos e Enfremeiros	202	-	-	-	202
Construção de Posto de Saúde -Gala	25	-	-	-	25
Construção de centro de Saúde- Fatululic	141	-	-	-	141
Alargamento de centro de Saúde- Becora	80	-	-	-	80
Construção de Posto de Saúde -Leubasa		-	-	-	35

Titulo do Projeto	2008	2009	2010	2011	Total
	35				
Reabilitação de Posto de Saúde- Hatolia	15	-	-	-	15
Construção de Posto de Saúde -Lacava	40	-	-	-	40
Reabilitação de SDS- Lautem	40	-	-	-	40
Reabilitação de Posto de Saúde- Liheu	15	-	-	-	15
Conclusão do Muro de Perímetro no Hospital de referência de Oecusse	200	-	-	-	200
Construção de Posto de Saúde -Lacufoan	25	-	-	-	25
Reabilitação de Posto de Saúde- sacato	20	-	-	-	20
Construção de Posto de Saúde -Uatolari	30	-	-	-	30
Construção de Posto de Saúde -Viqueque	30	-	-	-	30
Reabilitação de Escola Primária-P 01 Aileu	133	-	-	-	133
Reabilitação de Escola Primária-P 03 Tohumeta	50	-	-	-	50
Construção de Nova Escola Primária- Faturilau	100	30	-	-	130
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária- P slaurlala	120	36	-	-	156
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária- P2 Sorulao	130	39	-	-	169
Construção e Reabilitação de Nova EBI P 1Hatobuilico	120	36	-	-	156
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária- P1 Leolima	150	45	-	-	195
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária- P Abu Uaimatale'e	150	45	-	-	195
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária- P Rairobo	150	45	-	-	195
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária- P1 Balibo	175	53	-	-	228
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária- P Ilatlaun	160	48	-	-	208
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária- P 01 Marco	150	45	-	-	195
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária- P Raifun & JI	150	45	-	-	195
Construção de Nova SDN - Cusilulic	130	39	-	-	169
Construção de Nova Escola Primária- Dacolo	130	39	-	-	169
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária- Ogues	130	39	-	-	169

Titulo do Projeto	2008	2009	2010	2011	Total
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária- P Suai Loro	150	45	-	-	195
Reabilitação de Escola Primaria-P Ajoan/ Niquir	80	24	-	-	104
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária- P Ailelehun	100	30	-	-	130
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária- P 12 Outubro de Tasi tolu	120	36	-	-	156
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária- P Batumano	100	30	-	-	130
Construção de Nova Escola Primária- P Raimerhei	160	48	-	-	208
Construção de Nova Escola Primária- P Lebutu	100	30	-	-	130
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária- P Aimeta	110	33	-	-	143
Construção de Nova Escola Primária- P 4 Iradarato	100	30	-	-	130
Construção de Nova Escola Primária- P 02 Mehara	160	48	-	-	208
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária- P 3 Loidahar	160	48	-	-	208
Reabilitação de Escola Primaria - P 1 Maubara-Vaviquina	120	-	-	-	120
Reabilitação de Escola Primaria - P Aubeon Cacai Uman 34	60	-	-	-	60
Construção de Nova Escola Primárial - P Behau Fatumetak 9	110	33	-	-	143
Construção de Nova Escola Primária - Diric Hun	100	30	-	-	130
Construção de Nova Escola Primária - P 02 Cairui	110	33	-	-	143
Construção de Nova Escola Primária - P Maun-Fahe 38	150	45	-	-	195
Construção de Nova Escola Primárial - P 4 Ailuli	160	48	-	-	208
Construção de Nova Escola Primária - P 9 Beremana	160	48	-	-	208
Construção de Nova Escola Primária - P Baqiutba Elcona	150	45	-	-	195
Construção de Nova Escola Primária - P Sacato	160	48	-	-	208
Construção de Nova Escola Primária - P Passabe Maesmat	80	-	-	-	80
Construção de Nova Escola Primária - P 5 Nahareca	160	48	-	-	208
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária - P Afaloicai	150	45	-	-	195
Construção de Nova Escola Primária - P Rai Tahu	160	48	-	-	208
Construção de Nova Escola Primária Pembina	100	30	-	-	130

Titulo do Projeto	2008	2009	2010	2011	Total
Construção de Nova Escola Pre- Secondaria Waibua	350	105	-	-	455
Construção de Nova Escola Secondaria- Malere	350	105	-	-	455
Construção de Nova Escola Primária- Naroman	120	-	-	-	120
Construção de Nova Escola Primária- Natarbora	130	39	-	-	169
New Polytechnic Complex at Hera	200	1,500	-	-	1,700
Novo Complexo Politécnico	-	3,000	-	-	3,000
Novo Complexo Politécnico	-	3,000	-	-	3,000
Nova Faculdade de Agricultura	200	2,000	-	-	2,200
Nova Faculdade de Engenharia	-	1,000	-	-	1,000
Faculdade de política e Filosofia	100	-	-	-	100
Demolição d Armazén Destruído e Construção de novo armazén	200	60	-	-	260
Complexo,Gabinetes e Ordenamento Paisagístico do Ministêrio da Educação	240	72	-	-	312
Construção de Quadro Gabinetes Ministeriais Regionais (Casas Cobe)	250	75	-	-	325
Construção de nova escola Primária - Binagua	150	45	-	-	195
Construção de nova escola Primária - Vemasse	130	39	-	-	169
Construção de nova escola Primária - Laciara	110	-	-	-	110
Construção de nova escola Primária - P 01 Lospalos	120	-	-	-	120
Construção de novo Liceu-EPS Metinaro	200	60	-	-	260
Construção de nova Escola Secundaria-Betano	200	-	-	-	200
Construção de Sede do Suco- Gariuai	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Nunu Mogue	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Manutassi	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Edi	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Aituto	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Mauchiga	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Eraulo	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Goulolo	7	-	-	-	7

Titulo do Projeto	2008	2009	2010	2011	Total
Construção de Sede do Suco - Dukurai	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Hatugau	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Katrai Leten	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Lauana	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Pairara	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Ailili	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Sau	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Manelima	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Funar	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Fatumakerek	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Sananain	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Umaboku	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Aubeon	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Lahae	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Seloi Kraik	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Liurai	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Hohalau	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Fahisoi	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Manukasa	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Namoleso	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Acubilitoho	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Bereleu	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Betulau	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Fautrilau	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Acumau	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Hautuho	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Tulatakeu	7	-	-	-	7

Titulo do Projeto	2008	2009	2010	2011	Total
Construção de Sede do Suco - Faturasa	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Maumeta	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Atabai	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Batugade	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Tapo Memo	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Holsa	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Lebos	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Lukulai	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Leotela	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Haupau	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Urahou	7	-	-	-	7
Construção de Sede do Suco - Fatisi	7	-	-	-	7
Reabilitação da Sede do Suco-Abafala	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Afaloicai	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Aidabaleten	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Aiteas	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Aitenua	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Alaua-Leten	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Asumano	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Atelari	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Aubeon	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Baboe Leten	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Babulu	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Baguia	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Bahú	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Bandudatu	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Batu Manu	3	-	-	-	3

Titulo do Projeto	2008	2009	2010	2011	Total
Reabilitação da Sede do Suco - Beloi	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Bemori	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Betano	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Biqueli	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Buruma	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Cassa	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Colmera	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Comoro	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Cová	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Cribas	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Dato	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Dato Rua	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Defa-Uassi	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Fahiria	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Fatubessi	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Fatubessi	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Fatukalo	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Fatuleto	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Foholau	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Fohoren	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Hataz	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Hatulia	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Holarua	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Sucos - Holpilat	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Humboe	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Iliheu	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Kaimauk	3	-	-	-	3

Titulo do Projeto	2008	2009	2010	2011	Total
Reabilitação da Sede do Suco - Katrai Kraik	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Kotolau	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Labarat	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Laku Mesak	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Lalisuk	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Lasaun	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Lauala	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Lausi	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Lavateri	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Leimea Leten	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Lesuata	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Letefoho	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Letemumo	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Lihu	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Liurai	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Loidahar	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Loilubo	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Maabat	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Maina I	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Malabe	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Malere	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco- Maluro	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Maluru	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Manehat	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Manumera	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Maubisi	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Matata	3	-	-	-	3

Titulo do Projeto	2008	2009	2010	2011	Total
Reabilitação da Sede do Suco - Mauabu	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Mau-Nunu	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Mehara	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Mertutu	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Motael	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Motaulun	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Naimeco	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Oeleso	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Ogues	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Orana	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Orlalan	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Osso-Huna	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Paramin	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Poetete	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Ponilala	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Railaco Kraik	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Railako Leten	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Raimerhei	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Rairobo	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Rotutu	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Saboria	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Sabuli	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Samalari	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Serelau	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Soro	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Suro-Craic	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Talitu	3	-	-	-	3

Titulo do Projeto	2008	2009	2010	2011	Total
Reabilitação da Sede do Suco - Taraso	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Tiarlelo	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Tirilolo	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Tohumeta	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Triloka	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Tutuluro	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Uaguia	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Uaigae	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Uailili	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Uaitame	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Uatu-Lari	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Ulmera	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Uma Qui'ic	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Umanaruk	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Usitakeno	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - VaviquinIa	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Vemasse	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Vila Maumeta	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Vila Verde	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Leimea Kraik	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Leimea Asulau/Sare	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Leorema	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Uailaha	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Uma ana Ico	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Uma ana Ulo	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Fatulia	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Kampung Alor	3	-	-	-	3

Titulo do Projeto	2008	2009	2010	2011	Total
Reabilitação da Sede do Suco - Duyung	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Acadira hun	3	-	-	-	3
Reabilitação da Sede do Suco - Abat Oan	3	-	-	-	3
Construção de Nova Cemiterio em Becusi -Dili	200				200
Construção INAP-Dili	51				51
Financiamento adicional para a reconstrução do gabinete de distrito de Baucau	150	-	-	-	150
Muro em redor do Jardim Memorial dos Veteranos em Metinaro	100	-	-	-	100
Integrated National Communications Network	2,500	10,000	12,500	12,500	37,500
Ligação do Sistema de Rede dos Transportes Terrestres em Balide	25	-	-	-	25
Colocação de Sinais Rodoviários por todo o País	50	-	-	-	50
Colocação de 250 Placas de Sinalização	60	-	-	-	60
Fundos Adicionais para o Gabinete de Transportes Terrestres em Same	166	-	-	-	166
Sistema de ventilação para a remoção de poeiras do gabinete de inspecção dos transportes terrestres em Comoro	25	-	-	-	25
Finalização da construção do Edifício de Licenciamento em Akanuno	450	-	-	-	450
Reabilitação do Salão VIP do Aeroporto de Comoro	75	-	-	-	75
Melhoria do escoamento no Aeroporto Internacional Nicolau Lobato	114	-	-	-	114
Reparações à Pista do Aeroporto Internacional Nicolau Lobato	3,000	-	-	-	3,000
Construção de Muro de Protecção no Porto de Díli	50				50
Reabilitação do Tecto do Terminal de Passageiros do Porto de Díli	50				50
Conclusão da Reabilitação da Residência do Presidente da República	3,000				3,000
Fundo de Concepção de Todo o Governo-A	1,700	-	2,000	2,000	5,700
Montagem da Estatua do Papa João Paulo II em Tasi Tolu	300	-	-	-	300
Abastecimento de Água às Comunidades em Manatuto	206	-	-	-	206
Abastecimento de Água às Comunidades em Díli	56	-	-	-	56
Abastecimento de Água às Comunidades em Aileu	66	-	-	-	66

Titulo do Projeto	2008	2009	2010	2011	Total
Abastecimento de Água às Comunidades em Baucau	220	-	-	-	220
Abastecimento de Água às Comunidades em Liquiçá	185	-	-	-	185
Abastecimento de Água às Comunidades em Los Palos	187	-	-	-	187
Abastecimento de Água às Comunidades em Manufahi	365	-	-	-	365
Abastecimento de Água às Comunidades em Oecussi	205	-	-	-	205
Vistoria a Gerador no Distrito de Gleno	67	-	-	-	67
Vistoria a Gerador no Distrito de Baucau	67	-	-	-	67
Vistoria a Gerador no Distrito de Oecussi	45	-	-	-	45
Vistoria a Gerador no Distrito de Maubisse	28	-	-	-	28
Vistoria a Gerador no Distrito de Ainaro	45	-	-	-	45
Vistoria a Gerador no Distrito de Balibo	28	-	-	-	28
Vistoria a Gerador no Distrito de Luclubar	25	-	-	-	25
Vistoria a Gerador no Distrito de Venilale	28	-	-	-	28
Vistoria a Gerador no Distrito de Uatulari	19	-	-	-	19
Vistoria a Gerador no Distrito de Lliomar	32	-	-	-	32
Melhoria da Acessibilidade do Sistema de Distribuição	120	-	-	-	120
Melhoria do Sistema de Distribuição	132	132	-	-	264
Reabilitação de interligações MV	40	-	-	-	40
Instalação de relés de alimentação com contagem	160	-	-	-	160
Vistoria aprofundada ao Gerador MAKII da Central Eléctrica de Comoro	750	-	-	-	750
Vistoria aprofundada ao Gerador MAKII da Central Eléctrica de Comoro	750	-	-	-	750
Vistoria aprofundada ao Gerador Nigata 1 da Central Eléctrica de Comoro	750	-	-	-	750
Vistoria aprofundada ao novo Gerador Nigata da Central Eléctrica de Comoro	750	-	-	-	750
Reabilitação de interligações MV - Distribuição de Electricidade	40	-	-	-	40
Recolha das Fossas de Gás em Aliambata	400	579	-	-	979
Fundo de Concepção de Todo o Governo-B	1,000	-	-	-	1,000

Titulo do Projeto	2008	2009	2010	2011	Total
Planeamento e Preparação de Concepções Técnicas para a Função Pública em 2009 - Manutenção Periódica de Estradas	300	-	-	-	300
Planeamento e Preparação de Concepções Técnicas para a Função Pública em 2009 - Reabilitação de Estradas Urbanas, Esgotos e Caminhos	200	-	-	-	200
Planeamento e Preparação de Concepções Técnicas para a Função Pública em 2009 - Melhoria de Estradas Seleccionadas	300	-	-	-	300
Planeamento e Preparação de Concepções Técnicas para a Função Pública em 2009 - Novas Estradas	300	-	-	-	300
Planeamento e Preparação de Concepções Técnicas para a Função Pública em 2009 - Construção de Pontes	391	-	-	-	391
Planeamento e Preparação de Concepções Técnicas para a Função Pública em 2009 - Controlo de Cheias	150	-	-	-	150
Supervisão de Projecto das Actividades de 2008 - Estradas	400	-	-	-	400
Supervisão de Projecto das Actividades de 2008 - Pontes	400	-	-	-	400
Supervisão de Projecto das Actividades de 2008 - Controlo de Cheias	75	-	-	-	75
Supervisão de Projecto das Actividades de 2006/07 - Controlo de Cheias	150	-	-	-	150
Projecções e Estudos para os Principais Sistemas de Esgotos em Díli	350	-	-	-	350
Construção de Pontes - Welolo (A07)	1,020	-	-	-	1,020
Construção de Pontes - Bemós (A02)	510	-	-	-	510
Construção de Pontes - Carau Ulun (A02)	1,020	-	-	-	1,020
Manutenção Periódica de Estadas - Díli (A01,A03)	1,000	1,000	1,000	-	3,000
Manutenção Periódica de Estadas - Junção de Manatuto e Laclubar (A09)	2,000	4,000	-	-	6,000
Manutenção Periódica de Estadas - Pante Macassar - Sacato (A19)	400	1,100	-	-	1,500
Manutenção Periódica de Estadas - Tibar - Ermera (A04)	300	1,500	-	-	1,800
Trabalhos de Controlo de Cheias - Rio Lomea	130	-	-	-	130
Trabalhos de Controlo de Cheias - Rio Daudere	75	-	-	-	75
Trabalhos de Controlo de Cheias - Rio Comoro	143	-	-	-	143
Flood Control Mitigation Works - Mola River	80	-	-	-	80
Trabalhos de Controlo de Cheias - Rio Mola	70	-	-	-	70

Titulo do Projeto	2008	2009	2010	2011	Total
Trabalhos de Controlo de Cheias - Preparação e concepção para os trabalhos de 2008	200	-	-	-	200
Instalação de Medidas de Segurança Rodoviária (Rails Metálicos e Segurança em Auto-estradas) em Subão, Aituto e Carimbala	500	-	-	500	1,000
Trabalhos em Galerias Rodoviárias - Bebui	80	-	-	-	80
Trabalhos em Galerias Rodoviárias - Wekain	80	-	-	-	80
Trabalhos em Galerias Rodoviárias - Mauma'a	80	-	-	-	80
Trabalhos em Galerias Rodoviárias - Lihulo	80	-	-	-	80
Financiamento adicional para finalização das 5 Pontes juntamente com a União Europeia	603	-	-	-	603
Melhoria de Estradas Seleccionadas - Maubisse - Turiscai - Alas (C26 e C27)	400	-	3,100	2,700	6,200
Melhoria de Estradas Seleccionadas - Aimutin - Comoro (CCF)	150	-	-	-	150
Melhoria de Estradas Seleccionadas - Fuluro - Tutuala (C02)	400	1,000	1,300	750	3,450
Melhoria de Estradas Seleccionadas - Beloi - Macadade (C09)	300	700	900	-	1,900
Melhoria de Estradas Seleccionadas - Oeleo-Osso-Lolotoe-Maliana	100	-	-	-	100
Reabilitação de Estradas Rurais (25 Km) - Díli	375	-	600		975
Estradas de Acesso a Telecomunicações	250	1,000	500	1,000	2,750
Reabilitação de Estradas Urbanas, Esgotos e Caminhos - Díli	-	2,000	-	1,750	3,750
Reabilitação de Estradas Urbanas, Esgotos e Caminhos - Baucau	750	750	1,000	1,000	3,500
Reabilitação de Estradas Urbanas, Esgotos e Caminhos - Maliana	750	750	1,000	1,000	3,500
Reabilitação de Estradas Rurais (25 Km) - Baucau	375	500	600	600	2,075
Reabilitação de Estradas Rurais (25 Km) - Aileu	375	500	600	600	2,075
Reabilitação de Estradas Rurais (25 Km) - Ainaro	375	500	600	600	2,075
Reabilitação de Estradas Rurais (25 Km) - Bobonaro	375	500	600	600	2,075
Reabilitação de Estradas Rurais (25 Km) - Viqueque	375	500	600	600	2,075
Reabilitação de Estradas Rurais (25 Km) - Ermera	375	500	600	600	2,075
Reabilitação de Estradas Rurais (25 Km) - Lautem	375	500	600	600	2,075
Reabilitação de Estradas Rurais (25 Km) - Liquiçá	375	500	600	600	2,075

Titulo do Projeto	2008	2009	2010	2011	Total
Reabilitação de Estradas Rurais (25 Km) - Manatuto	375	500	600	600	2,075
Reabilitação de Estradas Rurais (25 Km) - Manufahi	375	500	600	600	2,075
Reabilitação de Estradas Rurais (25 Km) - Oeuccusse	375	500	600	600	2,075
Reabilitação de Estradas Rurais (25 Km) - Cova Lima	375	500	600	600	2,075
Reabilitação do Mercado Central do Distrito de Baucau	100	-	-	-	100
Reabilitação do Mercado Central do Distrito de Baucau-Parte B	45	-	-	-	45
Reabilitação de Armazém em Becora - Díli	250	-	-	-	250
Reabilitação de Armazém em Boboro - Díli	205	-	-	-	205
Reabilitação de Casas de Praia na Praia de Liquiçá	30	30	30		90
Reabilitação de Comodidades Públicas em Areia Branca	300	300	-	-	600
Construção de Gabinete em Comoro perto do Armazém	50	-	-	-	50
Construção de Gabinete em Comoro perto do Armazém	50	-	-	-	50
Instalação Básica de Quarentena Animal - Batugade	20	-	-	-	20
Incinerador para a destruição de produtos em Quarentena	90	-	-	-	90
Instalação Básica de Quarentena Animal - Sakato	20	-	-	-	20
Instalação de Água - Tenu Lautem	150	-	-	-	150
Instalação de novo Sistema de Irrigação em Bebui	1,100	-	-	-	1,100
Reabilitação de Sistema de Irrigação em Wailakama - Baucau	33	-	-	-	33
Protecção de Canos de Irrigação em Casameta (Baucau)	30	-	-	-	30
Recolha de Água - Atauro	10	-	-	-	10
Recolha de Água - Oecussi	10	-	-	-	10
Recolha de Água - Manatuto	10	-	-	-	10
Manutenção de Sistemas de Irrigação em Oecussi	6	-	-	-	6
Manutenção de Sistemas de Irrigação em Laclo Manatuto	2	-	-	-	2
Manutenção de Sistemas de Irrigação em Viqueque	7	-	-	-	7
Manutenção de Sistemas de Irrigação em Maliana	10	-	-	-	10
Manutenção de Sistemas de Irrigação em Manufahi	6	-	-	-	6

Titulo do Projeto	2008	2009	2010	2011	Total
Construção de Armazém para Colheitas	50	-	-	-	50
Reabilitação do Centro de Estudos - Viqueque	100	-	-	-	100
Reabilitação do Centro de Estudos - Same	100	-	-	-	100
Reabilitação do Centro de Estudos - Bobonaro	100	-	-	-	100
Reabilitação do Centro de Estudos - Oecussi	100	-	-	-	100
Viveiro de Plantas - Díli	30	-	-	-	30
Viveiro de Plantas - Maubisse	10	-	-	-	10
Reabilitação do Gabinete das Florestas - Caicoli	100	-	-	-	100
Complexo laboratorial para tratamento de Culturas de Tecidos	100	-	-	-	100
Laboratório Integrado	300	-	-	-	300
Construção de uma casa para convidados e gabinetes em Tenu Lautem	150	-	-	-	150
Construção de Gabinetes de Pescas no Porto - Cova Lima	40	-	-	-	40
Construção de Gabinetes de Pescas no Porto - Baucau	40	-	-	-	40
Construção de Gabinetes de Pescas no Porto - Bobanaro	40	-	-	-	40
Construção de Gabinetes de Pescas no Porto - Oecussi	40	-	-	-	40
Construção de Gabinetes de Pescas no Porto - Atauro	40	-	-	-	40
Estação de trânsito para a verificação de animais - Tibar	10	-	-	-	10
Estação de trânsito para a verificação de animais - Zumualai	10	-	-	-	10
Centro de Produção de Animais - Dotik	90	-	-	-	90
Clínica Animal - Díli	19	-	-	-	19
Clínica Animal - Liquiçá	19	-	-	-	19
Clínica Animal - Maliana	19	-	-	-	19
Clínica Animal - Aileu	19	-	-	-	19
Clínica Animal - Los Palos	19	-	-	-	19
Reabilitação de Residências de Professores do Colégio Agrícola - Maliana	40	-	-	-	40
Reabilitação de Residências de Professores do Colégio Agrícola - Natarbora	30	-	-	-	30

Titulo do Projeto	2008	2009	2010	2011	Total
Reabilitação de Residências de Professores do Colégio Agrícola - Los Palos	30	-	-	-	30
Construção de Gabinete do Procurador-Geral em Oecussi	130	-	-	-	130
Reabilitação do Gabinete do Procurador-Geral em Suai	130	-	-	-	130
Reabilitação do Gabinete do Procurador-Geral em Baucau	150	-	-	-	150
Gabinete do Procurador-Geral em Díli	387				387

Anexo 5 Perfil de Funcionários

Funcionários Públicos

		Nivel 1	Nivel 2	Nivel 3	Nivel 4	Nivel 5	Nivel 6	Nivel 7	TOTAL
Presidente da Republica									
Gabinete do Presidente da República	P	1	2	5	2	2	2	0	14
	T	1	1	1	1	0	3	3	10
Administração Presidente da República	P	14	8	6	11	8	5	1	53
	T	7	0	1	0	2	0	0	10
Total Presidente da Republica	**P**	**15**	**10**	**11**	**13**	**10**	**7**	**1**	**67**
	T	**8**	**1**	**2**	**1**	**2**	**3**	**3**	**20**
Total		**23**	**11**	**13**	**14**	**12**	**10**	**4**	**87**
Parlamento Nacional									
Parlamento Nacional	P	13	10	27	12	24	5	0	91
	T	0	3	2	0	0	2	1	8
Total do Parlamento Nacional	**P**	**13**	**10**	**27**	**12**	**24**	**5**	**0**	**91**
	T	**0**	**3**	**2**	**0**	**0**	**2**	**1**	**8**
Total		**13**	**13**	**29**	**12**	**24**	**7**	**1**	**99**
Gabinete do Primeiro Ministro									
Secretariado do Primeiro-Ministro	P	0	1	2	3	0	0	0	6
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Assessoria da Sociedade Civil	P	0	0	1	4	2	0	0	7
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Assessoria da Comunicação Social	P	0	0	1	1	2	0	0	4
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Assessoria Sector Privado, Pequenas e Medias Empresas	P	0	0	1	3	1	0	0	5
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Administração e Finanças	P	2	2	10	10	4	1	0	29
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Protocolo	P	0	1	2	4	1	1	0	9
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Unidade de Planeamento Estratégico e Investimento	P	0	0	2	3	3	1	0	9
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Commissão Função Publica	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Gabinete da Inspecção-Geral	P	0	0	2	3	7	1	0	13
	T	1	3	3	10	0	0	0	17
Servico Nacional de Seguranca do Estado	P	0	0	3	0	12	2	1	18
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Gabinete do Vice Primeiro Ministro	P	1	2	2	6	7	8	2	28
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Serviço Social	P	0	0	0	1	0	0	2	3
	T	0	0	0	0	0	0	0	0

		Nivel 1	Nivel 2	Nivel 3	Nivel 4	Nivel 5	Nivel 6	Nivel 7	TOTAL
Total do Gabinete do Primeiro Ministro	**P**	**3**	**6**	**26**	**38**	**39**	**14**	**5**	**131**
	T	**1**	**3**	**3**	**10**	**0**	**0**	**0**	**17**
Total		**4**	**9**	**29**	**48**	**39**	**14**	**5**	**148**
Secretaria de Estado do Conselho de Ministros									
Direcção de Administração e de Apoio ao Conselho de Ministros	P	0	1	2	2	4	1	1	11
	T	2	2	0	0	6	0	0	10
Direcção de Tradução	P	0	1	1	3	4	1	0	10
	T	1	0	0	0	0	0	0	1
Unidade de Apoio Juridico	P	0	0	1	1	1	0	0	3
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Direcção de Disseminação de Informacao	P	0	1	0	1	1	1	0	4
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Total da Secretaria de Estado do Conselho de Ministros	**P**	**0**	**3**	**4**	**7**	**10**	**3**	**1**	**28**
	T	**3**	**2**	**0**	**0**	**6**	**0**	**0**	**11**
Total		**3**	**5**	**4**	**7**	**16**	**3**	**1**	**39**
Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto									
Direcção de Administracao e Finanças	P	0	0	5	13	1	1	0	20
	T	1	2	0	0	0	0	1	4
Direcção Nacional da Juventude	P	0	0	0	3	1	1	0	5
	T	1	2	4	3	2	1	0	13
Direcção da Educação Física e Desporto	P	0	0	0	3	1	1	0	5
	T	1	0	1	0	0	1	0	3
Direcção da Politica do Desenvolvimento	P	0	0	0	3	1	1	0	5
	T	0	2	2	3	2	1	0	10
Direcção Nacional do Arte e Cultura	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Total da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto	**P**	**0**	**0**	**5**	**22**	**4**	**4**	**0**	**35**
	T	**3**	**6**	**7**	**6**	**4**	**3**	**1**	**30**
Total		**3**	**6**	**12**	**28**	**8**	**7**	**1**	**65**
Secretaria de Estado dos Recursos Naturais									
Secretariado Geral	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Direcção Nacional de Administracao e Financas	P	0	1	2	1	2	1	0	7
	T	1	2	0	1	0	1	0	5
Direcção Nacional Planeamento de Recursos Minerais	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	1	0	2	3	0	1	0	7
Direcção Nacional do Petróleo e do Gás	P	0	0	1	3	0	1	0	5
	T	1	0	1	2	2	0	0	6
Direcção Nacional de Geologia e Recursos Minerais	P	0	0	0	3	0	1	0	4
	T	0	1	5	2	0	0	0	8
Total da Secretaria de Estado dos Recursos Naturais	**P**	**0**	**1**	**3**	**7**	**2**	**3**	**0**	**16**

		Nivel 1	Nivel 2	Nivel 3	Nivel 4	Nivel 5	Nivel 6	Nivel 7	TOTAL
	T	**3**	**3**	**8**	**8**	**2**	**2**	**0**	**26**
Total		**3**	**4**	**11**	**15**	**4**	**5**	**0**	**42**
Secretaria de Estado para a Política Energética									
Direcção Nacional de Administração e Finanças	P	0	0	0	0	1	0	0	1
	T	0	0	1	1	1	1	1	5
Direcção Nacional Pesquisa e Politicas de Energia Alternativa	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	1	1	1	1	0	4
DN para Coordenação das Actividades de Energia Renovável	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	2	3	1	1	0	7
Total da Secretaria de Estado da Politica Energetica	**P**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**0**	**0**	**1**
	T	**0**	**0**	**4**	**5**	**3**	**3**	**1**	**16**
Total		**0**	**0**	**4**	**5**	**4**	**3**	**1**	**17**
Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego									
Direcção Nacional de Administracao e Finanças	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	2	0	4	2	1	0	0	9
Direcção Nacional da Formação Profissional	P	0	0	3	1	0	1	0	5
	T	1	1	3	1	0	0	0	6
Direcção Nacional de Emprego	P	0	0	10	3	1	1	0	15
	T	1	0	7	1	0	0	0	9
Direcção Nacional da Relação de Trabalho	P	0	0	6	3	0	1	0	10
	T	1	2	8	1	1	0	0	13
Direcção Nacional de Inspecção do Trabalho	P	0	0	7	1	1	1	0	10
	T	0	1	5	0	0	0	0	6
Direcção de Arbitragem	P	0	1	1	2	1	0	0	5
	T	0	2	2	0	0	0	0	4
Centro Nacional de Emprego e Formação Professional - Tibar	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Total do Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego	**P**	**0**	**1**	**27**	**10**	**3**	**4**	**0**	**45**
	T	**5**	**6**	**29**	**5**	**2**	**0**	**0**	**47**
Total		**5**	**7**	**56**	**15**	**5**	**4**	**0**	**92**
Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade									
Director-Geral	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Direcção da Administração, Logistica e Finanças	P	0	1	1	1	0	1	0	4
	T	1	1	1	0	0	0	0	3
Direcção de Politicas e Desenvolvimento do Género	P	0	0	0	2	1	0	0	3
	T	0	1	0	0	0	0	0	1
Total da Secretaria de Estado da Promocao da Igualidade	**P**	**0**	**1**	**1**	**3**	**1**	**1**	**0**	**7**

		Nivel 1	Nivel 2	Nivel 3	Nivel 4	Nivel 5	Nivel 6	Nivel 7	TOTAL
	T	**1**	**2**	**1**	**0**	**0**	**0**	**0**	**4**
Total		**1**	**3**	**2**	**3**	**1**	**1**	**0**	**11**
Ministério da Defesa Seguransa									
Direcção Nacional de Administração e Finanças (Defesa)	P	1	1	1	1	2	1	0	7
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Direcção Nacional de Planeamento Estrategico e Intercambio Internacional (Defesa)	P	0	0	0	1	2	1	0	4
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Direcção Nacional de Aprovisionamento e Gestao de Patrominio (Defesa)	P	0	0	1	2	1	1	0	5
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Director - Geral	P	0	1	0	0	1	0	1	3
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Secretário Permanente	P	0	1	0	2	0	0	1	4
	T	1	0	0	0	0	0	0	1
Direcção Nacional de Administração e Finanças (Seguranca)	P	0	0	7	0	3	1	0	11
	T	2	0	0	0	0	0	0	2
Gabinete de Aprovisionamento	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Direcção Nacional de Protecção Civil	P	1	93	6	5	3	1	0	109
	T	2	26	18	10	0	0	0	56
Direcção Nacional para a Segurança de Edifícios e Acreditações	P	365	67	27	20	3	1	0	483
	T	307	20	0	0	0	0	0	327
Gabinete de Inspecção e Fiscalização	P	0	1	1	1	1	0	0	4
	T	1	0	0	0	0	0	0	1
Gabinete de Prevenção de conflitos e Gestão de Segurança.	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
PNTL - Direcção Nacional de Administração (Civil)	P	0	5	9	10	2	0	0	26
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
PNTL - Academia da Policia - ACPOL (Civil)	P	0	14	1	0	0	0	0	15
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Total do Ministério da Defesa e Seguranca	**P**	**367**	**183**	**53**	**42**	**18**	**6**	**2**	**671**
	T	**313**	**46**	**18**	**10**	**0**	**0**	**0**	**387**
Total		**680**	**229**	**71**	**52**	**18**	**6**	**2**	**1,058**
Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação									
Sede do MNEC	P	3	3	11	20	5	9	1	52
	T	2	5	17	4	6	1	0	35
Missão Permanente nas Nações Unidas em Nova Iorque	P	0	0	0	0	1	0	0	1
	T	0	0	0	1	0	1	0	2
Embaixada - Lisboa	P	0	0	0	0	0	1	0	1
	T	0	0	1	0	0	1	0	2

		Nivel 1	Nivel 2	Nivel 3	Nivel 4	Nivel 5	Nivel 6	Nivel 7	TOTAL
Embaixada - Jakarta	P	0	0	0	1	1	0	0	2
	T	0	0	1	0	0	1	0	2
Embaixada - Washington	P	0	0	0	0	0	1	0	1
	T	0	0	0	0	1	0	0	1
Embaixada - Canberra	P	0	0	0	1	0	0	0	1
	T	0	0	1	0	0	1	0	2
Embaixada - Kuala Lumpur	P	0	0	0	1	0	0	0	1
	T	0	0	0	0	0	1	0	1
Embaixada - Bruxelas	P	0	0	0	0	1	0	0	1
	T	0	0	0	0	0	1	0	1
Embaixada - Banguecoque	P	0	0	0	0	1	0	0	1
	T	0	0	0	0	0	1	0	1
Embaixada - Tóquio	P	0	0	0	0	1	0	0	1
	T	0	0	0	0	0	1	0	1
Embaixada - Pequim	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	2	0	2
Embaixada - Maputo	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	1	0	1	0	2
Consulado - Sidney	P	0	0	1	0	1	0	0	2
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Consulado - Denpasar	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	1	0	0	1
Consulado - Kupang	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	1	0	0	0	1	0	0	2
Salão Memorial da Independência	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	1	0	1	0	0	0	0	2
Gabinete de Demarcação da Fronteira Terrestre	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	1	1	0	0	2
Gabinete Apoio à Commissão de Verdade e Amizade	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Embaixada - Havana	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	1	0	1
Embaixada - Manila	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	1	0	0	1	0	2
Embaixada - Geneva	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	1	0	0	1	0	2
Visitas Oficiais	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Embaixada - Vaticano	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	1	1	0	2
Total dos Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação	**P**	**3**	**3**	**12**	**23**	**11**	**11**	**1**	**64**
	T	**4**	**5**	**23**	**7**	**11**	**16**	**0**	**66**
Total		**7**	**8**	**35**	**30**	**22**	**27**	**1**	**130**
Ministério das Finanças									-
Secretário Permanente	P	0	1	1	0	0	1	1	4
	T	0	0	0	0	0	0	0	0

		Nivel 1	Nivel 2	Nivel 3	Nivel 4	Nivel 5	Nivel 6	Nivel 7	TOTAL
Serviços Administrativos e Informáticos	P	0	1	5	9	6	2	0	23
	T	9	5	4	0	1	0	0	19
Direcção Nacional do Orçamento	P	0	1	4	6	5	3	0	19
	T	0	1	5	6	3	0	0	15
Direcção Nacional do Tesouro	P	0	1	33	28	10	3	0	75
	T	0	5	3	0	0	0	0	8
Serviço de Impostos de Timor-Leste	P	2	8	17	27	10	4	0	68
	T	19	18	3	3	1	0	0	44
Unidade da Política Tributária e Macro Economia	P	0	0	1	0	2	1	0	4
	T	0	0	3	0	1	0	0	4
Direcção Nacional do Plano e Coordenação de Assistência Externa	P	1	2	2	10	3	1	0	19
	T	5	2	2	3	0	0	0	12
Direcção Nacional de Alfândegas	P	3	65	63	63	12	3	0	209
	T	20	45	0	0	0	0	0	65
Direcção Nacional do Património e Fornecimento	P	0	3	6	7	2	2	0	20
	T	0	14	10	1	0	0	0	25
Direcção de Aprovisionamento	P	0	0	13	15	2	1	0	31
	T	0	4	10	5	3	0	0	22
Direcção Nacional de Estatística	P	0	0	6	11	4	1	0	22
	T	2	7	35	0	0	0	0	44
Unidade Fornecemento	P	0	0	12	2	2	1	0	17
	T	0	9	8	0	0	0	0	17
Total dos Ministério das Finanças	**P**	**6**	**82**	**163**	**178**	**58**	**23**	**1**	**511**
	T	**55**	**110**	**83**	**18**	**9**	**0**	**0**	**275**
Total		**61**	**192**	**246**	**196**	**67**	**23**	**1**	**786**
Ministério da Justiça									
Secretário Permanente	P	0	0	1	0	0	0	1	2
	T	0	1	1	0	1	1	0	4
Direcção Nacional dos Serviços Administrativos, Financeiro e de Pessoal	P	3	6	4	4	5	1	0	23
	T	2	2	0	5	12	1	0	22
Direcção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação	P	0	1	2	1	1	3	0	8
	T	1	0	0	0	2	2	0	5
Direcção Nacional dos Direitos Humanos e de Cidadania	P	0	0	4	3	3	4	0	14
	T	2	4	1	1	0	0	0	8
Direcção Nacional dos Registos e do Notariado	P	1	14	41	15	10	1	0	82
	T	18	9	4	10	0	7	0	48
Direcção Nacional de Terras e Propriedades	P	0	6	13	25	23	4	0	71
	T	4	10	5	2	2	0	0	23
Divisão de Cartografia Nacional	P	0	0	1	3	4	1	0	9
	T	1	2	5	2	0	0	0	10
Direcção Nacional dos Serviços Prisionais e Reinserção Social	P	1	4	3	1	2	1	0	12

		Nivel 1	Nivel 2	Nivel 3	Nivel 4	Nivel 5	Nivel 6	Nivel 7	TOTAL
	T	0	0	0	0	5	0	0	5
Prisões Distritais	P	0	180	22	7	3	0	0	212
	T	0	0	1	0	0	0	0	1
Centro de Formação Jurídica	P	1	2	4	1	1	1	0	10
	T	2	1	0	0	0	0	0	3
Defensoria Pública	P	1	7	16	2	0	12	0	38
	T	6	2	11	0	0	0	0	19
Total do Ministério da Justiça	**P**	**7**	**220**	**111**	**62**	**52**	**28**	**1**	**481**
	T	**36**	**31**	**28**	**20**	**22**	**11**	**0**	**148**
Total		**43**	**251**	**139**	**82**	**74**	**39**	**1**	**629**
Ministério da Saúde									
Serviços Centrais da Saúde	P	0	10	30	49	27	10	2	128
	T	10	6	3	5	2	2	0	28
Laboratório Nacional	P	0	1	10	8	4	1	0	24
	T	6	0	1	0	0	0	0	7
Hospital Nacional Guido Valadares	P	0	35	191	29	6	11	0	272
	T	35	13	89	4	3	11	1	156
Hospital Referencia Baucau	P	0	7	77	23	4	5	0	116
	T	28	4	2	0	1	1	0	36
Hospital Referencia Maliana	P	0	2	22	13	4	2	0	43
	T	11	3	6	1	0	2	0	23
Hospital Referencia Maubisse	P	0	1	25	9	3	1	0	39
	T	11	0	0	0	0	0	0	11
Hospital Referencia Oecusse	P	0	3	20	9	2	2	0	36
	T	13	3	3	1	1	0	0	21
Hospital Referencia Suai	P	0	5	20	12	4	2	0	43
	T	13	3	4	0	0	0	0	20
Serviços Distritais de Saúde de Aileu	P	0	5	36	15	5	1	0	
	T	16	1	6	0	0	0	0	23
Serviços Distritais de Saude de Ainaro	P	0	5	29	13	4	1	0	52
	T	21	3	0	0	0	0	0	24
Serviços Distritais de Saude de Baucau	P	0	23	71	21	7	1	0	123
	T	28	2	7	0	0	0	0	37
Serviços Distritais de Saude de Bobonaro	P	0	8	43	18	6	1	0	76
	T	18	2	1	0	0	0	0	21
Serviços Distritais de Saude de Covalima	P	0	7	33	13	6	1	0	60
	T	20	5	2	0	0	0	0	27
Serviços Distritais de Saude de Dili	P	0	6	65	25	7	2	0	105
	T	16	7	3	1	2	1	0	30
Serviços Distritais de Saude de Ermera	P	0	7	48	20	7	1	0	83
	T	23	2	3	1	0	0	0	29
Serviços Distritais de Saude de Lautem	P	0	13	47	24	6	1	0	91
	T	24	3	1	0	0	0	0	28
Serviços Distritais de Saude de Liquiça	P	0	6	34	13	4	1	0	58
	T	13	1	4	1	0	0	0	19
Serviços Distritais de Saude de Manatuto	P	0	8	49	18	7	1	0	83
	T	3	3	1	0	0	0	0	7
Serviços Distritais de Saude de Manufahi	P	0	13	42	21	5	1	0	82
	T	0	5	2	1	0	0	0	8

		Nivel 1	Nivel 2	Nivel 3	Nivel 4	Nivel 5	Nivel 6	Nivel 7	TOTAL
Instituto de Ciências da Saúde	P	0	2	1	4	21	1	0	29
	T	7	1	0	1	0	2	1	12
Serviços Distritais de Saude de Oecusse	P	0	5	31	10	5	1	0	52
	T	15	6	4	0	0	0	0	25
Serviços Distritais de Saude de Viqueque	P	0	9	62	25	6	1	0	103
	T	0	5	5	0	0	0	0	10
Total do Ministerio da Saude	**P**	**0**	**181**	**986**	**392**	**150**	**49**	**2**	**1,760**
	T	**331**	**78**	**147**	**16**	**9**	**19**	**2**	**602**
Total		**331**	**259**	**1133**	**408**	**159**	**68**	**4**	**2,362**
Ministério da Educação									
Gabinete Inspecao Geral	P	0	0	1	1	1	0	1	4
	T	0	1	0	0	0	0	0	1
Director Geral	P	0	0	0	0	0	0	1	1
	T	0	1	1	0	0	0	0	2
Assistente 1 de Director Geral	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	1	1
Assistente 2 de Director Geral	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	1	1
Direcção de Administração e Financas	P	0	2	46	36	17	14	0	115
	T	32	13	12	6	2	0	0	65
Direcção de Política, Plano e Desenvolvimento	P	0	0	2	5	2	1	0	10
	T	0	2	16	3	1	0	0	22
Direcção do Ensino Tecnico Superior	P	0	0	0	2	4	1	1	8
	T	0	1	3	1	0	0	0	5
Universidade Nacional de Timor Leste	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	71	30	60	35	200	81	1	478
Direcção de Acreditação e Administração Escolar	P	0	4	4432	2168	6	3	0	6613
	T	286	14	1017	889	1	0	0	2207
Unidade de Infraestruturas	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Gabinete Juridico	P	0	0	1	0	0	0	0	1
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Direcção de Educação de Adultos e Ensino não formal	P	0	2	15	2	1	1	0	21
	T	0	10	52	2	3	0	0	67
Direcção de Formação Profissional	P	0	1	0	2	1	1	0	5
	T	12	2	3	20	4	0	0	41
Institute Nacional Formação Profissional	P	0	0	1	0	0	0	0	1
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Biblioteca Nacional	P	0	0	0	0	1	0	0	1
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Direcções Regionais	P	0	13	0	13	0	0	0	26
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Gabinete Protocolo / Media	P	0	1	0	0	1	0	0	2
	T	0	1	2	2	0	0	0	5
Direcção Nacional Curiculo de Escola, Materiais e Evaluação	P	0	0	7	3	2	0	0	12

		Nivel 1	Nivel 2	Nivel 3	Nivel 4	Nivel 5	Nivel 6	Nivel 7	TOTAL
	T	0	0	1	1	0	0	0	2
Direcção de Cultura	P	0	2	5	2	1	1	0	11
	T	0	1	2	3	0	0	0	6
Total do Ministério da Educação	**P**	**0**	**25**	**4510**	**2234**	**37**	**22**	**3**	**6,831**
	T	**401**	**76**	**1169**	**962**	**211**	**81**	**3**	**2,903**
Total		**401**	**101**	**5679**	**3196**	**248**	**103**	**6**	**9,734**
Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território									
Gráfica Nacional	P	0	0	6	4	2	1	0	13
	T	3	1	2	0	1	0	0	7
Arquivo Nacional	P	2	5	10	5	2	1	0	25
	T	5	3	0	0	1	0	0	9
Secretariado Tecnico da Administração Eleitoral	P	0	1	3	10	6	2	0	22
	T	2	17	30	0	14	0	0	63
Instituto Nacional da Administracao Publico	P	0	8	7	9	9	4	0	37
	T	10	3	2	0	7	0	0	22
Gabinete Secretario Permanente	P	0	0	1	0	1	0	1	3
	T	0	1	0	0	0	0	0	1
Direcção Nacional da Administração e Finanças	P	0	2	2	2	5	2	0	13
	T	5	3	5	0	23	1	0	37
Direcção Nacional da Administração do Território	P	0	2	3	6	2	2	0	15
	T	2	1	0	0	2	0	0	5
Direcção de Administração do Território Distrito Dili	P	1	7	16	2	7	1	0	34
	T	148	29	12	0	0	0	0	189
Direcção de Administração do Território Distrito Baucau	P	1	2	13	2	7	1	0	26
	T	2	2	0	0	0	0	0	4
Direcção de Administração do Território Distrito Bobonaro	P	1	2	13	2	7	1	0	26
	T	2	2	0	0	0	0	0	4
Direcção de Administração do Território Distrito Manufahi	P	1	2	9	2	5	1	0	20
	T	2	2	0	0	0	0	0	4
Direcção de Administração do Território Distrito Viqueque	P	1	2	11	2	6	1	0	23
	T	2	2	0	0	0	0	0	4
Direcção de Administração do Território Distrito Lautem	P	1	2	11	2	6	1	0	23
	T	2	2	0	0	0	0	0	4
Direcção de Administração do Território Distrito Manatuto	P	1	2	13	2	7	1	0	26
	T	2	2	0	0	0	0	0	4
Direcção de Administração do Território Distrito Covalima	P	1	2	15	2	8	1	0	29
	T	2	2	0	0	0	0	0	4
Direcção de Administração do Território	P	1	2	9	2	5	1	0	20

		Nivel 1	Nivel 2	Nivel 3	Nivel 4	Nivel 5	Nivel 6	Nivel 7	TOTAL
Distrito Ainaro									
	T	2	2	0	0	0	0	0	4
Direcção de Administração do Território Distrito Aileu	P	1	2	9	2	5	1	0	20
	T	2	2	0	0	0	0	0	4
Direcção de Administração do Território Distrito Ermera	P	1	2	11	2	6	1	0	23
	T	2	2	0	0	0	0	0	4
Direcção de Administração do Território Distrito Liquiça	P	1	2	7	2	4	1	0	17
	T	2	2	0	0	0	0	0	4
Direcção de Administração do Território Distrito Oecusse	P	1	2	9	2	5	1	0	20
	T	2	2	0	0	0	0	0	4
Direcção Nacional de Servico Civil	P	2	3	2	5	5	3	0	20
	T	0	0	2	0	3	0	0	5
Direcção Nacional do Desenvolvimento Local e ordenamento do Território	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	21	0	0	21
Total do Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território	**P**	**17**	**52**	**180**	**67**	**110**	**28**	**1**	**455**
	T	**199**	**82**	**53**	**0**	**72**	**1**	**0**	**407**
Total		**216**	**134**	**233**	**67**	**182**	**29**	**1**	**862**
Ministério da Economia e do Desenvolvimento									
Instituto para Apoio e Desenvolvimento de Empresas	P	0	0	2	0	1	0	0	3
	T	0	9	15	18	20	5	1	68
Instituto para Investimento e Promoção de Desenvolvimento	P	0	0	0	3	0	1	0	4
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Direcção Nacional de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional	P	0	0	0	0	3	1	0	4
	T	1	1	1	5	0	0	0	8
Direcção Nacional dos Serviços do Meio Ambiente	P	0	0	3	8	1	1	0	13
	T	0	2	13	5	3	0	0	23
Direcção Nacional dos Assuntos Ambientais Internacionais	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Direcção Nacional do Desenvolvimento Rural	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	1	0	5	3	1	0	10
Direcção Nacional dos Cooperativas	P	0	0	0	4	5	1	0	10
	T	1	1	5	2	1	0	0	10
Secretário Permanente	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	1	0	1	1	0	1	4
Direcção Nacional de Administração e Finanças	P	0	0	1	1	0	1	0	3
	T	1	2	3	6	1	1	0	14
Inspecção do Ministério	P	0	0	0	0	0	0	0	0

		Nivel 1	Nivel 2	Nivel 3	Nivel 4	Nivel 5	Nivel 6	Nivel 7	TOTAL
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Total do Ministério da Economia e Desenvolvimento	**P**	**0**	**0**	**6**	**16**	**10**	**5**	**0**	**37**
	T	**3**	**17**	**37**	**42**	**29**	**7**	**2**	**137**
Total		**3**	**17**	**43**	**58**	**39**	**12**	**2**	**174**
Ministério da Solidariedade Social									
Gabinete Secretario Permanente	P	0	0	0	0	0	0	1	1
	T	0	1	1	0	0	0	0	2
Direcção Nacional da Administração e das Finanças	P	1	2	19	7	1	1	0	31
	T	13	13	10	4	0	1	0	41
Direcção Nacional Antigos Combatentes e Libertação	P	0	2	2	2	0	1	0	7
	T	14	3	6	4	1	0	0	28
Direcção Nacional Assistencia Social	P	0	2	10	1	1	0	0	14
	T	14	17	3	1	1	0	0	36
Direcção Nacional de Reinserção Social	P	0	1	6	1	1	1	0	10
	T	1	4	4	2	2	0	0	13
Direcção Nacional Gestão Desastre	P	0	0	4	3	1	0	0	8
	T	3	2	1	1	0	0	0	7
Direcção Nacional da Segurança Social	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	1	3	4	1	1	0	10
Total do Ministério da Solidaridade Social	**P**	**1**	**7**	**41**	**14**	**4**	**3**	**1**	**71**
	T	**45**	**41**	**28**	**16**	**5**	**2**	**0**	**137**
Total		**46**	**48**	**69**	**30**	**9**	**5**	**1**	**208**
Ministério das Infra-Estruturas									
Secretário Permanente	P	0	1	0	0	0	0	1	2
	T	1	1	1	0	0	0	0	3
Autoridade Reguladora das Comunicações	P	1	1	4	3	4	1	0	14
	T	1	1	6	4	2	0	0	14
Direcção dos Serviços Transportes Marítimos	P	1	2	3	3	3	1	0	13
	T	1	2	3	3	3	0	0	12
Direcção de Meteorologia e Geofisica	P	0	0	10	1	1	1	0	13
	T	2	2	5	1	0	0	0	10
Direcção Nacional de Informatica e Tecnologia	P	0	1	11	8	2	1	0	23
	T	2	13	14	5	1	0	0	35
Direcção Nacional de Administração e Finanças	P	2	3	7	9	6	1	0	28
	T	1	3	1	2	1	1	0	9
Direcção Nacional de Transportes Terrestres (DNTT)	P	5	15	8	8	1	1	0	38
	T	11	32	31	15	3	0	0	92
Direcção Nacional de Correios de Timor-Leste	P	1	2	12	4	2	1	0	22
	T	4	2	2	1	0	0	0	9
Autoridade da Aviação Civil de Timor Leste (AACTL)	P	0	0	0	0	0	0	0	0

		Nivel 1	Nivel 2	Nivel 3	Nivel 4	Nivel 5	Nivel 6	Nivel 7	TOTAL
	T	2	4	12	11	10	1	0	40
Secretário Permanente	P	0	0	0	0	0	0	1	1
	T	0	1	1	0	0	0	0	2
Direcção de Serviços Corporativos	P	1	2	3	2	2	1	0	11
	T	0	1	4	1	2	0	0	8
Direcção Nacional do Plano Urbano	P	0	0	0	3	7	0	0	10
	T	0	0	0	0	1	0	0	1
Direcção Nacional Gestao dos Recursos de Agua	P	0	0	1	2	1	0	0	4
	T	0	0	0	0	0	1	0	1
Direcção Nacional de Água e Saneamento	P	39	53	34	25	4	1	0	156
	T	0	68	32	4	0	0	0	104
Secretário Permanente das Obras Públicas	P	0	1	0	0	1	0	1	3
	T	2	2	0	0	0	0	0	4
Direcção dos Serviços de Administração e Finanças	P	2	2	7	8	4	2	0	25
	T	4	4	9	8	2	0	0	27
Direcção de Serviços de Edificação e Habitação	P	0	1	15	19	7	1	0	43
	T	6	8	24	24	9	0	0	71
Direcção dos Serviços de Pesquisa e Desenvolvimento	P	0	4	4	6	2	1	0	17
	T	6	6	4	4	4	0	0	24
Direcção de Serviços de Estradas, Pontes e Controlo de Inundações	P	20	21	16	20	13	1	0	91
	T	0	16	16	4	4	0	0	40
Total do Ministério das Infra-Estraturas	**P**	**72**	**109**	**135**	**121**	**60**	**14**	**3**	**514**
	T	**43**	**166**	**165**	**87**	**42**	**3**	**0**	**506**
Total		**115**	**275**	**300**	**208**	**102**	**17**	**3**	**1,020**
Ministério do Turismo, Comercio e Industria									
Gabinete do Auditoria Interna	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	2	3	2	2	0	1	10
Gabinete do Secretario Permanente	P	0	0	1	1	2	0	1	5
	T	0	2	3	1	0	0	0	6
Direcção Nacional da Administração e Finanças	P	0	1	0	0	2	1	0	4
	T	2	2	2	3	0	0	0	9
Direcção Nacional do Pesquisa e Desenvolvimento	P	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	1	2	4	4	2	1	0	14
Direcção Nacional do Comércio Externo	P	0	0	1	1	1	0	0	3
	T	0	0	0	2	0	0	0	2
Direcção Nacional do Comércio Doméstico	P	0	0	3	1	3	1	0	8
	T	1	1	7	5	0	0	0	14
Direcção Nacional da Indústria	P	0	3	1	3	4	1	0	12
	T	1	0	4	0	0	0	0	5
Direcção Nacional do Turismo	P	0	0	0	3	4	1	0	8
	T	0	2	3	1	0	0	0	6
Total do Ministério do Turismo, Comercio e	**P**	**0**	**4**	**6**	**9**	**16**	**4**	**1**	**40**

		Nivel 1	Nivel 2	Nivel 3	Nivel 4	Nivel 5	Nivel 6	Nivel 7	TOTAL
Industria									
	T	**5**	**11**	**26**	**18**	**4**	**1**	**1**	**66**
Total		**5**	**15**	**32**	**27**	**20**	**5**	**2**	**106**
Ministério da Agricultura e Pescas									
Direcção Nacional da Administração	P	5	7	3	8	3	1	0	27
	T	12	0	0	3	1	0	0	16
Serviços de Agricultura Distrito Bobonaro	P	0	2	4	2	1	1	0	10
	T	2	2	3	1	0	0	0	8
Serviços de Agricultura Distrito Covalima	P	0	3	5	1	0	0	0	9
	T	0	1	3	2	0	1	0	7
Serviços de Agricultura Distrito Ermera	P	0	1	3	0	1	0	0	5
	T	1	0	3	1	0	0	0	5
Serviços de Agricultura Distrito Lautem	P	0	2	3	0	0	0	0	5
	T	0	1	3	0	0	0	0	4
Serviços de Agricultura Distrito Liquica	P	0	1	5	0	0	0	0	6
	T	1	0	3	1	0	0	0	5
Serviços de Agricultura Distrito Manatuto	P	0	2	4	0	0	0	0	6
	T	0	1	4	0	0	0	0	5
Serviços de Agricultura Distrito Manufahi	P	0	2	4	0	1	1	0	8
	T	1	2	2	3	0	0	0	8
Serviços de Agricultura Distrito Oecusse	P	0	2	5	0	1	0	0	8
	T	4	6	12	3	0	1	0	26
Serviços de Agricultura Distrito Viqueque	P	0	1	6	0	0	0	0	7
	T	0	2	4	0	0	0	0	6
Direcção Nacional de Floresta	P	0	5	4	6	6	4	0	25
	T	3	10	12	7	4	0	0	36
Direcção Nacional de Pesquisa e Serviços Especial	P	0	0	0	6	7	1	0	14
	T	7	6	7	12	6	0	0	38
Direcção Nacional de Quarentena e Bioseguranca	P	0	0	6	3	1	1	0	11
	T	4	7	6	3	0	0	0	20
Direcção Nacional de Educação e Treinnamento Agricola	P	0	0	0	65	0	1	0	66
	T	4	3	6	12	6	0	0	31
Direcção Nacional de Política e Planeamento	P	0	0	0	0	7	1	0	8
	T	1	2	3	9	2	0	0	17
Gabinete da Secretário Permanente	P	0	0	0	0	0	0	1	1
	T	0	1	0	1	0	0	0	2
Direcção Nacional de Agro-Comercio	P	0	0	0	0	1	1	0	2
	T	0	3	0	11	2	0	0	16
Direcção Nacional de Agricultura e Horticultura	P	0	0	5	13	10	2	0	30
	T	1	3	9	4	16	0	0	33
Direcção Nacional de Café e Plantas Industriais	P	0	0	0	2	4	1	0	7
	T	0	2	9	5	0	0	0	16
Direcção Nacional de Pescas e Aquacultura	P	0	0	4	8	11	4	0	27
	T	4	8	17	44	8	2	0	83

		Nivel 1	Nivel 2	Nivel 3	Nivel 4	Nivel 5	Nivel 6	Nivel 7	TOTAL
Direcção Nacional Pecuaria	P	0	0	3	6	3	1	0	13
	T	1	9	20	9	4	1	0	44
Serviços de Agricultura Distrito Aielu	P	0	1	2	1	0	0	0	4
	T	0	1	0	0	0	0	0	1
Serviços de Agricultura Distrito Ainaro	P	0	1	4	0	0	0	0	5
	T	0	1	1	0	0	0	0	2
Serviços de Agricultura Distrito Baucau	P	0	2	5	1	3	1	0	12
	T	2	2	4	0	0	0	0	8
Total do Ministério da Agricultura e Pescas	**P**	**5**	**32**	**75**	**122**	**60**	**21**	**1**	**316**
	T	**48**	**73**	**131**	**131**	**49**	**5**	**0**	**437**
Total		**53**	**105**	**206**	**253**	**109**	**26**	**1**	**753**
Tribunais									0
Conselho Superior de Magistratura Judicial	P	0	0	0	2	0	0	0	2
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Tribunal de Recurso	P	3	3	5	2	1	0	0	14
	T	0	0	0	0	0	0	5	5
Tribunais Distritais	P	9	26	11	4	0	0	0	50
	T	0	0	1	0	0	0	25	26
Total dos Tribunais	**P**	**12**	**29**	**16**	**8**	**1**	**0**	**0**	**66**
	T	**0**	**0**	**1**	**0**	**0**	**0**	**30**	**31**
Total		**12**	**29**	**17**	**8**	**1**	**0**	**30**	**97**
Total dos Funcionarios	**P**	**521**	**959**	**6395**	**3401**	**681**	**255**	**24**	**12,236**
	T	**1507**	**762**	**1965**	**1362**	**482**	**159**	**44**	**6,281**
Total		**2,028**	**1,721**	**8,360**	**4,763**	**1,163**	**414**	**68**	**18,517**

Funcionários Fora do Quadro da Função Pública

Ministerio da Defesa e Seguranca		**Nivel 1**	**Nivel 2**	**Nivel 3**	**Nivel 4**	**Nivel 5**	**Nivel 6**	**Nivel 7**	**Total**
FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste	P	426	195	258	114	22	1	1	**1,017**
	T	0	0	0	0	0	0	0	**0**
PNTL - Direcção Nacional de Administração	P	0	68	0	10	2	0	0	**80**
	T	20	0	0	0	0	0	0	**20**
PNTL-Unidade de Intervenção Rápida	P	0	346	0	3	1	0	0	**350**
	T	2	0	0	0	0	0	0	**2**
PNTL-Serviços de Migração	P	0	113	0	1	1	0	0	**115**
	T	2	0	0	1	0	0	0	**3**
PNTL-Unidade de Patrulhamento da Fronteiras	P	0	298	0	2	0	0	0	**300**
	T	1	0	0	0	0	0	0	**1**
PNTL-Unidade Marítima	P	0	48	0	1	1	0	0	**50**

Ministerio da Defesa e Seguranca		Nivel 1	Nivel 2	Nivel 3	Nivel 4	Nivel 5	Nivel 6	Nivel 7	Total
	T	1	0	0	0	0	0	0	**1**
PNTL-Comando Nacional de Operações	P	294	1,950	3	167	18	0	0	**2,432**
	T	12	0	0	0	0	0	0	**12**
PNTL-Unidade de Reserva da Policia	P	0	79	0	3	0	0	0	**82**
	T	2	0	0	0	0	0	0	**2**
Academia de Polícia	P	0	68	0	22	1	0	0	**91**
	T	0	0	0	0	0	0	0	**0**
Total Ministerio da Defesa e Seguranca	**P**	**720**	**3165**	**261**	**323**	**46**	**1**	**1**	**4,517**
	T	**40**	**0**	**0**	**1**	**0**	**0**	**0**	**41**
Total		**760**	**3165**	**261**	**324**	**46**	**1**	**1**	**4,558**
Procuradoria-Geral da República									**0**
Procuradoria-Geral da República e Distrital Dili	P	6	10	11	0	1	1	0	**29**
	T	2	2	1	1	2	17	0	**25**
Procuradoria Distrital Baucau	P	0	0	0	0	0	0	0	**0**
	T	0	0	0	0	0	0	0	**0**
Procuradoria Distrital Suai	P	0	0	0	0	0	0	0	**0**
	T	0	0	0	0	0	0	0	**0**
Procuradoria Distrital Oecusi	P	0	0	0	0	0	0	0	**0**
	T	0	0	0	0	0	0	0	**0**
Total da Procuradoria-Geral da Republica	**P**	**6**	**10**	**11**	**0**	**1**	**1**	**0**	**29**
	T	**2**	**2**	**1**	**1**	**2**	**17**	**0**	**25**
Total		**8**	**12**	**12**	**1**	**3**	**18**	**0**	**54**
Provedoria de Direitos Humanos e Justiça									**0**
Provedoria de Direitos Humanos e Justiça	P	0	0	1	5	2	3	1	**12**
	T	4	5	4	12	9	0	0	**34**
Total da Provedoria de Direitos Humanos e Justica	**P**	**0**	**0**	**1**	**5**	**2**	**3**	**1**	**12**
	T	**4**	**5**	**4**	**12**	**9**	**0**	**0**	**34**
Total		**4**	**5**	**5**	**17**	**11**	**3**	**1**	**46**
Radio e Televisao de Timor-Leste									**0**
Televisão Timor-Leste	P	0	0	0	0	0	0	0	**0**
	T	0	1	5	23	10	10	0	**49**
RTTL Geral	P	0	0	0	0	0	0	0	**0**
	T	2	11	3	24	3	3	1	**47**
Radio e Televisao de Timor-Leste	P	0	0	0	0	0	0	0	**0**
	T	0	0	5	28	7	15	0	**55**
Total de Radio e Televisao de Timor-Leste	**P**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
	T	**2**	**12**	**13**	**75**	**20**	**28**	**1**	**151**
Total		**2**	**12**	**13**	**75**	**20**	**28**	**1**	**151**
Comissao Nacional Das Eleicoes									**0**
Comissao Nacional das Eleicoes	P	0	0	0	0	0	0	0	**0**
	T	0	15	1	1	0	0	0	**17**
Total da Comissao Nacional das Eleicoes	**P**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
	T	**0**	**15**	**1**	**1**	**0**	**0**	**0**	**17**
Total		**0**	**15**	**1**	**1**	**0**	**0**	**0**	**17**
	P	**726**	**3175**	**273**	**328**	**49**	**5**	**2**	**4,558**
	T	**48**	**34**	**19**	**90**	**31**	**45**	**1**	**268**
Grand Total		**774**	**3209**	**292**	**418**	**80**	**50**	**3**	**4,826**

Funcionários das Agências Autónomas

		Nivel 1	Nivel 2	Nivel 3	Nivel 4	Nivel 5	Nivel 6	Nivel 7	TOTAL
Minsiterio das Infra-Estraturas									
Administração de Aeroportos e Navegação Aerea de Timor Leste	P	10	29	32	7	5	1	0	84
	T	11	17	6	9	5	0	0	48
APORTIL Agencia Auto Financiada	P	4	24	7	8	1	0	0	44
	T	5	7	5	2	1	0	0	20
Instituto Publico de Gestão de Equipamentos	P	1	0	4	3	4	1	0	13
	T	22	85	27	20	6	0	0	160
Electricidade de Timor-Leste (EDTL)	P	46	72	102	30	5	2	1	258
	T	26	74	31	13	8	0	0	152
Total Ministerio das Infra-Estraturas	**P**	**61**	**125**	**145**	**48**	**15**	**4**	**1**	**399**
	T	**64**	**183**	**69**	**44**	**20**	**0**	**0**	**380**
Total		**125**	**308**	**214**	**92**	**35**	**4**	**1**	**779**

Anexo 6 Lei do Orçamento 2008

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

PARLAMENTO NACIONAL

Decreto n.º 10/2007

sobre o

Orçamento Geral do Estado da República Democrática de Timor-Leste para 2008

O Orçamento Geral do Estado para 2008, engloba todas as receitas e despesas do Estado de Timor-Leste.

O Anexo I à Lei do Orçamento Geral do Estado, doravante designado OGE, para 2008 estabelece o total estimado das receitas do OGE de Janeiro a Dezembro de 2008 derivadas de todas as fontes: petrolíferas, não petrolíferas, verbas dos parceiros de desenvolvimento e outras receitas não fiscais. O total estimado de receitas de todas estas fontes é de USD1,385.6 milhões de dólares norte-americanos.

O Anexo II à Lei do Orçamento estabelece as dotações orçamentais para cada Órgão do Estado sistematizadas da seguinte forma:

1. USD48.028 milhões de dólares norte-americanos para Salários e Vencimentos;
2. USD143.696 milhões de dólares norte-americanos para Bens e Serviços;
3. USD24.536 milhões de dólares norte-americanos para Capital Menor;
4. USD67.615 milhões de dólares norte-americanos para Capital de Desenvolvimento;
5. USD63.878 milhões de dólares norte-americanos para Pagamentos de Transferências Públicas.

O total das dotações orçamentais é assim de USD347.753 milhões de dólares norte-americanos.

Excluindo os órgãos autónomos, o total das dotações orçamentais para o OGE é de USD333.404 milhões de dólares norte-americanos.

A Conta do Tesouro do Estado inclui todas as receitas e despesas a partir dos Órgãos Autónomos auto-financiados, nomeadamente a Electricidade de Timor-Leste (EDTL), a Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor-Leste (ANATL), a Autoridade Portuária de Timor-Leste (APORTIL) e o Instituto de Gestão de Equipamentos (IGE). As receitas dessas categorias estão incluídas sob a rubrica Receitas Próprias dos Órgãos Autónomos no Anexo I, estando o orçamento de despesas propostas inscritas no Anexo III.

O total das estimativas das despesas para os Órgãos Autónomos auto-financiados dentro de 2008, é de USD6.35 milhões de dólares norte-americanos (incluindo um valor adicional de USD22.491 milhões de dólares norte-americanos transferido a partir do Governo central, a fim de subsidiar despesas que sejam superiores às receitas previstas).

O total estimado de despesas do OGE é de USD347.753 milhões de dólares norte-americanos, estando as receitas não petrolíferas estimadas em USD27.0 milhões de dólares norte-americanos. O défice fiscal é de USD320.753 milhões de dólares norte-americanos.

O Governo elaborou um OGE para dar resposta às necessidades operacionais em 2008, e de forma equilibrada levar a cabo as reformas necessárias para garantir a eficiência na Administração Pública, assegurar a estabilidade e segurança do País, a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável.

O Parlamento Nacional decreta, nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 95.º e do n.º 1 do artigo 145º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

Capítulo I

Definições e aprovação

Artigo 1.º

Definições

Para os efeitos da presente lei, entende-se por:

a) **"Aviso de Autorização de Despesa" -** O aviso emitido pelo Tesouro a um determinado Órgão informando-o de que está autorizado a realizar despesas até ao valor indicado no mesmo;

b) **"Categoria de Despesa" -** O agrupamento das despesas sob as cinco categorias seguintes: Salários e Vencimentos; Bens e Serviços, Capital Menor, Transferências Públicas e Capital de Desenvolvimento, em que:

i) **"Salários e Vencimentos"** - O montante global que um Órgão pode gastar com Salários e Vencimentos para os titulares dos cargos políticos e os funcionários permanentes, temporários e em tempo parcial;

ii) **"Bens e Serviços"** - O montante global que um Órgão pode gastar na aquisição de Bens e Serviços;

iii) **"Transferências Públicas"** - O montante global que um Órgão pode gastar em subvenções públicas e pagamentos consignados;

iv) **"Capital Menor" -** O montante global que um Órgão pode gastar na aquisição de bens de Capital Menor;

v) **"Capital de Desenvolvimento"** - O montante global que um Órgão pode gastar em projectos de capital e desenvolvimento.

c) **"Despesas Compensadas pelas Receitas"** - Despesas suportadas pelas *receitas próprias* cobradas pelos Órgãos Autónomos, desde que o montante não exceda o valor total das receitas que deram entrada nas contas relevantes do Tesouro;

d) **"Dotação Orçamental" -** O montante máximo inscrito no OGE a favor de um Órgão com vista à realização de determinada despesa;

e) **"Lei do Orçamento Geral do Estado" -** A lei onde estão previstas as receitas e são estabelecidas as despesas projectadas do Estado e dos Órgãos da administração pública para o respectivo ano financeiro, elaborada pelo Governo e aprovada pelo Parlamento Nacional;

f) **"Orçamento Geral do Estado para 2008" -** O instrumento de gestão financeira do Estado que consiste na previsão, devidamente autorizada, do cálculo antecipado das importâncias, monetariamente expressas que, no período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro, atingirão certas receitas e certas despesas, entre si relacionadas;

g) **"Órgão / Órgãos" -** O termo genérico adoptado no Orçamento para indicar o Gabinete do Presidente da República, o Parlamento Nacional, o Governo (Gabinete do Primeiro Ministro, Presidência do Conselho de Ministros, Ministérios, Secretarias de Estado e Agências), os Tribunais, a Procuradoria da República bem como todos os Departamentos e Serviços do Estado, centrais ou locais, sujeitos à disciplina orçamental;

h) **"Órgão Autónomo" -** O Órgão que opera como entidade dotada por lei de autonomia administrativa, patrimonial e ou financeira, que está listado no Anexo I do Regulamento da UNTAET n.° 2001/13, nomeadamente a EDTL, a APORTIL, a ANATL e o IGE, entre outros criados por lei;

i) **"Programa"** - Uma realização importante das actividades de um Órgão relativa à prestação de serviços a um objectivo ou um resultado ou um grupo específico, incluindo todas as actividades de um Órgão, caso estas constituam um único conjunto;

j) **"Projecto" -** Representa um conjunto de operações, limitadas no tempo, de onde deriva um produto que alarga ou que melhora as operações do Governo;

k) **"Receitas Próprias dos Órgãos Autónomos"** - O quantitativo cobrado pelos *Órgãos Autónomos* a partir da alienação onerosa de bens e da prestação de serviços;

l) **"Reserva de Contingência"** - O montante global estabelecido pelo Governo no OGE para fazer face a despesas urgentes, inevitáveis e imprevisíveis que possam surgir durante o ano financeiro;

m) **"Rubricas de Despesa"** – As Rubricas de despesa individuais dentro de cada *Categoria de Despesa*, com base na estrutura de código de contas de despesa mantida pelo Tesouro;

n) **"Transferências de verbas" –** As alterações orçamentais previstas e estatuídas no artigo 7.º da presente Lei.

Artigo 2.º

Aprovação

A presente Lei aprova o Orçamento Geral do Estado para o período compreendido entre 1 de Janeiro de 2008 e 31 de Dezembro de 2008, bem como:

a) Total de receitas por agrupamentos, incluindo as receitas próprias dos Órgãos Autónomos, constantes do Anexo I ao presente diploma, dele fazendo parte integrante;

b) Total de despesas por agrupamentos, incluindo as verbas a serem transferidas do OGE para os Órgãos Autónomos, em 2008, constantes do Anexo II ao presente diploma, dele fazendo parte integrante;

c) Total de despesas dos Órgãos Autónomos a ser financiado a partir das suas receitas próprias e do subsídio do OGE, constantes do Anexo III ao presente diploma, dele fazendo parte integrante.

CAPÍTULO II

Receitas

Artigo 3.º

Receitas

Em 2008, o Governo está autorizado a cobrar impostos bem como outras imposições tributárias estabelecidas na lei.

CAPÍTULO III

Autorização para transferência do Fundo Petrolífero

Artigo 4.º

Limite autorizado para crédito do OGE

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 7.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de Agosto, o montante das transferências do Fundo Petrolífero para 2008 não excede USD294 milhões de dólares norte-americanos e só se efectua após cumprimento do disposto nos artigos 8.º e 9.º da supracitada lei.

CAPÍTULO IV

Execução Orçamental

Artigo 5.º

Pagamento de impostos sobre importações do Governo

O Tesouro fica autorizado a estabelecer e a implementar um mecanismo de contabilidade para o registo e controlo das receitas e despesas, correspondente ao pagamento de impostos sobre importações efectuadas pelos Órgãos ou em seu nome.

Artigo 6.º

Afectações orçamentais

Em 2008 os Órgãos indicados no Anexo II ao presente diploma são financiados a partir do OGE, com verbas que lhes permitam dar resposta às despesas relativas às Categorias de Despesa.

Artigo 7.º

Transferências de verbas

1. A Ministra das Finanças pode a todo o tempo, revogar ou alterar os Avisos de Autorização de Despesa dentro das Categorias de Despesa, quando a acção for considerada desejável nos interesses da gestão financeira prudente, ou quando for apropriado garantir a continuação das despesas, em prol do interesse público.
2. Os Ministros, os Secretários de Estado dependentes do Primeiro-Ministro, bem como outros órgãos, podem a todo o tempo, autorizar a transferência, dentro da sua área de intervenção, de verba dentro das Categorias de Despesa e entre a Categoria de Despesa de Bens e Serviços e Capital Menor, bem como entre programas, após validação do Ministério das Finanças, desde que não exceda USD50,000 (cinquenta mil dólares norte-americanos).
3. Carecem de autorização da Ministra das Finanças as transferências de verbas de valor superior a USD50,000 (cinquenta mil dólares norte-americanos).
4. A Ministra das Finanças pode autorizar as transferências de verbas dentro e entre Categorias de Despesa, nos seguintes termos:
    a) As transferências de verbas que não excedam USD250,000 (duzentos e cinquenta mil dólares norte-americanos);
    b) Se o montante for superior a USD250,000 (duzentos e cinquenta mil dólares norte-americanos), a autorização só pode ser concedida pelo Primeiro-Ministro, com parecer favorável da Ministra das Finanças.
5. Não podem ser feitas quaisquer transferências de verbas, independentemente do seu valor, a partir das Categorias de Salários e Vencimentos, Capital de Desenvolvimento ou Pagamentos de Transferências Públicas para qualquer outra Categoria de Despesa.
6. Não podem ser feitas quaisquer transferências de verbas independentemente do seu valor, entre diferentes Órgãos.

Artigo 8.º

Fundos

De modo a dar resposta às necessidades financeiras do OGE e de acordo com os critérios claros e precisos que foram estabelecidos relativamente às despesas públicas, o Governo inscreve no Orçamento do Ministério das Finanças, os seguintes fundos cuja gestão fica a cargo deste Ministério:

a) Reserva de Contingência;

b) Fundos Contrapartidos de Projectos de Parceiros de Desenvolvimento;

c) Financiamento Retroactivo;

d) Auditoria Externa;

e) Quotas de Membro de Organizações Internacionais;

f) Fundo de Viagens ao Estrangeiro;

g) Provisão para Impostos do Fundo Fiduciário de Timor-Leste;

h) Provisão para Reembolso de Impostos e Taxas;

i) Provisão para financiar as actividades da EDTL;

j) Provisão para financiar as actividades do Nakroma;

k) Pagamentos de pensões previstas no Estatuto dos Combatentes da Libertação Nacional;

l) Pagamento de pensões aos ex-titulares e ex-membros dos órgãos de Soberania;

m) Fundo para compra de frota de veículos;

n) Provisão para pagar impostos da Função Pública.

Artigo 9.º

Reserva de Contingência

Compete ao Primeiro-Ministro, sob parecer favorável da Ministra das Finanças, decidir em relação à transferência de recursos a partir da Reserva de Contingência para os diferentes Órgãos.

Artigo 10.º

Transferências Públicas

1. As transferências públicas constituem uma categoria de despesa e revestem-se de duas formas:
   a) As subvenções públicas, que são financiamentos sem obrigações de reembolso, feitos a entidades públicas e não públicas;
   b) Pagamentos previstos no Estatuto dos Combatentes da Libertação Nacional.
2. As transferências públicas obedecem ao princípio da orçamentação estrita, não podendo ser alterados os respectivos montantes.

Artigo 11.º

Verbas transitadas

1. As verbas orçamentais que não tenham sido comprometidas através de contratos assinados com fornecedores até ao dia 31 de Dezembro de 2008 são consideradas caducadas.
2. As verbas referidas no número anterior podem ser re-orçamentadas de acordo com as prioridades do Governo no OGE para 2009.

Capítulo V

Órgãos Autónomos

Artigo 12.º

Receitas Próprias

1. As previsões das receitas a serem cobradas pelos Órgãos Autónomos constam do Anexo I.
2. As despesas resultantes das transferências a partir do OGE para as instituições autónomas, bem como a previsão das respectivas despesas, constam do Anexo II.

3. Os orçamentos por Categoria de Despesa relativos aos Órgãos Autónomos que são financiados por receitas próprias constam do Anexo III.
4. Os Avisos de Autorização de Despesa a favor dos Órgãos Autónomos a partir das receitas próprias só podem ser autorizados após recepção por parte do Estado das respectivas receitas, sendo as referidas autorizações obrigatoriamente de valor igual ou inferior.

Artigo 13.º

Financiamento

O financiamento de Capital de Desenvolvimento dos Órgãos Autónomos constitui investimento público.

Capítulo VI

Disposições Finais

Artigo 14.º

Financiamento através de doadores independentes

1. Cada Órgão só pode estabelecer acordos com doadores independentes para o fornecimento de recursos adicionais ou complementares ao financiamento contido nas afectações orçamentais na presente lei, mediante parecer prévio obrigatório da Ministra das Finanças.
2. A gestão deste financiamento deve ser feita de acordo com os requisitos dos doadores, e de acordo com as directivas emitidas pelo Ministério das Finanças.

Artigo 15.º

Relatórios

1. O Governo apresenta ao Parlamento um relatório trimestral pormenorizado da execução das transferências das subvenções públicas, que inclui, designadamente, a identificação dos projectos, respectivos montantes, destinatários e ainda uma avaliação dos resultados obtidos.

2. O Governo apresenta ao Parlamento um relatório trimestral da execução orçamental.

Artigo 16.º

Iniciativas de sensibilização para a adesão à ASEAN

A dotação prevista para iniciativas de sensibilização para a adesão à ASEAN, afecta ao orçamento da Presidência da República, destina-se exclusivamente à condução, em concertação com o Governo, do processo negocial para a conclusão de acordos internacionais na área da defesa e segurança, nos termos do disposto da alínea d) do artigo 87.º da Constituição.

Artigo 17.º

Direito subsidiário

No que não estiver regulado pela presente lei, aplicam-se as disposições contidas no Regulamento n.° 2001/13 da UNTAET, sobre Gestão Financeira e Orçamental.

Artigo 18.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia imediatamente a seguir ao da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2008.

Aprovado em 28 de Dezembro de 2007.

O Presidente do Parlamento Nacional,

(Fernando La Sama de Araújo)

Anexo 7 Guia do Utilizador

O principal objectivo do Orçamento Geral do Estado para 2008 é em primeiro lugar para informar o Parlamento Nacional e as partes interessadas em relação ao Orçamento planeado pelo Governo por 2008. O documento representa uma revisão da posição fiscal a médio prazo e a estratégia fiscal do Governo.

Os leitores devem também consultar o Programa do IV Governo Constitucional (Setembro de 2007(para mais detalhes sobre as visões, metas, estratégias e políticas sectoriais de médio a longo prazo. Os leitores também podem consultar o Orçamento Geral do Estado para o período de Transição de Julho a Dezembro 2007 assim como o Orçamento Geral do Estado 2006-07 para que estes sirvam de referência em termos de estrutura e dotações.

Estilos e Convenções Usados

Poderão ser usadas as seguintes notas:

-	(nada)
$'000s	(milhares de dólares)
$m	(milhões de dólares)

Todos os valores monetários estão em dólares norte-americanos

Para 2006-07 e OGE transição e o Orçamento de 2008 são usados preços actuais, enquanto que para os anos seguintes são utilizados preços constantes de 2008. Um ponto decimal é representado por um ponto e o valor dos milhares é representado por uma vírgula.O ano orçamental vai ser de 01 de Janeiro até 31 de Dezembro de 2008. Os valores ilustrados nos mapas podem estar arredondados. Caso existam discrepâncias entre os totais e a soma dos componentes estas devem-se a arredondamentos. Aplicam-se as convenções gerais de arredondamento.

Classificação do Sector Público em Timor-Leste

Para finalidades orçamentais, Timor-Leste adopta os princípios do FMI para a classificação das actividades do sector público, as Estatísticas Financeiras Governamentais (EFG) de Classificação das actividades do Governo. O sector público Timor-Leste é composto das seguintes categorias: Governo; Empresas Públicas não Financeiras d; e Empresas Públicas Financeiras. A cobertura do Orçamento Geral do Estado é das actividades financeiras baseado em Todo o Governo, que inclui o Estado e Empresas Públicas não Financeiras.

Inquéritos

Inquéritos devem dirigidos para:
Sr. António Freitas (Director, Direcção do Orçamento, Ministério das Finanças,)

República Democrática de Timor-Leste.

T: +670 333 9518 E: afreitas@mof.gov.tl